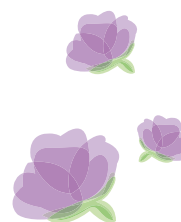


*Gênero na*  
*Amazônia*

Belém, n. 13, janeiro/junho, 2018





Construindo a Rede de Estudos  
de Gênero na Amazônia

## GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero



### Coordenação

Maria Angelica Motta Maués (UFPA)

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

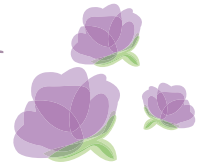
### Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



# REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 13, janeiro/junho, 2018



## Editoras

**Maria Luzia Miranda Álvares** é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

**Eunice Ferreira dos Santos** é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

**Maria Angelica Motta Maués** é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

**Telma Amaral Gonçalves** é graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/PPGCS/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Professora Adjunto 4/UFPA, com experiência na área de Antropologia, atuando nos seguintes temas: gênero, casamento, conjugalidade, afetividade, sexualidade, namoro e diversidade sexual. Líder do grupo de estudos e pesquisas com crianças, infâncias e juventudes/JUERÊ. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades – GEPEM/UFPA, ambos inscritos no GDP/CNPq.

Copyright ©-2012-2018/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

## STAFF EDITORIAL

### Edição

Maria Luzia Miranda Álvares  
Maria Angelica Motta-Maués  
Telma Amaral Gonçalves

### Web Designer

Leandro Machado de Sousa

### Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

### Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

### Capa (criação e arte)

André Stenico

### Copidesque e Tradução

Ana Paula Alvares Costa (inglês e espanhol)

### Revisão Técnica

Lúcia Helena Álvares Costa  
Ana Carolina Álvares Branco

---

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.  
- n. 13 (jan./jun., 2018). - Belém: GEPEM, 2018.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

---

## GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).  
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110  
Fone: (91)3201-8215.

**E-mails:** [generonaamazonia@gmail.com](mailto:generonaamazonia@gmail.com); [aninha.branco@hotmail.com](mailto:aninha.branco@hotmail.com);  
[luziamiranda@gmail.com](mailto:luziamiranda@gmail.com)

**Sites:** [www.ufpa.br/projetogepem](http://www.ufpa.br/projetogepem); [www.jornaliaras.ufpa.br](http://www.jornaliaras.ufpa.br); [www.generonaamazonia.ufpa.br](http://www.generonaamazonia.ufpa.br)

**Blogs:** [www.gepemacontece.blogspot.com.br](http://www.gepemacontece.blogspot.com.br); [www.observe-regional-gepem.com](http://www.observe-regional-gepem.com)

## Sumário/Sumario/Contents

### Dossiê/Dossier

<i>APRESENTAÇÃO</i>	..... 9
Carta para Conceição	..... 16
Carta para Conceição	
Letter for Conceição	
Constância Lima Duarte	
<i>Ouvir e Ler o que Mulheres Dizem e Escrevem: literatura com temática lésbica</i>	..... 21
Oír y Leer lo que las Mujeres Dicen y Escriben: literatura con temática lésbica	
Hearing and Reading what Women Say and Write: literature with a lesbian theme	
Claudete Camargo Pereira Basaglia	
<i>Explorações da Feminilidade e Episódios Homossexuais na Adolescência: Katherine Mansfield</i>	..... 39
Explotaciones de la Feminidad y Episodios Homosexuales en la Adolescencia: Katherine Mansfield	
Explorations of Femininity and Homosexual episodes in Adolescence: Katherine Mansfield	
Teresa Rocha Leite Háudenschild	
<i>Representações do Mito Carlota Joaquina em Conflito: Chrysanthème versus Camurati</i>	..... 47
Representaciones del Mito Carlota Joaquina en Conflicto: Chrysanthème versus Camurati.	
Representations of the Carlota Joaquina Myth in Conflict: Chrysanthème versus Camurati.	
Eliane Campello	

***A Escritura Literária das Mulheres Paraenses no Cânone Amazônico: tramas que marcam diferenças* ..... 65**

La Escritura Literaria de las Mujeres Paraenses en el Canon Amazónico: tramas que marcan diferencias.

Literary Writing of the Paraense Women in the Amazon Canon: plots that mark differences.

**Eunice Ferreira dos Santos**

**Lilian Adriane dos Santos Ribeiro**

***Eneida de Moraes em “Momento Feminino”: Um jornal a serviço do seu lar* ..... 73**

Eneida de Moraes em “Momento Feminino”: Un periódico al servicio de su hogar

Eneida de Moraes in “Momento Feminino”: A newspaper in the service of your home

**Carla Figueiredo Marinho**

**Maria Angelica Motta-Maués**

***“Lugar de Mulher é...”: a literatura e a representação do espaço social da mulher* ..... 90**

“Lugar de Mujer es...”: la literatura y la representación del espacio social de la mujer.

“Woman’s Place is ...”: literature and representation of women’s social space.

**Elem Dayane de Freitas Oliveira**

**Silvia Sueli Santos da Silva**

***Ester Nunes Bibas: vida e obra da educadora e escritora vigiense (1888-1972)* ..... 97**

Ester Nunes Bibas: vida y obra de la educadora y escritora vigiense (1888-1972)

Ester Nunes Bibas: life and work of the educator and vigiense writer (1888-1972)

**Paula Maíra Alves Cordeiro**

***Novas Cartas Portuguesas: resistência e atualidade* ..... 111**

Novas Cartas Portuguesas: resistencia y actualidad

Novas Cartas Portuguesas: resistance and contemporary

**Pamela Peres Cabreira**

***Algisa e Alícia - Personagens Hatounianas: vozes narrativas e relações de alteridade na construção do feminino* ..... 121**

Algisa y Alícia - Personajes Hatounianas: voces narrativas y relaciones de alteridad en la construcción del femenino

Algisa and Alícia - Hatounian characters: narrative voices and relations of alterity in the construction of the feminine

**Francisca Andréa Ribeiro da Silva  
Sylvia Maria Trusen**

**Jogo de Meninas: uma experiência no Fazendo Gênero II ..... 138**

Juego de Niñas: una experiencia en el Fazendo Gênero II

Girls' Game: an experience in Fazendo Gênero II

**Rafaela Elaine Barbosa**



## Artigos

**Gladiadoras de Saias: mulheres capoeiras no norte do Brasil (1876 a 1912) ..... 154**

Gladiadoras de Faldas: mujeres capoeiras en el norte de Brasil (1876 a 1912)

Gladiators of Skirts: women capoeiras in the north of Brazil (1876 to 1912)

**Luiz Augusto Pinheiro Leal**

**Entre Tecidos e Adornos: a moda das mulheres das camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912) ..... 169**

Entre Tejidos y Adornos: la moda de las mujeres de las clases populares en Belém de la Belle Époque (1870-1912)

Between Fabrics and Ornaments: the fashion of the women of the popular layers in the Belém of the Belle Époque (1870-1912)

**Amanda Gatinho Teixeira**

*A Influência do Machismo na Violência Conjugal - uma revisão de literatura entre 2000-2017* ..... 187

La Influencia del Machismo en la Violencia Conjugal - una revisión de literatura entre 2000-2017

The Influence of Chauvinism in Conjugal Violence - a review of literature between 2000-2017

Daniel Cerdeira de Souza  
Andrews do Nascimento Duque

*Meninas “Balseiras”: a mercantilização dos corpos femininos na ilha do Marajó* ..... 200

Mujeres “Balseiras”: la mercantilización de los cuerpos femeninos en la isla del Marajó

The “Balseiras” women: the commodification of female bodies on the island of Marajó

Beatriz Figueiredo Levy  
Ygor de Siqueira Mendes Mendonça

*Gênero no Ensino Superior: avaliação do número de concluintes na região norte do Brasil, no período de 1999 a 2015* ..... 213

Género en la Enseñanza Superior: evaluación del número de concluyentes en la región norte de Brasil, en el período de 1999 a 2015

Gender in Higher Education: evaluation of number of graduates in northern Brazil, in the period from 1999 to 2015

Roberto Luís da Silva Carvalho

*NORMAS DE PUBLICAÇÃO* ..... 227



*“Pouca gente se dá conta do quanto o espaço da escrita e da publicação é um espaço de poder – o poder de falar com legitimidade. A ideia é, então, incentivar e legitimar a voz e a visão de mundo das mulheres na escrita” (Luciana Lhullier)*

Esse registro reflete as ideias da escritora Luciana Lhullier, autora de “A Casa de Dentro e Outras Loucuras” e responsável pela Editora Desdêmona, em Pelotas (RS). Num encontro com outras autoras, no Teatro Municipal Múcio de Castro (Passo Fundo, RS), Luciana considerou muito baixo o número de escritoras no Brasil em proporção ao número de mulheres brasileiras. Citou uma pesquisa onde 72% dos escritores brasileiros são homens. E questiona: “Seria esse um indicativo de que as mulheres não escrevem ou simplesmente não são publicadas? Ou que a literatura feminina ainda não tem um espaço completamente estabelecido para desenvolver sua voz?”<sup>1</sup>

O coro repercute entre as vozes paraenses. Na pesquisa que realizou sobre “Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA” (2005-2007), Eunice Ferreira dos Santos elaborou a seguinte assertiva:

Vários estudos são unânimes em afirmar que os silêncios historiográficos a respeito do que escreveram as mulheres é uma marca evidente da discriminação a que foram submetidas pelo julgamento estético da sociedade patriarcal. Nesse contexto, conforme percebido na pesquisa, a produção literária de autoria feminina paraense – em que pesem a tradição e o espaço geográfico, isto é: ser escrita de mulher e do norte do Brasil – ainda carece, para ser incluída nas agendas de leituras, de uma legitimação vinculada aos padrões estéticos e temáticos dos cânones universitário e escolar.

Como é possível observar, de norte a sul, vozes de denúncias sobre essa situação abrem espaços para que sejam registrados casos de escritoras historicamente esquecidas pelos leitores e leitoras, pelas premiações, pela ausência da devida cobertura da imprensa. E os números da desigualdade avançam quando se sabe de outras contradições. Por exemplo, em 2012, o Instituto Pró-Livro divulgou uma pesquisa classificando “como leitores 43% dos entrevistados homens e 57% das mulheres. O estudo também mostrou que elas leem mais tanto por iniciativa própria quanto obras indicadas pela escola, e tendem a concluir mais livros do que os homens. Além disso, a mãe foi apontada pelos entrevistados como a segunda maior figura incentivadora de leitura, atrás do(a) professor(a) e à frente do pai.”<sup>2</sup>

Os embates entre a visibilidade da obra literária escrita pelas mulheres e as indicações para premiações dessa obras e/ou ausência de indicação teve outro impacto em estratégias para favorecer a visibilidade e o reconhecimento das mulheres escritoras. Em 2014, comprovando ser essa uma questão mundial, a escritora inglesa Joanna Walsh, 48, propôs o projeto **#readwomen2014** (**#leiamulheres2014**) com o objetivo de usar as redes sociais para ampliar o foco da leitura em mais escritoras, principalmente indicando obras pouco lidas, para aumentar a visibilidade

<sup>1</sup> Cf. <https://www.neipies.com/coisas-mulheres-escrevem/>

<sup>2</sup> Cf. <https://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/2014-05-24/mulheres-tem-menos-espaco-na-literatura-mas-le-em-mais-e-dominam-premios.html>

dessas mulheres e de suas obras no mercado editorial. A hashtag<sup>3</sup> #leiamulheres está circulando mundialmente inclusive numa perspectiva interseccional haja vista que a literatura, além de focar nas relações de gênero, tem cor, é geracional e tem classe social. No Brasil, esse projeto começou em São Paulo, em março de 2015, e agora já acontece em outras 25 cidades. No Pará, a participação de Josiane Martins Melo, Pamela Raiol Rodrigues e Pamela Soares Alves, como mediadoras, organizou o grupo discutindo sobre o livro “Outros jeitos de usar a boca”, da poeta indiana (Punjab, Índia, hoje no Canadá) Rupi Kaur. O grupo paraense criou uma programação continuada e o incentivo é grande. Como diz a escritora Luisa Geisler, autora do romance “Luzes de emergência se acenderão automaticamente” (Alfaguara, 2014): *“A ideia era simples: eu conseguia citar nomes de autores mais rápido que de autoras. Conhecia mais obras escritas por homens. Não coloquei fogo em livro algum, não bani nada. Priorizei a minoria da minha estante.”*

Seguindo estratégias para o fomento do “ler mulheres” e a performática expressão: “as mulheres escrevem”, o Gepem/UFPA optou por esta política considerando organizar o Dossiê “Mulheres e Literatura” nesta Edição 13<sup>a</sup> da Revista Gênero na Amazônia. O interesse é estimular as mulheres a escreverem seus próprios textos e, também, publicizar as obras de escritoras tanto paraenses quanto de outras regiões, promovendo-se o que chamamos de #mulhereseliteratura. Essa será a hashtag a ser lançada neste número da revista que espera promover tantas quantas escritoras circulam por estes brasis sem serem conhecidas, com o foco principal na região Norte. E garantir a visibilidade dos temas de fora das tradições literárias, sendo hoje tratados em estudos e pesquisas na perspectiva de gênero baseados nas diversas áreas do conhecimento.

Algumas pesquisadoras com abordagem na área da literatura brasileira foram convidadas a participar deste primeiro dossiê. A comissão editorial da revista sensibilizou-se com as cinco pesquisadoras que responderam ao convite. O edital público contribuiu também para a presença de outros/as estudiosas do tema e apresentaram seus escritos para o dossiê.

## DOSSIÊ MULHERES E LITERATURA

Constância Lima Duarte abre o dossiê com seu artigo instigante **Carta para Conceição**. Dirigida à Conceição Evaristo – escritora e educadora mineira, homenageada na 34<sup>a</sup> edição do programa Ocupação Itaú Cultural, em 2017<sup>4</sup> – a carta reflete sobre os conceitos de sororidade, carta-manifesto e feminismo – ao comparar as “Cartas negras” (obra de Evaristo) – com as “Cartas portuguesas” (1669), de Mariana Alcoforado, e “As novas cartas portuguesas” (1972), das “três Marias” – Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno. Evidencia os desabafos de uma mulher que luta contra a invisibilidade de mulheres na história literária do Brasil. Propõe que a sororidade é uma rede e que é um dos principais pilares dos movimentos de igualdade entre os gêneros. Nesse texto de Constância Duarte, abre-se a/ao leitor/a o interesse em conhecer Conceição Evaristo. Quem é? Desde a juventude ela escreve, mas seus textos só foram publicados em 1990, na série de antologias “Cadernos Negros”, editada pelo coletivo Quilombhoje. Suas ferramentas para denunciar o racismo e o machismo tanto na sociedade quanto na literatura brasileira são os seus seis livros lançados até 2017. Recentemente indicada para uma

<sup>3</sup> Expressão de usuários das redes sociais, na internet. Diz Mônica Custó: “Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Cf. <https://resultadosdigitais.com.br/blog/hashtag/>

<sup>4</sup> Cf. <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/>

cadeira na ABL – Academia Brasileira de Letras – foi preterida por um outro candidato. Recebeu apenas um voto. O que expõe a sua luta por essa literatura brasileira que ela quer reconhecida. E afirma: “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

**Ouvir e Ler o que as Mulheres Dizem e Escrevem: literatura com temática lésbica** é o artigo de Claudete Basaglia. Nesse texto, a pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGAR), através de uma pesquisa qualitativa, expõe aspectos da diversidade retratada no contexto literário apontando para as dificuldades de temáticas lésbicas se tornarem visíveis, com indicativo da necessidade de democratização da produção literária para uma área pouco explorada. A autora sugere que as/os leitoras/es fiquem mais atentas/os à todas as formas de preconceito que possam ser disseminadas nas produções, circulações e conteúdo de obras literárias. E revela: “...temos que pensar na literatura como direito e com base nessa premissa apresenta-se o objetivo de se verificarem aspectos do fazer literário, de temas tratados e da leitura da literatura com temática lésbica.”

Se há dificuldades para o enfoque de temáticas lésbicas se tornarem visíveis na produção literária, o texto de Teresa Rocha Leite Háudenschild “**Explorações da Feminilidade e Episódios Homossexuais na Adolescência: Katherine Mansfield**”, aborda momentos pontuais da escritora neozelandesa Katherine Mansfield (1888-1923) narrando os envolvimento amorosos com outras mulheres na adolescência. Mostrando-nos como ela se apaixonou por outras do mesmo sexo e que com ela partilhava todos os seus desejos mais profundos. A narrativa explora a história de vida da escritora que dá “voz à homossexualidade adolescente através de poemas e textos de seu diário onde comunica, com clareza e expressividade, os conflitos de uma adolescente de 17 anos no confronto com suas protosensorialidades e protoemoções emergentes”. A escritora neozelandesa, embora levando-se em conta a centena de produções de seu legado, é pouco conhecida no meio literário. Foi aclamada por Virginia Woolf, Thomas Hardy e D.H. Lawrence, entre outros escritores. Seu comportamento, para a sociedade da época, era visto, entretanto, como “errático” e “rebelde”.

O estudo apresentado por **Eliane Campello** faz uma análise comparativa de obras que retratam Carlota Joaquina de Bourbon, cônjuge de D. João VI. Uma, baseada em acusações que a consideram ultrajante, pecadora e assassina, é a “lenda negra”; a outra, que a enfatiza como uma mãe devotada e uma esposa amorosa, é a “lenda dourada”. A segunda foi extraída do romance histórico “A Infanta Carlota Joaquina”, da escritora Chrysanthème. E a outra versão baseou-se na versão fílmica “Carlota Joaquina: princesa do Brasil” (1995) com roteiro e direção da cineasta Carla Camurati. Esse conflito gera o mito de Carlota. Intitulado **Representações do Mito Carlota Joaquina em Conflito: Chrysanthème versus Camurati**, o texto trabalha com recortes da literatura e o enfoque do cinema usando a metodologia de análise da crítica literária feminista contemplando a perspectiva de gênero e discursos entrecruzados.

**A Escrita Literária das Mulheres Paraenses no Cânone Amazônico**, texto de Eunice Ferreira dos Santos e Lilian Adriane dos Santos Ribeiro, coloca em evidência a postura hegemônica da cultura literária masculina com ênfase nas obras dos escritores paraenses. Com base em um movimento revisionista nacional que aponta a invisibilidade das escritoras e a ausência de divulgação da produção literária feminina, as autoras dedicaram-se a desvelar a outra face da situação. Em vários projetos de pesquisa trouxeram à tona alguns dados que apontam os motivos dos silêncios sobre a produção literária feminina. E afirmam: “...as escritoras paraenses, apesar de expressiva produção autoral em livros e periódicos, têm se defrontado com muitas dificulda-

des para que suas obras circulem nos espaços de formação de leitores e leitoras, sobretudo, nas instâncias universitária e escolar.” A criação da CASAIEPA – Casa da Escritora Paraense – tornou-se, então, o espaço significativo para preservar e divulgar obras intelectuais e literárias sobre escritoras paraenses.

O artigo de Carla Figueiredo Marinho e Maria Angelica Motta-Maués de título **Eneida de Moraes em “Momento Feminino”: um jornal a serviço do seu lar** trata da trajetória de Eneida de Moraes, paraense, escritora, jornalista, militante política, evidenciando percursos de Eneida no Partido Comunista Brasileiro (PCB), o ingresso para poder viver suas ideologias. Evidenciam as publicações dessa escritora feitas no jornal, “Momento Feminino”, onde apresentava os avanços conquistados pelas mulheres na luta por direitos, e pontuava a participação feminina num cenário de tensão política nacional e internacional. E a presença num jornal partidário expõe o “esforço desmedido das militantes, que acreditavam ser este um instrumento agregador e eficaz na conscientização e recrutamento de novas camaradas.”

Eneida de Moraes é foco de outro artigo: **“Lugar de mulher é...”: a literatura e a representação do espaço social da mulher**, de autoria de Elem Dayane de Freitas Oliveira e Sílvia Sueli Santos da Silva. O texto aborda o espaço social da mulher a partir da obra de Eneida de Moraes, onde se apresentam aspectos da relação mulher x literatura x sociedade. As autoras utilizaram o método de pesquisa bibliográfica com base em Santos (1997) para analisar as obras de Eneida; e argumentos sobre o imaginário social fundamentados em Maffesoli (2001). O recorte temporal dado a este trabalho é o contexto da ditadura Vargas, posto que a crônica analisada se passa nesse período.

O movimento iniciado pelas escritoras feministas de publicizar a obra literária das mulheres escritoras, dar visibilidade à história de vida de professoras que vivenciaram um passado subsumido pela contemporaneidade em aspectos comportamentais e metodológicos contribuiu, com os estudos biográficos, para evidenciar as experiências de autoras que haviam iniciado seus escritos entre o coser meias e vestidos e os diários escritos secretamente. E/ou destacar as trajetórias de vida-formação de professoras já idosas cujo predicativo esbarrava no ato de ensinar. Gerações de mulheres e homens passavam pelas salas de aula dessas mulheres, cujo local, a maioria das vezes, era nas suas casas de moradia.

“A feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que domestica, cuida, ampara, ama e educa.” (ALMEIDA, Jane Soares/UNESP, 2004)<sup>5</sup>

Epistemologias e teorias metodológicas no rigor qualitativo da pesquisa com o dispositivo da entrevista narrativa produziram biografias marcantes e trouxeram à tona o modo de viver o ensino, a educação e as obras de escritoras supostamente de fora do cânone literário. O texto **Ester Nunes Bibas: vida e obra da educadora e escritora vigiense (1888-1972)**, de Paula Máira Alves Cordeiro, através de pesquisa bibliográfica mostra a importância desse ícone do magistério paraense e de seus escritos para o meio educacional e, principalmente, literário. A autora

<sup>5</sup> ALMEIDA, Jane Soares/UNESP. Cf. [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf)

recupera a trajetória de Ester Nunes Bibas enquanto mulher, educadora e escritora e sua luta contra a invisibilidade na literatura paraense, mesmo com o livro de poesias “Rimas do Coração” publicado em 1958.

No texto “**Novas Cartas Portuguesas: resistência e atualidade**”, Pamela Peres Cabreira propõem analisar a obra “Novas Cartas Portuguesas” escrita a três mãos por Maria I. Barreno, Maria T. Horta e Maria V. da Costa, utilizando a perspectiva da História Social. Essa obra em forma de cartas, poemas e pequenos ensaios avalia o papel da mulher na poesia e literatura da sociedade portuguesa, denunciando “parte do sistema autoritário em que estava imerso o país, deixando um rastro de significados e desafios daquele período”. Pamela Cabreira procura demarcar o fosso patriarcal em que se achava a representação da mulher na sociedade portuguesa e avalia que essa obra das três escritoras rasga a submissão em que o cânone literário se achava, enfrentando, ainda, as matrizes do modelo feminino e a condição nacional submetida à ditadura do Estado Novo português.

Francisca Andréa Ribeiro da Silva e Sylvia Maria Trusen abordam personagens femininas da obra “Cinzas do Norte”, de Milton Hatoum, no texto **Algisa e Alícia - Personagens Hantounianas: vozes narrativas e relações de alteridade na construção do feminino**. Aplicam várias perspectivas em diferentes níveis narrativos com o foco da análise utilizando a teoria de Genette (1989; 2015)<sup>6</sup> e discussões sobre alteridade a partir de Beauvoir (2016) e Fanon (1968; 2008) visto que tais personagens se constituem na relação com o outro e como estes as consideram em suas culturas. E com isso, percebe-se que, mesmo sofrendo, “as personagens são construídas como mulheres autônomas em relação às suas vidas.”

Personagens femininas na literatura, na TV, no cinema, nos quadrinhos e nos games marcam o público em **Jogo de Meninas: uma experiência no Fazendo Gênero 11**. O texto de Rafaela Elaine Barbosa traz a discussão sobre o papel das personagens femininas nas diferentes mídias e a forma como marcam o público carregando os estereótipos em qualquer linguagem a qual se vinculem. Tomando as narrativas dos videogames, a autora utilizou-se da experiência de uma oficina realizada em um evento (*Fazendo Gênero 11*, 2017), procurando conhecer e entender esse processo, além de propor novas narrativas e personagens de jogos, avaliando o quanto eles se aproximam da realidade. Autoras como Angela Davis, bell hooks e outras feministas com experiências decoloniais, além das experiências dos participantes da oficina, foram utilizadas como referencial teórico na oficina e na composição deste artigo.

## ARTIGOS

Os artigos deste item aportam, sob a ótica metodológica, em resultados de pesquisa de dados primários, em pesquisa histórica com preservação de registro de eventos e realizações passadas, com evidências ao processo de promoção cultural da hierarquia nas relações de gênero e que se estabelecem nos parâmetros da desigualdade. A associação transversal entre eles aponta a ideia de circulação das diferenças.

Tratando da prática da capoeira e do comportamento feminino na região norte do Brasil, Luiz Augusto Pinheiro Leal aporta no texto **Gladiadoras de Saias: mulheres capoeiras no**

---

<sup>6</sup> Narrativa “homodiegética, em que o narrador participa das ações ou como protagonista (narrador ou autodiegético), contando sua própria história ou observando e contando a história de outros.” Cf. Silva & Trusen, 2018, nota de rodapé, nº 3.

**norte do Brasil (1876 a 1912)** com o foco na representação do corpo como expressão do comportamento social cujo modelo específico tendia a seguir as normas favoráveis ao reconhecimento dos significados de aceitação para a sociedade. Diz o autor: “Se o corpo feminino fosse negro ou transmitisse saberes e identidades de matriz africana, maior era a necessidade de controlar suas manifestações.” O interesse de Luiz Augusto Leal é demonstrar como ações cotidianas de mulheres negras eram carregadas de resistência ao modelo de comportamento imposto às mulheres do período.


O artigo de Amanda Gatinho Teixeira **“Entre Tecidos e Adornos: a moda das mulheres das camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912)”** é um passeio histórico através da moda paraense da *Belle Époque*. A autora busca discutir a forma como as mulheres de classes populares se vestiam na época, trazendo uma moda que foi utilizada como linguagem de expressão de crenças, gostos e costumes.

A violência tem enfoques variados e se instala num âmbito onde o constrangimento físico ou moral estabelece as formas de submissão e poder sobre outrem obrigando-o à sua vontade. Nesse aspecto, **Daniel Cerdeira de Souza** e **Andrews do Nascimento Duque** dissertam utilizando uma revisão narrativa argumentativa da produção científica disponível entre 2000 a 2017, sobre o sistema de opressão e dominação masculina nas esferas sociais e íntimas que definem o machismo, e as relações assimétricas de gênero que caracterizam a violência conjugal. **A Influência do Machismo na Violência Conjugal – uma revisão de literatura entre 2000-2017** é o tema deste estudo considerando os autores que se historicamente as mulheres são tratadas de forma vil pelo homem, que despreza seus desejos e bem-estar, ocorre o enfrentamento na violência conjugal com os atores sociais necessitando de práticas educativas que ajudem na mudança cultural com a finalidade de promover a igualdade social e a política entre gêneros.

O toque metodológico favoreceu o artigo de Beatriz Figueiredo Levy e Ygor de Siqueira Mendes Mendonça ao utilizarem um estudo bibliográfico exploratório, com vertentes teóricas diversificadas, justificativas sociais e instrumentos normativos para tratar o tema **Meninas “balseiras”: a mercantilização dos corpos femininos na Ilha do Marajó**. Os autores trataram do comércio sexual das mulheres de comunidades ribeirinhas na Ilha do Marajó. O objetivo foi demonstrar que o contexto histórico regional produziu este cenário de conflitos, reflexos da escravidão negra e indígena, estabelecendo fortes vínculos com a violência sexual e a exploração do corpo feminino.

O artigo **“Gênero no Ensino Superior: avaliação do número de concluintes na região norte do Brasil, no período de 1999 a 2015”** de Roberto Luís da Silva Carvalho, propõe um panorama de avaliação da quantidade de pessoas que concluíram (em relação ao sexo) o ensino superior em nível presencial entre 1999 e 2015, na região norte. Ao mapear a ampliação das vagas nesse âmbito, verificou que as mulheres tendem a seguir o padrão nacional, ou seja, são a maioria, embora esse fator não tenha contribuído para que houvesse mudança no padrão renda das mulheres com 15 anos ou mais de estudo.

As discussões apresentadas nesta seção de textos diversos envolvem estudos recentes de temas candentes da área das Ciências Humanas e Sociais e refletem a necessidade de permanência na exposição que se evidencia sobre os micro poderes que definem os saberes e a cultura e, em certa medida, constroem o *status quo* feminino sob a égide de uma representação social demarcatória de desempenhos que invisibilizam a valorização das mulheres enquanto participan-



tes de um sistema social democrático. Se o imaginário social usa os instrumentos de dominação hierarquizadas das relações de gênero, as mulheres criam suas próprias ações de empoderamento e avançam em busca de direitos e de cidadania.

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2018.

**Maria Luzia Miranda Álvares**  
*Coordenadora do GEPEM/UFPA*

## Carta para Conceição<sup>1</sup>

*Carta para Conceição*

*Letter for Conceição*

Constância Lima Duarte

**Resumo:** Este texto – que tem o formato de uma carta dirigida à Conceição Evaristo – surgiu após a leitura de *Cartas negras*, publicação distribuída durante a Ocupação Conceição Evaristo, promovida pelo Itaú Cultural e Ministério da Cultura em São Paulo, em 2017. Após comparar as *Cartas negras* com as *Cartas portuguesas* (1669), de Mariana Alcoforado, e *As novas cartas portuguesas* (1972), das “três Marias” – Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno – reflito sobre os conceitos de sororidade, carta-manifesto e feminismo.

**Palavras-chave:** Conceição Evaristo. *Cartas Negras*. Sororidade.

**Resumen:** Este texto – que tiene el formato de una carta dirigida a la Conceição Evaristo – surgió después de la lectura de *Cartas Negras*, publicación distribuida durante la Ocupación Conceição Evaristo, promovida por el Itaú Cultural y el Ministerio de Cultura en São Paulo, en 2017. Después de comparar las *Cartas Negras* con las *Cartas portuguesas* (1669), de Mariana Alcoforado, y *Las nuevas cartas portuguesas* (1972), de las “tres Marías” – María Teresa Huerta, Maria Velho da Costa y María Isabel Barreno – reflexiono sobre los conceptos de sororidad, la carta-manifiesto, y el feminismo.

**Palabras clave:** Conceição Evaristo. *Cartas Negras*. Sororidad.

**Abstract:** This text – that is shaped like a letter addressed to Conceição Evaristo – came to light after the reading of *Cartas negras*, a publication distributed during the Conceição Evaristo Occupation, promoted by the Itaú Cultural and the Ministry of Culture in São Paulo, in 2017. After comparing *Cartas negras* with Mariana Alcoforado’s *Cartas portuguesas* (1669) and *As novas cartas portuguesas* (1972) of the “three Marias” – Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno – a reflection is made on the concepts of sorority, manifest letter and feminism.

**Keywords:** Conceição Evaristo. *Cartas Negras* (Black Letters). Sisterhood.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado durante o I Encontro Internacional “Escritas do Corpo Feminino”, promovido pela UFRJ, de 17 a 19 de abril de 2018.

**Constância Lima Duarte** – Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1973), mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980), e doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1991). Pesquisadora junto ao NEIA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, ao Centro de Estudos Literários e Culturais, da UFMG. E-mail: [constanciaduarte@gmail.com](mailto:constanciaduarte@gmail.com)



Querida Conceição,

Acho que comecei a escrever esta carta no dia que em conheci as *Cartas negras*, em São Paulo. Também sou do tempo em que se escrevia cartas para romper o isolamento, a distância, na busca de se construir pontes entre corações e mentes...

Além delas, também os diários foram uma prática utilizada pelas mulheres para expor livremente sua intimidade, expressar as angústias, enquanto exercitavam a linguagem, o autoconhecimento e descobriam os segredos da arte literária. Provavelmente por isso tais gêneros – epistolografia, diários e memórias – foram logo considerados “escritas marginais” pelos críticos mais ortodoxos. A elevação deste gênero em objeto de estudos acadêmicos, que buscam os meandros do fazer literário dos escritores e esmiúçam o indiscutível veio autobiográfico nele presente, é relativamente recente. No caso das mulheres, a carta adquiriu um sentido ainda mais específico por se tornar depositário fragmentado de memórias, e se constituir em estratégia de resistência e fuga diante da sociedade patriarcal.

Suas *Cartas negras* me remeteram a outras que também ganharam a esfera pública, rompendo os limites do privado. Por exemplo, as famosas *Cartas portuguesas*, de 1669, da freira Mariana Alcoforado, que as escreveu para alardear aos quatro ventos seu amor pelo oficial francês e denunciar os condicionamentos em que vivia. E também as *Novas cartas portuguesas*, de 1972, das “três Marias” – Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno – que tomaram como mote a sofrida história da antepassada, e denunciaram que as mulheres portuguesas viviam, ainda na década de 1970, tão submissas e expostas à vontade masculina, quanto a infeliz religiosa setecentista.

A história deste livro é bem conhecida, pois *Novas cartas portuguesas* tornou-se um marco histórico na denúncia da subalternidade secular das mulheres, e das injustiças decorrentes do regime ditatorial português. Ao questionar a mística criada em torno do “segundo sexo”, o livro antecipa uma das bandeiras do movimento feminista que ressurgia naquele momento, ao afirmar que “o pessoal é político”. Como era previsível, a obra foi apreendida, as autoras acusadas de atentado ao pudor, e literalmente enclausuradas por ordem de uma elite preconceituosa e moralista.

Querida Conceição, a referência às *Cartas portuguesas* foi meu gancho para falar das *Cartas negras*. Em ambas, eu vejo o apelo à aliança entre as mulheres para que, juntas, alcancem objetivos comuns. Ou seja: as duas coletâneas tratam da urgente e necessária proposta de se estabelecer uma rede de sororidade, como forma de fortalecer a irmandade no coletivo. Aliás, este conceito – sororidade – esteve sempre presente em toda manifestação feminista, desde o século XIX, devendo inclusive ser considerado um dos principais pilares do movimento de igualdade entre os gêneros.

Sororidade, lembro, vem do latim *sóror*, que significa “irmã”, e é a versão feminina de “fraternidade”, que por sua vez se origina de *frater*, “irmão”. Ou seja, é a sororidade que permitirá que um dia consigamos romper velhos estereótipos, inclusive o equívoco que nos fizeram acreditar – por séculos! – que as mulheres deveriam ser inimigas entre si, uma vez que disputavam o mesmo troféu... Hoje, quando batemos no peito para dizer “mexeu com uma mexeu com todas”, ou usamos as redes sociais para declarar nosso apoio a qualquer mulher que sofre violência, estamos simplesmente exercitando sororidade.

Penso, Conceição, que ambas as publicações – *Novas cartas portuguesas* e *Cartas negras* – se configuram como cartas-manifesto, ao serem, cada uma a seu modo, portadoras de uma visão de mundo e de um lugar de fala – tópico tão presente no feminismo dialógico contemporâneo. E mais, por estarem refletindo sobre a condição presente das signatárias, que remete ao passado tanto in-

dividual como coletivo, ao serem publicadas, miram o futuro. Assim como Soror Mariana e as três Marias portuguesas, você transcende os limites impostos à missiva, deixando o destinatário privado para se abrir em público e se tornar manifesto.

Mas se estes são os pontos comuns, outros as diferenciam. Enquanto *Novas cartas portuguesas* denuncia as lentas mudanças que ocorriam na vida das mulheres, a permanência da desigualdade, e a manutenção dos fundamentalismos patriarcais, *Cartas negras* dá um salto, ao articular a questão de gênero com a questão étnica e denunciar que o político é também pessoal. Não se trata agora de falar da problemática feminina no geral, mas em especial a da mulher negra, que sofreu e sofre discriminações específicas.

Quando você propôs ao grupo de amigas escritoras, em 1991, trocarem cartas entre si, estava propondo também a união para que, juntas, enfrentassem as adversidades comuns a toda escritora, mas que pesavam especialmente sobre a autora negra. O grupo foi primeiro constituído por Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Lia Vieira e Sônia Fátima da Conceição, além de você – todas jovens autoras, sem livros individuais, e colaboradoras do *Cadernos negros*, do Grupo Quilombhoje. Inconscientemente, talvez, estivessem se fortalecendo diante do coletivo maior e masculino, criando um quilombo dentro do quilombo. Um quilombo feminino.

Na sua primeira carta está registrada a emoção do encontro e a promessa dos futuros reencontros literários:

No caminho regresso, meu coração violento rolava asfalto. Trago lembranças que engravidam a minha memória. Desarrumo as malas. Algumas roupas eu jogo no tanque para mofarem ao sabor do tempo. Outras hão de mofar esperanças íntimas que me latejam no útero às pontas do dedo. [...]

E do encontro do final de semana, ficou a feitura de nosso tempo moldado solenemente por nossos desejos e mãos femininas. Brotou a semente que regaremos em cartas. Ah! Ainda bem que escrevemos.... Nossas letras, nossas palavras sairão tingidas pelo sangue que de nós jorra e amalgamadas ao nosso suor. (“Amiga”, 1ª carta de CE para o projeto *Cartas Negras*, 1991)

Em outra, você cobra das amigas o compromisso assumido em casa de Miriam Alves, que aos poucos ia sendo esquecido:

Amiga, você se lembra do momento primeiro da fecundação de *Cartas*? Um acasalamento em grupo de vozes-mulheres. Nossas vozes. [...] ao sabor de um encontro regado com nossos risos, nossa euforia e teimosia em crer em nós mesmas. Gestamos tudo, escreveríamos cartas umas às outras. As cartas circulariam entre nós... [...]

Por que interrompemos nossas águas, ora mansas, ora revoltas, correndo o risco de nos entregar à secura? Por que abafamos nossas chamas, nosso calor íntimo, se podemos trocar entre nós o agasalho, o aconchego, o alimento, antes de sucumbirmos tísicas de carinho? (*Cartas Negras*, s/p)

O corpo negro, a escrita negra, tudo estava ali já posto, pois desde sempre Conceição Evaristo não ocultou o lugar de onde fala/escreve: é uma mulher negra, de origem humilde, consciente e militante.

(Abro um parêntese: Ana Cristina César afirmou em um de seus ensaios que “mulher raramente deixa de escrever como mulher”. E eu acrescentaria: assim como o homem. Mas se essa questão causa arrepios em tantas escritoras isso se deve ao preconceito cristalizado em torno da palavra “feminina”, que ganhou uma conotação pejorativa e secundária, e elas receiam ver seus escritos estigmatizados se assim forem identificados. O que não é verdade. Há inúmeros exemplos de escritoras bem sucedidas que desmentem esta assertiva. Jane Austen, Toni Morrison, Maria Teresa Horta, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles e você, Conceição, por exemplo, em momento algum deixaram de fora de seus escritos a perspectiva de suas vivências enquanto mulheres.

Se as escritoras ficaram invisíveis em nossa história literária, isso se deve ao corporativismo masculino que durante muito tempo ignorou e menosprezou a produção de autoria feminina. Se as autoras brancas enfrentaram tantos vícios patriarcais quando deixaram de ser leitoras e se tornaram autoras; no caso das negras os obstáculos foram ainda maiores. Daí a urgência do fortalecimento de um feminismo negro, que se diferencia por defender as demandas relativas à mulher negra. Historicamente, o movimento feminista privilegiou as pautas de mulheres brancas, heterossexuais, da classe média e alta, e universalizou a categoria mulher como se todas sofressem o mesmo tipo de opressão. E não é bem assim, sabemos. A única verdade é que toda mulher, independente da etnia, sexualidade e classe social sofre com o machismo, com a misoginia, com o falocentrismo – os pilares mestres do patriarcado. Daí o feminismo em sua vertente mais contemporânea considerar não só a condição de gênero, mas também a étnica, a de classe e a orientação sexual, entre outras.) Fecho o parêntese e retomo minha carta.

Anos mais tarde, minha amiga, ao retomar o antigo projeto, sua poderosa rede amorosa alcançou outras escritoras, como Ana Cruz, Ana Maria Gonçalves, Cristiane Sobral, Débora Garcia, Elizandra Souza, Geni Guimarães, Jeniffer Nascimento, Livia Natália e Mel Adún, que prontamente atenderam ao chamado da irmã maior. Como uma *griotte*, que preserva as histórias e canções de seu povo, para mantê-lo forte e unido, você nunca perde de vista o coletivo, mesmo que usufrua, nesse momento, de destaque nas letras nacionais, com prêmios, traduções e homenagens vindas de todos os lados.

Gostaria de comentar alguns trechos das respostas que você recebeu:

Da poeta Ana Cruz: “Como sempre, suas palavras continuam apontando diferentes caminhos e nos possibilitando construir inúmeras reflexões sobre nossa vida e sobre nosso lugar neste mundo, como mulheres negras na luta por diferente protagonismo.”

Ana Maria Gonçalves, premiada autora de *Um defeito de cor*, lembra “a capacidade incrível de transmutação que os corpos negros, quando juntos, parecem resgatar de uma tradição que atravessa o tempo, que atravessou outros corpos, que nos atravessa, que nos remete para o futuro”.

Cristiane Sobral também é firme em sua militância: “Ninguém que tem o passado sob seus pés está só. [...]. Estejamos cada vez mais vivas e combatentes em nossos corpos, na capacidade de insistir além dos decretos de derrota e de invisibilidade, das máscaras estereotipadas secularmente”.

Débora Garcia observa com muita propriedade que, “Antes de sermos escritoras, somos mulheres negras, trabalhadoras”.

E também Elizandra Souza, do grupo Jovens Mulheres Negras em Ação, ao escrever: “A invisibilidade insiste em nos enterrar vivas em deslembraças. [...] Sinto a mesma necessidade de estarmos juntas”.

Esmeralda Ribeiro, do Quilombhoje, também se manifestou: “Queria ter asas; asas libertárias para instituir na nossa escrita a palavra “corpo negro”, seria o meu jeito de feminizar a escrita”.

Da querida Geni Guimarães são estas palavras: “Preciso das irmãs adotivas com as quais dividi vontades, sonhos e desejos de fazer uma revolução, abolição concreta, como sempre difícil e dolorida”.

Jeniffer Nascimento, também atriz e cantora, escreveu em sua carta: “Fui tocada pelo chamado de *Cartas negras* e tomada por sentimentos agudos aos quais ainda não consigo nomear. [...] estar irmanadas nos dá fôlego e nos impulsiona a atravessar fronteiras inimagináveis”.

Já Lívia Natália afirmou lindamente que “o chão que meus pés pisavam vinha amansado pelas escritoras negras que me antecederam. [...] Acredito que escrevemos para sobreviver ao mundo e para eternizar, nas nossas vozes, as falas das mulheres silenciadas que nos antecederam”.

Mel Adún, a baiana que nasceu em Washington, confessou: “A carta nos motiva a abrir, mostrar, entregar. [...]. Mandei muitas cartas para muitos vocês. E, a cada carta escrita, antes mesmo da resposta, eu me sentia um pouco curada. Um pouco tratada. Um pouco amparada. Ressuscitada a cada envelope selado”.

Por fim, Miriam Alves, poeta e ficcionista, assim se manifestou: “Uma certeza tenho, amiga: apesar de as missivas cessarem, aquele nosso encontro tecido há anos nas entranhas do tempo mudou nossa vida, nos deixou leves e mais decididas no nosso ato de escrever. [...]. Volto com sorriso no rosto e lágrimas nos olhos, abro os braços para agasalhar e ser agasalhada por você, amiga, e por todas as outras amigas destas nossas *Cartas negras*. ”.

Assim, cada uma a seu modo, as escritoras se revelaram afinadas com o chamado e a proposta de irmandade, ainda que cada uma mantenha seu próprio espaço no mundo literário.

Sei que já me alonguei e preciso terminar esta carta.

Querida Conceição, ao me despedir, gostaria ainda de agradecer por você ter incluído, entre as *Cartas negras*, as preciosas páginas do “Caderno de Dona Joana”. À primeira vista podem até parecer poucas, mas tal é a emoção que elas provocam que o número se avoluma a perder de vista. Cada página representa um pungente documento de vida atravessada pela pobreza e pela resiliência. Dona Joana com certeza também foi uma insubmissa, e sua herança é essa escritora vitoriosa.

Fico por aqui.

Axé, minha irmã! Até qualquer dia.

## REFERÊNCIAS

CARTAS NEGRAS. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/>>

DUARTE, Constância Lima. Luzes portuguesas na caverna do patriarcado brasileiro. In.: *Anuário de Literatura*. Florianópolis, UFSC, v.18, n. esp. 1, 2013. P.89-98.

EVARISTO, Conceição. *Cartas negras*. São Paulo: Ocupação Conceição Evaristo; Itáu Cultural, 2017.

**Ouvir e Ler o que Mulheres Dizem e Escrevem: literatura com temática lésbica***Oír y Leer lo que las Mujeres Dicen y Escriben: literatura con temática lésbica**Hearing and Reading what Women Say and Write: literature with a lesbian theme***Claudete Camargo Pereira Basaglia**

**Resumo:** O texto “Ouvir e ler o que mulheres dizem e escrevem: literatura com temática lésbica”, retrata um estudo apoiado na premissa de que a literatura não pode pertencer apenas a determinadas categorias, é preciso ser considerada como direito. Ela dá a base para o objetivo de se verificarem aspectos do fazer literário, de temas tratados e da leitura da literatura com temática lésbica. Compõe o estudo um *corpus* de mulheres lésbicas e bissexuais colaboradoras da pesquisa de campo. Nele, os escritos literários com temática lésbica são compreendidos como conteúdos que retratam histórias de personagens que questionam e resistem ao *status quo* da heteronormatividade imposta às mulheres, até mesmo em sua parcela que retrata a tripla marginalização: ser mulher, negra e lésbica. Ao realizar-se no Brasil, esse estudo adentra em território de vozes não autorizadas, o que o leva a ter importância política e preocupação com a diversidade de vozes.

**Palavras-chave:** Literatura. Temática Lésbica. Autoras. Leitoras.

**Resumen:** El texto “Oír y leer lo que las mujeres dicen y escriben: literatura con temática lésbica” registra un estudio apoyado en la premisa de que la literatura no puede pertenecer sólo a determinadas categorías, tiene que ser considerada como derecho. Ella da la base para el objetivo de verificar aspectos de la producción literaria, de temas abordados y de lectura de la literatura con temática lésbica. El *corpus* de este estudio está compuesto por mujeres lésbicas y bisexuales colaboradoras en el trabajo de campo. En él, los textos literarios con temática lésbica son comprendidos como contenidos que registran historias de personajes que cuestionan y resisten al *status quo* de la heteronormatividad impuesta a las mujeres, incluso en la parcela que retrata la triple marginalización: ser mujer, negra y lésbica. Al realizarse en Brasil, entra en un territorio de voces no autorizadas, lo que le da importancia política y preocupación con la diversidad de voces.

**Palabras clave:** Literatura. Temática Lésbica. Autoras. Lectoras.

**Abstract:** The text “Hearing and reading what women say and write: literature with a lesbian theme” portrays a study based on the premise that literature cannot belong to determined categories, it must be thought of as a right. It gives a basis for the objective of verifying aspects of the literary production, of the themes addressed and of the reading of literature with lesbian themes. The study is made up of a *corpus* of lesbian and bisexual women who collaborated with the field research. In the study the literary works with lesbian themes are understood as content that portrays stories of characters who question and resist the *status quo* of the heteronormativity imposed on women, including those who portray the triple marginalization: being a woman, being black and being a lesbian. Having been carried out in Brazil, this study enters the territory of non authorized voices, which gives it political importance and the preoccupation with the diversity of voices.

**Keywords:** Literature. Lesbian Themes. Authors. Readers.

**Claudete Camargo Pereira Basaglia** – Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGA), ligado à Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara-SP. Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara; Mestra em Educação pela UNICAMP; Graduada em Ciências Sociais pela PUC-Campinas. E-mail: [claudete.sociologia@gmail.com](mailto:claudete.sociologia@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Temos que pensar na literatura como direito. As classes subalternas têm que se apropriar da escrita e da literatura, pois ela não pode pertencer somente a determinadas categorias. (Conceição Evaristo. *O tempo*, 2017)

O pressuposto destes escritos está referido na afirmação da epígrafe de que a literatura “não pode pertencer somente a determinadas categorias, temos de pensar na literatura como direito” e, com base nessa premissa, apresenta-se o objetivo de se verificarem aspectos do fazer literário, de temas tratados e da leitura com temática lésbica.

O interesse pela literatura, de modo amplo, antecede minha formação acadêmica, período no qual compreendi a grande relevância das dimensões sociais, políticas, culturais, históricas que transversalizam sociedade e literatura. Em relação à literatura com temática lésbica, o interesse foi despertado no período entre 2012 e 2016, em que desenvolvi pesquisa de doutorado sobre homossexualidade lésbica em matizes que acompanharam a dinâmica social das maternidades no limiar do século XXI<sup>1</sup>, realçando e verificando tensões sociais e políticas provocadas por formas do tornar-se mães reconhecendo-se como lésbicas.

Para intermediar entre os marcos teórico-metodológico e a realidade empírica, o *corpus* constituiu-se de 17 mulheres lésbicas e bissexuais que se dispuseram a responder perguntas de um formulário. O primeiro contato ocorreu com quatro mulheres lésbicas e uma bissexual, membras, como eu, do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGAr), ligado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Araraquara-SP, durante as reuniões de estudo. Uma vez explicado o teor da pesquisa e aceitando participar, elas indicaram outros contatos e, dessa forma, constituiu-se a rede de colaboradoras.

Aliada à pesquisa de campo está o levantamento e a compreensão da produção bibliográfica sobre o tema, incluindo notícias expressas pelos meios de comunicação de massa – televisão, rádio, jornais, internet.

A expressão literatura com temática lésbica foi adotada em concordância com as ideias da escritora Diedra Roiz (JUDAR, 2016). O título como um todo foi inspirado na exposição, com caráter de depoimento, da professora Nádia Battella Gotlib (2011), na qual ela se detém em alguns pontos sobre a sua experiência de participação no Grupo de Trabalho (GT) *A mulher na literatura* e apresenta uma linha histórica do GT, com o objetivo de examinar de que forma eles repercutiram na sua atividade profissional de pesquisadora de literatura.

Decorrentes desse registro, dois pontos são destacados. O primeiro em relação ao tempo em que o tema Mulheres e Literatura vem sendo estudado no Brasil por grupos de pesquisa, como o relatado por Gotlib (2011), que teve o primeiro encontro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em maio de 1987<sup>2</sup>, por ocasião do II Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-

<sup>1</sup> MATERNIDADES LÉSBICAS: clivagem entre as tensões sociais e políticas do tornar-se mãe na contemporaneidade. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras-Unesp/Araraquara-SP, 2017. Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos. Orientadora: Profª Dra. Lucila Scavone.

<sup>2</sup> Para Heloisa Buarque de Hollanda (1990), o GT Mulher na Literatura da ANPOLL é considerado o maior aglutinador de pesquisadores sobre a mulher na área. Criado em 1986 por sugestão de Suzana Funck (UFSC) durante o Primeiro Encontro da ANPOLL, sendo, nesta ocasião, escolhida como coordenadora, Ana Lucia Gazolla, em 1987, em sua primeira reunião, já conta com cerca de 20 inscitos. Em 1988, Nádia Gotlib assume a coordenação dos trabalhos e consegue expandir e consolidar o grupo, cumprindo, a tarefa de descobrir e organizar o campo. Um dos traços do trabalho de Nádia foi imprimir ao GT uma abertura interdisciplinar, o que não era muito comum na política dos outros GTs da ANPOLL. Com essa medida, historiadoras como Miriam Moreira Leite e Maria Lucia Mott, antropólogas como Norma Telles, linguistas e psicólogas passam a colaborar no GT Mulher e Literatura.

Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). O segundo em relação ao fato de que se trata de um tema que não perde sua atualidade dada a dinâmica social dos contextos que envolvem as realidades das mulheres. Para ilustrar, tem-se a continuidade da participação, – após trinta anos da existência do GT da ANPOLL –, nos VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional *Mulher e Literatura – Mulher e Literatura: transgressões, descentramentos e subversão*, realizados na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em setembro de 2017 e a novidade do *Projeto Lettera*, um espaço virtual que surgiu em 2015 e “celebra a literatura lésbica com grande alcance, seja divulgando a literatura feminina e fortalecendo este nicho, seja ajudando mulheres a se aceitarem e se empoderarem”, escreve sua mentora Cristiane Schwinden (2018).

O destaque para os dois pontos não elimina o debate sobre a existência da categoria literatura lésbica, assim como se debate a existência ou não de uma literatura feminina. Terezinha Vicente (2010) ressalta no artigo *Com a palavra, escritoras lésbicas* que, embora as escritoras lésbicas consultadas tenham dito que o mais importante é ser boa ou má literatura, perpassar a universalidade do ser lésbica no mundo ocidental, no qual a literatura é heteronormativa, patriarcal e falocêntrica “é um fato político e a existência de uma literatura *gay*/lésbica é afirmativa para o segmento” nas palavras da escritora Lúcia Facco, o que pode ser compreendido como afirmação política, necessária para a literatura com temática lésbica.

Ainda no artigo *Com a palavra, escritoras lésbicas* (VICENTE, 2010), Mariana Cortez, jovem escritora que começou na internet em 2004, com blogs e contos, explicou que foi fundamental ter tido acesso a alguma literatura lésbica para ler na adolescência, o que a ajudou a se ver melhor e ter coragem de se expor e que foram suas leitoras que fizeram crescer suas personagens. Karina Dias, outra escritora com a palavra, também foi incentivada pelos muitos *emails* de leitoras de sua primeira história na internet. Ela declarou que gostaria de dizer apenas literatura em referência à sua escrita, pois, ao escrever, pensa nas suas personagens inseridas no cotidiano, mas considera possível dizer literatura lésbica, pois as heroínas são lésbicas e ela escreve, sobretudo, para que as mulheres lésbicas, como ela, tenham uma literatura que retrate sua vida. Considera que o cotidiano de mulheres que amam outras mulheres é igual a qualquer outro.

Com relação aos novos veículos para a publicação nas redes virtuais, as mais jovens se referem à uma nova literatura lésbica, resultante de uma vivência um pouco mais livre da sexualidade diferenciada. As trocas via internet demonstraram para as escritoras que elas vivem como as demais pessoas e esse foi um fato que as levou a escrever mais e a gostar de publicar livros. Para Karina Dias, que declarou ter saído do armário aos 17 anos, ser lésbica nunca interferiu em sua vida e as declarações de leitoras que tinham medos diversos de viver sua lesbianidade a impressionaram (VICENTE, 2010).

Outra perspectiva da literatura com temática lésbica refere-se às mulheres negras lésbicas. Para bell hooks(1995), a imagem das mulheres negras, mais do que a das brancas, foi historicamente construída em uma expressão altamente heteronormativa, uma representação que também repercutiu na criação de personagens negras femininas na literatura brasileira. Uma literatura que silencia sobre identidades, gênero, raça e firma-se na semântica erótica obcecada pelo corpo moreno, mulato e negro, identificado como desfrutável ou reduzido à mão de obra servil.

Há a contrapartida para romper com o silêncio e ela se pronuncia mediante experiências identitárias de escritoras negras – lésbicas ou não –, representando lésbicas negras em suas narrativas. Conceição Evaristo, Zula Gibi – pseudônimo de Miriam Alves, Cidinha da Silva são autoras que dão voz a personagens lésbicas negras que descentram os modelos heteronormativos aprego-

ados: casar, ser mãe. Seus escritos retratam histórias de personagens que questionam e resistem ao *status quo* da heteronormatividade imposta às mulheres negras. São histórias mediante as quais é possível perceber as nuances que envolvem essas identidades e refletir sobre o estereótipo da tripla marginalização: ser mulher, negra e lésbica.

Além do que foi exposto, convergir para a literatura com temática lésbica, no Brasil, significa adentrar em território de vozes “não autorizadas”, um território contestado por diferentes grupos sociais que procuram se apropriar de seus recursos. Significa considerar que a preocupação com a diversidade de vozes “não é mero eco de modismos acadêmicos, mas algo com importância política”, conforme escreveu Regina Dalcastagnè (2012, p. 47).

### 1. Literatura com temática lésbica: caracterizando leitoras

O ponto de partida para a pesquisa foi a observação do seu papel no contexto da descoberta do assunto a ser pesquisado. Seu exercício apresentou como necessária a minha aproximação com o estudo da literatura voltada para a temática lésbica.

Durante o período inicial de observações, quando ainda me encontrava abstraída da situação a ser estudada, observando de maneira espontânea fatos relacionados à literatura na sua especificidade de conteúdos relativos às lésbicas, surgiram perguntas: Têm as lésbicas conhecimento da existência da literatura com temática lésbica? Se sim, quais seriam os meios pelos quais tiveram acesso a esse conteúdo? Se não, quais seriam os impedimentos?

Com as perguntas constituiu-se a ideia de aliar o estudo das fontes bibliográficas a uma experiência de campo, para reunir dados, utilizando o formulário e a técnica da bola de neve para o acesso à rede de mulheres lésbicas ou bissexuais.

A reunião de dados de amostragem pela técnica da bola de neve, forma de amostra não probabilística, que não permite determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, foi considerada adequada para o estudo.

Para iniciar a reunião de dados relativos à execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. (VINUTO, 2014, p.203).

Utilizando a terminologia de Juliana Vinuto (2014), as sementes foram as membras do NEGAr que responderam às questões propostas e indicaram novos contatos com a característica desejada: orientação sexual lésbica ou bissexual<sup>3</sup>.

A orientação sexual lésbica ou bissexual, não estava definida como característica para a constituição do *corpus* no início das reflexões. Ela estabeleceu-se após o teste piloto com o formulário, realizado com a colaboradora Caroline. Durante esse exercício, em que o teste piloto teve como objetivo avaliar aspectos funcionais: pertinência, organização, clareza das questões propostas, Caroline apresentou-se como bissexual e argumentou que sua orientação sexual a aproximara da

<sup>3</sup>No encontro inicial foram feitos os esclarecimentos sobre o teor do estudo, o convite para a participação e a assinatura do Termo de Compromisso, no qual ambas as partes entraram em acordo sobre a ética que regeria as ações: preservação dos nomes conforme a vontade manifesta das participantes e a fidelidade na exposição dos relatos.



literatura lésbica, o que a fez leitora dessa temática. Por essa razão, sentia-se apta para participar da pesquisa. Sendo seu argumento considerado plausível, a proposta inicial do formulário que era dirigido apenas para mulheres de orientação sexual lésbica, foi alterada.

As questões a serem respondidas compuseram um formulário, definido como instrumento para essa investigação social. Para opção pelo seu uso pesaram: poder explicar os objetivos da pesquisa para cada participante, elucidar significados de perguntas que não estivessem claras, adaptar-se às necessidades de cada situação, inclusive, a reformulação de questões visando a compreensão de cada participante e a uniformidade no preenchimento. Ressaltando que, após o teste piloto e sua reformulação, não foram constatadas situações desvantajosas relativas à menor liberdade nas respostas em virtude da presença da pesquisadora, durante os contatos para o seu preenchimento.

Os indicadores para constar do formulário estabeleceram-se conforme sua relevância para o estudo. Quanto à característica de cor ou raça, o critério adotado pautou-se pelo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece: auto declaração das pessoas de acordo com as opções branca, preta, amarela, parda ou indígena.

O IBGE usa preto como classificação de cor ou raça nas pesquisas de censo demográfico desde 1872, conforme Nota Técnica sobre o *Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE*. Para 2010, último Censo realizado, as categorias raciais foram: branca, preta, parda, amarela, indígena – se indígena, era necessário declinar a etnia e a língua falada (BRASIL, 2011).

Com o indicador de categoria racial e outros que caracterizam a identificação pessoal das colaboradoras, o quadro de amostragem (Quadro 1) foi constituído e organizado. O encerramento dos contatos com as colaboradoras ocorreu em razão do período estabelecido para o encerramento dessa fase da pesquisa.

Essa fase da pesquisa corresponde à primeira etapa, pois há novos questionamentos suscitados pela leitura do livro de Regina Dalcastagnè (2012, p.147), *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado*, em relação a dois resultados da pesquisa de mapeamento do romance brasileiro contemporâneo considerados gritantes, apresentados no capítulo *Um mapa de ausências*. O primeiro, relativo à pouca presença feminina entre os autores publicados: dentre 165 autores pesquisados, 120 são homens (72,7%). O segundo, alusivo à homogeneidade racial: são brancos 93,9% do total dos 165 autores estudados. São dois resultados que têm na sua base a constatação das ausências de pessoas pobres e pretas nos romances brasileiros e, em decorrência da qual, outras ausências foram sendo constatadas: crianças, velhos, homossexuais, deficientes físicos e até das mulheres, ressalta a autora.

**Quadro 1:** Dados de identificação pessoal das colaboradoras da pesquisa

NOME	CATEGORIA RACIAL	IDADE	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
1. Laura	Branca	26	Lésbica	Mestranda	Professora
2. Jéssica	Branca	25	Lésbica	Mestranda	Bióloga
3. Letícia	Branca	20	Bissexual	Cursando graduação	Desempregada
4. Kênia	Branca	24	Bissexual	Cursando graduação	Estudante
5. Camila	Branca	22	Bissexual	Cursando graduação	Estudante
6. Isabela	Branca	19	Lésbica	Cursando graduação	Estudante

<b>7. Larissa</b>	Branca	20	Bissexual	Cursando graduação	Estudante
<b>8. Luiza</b>	Branca	20	Lésbica	Cursando graduação	Estudante
<b>9. Janaina</b>	Preta	24	Lésbica	Mestranda	Pesquisadora
<b>10. Joana</b>	Preta	25	Lésbica	Graduada	Professora
<b>11. Fabiana</b>	Branca	39	Bissexual	Pós-graduada	Enfermeira
<b>12. Gisela</b>	Branca	37	Bissexual	Pós-graduada	Enfermeira
<b>13. Caroline</b>	Branca	32	Bissexual	Cursando graduação	<i>Freelancer</i>
<b>14. Lorena</b>	Branca	20	Lésbica	Cursando graduação	Estudante
<b>15. Jaqueline</b>	Branca	22	Lésbica	Graduada	Orientadora de público
<b>16. Não declarado</b>	Branca	24	Bissexual	Mestranda	Desempregada
<b>17. Flávia</b>	Parda	35	Lésbica	Graduada	Funcionária Pública

Fonte: Quadro gerado pela pesquisadora no decorrer da pesquisa (2018)

No Quadro 1, o ponto em destaque é o fato de que, dentre as 17 colaboradoras com nível universitário, duas se autodeclararam pretas (11,76%) e uma parda (5,88%), resultado que não está distante dos dados do IBGE (BRASIL, 2011), nos quais apenas 12,8% de estudantes em instituições de ensino superior são pessoas pretas e pardas.

O resultado relativo à categoria racial pode afluir para o mapa de ausências organizado por Regina Dalcastagnè (2012) porque, embora esse mapa se refira à representação artística literária, a compreensão de que a representação artística ecoa no debate público, insere as colaboradoras em um mapa no qual a ausência das pessoas pretas e pardas também é gritante e se faz sentir, considerando-se que, do total de 190.755.799 milhões de pessoas constatadas pelo censo do IBGE (BRASIL, 2011), 82.215.405 (43,1%) se autodeclararam pardas e 14.497.379 (7,6%) se autodeclararam pretas.

Na composição desse quadro, a categoria racial reiterou a sua relevância em relação à necessidade de estudos permanentes, visto que sua dinâmica no Brasil tem se mantido nos campos da injustiça social e do racismo. Dela advém um questionamento: de que modo a ausência de pessoas pretas e pardas no âmbito universitário afeta a escrita e a leitura da literatura com temática lésbica? Uma questão que fica em aberto, neste texto, mas que desencadeia a necessidade de nova etapa para o estudo.

Isto posto, tem-se que o Quadro 1 suscitou questionamento que fica com a resposta a ser dada, mas tem verificações da ordem da escrita e da leitura que remetem ao próximo tópico.

## 2. A salamandra que queima livros e a certeza de saber que não se está sozinha

Entre 2013 e 2016, durante a busca de referências para a realização da pesquisa sobre maternidades lésbicas e as tensões políticas e sociais do tornar-se mãe na contemporaneidade, foi comum me deparar com livros, filmes, poesias, que se referiam à temática lésbica e que apresentavam como característica comum atos de censura, fosse em relação à proibição de publicação, circulação ou à necessidade de um pseudônimo para a autora. Eram obras que despertavam curiosidade, mas que

naquele momento deveriam ser deixadas de lado dadas as exigências da pesquisa, embora não tenha resistido à leitura de *O poço da solidão* de Hadclyffe Hall (1972), Lado B: *Histórias de mulheres* de Lúcia Facco (2006) e ao filme *Azul é cor mais quente* (2013). *Desejos secretos: a história de Sidonie C.*, de Ines Rieder e Diana Voight (2008), também foi irresistível.

A obra de Cassandra Rios, que anteriormente havia atraído a atenção pelo seu conteúdo e pela sua proibição durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) (SILVA, 1989), mantém a curiosidade aguçada e guardada na vontade de estudos futuros.

A curiosidade por ideias que se tornaram proibidas, depois de serem registradas em livros, surgiu na década de 1970, quando assisti em fita de vídeo cassete ao filme *Fahrenheit 451*<sup>4</sup> (1966), baseado no livro homônimo de Ray Bradbury (2012), escrito em 1953 e tido como um dos precursores do gênero literário chamado de distópico, no qual se inclui *Nós*, escrito pelo russo Ievguêni Zamiátin (1983), no começo da década de 1920. Foi censurado na Rússia, sendo por isso publicado primeiro em inglês, em 1924.

A etimologia da palavra distopia relaciona-se com o radical grego *topos*, de utopia. Ambas constituem gêneros literários que consistem nas narrativas sobre possibilidades de sociedades perfeitas e felizes e em discursos políticos que procuram expor a sociedade justa. Etimologicamente, utopia significa *u-topos* (lugar nenhum). Marilena Chaui (2008) esclarece que se trata de uma palavra criada por Thomas More (1968) e refere-se ao título de sua obra *Utopia*, que passou a ser empregada para designar narrativas muito anteriores, como, por exemplo, a cidade ideal na *República* de Platão (CHAUI, 2008). A autora explica que o prefixo negativo *u* é a condição implícita de outro prefixo grego, mais positivo, *eu*, que indica nobreza, justeza, abundância. Assim, utopia, lugar nenhum, significa também utopia, lugar feliz.

Enquanto a origem da ideia de utopia se estabelece no século XVI, a de distopia é engendrada no século XX, com a finalidade de analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, as quais iluminam o presente na mesma medida em que ofuscam o futuro. Etimologicamente, distopia é palavra formada pelo prefixo *dis* (doente, anormal, dificuldade ou mal funcionamento) mais *topos* (lugar). Em sentido literal, significa forma distorcida de um lugar.

Um dos aspectos do gênero literário distópico é apresentar mensagem de que o futuro precisa ser preparado e que, para isso, o presente deve ser bem gerenciado para evitar a tragicidade de um mundo pior ou para alcançar um futuro laureado. Daí decorre outro aspecto que é seu caráter ativista. Suas obras exortam leitoras e leitores a moldarem um futuro melhor ou a evitarem um pior.

No livro *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 2012) há uma analogia entre a espécie do animal anfíbio com cauda, a Salamandra-de-fogo, e o formato do carro do corpo de bombeiros, estes encarregados do policiamento e da manutenção da lei do governo que proíbe qualquer livro ou tipo de leitura. Um milhão de livros foram proibidos, assim como opiniões próprias consideradas antisociais e hedonistas. O pensamento crítico foi suprimido porque interrogar-se sobre o porquê das coisas poderia tornar as pessoas infelizes. Sendo assim, todos os livros da lista proscrita que fossem encontrados deveriam ser queimados pelos bombeiros.

Subtrai-se de *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 2012), sem simplificar seu contexto, a compreensão de que uma reação primordial que uma leitura pode provocar é interrogar-se, sentido para o qual confluem as palavras de Laura Bacellar dirigidas à Lúcia Facco (2004) para explicar porque decidiu apostar no projeto de publicar livros nas Edições GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) em 1998.

<sup>4</sup> 451 é o grau na escala de temperatura Fahrenheit em que o papel pega fogo.

[...] fui para a Inglaterra quando tinha dezenove anos, e lá me deparei com livros que falavam de maneira não preconceituosa da homossexualidade. O primeiro que achei foi *The price of salt*, de Claire Morgan [...]. Aquele livro mudou um monte de coisas em mim porque era uma história romântica entre mulheres com final feliz. (FACCO, 2004, p. 179).

Para Laura Bacellar, foram as leituras de livros sobre o tema amor entre mulheres que serviram como uma experiência que fez a diferença em sua vida, levando-a a perceber que não estava sozinha. O título *The price of salt*, ao qual se referiu, foi a primeira publicação (1952) do romance que depois receberia o nome de Carol ou o *O Preço do Sal* (HIGHSMITH, 1984), como foi publicado no Brasil.

Ele relata a história do relacionamento homossexual entre duas mulheres: Carol, uma mulher adulta, mãe, e Therese, jovem vendedora de uma loja de departamentos que está descobrindo sua sexualidade. Sendo o conteúdo considerado ousado para a época, foi recusado pelo editor para publicação, fato que levou a autora Patricia Highsmith a recorrer a uma editora pequena e ao pseudônimo de Claire Morgan.

Valéria Melki Busin, com outras palavras, também destaca a importância das publicações sobre a temática lésbica para atingir corações e mentes: “e, o mais importante, têm causado transformações nos leitores (homens e mulheres). Mais do que uma grande experiência estética, a literatura tem de ter a capacidade de mudar formas de pensar e de viver” (FACCO, 2004, p. 172).

Ainda em relação ao livro *Carol* ou *O preço do sal* (HIGHSMITH, 1984), Laura, uma das colaboradoras da pesquisa que se autodeclarou lésbica, indicou-o como boa leitura por abordar “uma realidade do universo lésbico: as dificuldades de assumir um relacionamento homoafetivo”. Complementou que é leitora da literatura com temática lésbica porque é “bom se sentir representada nas artes de modo geral”, embora tenha considerado a “dificuldade para encontrar bons livros com essa temática”.

Nos trilhos das ideias proibidas também está *O poço da solidão* (HALL, 1972), que foi objeto de estudo de Lúcia Facco (2004) que o apresentou como uma intenção ousada de Radclyffe Hall, lésbica militante que se vestia com roupas masculinas e se denominava invertida. Tem sido um livro polêmico desde sua publicação em 1928, na Inglaterra, quando foi considerado obsceno e teve seus exemplares apreendidos e queimados nos porões da *Scotland Yard*.

Permaneceu proibido até 1948, acontecimento considerado por Lúcia Facco (2004) como o possível motivo que o tornou conhecido como a Bíblia do lesbianismo. Trata-se de um livro que trouxe

[...] alívio a muitas mulheres que se consideravam verdadeiras aberrações, seres monstruosos, por sentirem desejo por outras mulheres. *O poço* trouxe uma nova interpretação a essas meninas que passaram a se aceitar (ou pelo menos deixaram de se considerar como “abominações”), por saberem da existência de outras iguais a elas. (FACCO, 2004, p. 73).

Embora a relação entre as personagens Stephen e Mary seja entendida como reprodutora do modelo heteronormativo, uma vez que Stephen é descrita com características consideradas masculinas: força física, corpo másculo, raciocínio lógico, enquanto Mary é a mulher que cuida da casa, cerze as meias, cuida das roupas de Stephen, possui instinto maternal, Lúcia Facco (2004) destacou

o fato de ter sido lido por milhares de pessoas que puderam refletir sobre a existência de relações amorosas e sexuais entre mulheres, como algo favorável à obra.

Entre 1928 e 2018, momento em que este texto está sendo escrito, ocorreram e ocorrem transformações sociais, culturais e políticas que vão sendo acompanhadas pela literatura. Nesse sentido, apresenta-se a fundação da Malagueta e as observações de Hanna Korich:

Em 2008, como já mencionei, fundei com outras mulheres a Malagueta e trabalho com livros desde então. Vejo a realização deste filme como um ganho! Sempre! A intenção é divulgar a Cassandra Rios e com imagens, porque infelizmente depois de 6 anos trabalhando arduamente na Malagueta, cheguei à conclusão de que apesar de termos no Brasil 9 milhões de lésbicas, elas não se interessam muito pela leitura, compram poucos livros, não se sabe a razão exatamente. (LEITE, 2014, n.p.).

A conclusão de Hanna Korich (LEITE, 2014) de que, no Brasil, as lésbicas não se interessam muito pela leitura, trouxe uma inquietação que levou à elaboração de uma pergunta feita às colaboradoras e que deu origem ao Quadro 2.

A indicação desse quadro de que seis (cinco lésbicas e uma bissexual) dentre as 17 colaboradoras (35,29 %) são leitoras, pode ser uma aproximação com as concepções de Hanna Korich (LEITE, 2014), com a ressalva necessária de que ela se coloca com a perspectiva de editora da Brejeira Malagueta que entre 2008 e 2015 publicou e divulgou literatura lésbica, tendo optado por autoras brasileiras assumidas, com histórias positivas para contar.

**Quadro 2:** É leitora da literatura com temática lésbica?

NOME	SIM (35,29%)	NOME	NÃO (64,71%)
Laura	Sim	Jéssica	Não
Luiza	Sim	Letícia	Não
Janaina	Sim	Kênia	Não
Joana	Sim	Camila	Não
Caroline	Sim	Isabela	Não
Lorena	Sim	Larissa	Não
		Fabiana	Não
		Gisela	Não
		Jaqueline	Não
		Não declarado	Não
		Flávia	Não

Fonte: Quadro gerado pela pesquisadora no decorrer da pesquisa (2018)

Os vieses da publicação e divulgação apresentados por Hanna Korich para a editora Brejeira Malagueta, não corresponderam às respostas das colaboradoras que responderam não à pergunta: É leitora da literatura com temática lésbica? Seis delas explicaram que não são leitoras porque não tiveram contato com esse conteúdo ou acesso à publicação com essa temática. Jéssica foi além e complementou que “apesar de ter muito interesse neste tema, encontro dificuldade em achar bons livros, uma vez que são escassos e pouco divulgados, colaborando para a invisibilização lésbica”, e

Larissa respondeu que não é leitora dessa temática: “Primeiramente, devido à falta de conhecimento e espaço que a literatura LGBT sofre, como consequência são poucas as oportunidades em que tive contato com a literatura LGBT e, especificamente, lésbica.”.

Para justificar seu não, a resposta da Letícia foi: “Nunca tive acesso a nenhuma publicação formal com essa temática, ou pelo menos não ouvi falar sobre. Porém, leio algumas histórias ou contos publicados na internet, escritos por outras mulheres LGBTs, que são divulgados pelas mesmas.”.

Ao fazer distinção entre uma publicação formal e as publicações nas redes virtuais, divulgadas pelas próprias autoras, Letícia aproxima-se das ideias de Diedra Roiz (2016a), segundo as quais a internet se apresenta como um espaço mais democrático de acesso às pluralidades, estando à margem do que ela chama de mídia oficial.

Em contraponto a uma sociedade que estigmatiza, silencia e que só viabiliza a existência de lésbicas dentro de determinados padrões, a **literatura lésbica na internet** dá voz e possibilita espaços de identificação, compreensão e construção de si e da vinculação com as outras, através de narrativas (ficcionais ou não) que discorrem sobre vivências (cotidianas ou não) de mulheres que vivem as suas afetividades ou sexualidades centradas em outras mulheres. (ROIZ, 2016a, n.p.).

Diedra Roiz (2016a), uma escritora que se utiliza do espaço virtual para publicar, defende esse espaço afirmando que ele oferece livre acesso e livre expressão. Segundo seu entendimento, ele alia visibilidade e interatividade e se consolida como espaço em que as trocas de experiência viabilizam o acesso aos discursos e às obras, sem censura ou distinção, dando voz àquelas mulheres para as quais literatura legitimada é, muitas vezes, inatingível. No caso da literatura lésbica, a internet serve não apenas para traduzir, dar voz e tornar visível diversas realidades, mas também favorece o diálogo, mediante a identificação ou o estranhamento diante das narrativas.

Entre as seis colaboradoras que se reconheceram como leitoras está a Laura, que leu e recomendou a leitura de *Carol* ou *O preço do sal* (HIGHSMITH, 1984). Está também a Lorena, que se reconheceu como leitora por razões identitárias e teve acesso à literatura com temática lésbica em “debates na universidade, literatura em bibliografia, páginas nas redes sociais, indicação de amigas, grupos de pesquisa, rodas de conversa”. Diante da pergunta: Qual leitura com essa temática indicaria?, ela optou pelo texto teórico da Adrienne Rich (2010), *Heterossexualidade Compulsória*.

Adrienne Rich (2010), escritora e poeta estadunidense, na década de 1970, escreveu sobre a heterossexualidade compulsória explicando que ela compõe um processo social, mediante políticas familiares e educacionais, pela imposição de normas de submissão e devoção ao masculino. Assim sendo, a heterossexualidade compulsória se transforma em definidora da divisão de trabalho, da remuneração, da importância social, além de tornar o espaço público e os direitos de cidadania um domínio no qual os homens têm primazia, o privado é sinônimo de doméstico, de familiar, prevalecendo a posse e autoridade dos homens sobre mulheres e crianças.

Heterossexualidade compulsória é um conceito que continua atual, como atestam as palavras de Lorena que argumentou ser esse um texto “bastante esclarecedor para iniciar o processo de se entender como lésbica, e os embates que se tem por causa da heterossexualidade compulsória existente”.

Da sugestão para a leitura de um texto teórico, segue-se para a sugestão de um romance gótico, escrito no século XIX. Luíza é a colaboradora lésbica que indicou o livro *Carmilla – A vampira de*

*Karnstein*, do autor Sheridan Le Fanu (2010). Ela explica que começou a ler literatura com temática lésbica a partir de *fanfiction*<sup>5</sup>, quando tinha 11 anos. “*Fanfiction* me fez conhecer mais do mundo da literatura lésbica porque me fez encontrar outros tipos de leitura com essa temática”. À pergunta, como teve acesso à essa forma de literatura? Ela responde que teve acesso “através da internet, em sites como *fanfiction.net* ou *archiveofourown.com*, e posteriormente por indicações de amigas lésbicas”.

Sheridan Le Fanu (2010), nascido na Irlanda, publicou *Carmilla* pela primeira vez em forma de folhetim, na revista *Dark Blue*, entre os meses de dezembro de 1871 e março de 1872. Embora não tenha sido escrito por mulher ou por mulher lésbica, para Alexander Meireles da Silva (2010, p.27), “a novela *Carmilla* quebra um discurso patriarcal em relação aos papéis sociais da mulher ao ser, até hoje, a principal obra da literatura de vampiros”, da temática do relacionamento lésbico-vampírico.

A colaboradora Caroline, estudante de Letras, contou que iniciou uma pesquisa científica na área de Estudos Literários, com ênfase nos Estudos Culturais – linha teórica que busca relacionar a literatura à história, à sociologia, à antropologia, à filosofia e a outras artes com o objetivo de indagar se

[...] o lugar de fala de uma autora, de narradoras ou personagens da ficção brasileira contemporânea funciona como premissa de tal pesquisa, lançando luz a uma produção literária marginal e trazendo também, em certa medida, questionamentos acerca da trajetória crítica de consagração dos cânones da literatura. Para além do fazer científico, o meu interesse reside na minha condição de leitora literária, mulher e bissexual, que quase não encontra a dimensão das relações homoeróticas, necessariamente entre mulheres, representada nessa literatura de ficção. Compreendo, portanto, que tal interesse particular atua de maneira responsiva, em diálogo com o contexto atual da produção literária no Brasil, sem desprezar os meios digitais e alternativos de produção e propagação da literatura. (CAROLINE, 2018).

Para a pergunta: Como teve acesso a essa forma de literatura?, a resposta da Caroline foi de que o primeiro contato ocorreu na adolescência, quando ainda não se autoidentificava como bissexual, “foi durante as aulas de teatro com a dramaturgia de Nelson Rodrigues” as quais ela entendeu que representavam as relações lésbicas como exóticas, estranhas às relações humanas afetivas. Um tempo depois conheceu a poesia de Hilda Hilst através das canções do álbum *Baladas no Alfalto*, do Zeca Baleiro (2005).

Em algumas delas, notei um maior protagonismo da mulher lésbica por meio de um sujeito-lírico que narrava a expressão de seus desejos e conflitos mais íntimos relacionando-os às identidades noturnas, com ênfase na vivência boêmia e na representação gótica da mulher. Achava ousado, notando um tom subversivo que resvalava para a experiência. É importante observar que essas foram leituras iniciais, sem o desempenho de um estudo aprofundado das obras e, por isso, podem não ter correspondência de fato com o que demonstra as pesquisas

<sup>5</sup> A palavra *fanfiction* é de origem inglesa e quer dizer, literalmente, ficção de fã. Uma fanfic, ou uma fic, é uma história inventada por um/a fã de acordo com uma obra original pela qual tenha interesse, dela poderá retomar personagens, parte da história, etc. compartilhado com outros fans da mesma série, mangá ou anime. No sítio *Spirit*, entre as fanfictions mais populares está o romance lésbico *Caminhos do Amor*, de Bruna Costa (2017). É uma fanfiction do gênero *FemmeSlash*, quando o enredo gira em torno de relações sexuais entre mulheres.

literárias das mesmas. Por fim, já na faculdade, tive acesso à literatura marginal durante um curso de Literatura Brasileira Contemporânea. Pelo cronograma de leitura dessa disciplina, tive a oportunidade de ler *Todos nós adorávamos caubóis*, da Carol Bensimon (2013). (CAROLINE, 2018).

Caroline sugeriu para leitura o livro *Todos nós adorávamos caubóis*, narrativa que retrata a relação vivida entre as personagens Cora e Júlia.

[...] ambas caracterizadas em oposição/contraponto de origens, maneiras de ser e de experimentar sexualidade fluida – o que torna bastante interessante a tensão instalada pelas possibilidades de paixão e/ou amizade entre as duas. Nesse livro, a autora toca com humor e naturalidade as questões subjetivas das relações humanas e amorosas, dispensando o exotismo, o sexismo que pode vir a constituir a ficção de temática lésbica, como reflexo de uma sociedade ainda pouco sensível ao querer/às vontades das mulheres. (CAROLINE, 2018)

A sua justificativa apresenta argumentos que retratam aspectos da repercussão que uma leitura pode ter. Neste caso, reconhecer-se na vivência bissexual mediante a narrativa e o protagonismo de mulheres, “condições ainda pouco frequentes na literatura brasileira”. Trata-se de uma justificativa que condiz com o mapa de ausências no qual Regina Dalcastagnè (2012) que registra a pouca presença de mulheres como protagonistas nos 258 romances que analisou.

Joana, outra colaboradora da pesquisa, respondeu que é leitora da temática lésbica porque “as histórias amplamente comercializadas, dizem respeito a pessoas heterossexuais que possuem experiências distintas das nossas”. Por essa razão, “ter contato com literaturas com temática lésbica é uma maneira de nos vermos representadas em histórias que dialogam com nossas vivências, com nossas angústias, anseios e alegrias”, complementa. Seu contato com essa forma de literatura começou com blogs e redes sociais virtuais.

Ela indicou para leitura, a seção de contos do *blog* Gorda e Sapatão, um dos primeiros blogs com o qual teve contato: “relatos, poesias, narrativas e contos que me ajudaram a entender minha sexualidade e a compreender o valor social presente nessa identidade”.

Racismo, Lesbianidade, Sexualidade, Feminismo e *Bodypositive*<sup>6</sup> é a proposta do espaço virtual de Gorda e Sapatão, no qual Jéssica Ipólito/Jész (2018) escreve e explica que queria um lugar para publicar suas inquietações que “andavam caladas, mas que nunca deixaram de ser latentes”, por isso criou blog que considera um espaço íntimo e solidário para as mulheres, sobretudo as negras gordas e lésbicas. Alega que utiliza muitas imagens para ilustrar seus textos porque “elas dão o tom que eu não consigo com as palavras”.

Dentre as várias leituras que se pode fazer no *blog* Gorda e Sapatão está o texto de Luara Erremays (2017), *Amor também é uma história de cor*, cujo parágrafo inicial aponta várias questões que são objeto de debates públicos, no Brasil do presente.

Na trajetória longa e cheia de mistérios que é me entender como uma pessoa negra, sempre chego a uns limites confusos sobre o que sinto, porque sinto. Durante muitos anos me entendi como uma “negra subjetiva”, que apesar da história de negritude, luta e resistência da minha família, havia se extin-

<sup>6</sup> Movimento em prol da imagem positiva do corpo. Tem como objetivo empoderar o corpo das mulheres.



guido na minha pele clara o negror, e como dizem meus documentos: branca. Não cabia me considerar negra uma vez que não sofria racismo, e não era capaz de enxergar o racismo nas propostas de alisamento do cabelo, no elogio que ouvi tantas vezes quando criança: tão lindas as sardas, imagina se fosse ruiva! Na vergonha que eu tinha do meu nariz. Sobretudo, ser gorda e sapatão ocupou quase toda a minha percepção de corpo e existência até entender que isso não era um problema – o mundo é que é problemático – e poder sentir minhas outras subjetividades. (ERREMAYS, 2017, n.p.).

A questão racial também está colocada para Janaina, com todas as letras. “Desde a infância, me aproximo de temáticas que se relacionam com a minha vivência. Sendo assim, sempre que possível busco por livros e textos que versem sobre a identidade lésbica”. Seu primeiro contato com esse tipo de literatura foi “através dos mangás (histórias em quadrinhos). Por volta dos 12 anos encontrei um exemplar na banca de jornal”. A leitura que indicou foi *Lundu*, da Tatiana Nascimento (2017). “Nessa obra, Tate traz um compilado de poesias que versam sobre a experiência lésbica e sua existência enquanto mulher negra”.

Em entrevista para tratar de questões que envolvem sua escrita, Tatiana Nascimento explicou para José Nunes (2018) que:

[...] perto dos 25 anos dei uma virada, *gracias* a uma acolhida maravilhosa de uma força energética vital, ancestral, muito poderosa, intempestiva, tempestuosa, trovejante, e sua correspondente material que foi conhecer o ativismo de mulheres negras, depois de estar já há algum tempo no ativismo feminista, me entender enquanto sujeita da diáspora negra y da dissidência sexual ressignificou, tematicamente, o mundo pra mim, e isso começou a transbordar na minha escrita duma forma muito exuberante, que nem se reconhecer pela primeira vez, mesmo, num espelho possível, não os espelhos quebrados da branquitude, do culto à magreza, da heterossexualidade. (NUNES, 2018, n.p.).

Para virada da Tatiana Nascimento (NUNES, 2018, n.p.) contribuíram, a busca pela epistemologia negra, a literatura negra, a análise textual dos materiais vastos produzidos por pessoas negras na diáspora, especialmente lésbicas negras. Essas atividades ocorridas no período em que estudou letras, na Universidade Federal de Brasília (UNB), pelo sistema de cotas, resultaram no encontro com a poesia da Audre Lorde, Dionne Brand, Cheryl Clarke, Pat Parker, Barbara Smith, “um manancial de representação de lesbiandade preta”. Teve, ainda, a oportunidade de se aprofundar nos escritos da Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Cristiane Sobral, Victoria Santa-Cruz.

**Figura 1:** Poema Rotina de Tatiana Nascimento

```
rotina:  
na memória da minha retina só dá sua pretice,  
sem pestanejar  
"até debaixo d'água", mesmo que olho abra-se,  
"até o sol raiar"
```

Fonte: Livro *Lundu* da Tatiana Nascimento (2017, p. 102)

Diante do que foi até aqui exposto, infere-se que as respostas asseguradas pelas colaboradoras compuseram um variado repertório de constatações, reflexões, conclusões, mas também originaram questionamentos que sugerem novas procuras de respostas. Elas deram margem à compreensão de que há uma dinâmica social que marginaliza os dois grupos sociais em destaque nesse estudo, marcados, de diferentes formas, pela invisibilidade histórica: mulheres lésbicas e mulheres lésbicas negras.

As palavras de Bárbara Esmenia (2016) em seu poema *Nos quiseram invisíveis, mas nós, lésbicas, sempre fomos história* traduzem a ideia de que tornar visível a existência, as pautas das lutas desses dois grupos, é germinar possibilidades de avanços, trazer à tona as necessidades de transformação, condições necessárias de serem alcançadas em todos os campos dos saberes, das artes, das políticas. Por outro lado, em relação ao campo da literatura com temática lésbica, a invisibilização e o silenciamento, seja referente à sua escrita ou ao acesso à sua leitura, indicam o caráter desigual e excludente da sociedade brasileira.

historicizaram de nós  
 como sendo inexistentes  
 apagadas as trajetórias  
 eliminadas as vivências  
 mas somos nós mesmas  
 aqui  
 agora  
 a contrapelo  
 construindo narrativas trazendo à tona  
 todas estas que nos antecederam

(Trecho do poema *Nos quiseram invisíveis, mas nós, lésbicas, sempre fomos história*.  
 ESMENIA, 2016).

### Concluindo...

Quando estava refletindo para concluir este artigo, veio a público a notícia de que autoridades do Quênia proibiram a exibição do filme *Rafiki* – palavra que no idioma *swahili* significa amigo –, que apresenta a história de amor entre duas mulheres, alegando que seu conteúdo incentiva o lesbianismo, legítima a homossexualidade, cuja prática é punida pela lei do país com até 14 anos de prisão (FICK, 2018; MADOWO, 2018).

*Rafiki* é uma adaptação feita pela diretora Wanuri Kahiu de *Jambula Tree*, uma história escrita pela ugandense Monica Arac Nyeko e publicada na antologia *African Love Stories* (BRYSON, 2007). Wanuri Kahiu foi convidada para estreá-lo no Festival Internacional de Cinema de Cannes na França, em maio de 2018, integrando a seção *Um Certain Regard*, mas antes que isso acontecesse o filme foi proibido em seu país de origem.

O Conselho de Classificação Cinematográfica do Quênia estabeleceu que: “qualquer um que seja encontrado com sua posse estará violando a lei” porque “Nossa cultura e leis reconhecem a família como a unidade básica da sociedade. O (conselho) não pode, portanto, permitir que conteúdo lésbico seja acessado por crianças no Quênia”, justificou Nelly Muluka, a porta-voz do conselho (MADOWO, 2018).

O que significa interdição a expressões artísticas que retratam a diversidade sexual? Significa

endossar a violência contra as pessoas que possuem outras formas de pensar e de se expressar e quando isso ocorre, não é apenas a arte que está sendo visada e atacada, é todo pensamento que questiona visões ultrapassadas e preconceituosas sobre famílias, religiões, escolas. É preocupante considerando-se o histórico de livros, filmes, exposições, peças teatrais, músicas, proibidas pelo mundo afora, não sendo o Brasil uma exceção.

A proibição do filme é um indício do que está posto quando se trata do universo que envolve as vivências lésbicas, entre elas a literatura, seja na condição de escritora ou de leitora. É, também, um indício dos perigos a serem atravessados, conforme afirma Glória Anzaldúa (2000) na carta que escreveu para as mulheres escritoras do terceiro mundo, em 1981.

Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos *transcender* os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance. (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

O fazer literário pleno de questionamentos e resistências, tem contribuído para a travessia, embora, as vozes das mulheres lésbicas e das mulheres lésbicas negras, de modo mais abrangente, permaneçam não autorizadas e constituam um território de vozes ausentes que não deixa de ser contestado e demarcado por tentativas de apropriações de seus recursos<sup>7</sup>.

Os impasses provocados pela ausência de diversidade na literatura, indicam necessidade de democratização na produção literária, democratização essa que não está desvinculada da necessidade de democratização na sociedade como um todo – o que no caso do Brasil inclui a conquista do direito de saber escrever e ler. Sugerem também a relevância dos papéis de leitores e leitoras mais atentas às formas de preconceito que possam circular na produção, circulação e conteúdo das obras literárias, considerando-se que cada leitor ou leitora é parte da obra, na sua complementação, interpretação e imaginação.

O contexto da ausência de diversidade afeta todas as escritoras no que se refere às dificuldades editoriais, sendo a edição da literatura com temática lésbica afetada de modo diferenciado por estar vinculada a uma temática específica, a um público específico de leitoras e por ser considerada como literatura menor, literatura baixa, pornográfica ou erótica.

Nas palavras da escritora Diedra Roiz (2016b, n.p.), nesse segmento literário não existe interesse por parte das grandes editoras, o que faz com que as publicações de literatura lésbica se restrinjam a pequenas tiragens realizadas por pequenas editoras ou autoras independentes: “É a resistência em forma de livro”, mantida por editoras como Vira Letra; Palavras, Expressões e Letras; Hoo Editora; Grupo HPM; Metanoia Editora.

Resistência que a Padê Editorial, um coletivo formado por Tatiana Nascimento – autora mencionada pela colaboradora Janaina – e Bárbara Esmenia, mantém, com a edição manual, feita em casa. São publicações voltadas para autoras negras e para a comunidade LGBT<sup>8</sup>. Quando a quan-

<sup>7</sup> No decorrer de maio de 2018, uma petição *online* reúne assinaturas para que a escritora mineira Conceição Evaristo ocupe a cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras. Aos 71 anos, ela é uma autora negra reconhecida por obras como o romance *PonciáVicêncio* (2003), *Becos da Memória* (2006), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d'água* (2014), *Histórias de leves enganos e parencenas* (2016). Graduada em Letras, é mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>8</sup> A sigla LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, é aqui utilizada pela sua popularidade, mas os movimentos ligados às orientações sexuais têm utilizado nova forma com o intuito de ser mais abrangente: LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, +.

tidade exige mais mãos, caso dos 300 exemplares de *Lundu*, da Tatiana Nascimento (2017), outras pessoas são convidadas a participar.

Finalmente, assim como escrever literatura com temática lésbica é um ato de resistência, publicar também. As editoras com essa especificidade, mesmo considerando que têm independência na edição, materializam temas complexos e tabus, contestando, desse modo, o território de vozes ausentes.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, Ano 8, 1º semestre de 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

AZUL é a cor mais quente. *Filme*. Direção de Abdellatif Kechiche. País: França, 2013.

BALEIRO, Zeca. *Baladas no Asfalto & outros blues*. Brasil. Gravadora: MZA Music. CD, 2005.

BENSIMON, Carol. *Todos nós adorávamos caubóis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima*. São Paulo: Globo, 2012.

BRASIL. Características Étnico-raciais da População. Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça – 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Rio de Janeiro, p. 14-29, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRYSON, Donna. Ugandan Writer's 'Jambula Tree' Wins Caine Prize. *Washington Post*. July 10, 2007. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/07/09/AR2007070901812.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. In: *Ciência e Cultura*. v. 60, n. sp. 1, p. 7-12, 2008. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000500003](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003)>. Acesso em: 2 fev. 2018.

COSTA, Bruna. *Caminhos do Amor* (Romance Lésbico). Atualizado em 5 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.spiritfanfiction.com/historia/caminhos-do-amor-romance-lesbico-6179705>>. Acesso em 25 abr. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

ERREMAYS, Luara. *Amor também é uma história de cor*. Publicado em 18 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://gordaesapatao.com.br/amor-tambem-e-uma-historia-de-cor/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

ESMENIA, Bárbara. *Penetra Fresta*. São Paulo/Brasília: Padê Editorial, 2016.

FACCO, Lúcia. *As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea*. São Paulo: Editora GLS, 2004.

FAHRENHEIT 451. *Filme*. Direção de François Truffaut. País: França, 1966.

FICK Maggie. Quênia proíbe romance lésbico que estreará em Cannes. *Terra*. Publicado em 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/quenia-proibe-filme-sobre-romance-lesbico-que-esteara-em-cannes,5eddf42bbc3942bfd92c72e52b8bbcadsz78lmyn.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

GOTLIB, Nádia Battella. Esboço de uma autobiografia intelectual: mulheres, literatura, biografia, fotobiografia. In: *Palavra e poder: representações na literatura de autoria feminina*. Publicado em 18 fevereiro de 2011. Disponível em: <[periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/viewFile/8250/pdf\\_107](http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/viewFile/8250/pdf_107)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

HALL, Hadclyffe. *O poço da solidão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

HIGHSMITH, Patricia. *O preço do sal*. Tradução de Fernanda Pinto Rodrigues. Mem Martins: Europa-América, 1984.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: Uma primeira abordagem. In: Seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil – Avaliação e Perspectivas”. *Fundação Carlos Chagas*, 27 a 29 de novembro de 1990. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/os-estudos-sobre-mulher-e-literatura-no-brasil-uma-primeira-abordagem-9/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

IPÓLITO, Jéssica/Jész. Sobre. *Gorda e Sapatão*. Disponível em: <<http://gordaesapatao.com.br/sobre/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

JUDAR, Cristina. Literatura Lésbica: Tudo o que você sempre quis saber (mas não tinha a oportunidade de perguntar). *Reversa Magazine*, 10 de junho de 2016, n.p. Disponível em: <<http://www.reversamag.com/tudo-sobre-literatura-lesbica/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LE FANU, Sheridan. *Carmilla – A Vampira de Karsnstein*. São Paulo: Hedra, 2010.

LEITE, Lettícia. Cassandra Rios: a Safo de Perdizes – Entrevista com Hanna Korich. *Blogueiras Feministas*. Publicado em 20 de abril de 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/04/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

MADOWO, Larry. Kenya bans Rafiki a head of Cannes debut over lesbians cenes. *BBC News Africa*. Publicado em 27 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-43922780>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MORE, Thomas. *Utopia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

NASCIMENTO, Tatiana. *Lundu*. 2. ed. Brasília/DF: Padê Editorial, 2017. Disponível em: <[https://palavrapreta.files.wordpress.com/2017/12/lundu\\_tatiananascimento\\_2ed.pdf](https://palavrapreta.files.wordpress.com/2017/12/lundu_tatiananascimento_2ed.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NUNES, José. Como escreve Tatiana Nascimento dos Santos. *Como eu Escrevo*. Publicado em 18 de Março de 2018. Disponível em: <<https://comoeucrevo.com/tatiana-nascimento-dos-santos/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

O TEMPO. Subjetividade da mulher negra na literatura. *O Tempo*. Publicado em 19 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/subjetividade-da-mulher-negra-na-literatura-1.1498846>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

REVISTA LÉSSICA. Disponível em: <<https://www.projetolettera.com.br/revistas/revista1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n° 06, 2010, p. 17-44. Disponível em: <[www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

RIEDER, Ines e VOIGHT, Diana. *Desejos secretos: a história de Sidonie C.*, a paciente homossexual de Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROIZ, Diedra. A literatura lésbica e a internet. NOBRASIL. Publicado em 5 de dezembro de 2016a. Disponível em: <<http://nobrasil.co/literatura-lesbica-e-internet/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Publicações de literatura lésbica. NOBRASIL, 18 de fevereiro de 2016b. Disponível em: <<http://nobrasil.co/publicacoes-de-literatura-lesbica/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SCHWINDEN, Cristiane. LETTTERA – Literatura Lésbica, LGBT. Disponível em: <<https://projetolettera.com.br/index.php>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SILVA, Alexander Meireles da. Introdução. In: LE FANU, Sheridan. *Carmilla – A Vampira de Karnstein*. São Paulo: Hedra, 2010.

SILVA, Deonísio da. *Nos Bastidores da Censura*. Sexualidade, literatura e repressão pós-64. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

VICENTE, Terezinha. Com a palavra, escritoras lésbicas. *Ciranda Internacional da Informação Compartilhada*. Publicado em 29 de agosto de 2010, n.p. Disponível em: <[http://www.ciranda.net/Com-a-palavra-escritoras-lesbicas?lang=pt\\_br](http://www.ciranda.net/Com-a-palavra-escritoras-lesbicas?lang=pt_br)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 44, n. 22, p.203-220, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/2144/1637>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ZAMIATIN, Eugene. *Nós*. Tradução Lia Alverga Wyler. Rio de Janeiro: Anima, 1983.

## Explorações da Feminilidade e Episódios Homossexuais na Adolescência: Katherine Mansfield<sup>1</sup>

*Explotaciones de la Feminidad y Episodios Homosexuales en la Adolescencia: Katherine Mansfield*

*Explorations of Femininity and Homosexual Episodes in Adolescence: Katherine Mansfield*

**Teresa Rocha Leite Háudenschild**

**Resumo:** Katherine Mansfield dá voz à homossexualidade adolescente através de poemas e textos de seu diário onde comunica, com clareza e expressividade, os conflitos de uma adolescente de 17 anos no confronto com suas protosensorialidades e protoemoções emergentes. A autora relaciona esses episódios à relação pré-genital que Katherine mantinha com a avó, com que dormia em criança, episódios ocorridos justamente quando perde a avó. E também os relaciona com a idolatria dela por Oscar Wilde, cuja premissa era de que “a juventude permite tudo e deve ser usada o quanto puder”. E lembra Danielle Quinodoz (2003) que fala de uma “homossexualidade construtiva”, pois a adolescente expressa assim seu desejo de descobrir sua própria feminilidade em contato com o corpo feminino, acrescentando que se a adolescente pudesse contar com a capacidade de *reverie* do analista, para ajudá-la a dar sentidos a seus desejos, poderia elaborar construtivamente a culpa advinda de suas tendências homossexuais.

**Palavras-chave:** Katherine Mansfield. Literatura Inglesa. Homossexualidade.

**Resumen:** Katherine Mansfield, da voz a la homosexualidad adolescente a través de poemas y textos de su diario, donde se comunica con claridad y expresividad, los conflictos de una adolescente de 17 años en la confrontación con sus protosensorialidades y protoemociones emergentes. La autora relaciona estos episodios a la relación pre-genital que Katherine mantenía con su abuela, con quien dormía en la infancia, episodios ocurridos justamente cuando pierde a su abuela. Y también los relaciona con la idolatría de ella por Oscar Wilde, cuya premisa era que "la juventud permite todo y debe ser usada tanto como puedas". Y recuerda Danielle Quinodoz (2003), que habla de una "homosexualidad constructiva", ya que la adolescente expresa así su deseo de descubrir su propia feminidad en contacto con el cuerpo de la mujer, añadiendo que si la adolescente pudiera contar con la capacidad de *reverie* del analista, para ayudarla a dar sentidos a sus deseos, podría elaborar de forma constructiva la culpa derivada de sus tendencias homosexuales.

**Palabras clave:** Katherine Mansfield. Literatura Inglesa. Homosexualidad.

**Abstract:** Katherine Mansfield gives voice to adolescent homosexuality through poems and texts from her diary in which she communicates with clarity and expressiveness the inner conflicts of a 17-year-old adolescent faced with her emerging protosensorialities and protoemotions. These episodes are related to the pregenital relationship Katherine maintained with her grandmother with whom she slept as a child, episodes that occurred at the time when she lost her grandmother. They are also influenced by her idolisation of Oscar Wilde, whose premise was that "Youth is a calling card that will gain you admittance anywhere - use it while you may." (2009, p. 291). The author also references Danielle Quinodoz (2003) who speaks of a *constructive homosexuality* through which the teenager is able to express her desire to discover her own femininity in contact with the feminine body. Quinodoz adds that, if the adolescent were able to count on the analyst's capacity for *reverie* to help her supply her desires with meaning, she would be capable of constructively elaborating the guilt arising from these homosexual tendencies.

**Keywords:** Katherine Mansfield. English Literature. Homosexuality.

<sup>1</sup> Apresentado no XII Diálogo Latino-Americano do COWAP, na SBPSP, São Paulo, 2016.

*Nas profundezas do oceano há uma concha arco-irizada.*

*Está sempre lá, brilhando, bem quieta, sob as enormes ondas tempestuosas e sob as pequeninas ondas alegres que os gregos antigos chamavam de “ondinhas sorridentes”. E escute: a concha arco-irizada canta - nas profundezas do oceano. Está sempre lá, cantando silenciosamente!*

(Mansfield em “Segredo”, BAKER, 1985, p. 69)<sup>2</sup>

## 1. Episódios homossexuais

O primeiro manifestou-se aos 13 anos por sua paixão pela colega da Miss Swainson’s School em Wellington, Maata Mahkupu, princesa maori. Em 1903 Katherine foi para Londres com as irmãs para estudar, Maata foi para Paris e a visitou em Londres em 1906, com roupas e modos sofisticados. As duas passearam, fizeram compras, pagas depois, a contragosto, pelo pai de Katherine.

Ao voltar para Wellington em dezembro, ela reencontrou Maata que estava envolvida nos preparativos para seu casamento, mas aceitou um *affair* com ela, registrado em abril de 1907 nos diários de ambas. Maata transcreve, em seu diário, uma carta de Katherine em que esta diz: “O que significa isso de você ir embora justo quando está tão superlativamente bonita? Sua bruxa: você é a beleza encarnada”. E Maata comenta: “É vaidade de minha parte gostar disso, mas gosto” (ALPERS, 1982, p. 47).

Katherine ficou em Wellington por 18 meses e, em julho de 1908, retornou a Londres, para nunca mais voltar. Nesse período, ela reviveu seu amor por Maata e apaixonou-se por Edith Bendall, vivenciando breves episódios em que se dá conta de sua bissexualidade. Em junho de 1907, Katherine escreve em seu diário:

Será que outras pessoas de minha idade ousam sentir-se como eu, poderosa e absolutamente licenciada, quase fisicamente doente? Sozinha neste quarto silencioso, preenchido pelo som do relógio, desejo Maata – eu a desejo como eu a tive – terrivelmente. Sei que é sujo para mim, mas é verdadeiro. Que coisa extraordinária – sinto-me selvagemmente crua – e quase enamorada poderosamente da menina. Pensei como algo do Passado – Hei Ho!!! Minha mente parece uma novela russa. (MEYERS, 1978, p. 10)

Katherine escreveu sobre as sensações e sentimentos, vividos desde a puberdade e que só ganharam voz nesse momento. Clara Tomalin diz que “o contato com Maata foi o gérmen da constatação de sua própria bissexualidade” (TOMALIN, 1988, p. 16), dessa *concha arco-irizada* que está sempre lá, nas profundezas da mente, *cantando silenciosamente...*

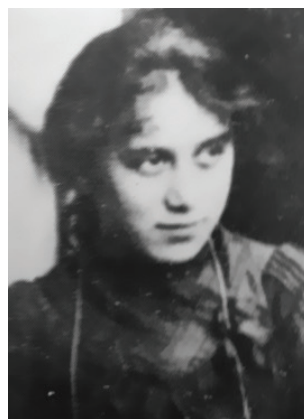
E isso ocorreu justamente quando Maata ia se casar, coincidindo com a morte da avó materna de Katherine, que a criou e com quem ela dormia quando criança e mantinha uma relação física/psíquica muito íntima.

<sup>2</sup> As citações deste artigo foram traduzidas pela autora e revisadas por Christopher Mack.





Katherine Mansfield



Maata Mahkupu

Mas também desde abril, após o reencontro com Maata, ela manteve uma relação muito próxima com a delicada, linda e atraente artista plástica Edith Bendall que, aos 27 anos, já colhia os frutos de seu trabalho:

Eu era uma trabalhadora e era isso que ela apreciava em mim. Eu trabalhava o dia todo em meu estúdio e às 5 horas eu saía para caminhar e ela costumava vir comigo. Kathleen me perguntou se poderia vir todas as tardes. Eu disse “eu adoraria, Kathleen...” Eu era sua verdadeira amiga em Wellington ... Eu estava completamente encantada com ela... Ela gostava de mim e queria que eu soubesse disso... Ela me escrevia, todas as noites, cartinhas adoráveis, perfeitas, absolutamente lindas. (TOMALIN, 1988, p. 35)

Edith relatou, em entrevista a Clara Tomalin, que Katherine era cativante e tinha uma voz adorável ao ler textos para ela.



Edith Bendall

Fizeram um livro sobre crianças com poemas de Katherine e desenhos de Edith, mas não encontraram editor. A amizade se estreitou e Katie convidou Edie a ir para sua casa de praia, conforme registrou em junho de 1907 em seu diário:

Com ela, sinto todos esses assim chamados impulsos sexuais mais poderosamente do que com qualquer homem. Ela me cativa, me escraviza – e ela mesma, seu corpo inteiro, é a minha veneração. Sinto que deitar minha cabeça em seu peito é sentir o que a vida pode oferecer... encostada nela, apertando suas mãos, seu rosto contra o meu, sou uma criança, uma mulher, e, mais que metade, um homem. (TOMALIN, 1988, p. 35)

Mas em seguida registrou o medo de seus incontroláveis impulsos e a antecipação dos sofrimentos que teria no “árduo percurso do amor”:

Não consigo dormir, não vou dormir novamente. Isso é loucura, eu sei – mas é tão real, que vai me enlouquecer, é tão incrivelmente simples que não dá para duvidar – mais uma vez preciso aguentar essa mudança de maré. Minha Vida é um Rosário de Ferozes combates de Dois – cada um deles atado a uma poderosa e magnética correnteza de sexo – e ao final – o emblema do crucificado – pendurado – certamente – eu não sei, não quero olhar – mas estou tão chocada, aflita, que sinto que não aguento continuar nesse meu árduo percurso de amar – e não ser amada – de dar amores somente para vê-los remetidos de volta para mim, fadados a serem comidos pelos vermes. (MEYERS, 1978, p. 31)

Katherine fala de suas angústias perante a emergência de sua bissexualidade, oscilando entre escolhas “homo” ou “hetero”, como um calvário, uma condenação. E se pergunta se haverá reciprocidade ou se esses amores morrerão. Penso que ao seguir os preceitos de Oscar Wilde, a quem nesse período desejava imitar não somente na escrita, começou a perceber a dificuldade de assumir posições que podiam restringi-la, sem nem ao menos ter a certeza de que seria amada.

Mas, logo após descrever suas angústias persecutórias e sua solidão, no trecho acima citado, em continuidade ela escreveu:

Sento-me na beira da cama, tremendo, meio chorando, histérica, aflita. Silenciosamente ela acorda e vem até mim – toma-me novamente no abrigo de seus braços. Deitamo-nos juntas, ainda em silêncio, ela de vez em quando puxando-me até ela, beijando-me, minha cabeça em seus seios, seus braços em volta de meu corpo, me acariciando amorosamente – me esquentando... É sua voz sussurrando “Está se sentindo melhor agora, querida?”. Não pude responder com palavras. E ela fala outra vez: “acho que você não consegue me contar”. Aproximei-me mais de seu corpo suave e quente, mais feliz do que jamais poderia ter imaginado. (TOMALIN, 1988, p. 36)

Na entrevista, Edith disse que Katherine interpretou mal seus gestos maternais. Para ela, estava simplesmente fora de questão um relacionamento erótico entre duas mulheres, estava noiva. Entretanto, ao voltar da praia para Wellington, Katherine escreveu em seu diário:

Aqui, por meio de mil sugestões delicadas, consigo absorvê-la – para começar. Que experiência! Quando voltamos à cidade não fiquei surpresa por não conseguir dormir, virando-me de um lado para outro, desejando-a com saudade, percebendo mil coisas que estavam obscuras... Ah Oscar! Será que estou parti-

cularmente suscetível aos meus impulsos sexuais? Devo estar, suponho. Mas me regozijo com isso. Agora, cada vez que ela põe seus braços em torno de mim e me aperta contra ela, acho que ela queria também. Mas ela está com medo e os costumes a aprisionam. Eu sinto. Precisamos viajar novamente. (TOMALIN, 1988, p. 36)

Mas embora pergunte a Oscar Wilde sobre seus impulsos [homo]sexuais, o amor por Edie expira e Katherine, no final de junho, escreve em seu diário:

Esta tarde foi horrível. Edie me aborrece e eu a aborreço. Eu me senti infeliz e penso que ela também... agora E.K.B. é algo do Passado – absolutamente irrevogável – Graças a Deus! Considero retrospectivamente uma relação freneticamente piegas e era melhor terminar – também ela não iria atingir alguma grandeza seu caráter não tem o ímpeto necessário. (MEYERS, 1978, p. 31-32)

Três semanas depois, Katherine estava às voltas com um novo caso com um rapaz que escandalizou a família, e também escrevia cartas ardentes para Arnold Trowell, filho de seu professor de violoncelo, que se mudara para Londres.

Em junho desse mesmo ano de 1907, Katherine escreveu o conto *Leves amores*, não publicado em vida, em que narra o encontro amoroso entre duas mulheres:

E então, de repente, ela se virou para mim e enlaçou meu pescoço com seus braços. Cada passarinho do friso abaulado da parede começou a cantar. Cada rosa do papel estraçalhado brotou e floresceu. Sim, até a verde videira do cortinado da cama se transformou em estranhos colares e guirlandas que nos enlaçaram num abraço de folhas, segurando-nos com as garras de mil galinhos. E a Juventude não estava morta. (TOMALIN, 1988, p. 260)

O conto termina com a premissa de Wilde de que a Juventude permite tudo e deve ser usada o quanto puder. Para Katherine, nessa época, ele era “a essência do *savoir faire*” (MEYERS, 1978, p. 25).

Alison (1988) sugere que esse conto, escrito após o término com Edie, foi inspirado em Maata, quando se reencontraram em abril. Nunca mais se viram, mas continuaram a se corresponder e, no final de sua vida, Katherine estava escrevendo uma novela sobre ela: *Maata*. Logo após escrever essa novela, ela diz em seu *scrapbook*:

Que coisa extraordinária! Ela se viu todas estas semanas, desempenhando um papel – sendo Maata – sendo ela mesma, cuidando acuradamente de coisas que afinal não importam a ninguém. Por que somente nesta tarde – um minuto ou dois atrás, ela se lembrou de tudo isso – e isso não era nada, nada... (MANSFIELD, 1939, p. 58)

## 2. Atração e identificação

Katherine traz à luz suas lembranças de Maata transformando-as em texto vivo: assim elas deixam de ser “nada” e podem ser vistas e compreendidas por ela e compartilhadas com os leitores.

No trecho acima, Katherine se trata na terceira pessoa, como se ela estivesse se observando: desejando Maata e sendo Maata. Ao lembrar-se de Maata, lembra-se dela mesma, explorando sua femi-

nilidade, querendo ser como Maata, que ainda púbere já planeja ser uma mulher, com tudo o que lhe é de direito. Nas fotos da escola ela aparece já sensual nessa idade, enquanto Katherine era ainda uma menina gordinha, de óculos. Aos 28 anos ela pôde ter um olhar retrospectivo para sua puberdade, quando, como Freud acentua, irrompe a segunda onda da sexualidade (HAUDENSCHILD, 2010b).

### 3. O amor materno pré-genital

*A avó*

Katherine manteve uma relação muito íntima com sua avó materna Margaret Mansfield Dyer – vovó Grannie – com quem dormia, na mesma cama, na infância.

Em 1909 ela escreveu *A avó*, que passeava sob as cerejeiras e carregava seu irmão mais novo:

Ele estava dormindo, mas sua boca se movia  
como se estivesse beijando.  
“Que lindo!” disse a avó, sorrindo.  
Mas meus lábios estremeceram  
E, olhando para o rosto dela tão afável,  
*Eu queria estar no lugar do meu irmãozinho,*  
*Para colocar meus braços em volta do seu pescoço*  
E beijar as duas lágrimas que brilhavam em seus olhos.  
(HANKIN, 1983, p. 6; grifo meu)

Penso que aqui Katherine fala dos mesmos abraços que descreveu em seus encontros com Edith e Maata (em *Leves Amores*). Essa qualidade maternal de abraço é mesmo salientada por Edith na entrevista a Tomalin.

*Ida Baker (ou Leslie Moore)*

A amizade de ambas começou no outono de 1903, em um passeio pelo Regent’s Park, quando Katherine, então com 15 anos, perguntou a Ida se ela queria ser sua amiga. E Ida a acompanhou em todas as suas vicissitudes, por quase 20 anos, durante toda a vida. Katherine escreveu: “Quero você como parte da minha vida e eu não consigo imaginar estar sem você” (BAKER, 1985, p. 172).

Ida acompanhou os desastres amorosos de Katherine, desde a paixão por Arnold e depois por Garnet Trowell (irmãos gêmeos), sua gravidez e perda do recém-nascido, seu primeiro casamento que durou algumas horas, a rejeição pela mãe que a deserdou, as turbulências da relação de 12 anos com John Murry, seu marido, a busca pela cura da tuberculose e a incessante procura por uma expressiva escrita própria.

Ida foi constante em seu amor e solicitude por Katherine: “ela se expressou em sua escrita, e eu em servi-la” (BAKER, 1985, contracapa). Diz ter dedicado sua vida a Katherine, mas não somente por ela, “que eu amava, mas pelo trabalho para o qual ela vivia e no qual acreditava” (BAKER, 1985, p. 235). Katherine se pergunta: “Sou responsável por ela? ... Ela me deu o presente de si mesma: ‘Tome-me Katie. Sou sua. Eu a servirei e seguirei em seu caminho’. Devo tê-la feito uma pessoa feliz” (MANSFIELD, 1939, p. 16).

Em 1918, na dedicatória de *Felicidade* (Bliss), Katherine escreveu à Ida: “A despeito de tudo o que falei, e que vou falar – você tem sido a ‘amiga perfeita’ para mim...” E Ida respondeu: “Fiz o melhor que pude” (BAKER, 1985, p. 20).

#### 4. Katherine e as vicissitudes da feminilidade

Com a emergência do corpo adulto e a menarca, a menina experimenta a “segunda onda da sexualidade” (FREUD, 1905), e Katherine a vive aos 13 anos “sendo Maata” com suas aspirações femininas (*Kezia e Tu*). A mãe de Maata é próxima e dá ressonância a essas aspirações, enquanto Katherine só conta com a avó que a trata como uma menina pequena. Para sua mãe, ela é apenas uma criança a mais.

Em Wellington, aos 19 anos, reencontrou Maata, belíssima, noiva e, penso, tudo o que Katherine queria era ser como ela, incorporá-la, e sair por aí arrasando, como Maata fazia: imitou o penteado de Maata, puxando os cabelos para cima, como atestam as fotos da época. E encontrou, logo em seguida, Edith Bendall, também noiva, que além de linda era uma profissional bem-sucedida, como Katherine desejava ser.

Nos “episódios homossexuais” com Maata e Edith, o que se salienta é a qualidade dos abraços amorosos que Katherine vivera com a avó, que morreu em dezembro de 1906, sem que ela tenha tido a oportunidade de revê-la.

Mas penso que, ao mesmo tempo em que Katherine desejava reviver as relações íntimas materno-primárias que tinha com a avó (relações pré-genitais), também quer viver intimamente relações com mulheres genitais que fazem casal com um homem, para ser acariciada por elas e, assim, receber a feminilidade delas, como a de uma mãe genital que acaricia a filha enquanto lava seus cabelos (*Kezia e Tu*) ou lhe dá o primeiro sutiã.

Danielle Quinodoz (2003) diz que a adolescente expressa assim “seu desejo de descobrir sua própria feminilidade em contato com o corpo da mãe” (p. 11). E, falando de uma paciente adolescente, acrescenta:

Ela precisava da capacidade de *reverie* da analista para dar sentido a seus desejos e permitir que ela descobrisse o aspecto construtivo do que para ela parecia ser culpável em suas tendências homossexuais. Esta é, de fato, uma forma normal de *homossexualidade construtiva*. (2003, p. 11; grifos meus)

Mas Katherine teve que conviver com a culpa a vida toda, sem ter uma analista que pudesse lhe dar significado. Outro fator na adolescência de Katherine, e que não pode ser menosprezado, foi a influência de Oscar Wilde, tanto como escritor como quanto pessoa. Penso que sua homossexualidade também pode tê-la incitado a ter experiências homossexuais, para depois escrever sobre elas.

Katherine está apavorada com a eclosão de sua bissexualidade e não tem ninguém para ajudá-la a pensar sobre ela, como Quinodoz faz com sua analisanda.

As explorações da feminilidade vividas por Katherine na adolescência foram os breves episódios de paixão por Maata e Edith, entremeados de cartas amorosas a Arnold Garnet e *affairs* com homens – desde o navio em que viera para Wellington – o que escandalizou seus pais, temerosos com a emergência da exuberante feminilidade da filha (COURNUT, 2003), que recusava propostas de casamento. E é assim que, para eles, a melhor decisão em relação a ela foi deixá-la voltar sozinha para Londres como queria, enquanto as irmãs ficaram e seguiram a tradição da época: casaram-se e acompanharam seus maridos como fizera a mãe.

## 5. Feminilidade pré e pós-genital na adolescência

Blos (1979) diz que na adolescência ocorre o segundo processo de individuação, que implica “desprender-se da dependência familiar, a perda de laços com objetos da infância, de forma a tornar-se membro ... do mundo adulto” (p. 98). Nesse processo (BLOS, 1962) a relação diádica com a mãe é revivida pela menina (e com o pai pelo menino), antes da reelaboração do Édipo positivo, para que a confiança básica nesses objetos protetores, e em si mesmo, seja reassegurada e substituída pelo *ideal de ego*. Além dessa relação com a feminilidade materna em nível pré-genital, a adolescente busca incorporar a feminilidade genital, como salienta Danielle Quinodoz (2003) ao falar de *homossexualidade construtiva*.

Penso que na relação com Maata (*Leves Amores*) e com Edith, Katherine revive tanto situações primárias de acolhimento pelo corpo feminino quanto deseja incorporar a beleza e feminilidade delas, em nível genital, pois as duas são mulheres que estão comprometidas com homens e vão se casar em breve.

Mas Katherine não tem, como a paciente de Danielle, a oportunidade de elaborar suas angústias e terrores conversando com um analista. Carrega-as por toda a vida, sozinha, sentindo-se pecadora... Os valores familiares, pautados pela religião anglicana, confrontam-se com os de seu ídolo, Oscar Wilde, e ela, na eclosão de sua sexualidade, sente-se “enlouquecer” no meio da tormenta emocional.

Apesar da distância entre a cultura vitoriana e a nossa, penso que o adolescente ainda hoje enfrenta a mesma situação. Se o entorno é para o adolescente tão importante quanto a mãe para o bebê (COURNUT, 2015), o adolescente pode contar ou não com o suporte da família ou de adultos compreensivos com quem dialogar. Além disso, com a ampliação dos meios de comunicação, há uma proliferação de “ídolos” a imitar.

Os textos de Katherine, tão fiéis a seus sentimentos, trazem claramente à luz as nuances de seus sofrimentos, que, se compartilhados, poderiam livrá-la do peso de seus “pecados”... São textos que, de forma magistral, dão voz ao adolescente que clama por ser ouvido.

A importância desses textos reside, justamente, na clareza com que Katherine expressa a intensidade de seus sentimentos, talvez à busca de um interlocutor (analista?) com quem pudesse estabelecer um diálogo e compreender o que acontecia com ela.

Mas Katherine não teve essa oportunidade até o fim de sua breve vida...

## Representações do Mito Carlota Joaquina em Conflito: Chrysanthème versus Camurati

*Representaciones del Mito Carlota Joaquina en Conflicto: Chrysanthème versus Camurati.*

*Representations of the Carlota Joaquina Myth in Conflict: Chrysanthème versus Camurati.*

Eliane Campello

**Resumo:** Carlota Joaquina (Espanha, 1775 – Port., 1830) é uma das mulheres mais citadas pelas narrativas históricas, literárias e jornalísticas desde seus dias até a contemporaneidade.

A partir de textos variados é que versões opostas acerca da Rainha do Brasil tornaram-se conhecidas. Uma, baseada em acusações que a consideram ultrajante, pecadora e assassina, é a “lenda negra”; a outra, que a enfatiza como uma mãe devotada e uma esposa amorosa é a “lenda dourada”. Esse conflito gera o mito de Carlota. Proponho uma leitura de *A Infanta Carlota Joaquina* (romance histórico), de Chrysanthème, (1937, “lenda dourada”), em oposição à versão cinematográfica “Carlota Joaquina: princesa do Brasil” (1995, “lenda negra”), com roteiro e direção de Carla Camurati. Ressalto a categoria de gênero, na perspectiva da crítica literária feminista, e discursos entrecruzados.

**Palavras-chave:** Crítica literária feminista e discursos entrecruzados. O mito Carlota Joaquina. Chrysanthème. Carla Camurati. Discurso literário e fílmico.

**Resumen:** Carlota Joaquina (España, 1775 – Portugal, 1830) es una de las mujeres más citadas en las narraciones históricas, literarias y periodísticas desde sus días hasta la contemporaneidad. A partir de textos variados, versiones opuestas sobre la Reina de Brasil se tornaron conocidas. Una, basada en acusaciones que la consideran indignante, pecadora y asesina es la “leyenda negra”; la otra, que enfáticamente la presenta como una madre devota y esposa amorosa es la “leyenda áurea”. Este conflicto genera el mito Carlota. Propongo una lectura de *A Infanta Carlota Joaquina* (novela histórica), de Chrysanthème (1937, “leyenda áurea”), en oposición a la versión cinematográfica “*Carlota Joaquina: princesa do Brazil*” (1995, “leyenda negra”), con guión y dirección de Carla Camurati. Destaco la categoría de género, desde la perspectiva de la crítica literaria feminista y discursos cruzados.

**Palabras clave:** Crítica literaria feminista y discursos cruzados. El mito Carlota Joaquina. Chrysanthème. Carla Camurati. Discurso literario y fílmico.

**Abstract:** Carlota Joaquina (Spain 1775 – Port. 1830) is one of the most referred women by historical, literary and media narratives from her days up to date. From different sorts of texts, two opposing versions of the Queen of Brazil were brought up. One, founded on accusations that point her out as outrageous, sinner and murderer is the “dark legend”; the other emphasizes her as a devoted mother and a lovingly wife: the “golden legend”. This conflict sprouts the myth of Carlota. I propose reading the novel *A Infanta Carlota Joaquina* (historical novel), by Chrysanthème, published in 1937 (“golden legend”), opposing the movie version “*Carlota Joaquina: princesa do Brazil*” (1995, “dark legend”), screenplay and direction of Carla Camurati. I stress the category of gender, in the perspective of feminist literary criticism, and intercrossing discourses.

**Keywords:** Feminist literary criticism and intercrossing discourses. The myth Carlota Joaquina. Chrysanthème. Carla Camurati. Movie and literary discourse.

Eliane Campello – Doutora em Literatura Comparada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do PPG-Letras, da Universidade Federal do Rio Grande/RS (FURG). Interesse de pesquisa com foco em gênero, discurso, literatura de autoria de mulheres e crítica literária feminista. E-mail: [elianecampello@gmail.com](mailto:elianecampello@gmail.com)

*Da calúnia, ainda sem base, sempre ficam restos...*

*(Chrysanthème, 1937, p. 195)*

## 1. O mito

Para Barthes, em “O mito é uma fala” (2007)<sup>1</sup>, “o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem..., um modo de significação, uma forma”, estabelecida por limites históricos e condições de funcionamento, em que se insere a sociedade. No discurso, o que interessa é a forma como a mensagem é proferida: é uso social, na medida em que é adaptada a um determinado consumo e investida de recursos literários, imagens e revoltas. É a História, e não a “natureza” das coisas, que transforma o real em discurso e comanda a vida e a morte da linguagem mítica.

A fala é uma mensagem, portanto pode ser oral, escrita, uma imagem ou uma representação. A fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, o espetáculo, a publicidade pode servir de suporte à fala mítica: são culturas significativas. “O mito...possui um caráter imperativo, interpe-lador” (p. 216), isto é, impõe uma força intencional, obrigando o sujeito a acolher a sua ambiguidade expansiva. Em outros termos, há uma espécie de petrificação na superfície da fala mítica, devido à literariedade do sentido físico, enquanto o uso da significação está escondido, simultaneamente, sob o fato. Isto porque, *o mito é uma fala roubada e restituída* (p. 217, ênfase no original).

A motivação, vinculada à analogia, é um dos elementos da significação. Neste viés, Barthes afirma que uma imagem total excluiria o mito. Não há uma significação “cheia” ou “acabada”, porque “em geral, o mito prefere trabalhar com imagens pobres, incompletas, nas quais o sentido já está diminuído, disponível para uma significação: caricaturas, pastiches, símbolos etc” (p. 218-219).

É preciso focalizar o significante do mito como totalidade inextrincável de sentido e forma para que o fato seja percebido como a *presença* do mito. Esta será analisada de acordo com os próprios fins da sua estrutura e “o leitor vive o mito como uma história simultaneamente verdadeira e irreal” (p. 220). Tal focalização permite relacionar o mito a uma história geral e explicar como ele corresponde ao interesse de uma sociedade definida, em suma, passa à ideologia (p. 220).

De que forma é o mito acolhido hoje? Inocentemente ou como o reflexo de uma situação social? “O mito não é uma mentira nem uma confissão: é uma inflexão” (p. 221), porque ideológico, e, devido a sua naturalização, é vivido como uma fala inocente.

Este processo, o de transformar uma intenção histórica em natureza, uma eventualidade em eternidade, é o mesmo da ideologia burguesa.

Por ser um “sistema de valores”, o mito fica sujeito à interpretação, na medida em que a língua lhe propõe um sentido aberto: “Quando o sentido está completo e o mito não pode invadi-lo, transforma-o e rouba-o totalmente” (p. 224), porque o mito é uma linguagem que não quer morrer, assim como a *linguagem poética* (p. 225).

O maior poder do mito é a sua recorrência (p. 227), e “...amadurece porque se expande” (p. 242). É possível traçar o que os linguistas chamam de os *isoglosses* de um mito, isto é, as linhas que definem a zona social em que ele se manifesta (p. 242), denominado por Barthes de “zona de implantação do mito”. A liberdade de focalização depende da situação concreta do sujeito (nota 8, p. 233).

<sup>1</sup> Todas as citações são retiradas desta edição e indicadas entre parênteses pelo número da página.



Tomo por base essas reflexões para sustentar que o tema do romance e do filme, incrustado na figura da protagonista — Carlota Joaquina<sup>2</sup> —, é considerado um mito.

## 2. O mito Carlota Joaquina: lenda negra vs. lenda dourada

Minha proposta visa à apresentação de (re)leituras antagônicas de passagens do romance *A Infanta Carlota Joaquina* (romance histórico), de Chrysanthème<sup>3</sup>, publicado em 1937<sup>4</sup>, em confronto com a versão fílmica “Carlota Joaquina: princesa do Brasil”, de 1995, com roteiro e direção de Carla Camurati<sup>5</sup>.

Embora haja dificuldade de acesso aos romances de Chrysanthème, há convergência de entendimento entre as analistas de sua obra quanto a sua posição periférica no que tange ao cânone literário e à ideologia patriarcal, que coloca as mulheres em situação subalterna. Apesar de usufruir de “privilégios que são parte de sua herança familiar”, ela desafia os homens e “as mulheres de seu tempo”, de acordo com Silva, Moreira e Vieira (2016, p. 188). Já sexagenária, quando lança *A Infanta Carlota...*, imediatamente “os colegas de profissão” (jornalistas) demonstram “divergência de opinião”:

---

<sup>2</sup> Carlota Joaquina de Bourbon, Princesa espanhola e rainha de Portugal (Aranjuez, 25/4/1775-Queluz, 7/1/1830. Primogênita do rei IV de Espanha e da rainha, D. Maria Luísa Teresa de Bourbon. Com 10 anos de idade, casou em 8/5/1785 com o príncipe D. João, filho de D. Maria I, o qual tornou-se rei de Portugal, com o nome de D. João VI. A esquadra que conduziu o príncipe regente e D. Maria I ao Brasil, levava também a “astuciosa princesa”. As intrigas principiaram então a desenvolver-se mais cruéis e enredadoras e o ministro inglês, lorde Strangford, insinuou a D. João que ela lhe desonrava o tálamo conjugal. Carlota procurou ser agradável aos castelhanos e conseguiu ser nomeada regente de Espanha. Enviou, secretamente, víveres e dinheiro ao general Élio, em Montevidéu, para o que vendeu suas próprias jóias, pois teve a “astúcia” de conseguir que o governo da regência o permitisse. Instituiu uma ordem exclusivamente de senhoras, autorizada por D. João, em 1801, designada *Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel*. Cf. *Dicionário Histórico-Portugal*, disponível em <<http://www.arqnet.pt/dicionario/carlotajoaquina.html>>. Acesso: 3/04/ 2018.

<sup>3</sup> Chrysanthème, pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos (RJ, 1870-1948). Filha da escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo, mais conhecida pelo pseudônimo Carmen Dolores (1852-1910). Publicou vários romances, sendo o primeiro *Flores modernas* (1921) e o último, *A Infanta Carlota Joaquina* (1937), além de 1530 crônicas em jornais, como *O Paiz* (1914-1937) e *Diário de Notícias* (1936-1943), entre outros (PINTO, 2006, p. 7). O pseudônimo da autora tem origem na obra de Pierre Loti denominada *Madame Chrysanthème* (1887). “A autora sobrevive da literatura e possui laços com a sociedade que permitem visualizá-la como pertencente ao campo literário de maneira excêntrica”, diz Gens (2016, p. 1). Suas personagens femininas “não agem segundo as convenções, desfilam pelas ruas do Rio de Janeiro surpreendendo os passantes, usam o sexo como elemento de poder, utilizam drogas”, como “uma estratégia de sedução pelo apelo ao erótico, ao moderno, ao violento. A autora celebra o feminino, mostra-o e desnuda-o, através de representações vigorosas, que compõem o leque de possibilidades de entendimento de mulheres à beira do moderno...” (GENS, 2016, p. 1). Para Silva, Moreira e Vieira (2016), “Seus escritos são desconcertantes para a escrita de uma mulher daqueles dias” (p. 192). O posicionamento político e atualidade de Chrysanthème, torna-se aparente no que se refere à análise da condição feminina, na medida em que combate com vigor o patriarcado e tematiza as mudanças marcantes da *Belle Époque* no espaço urbano e nele, a presença de uma nova mulher. Por isto foi tão combatida. Um exemplo consistente vem explicitado no prefácio de *O que os outros não veem* (1929), com subtítulo de “Romance moderno de psycho-analyse feminina”, conforme registro de Toniosso e Alonso (2009, p. 48): “...sendo, entretanto, uma mulher sozinha entre um exército de escritores, de críticos, de rivais e de ... Inimigos!...Tentei pôr em guarda as minhas irmãs em espírito contra as hipocrisias e maldades dos vários cavalheiros de roupa branca...dessa tragédia que “os outros não veem”, procurei fazer um retrato fiel do amante de hoje. Os homens, pois, não devem ler este meu livro...Vendo-se retratados nas suas páginas, com tamanha perfeição, revoltar-se-ão contra mim...” (CHRYSANTHÈME, 1929, p. 7-9).

<sup>4</sup> Todas as citações são retiradas desta edição e indicadas pelo número da página entre parênteses.

<sup>5</sup> Carla Camurati (RJ-1960) é diretora, produtora, roteirista e atriz. Participa em novelas da Globo e recebe o prêmio de melhor atriz em Gramado (1988) por sua atuação no filme *Eternamente Pago* (1988), de Norma Bengell. Começa carreira como diretora de curtas e dirige em 1994 o longa *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, seguida por *La Serva Padrona* (1998), *Copacabana* (2001) e *Irma Vap—O Retorno* (2006). “O filme ‘Carlota Joaquina, Princesa do Brasil’ leva aos cinemas cerca de 1,3 milhão de espectadores, tornando a diretora referência do chamado cinema da retomada no país”, cf. Enciclopédia Itaú, em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14464/carla-camurati>>.

Esta sendo exposto nas...livrarias mais um volume da brilhante escriptora e... distinta collaboradora Chrysanthème. Como a propria autora affirma no prefacio dessa obra, o espirito que orienta o livro é... contrario a quasi tudo quanto até agora se tem publicado em torno da discutida personalidade da esposa de D. João VI. Chrysanthème estuda no seu novo livro, uma Carlota Joaquina diferente, defendendo-a, mesmo, dos continuos ataques da maior parte dos nossos homens de letras e historiadores. Todo elle escripto naquelle estylo simples e incisivo que constitue um dos encantos dos livros de Chrysanthème, “A infanta carlota joaquina”, certamente alcançará o exito que merece (*Diário de Notícias*, 05/08/1937, p. 2) (In: SILVA, MOREIRA E VIEIRA, 2016, p. 192).

O colega de Chrysanthème do *Correio da Manhã*, por outro lado, apesar de discordar dela, propõe discutir seu posicionamento com respeito e vai além, na medida em que tece rasgados elogios à sua escritura, conforme se lê em:

O livro de Madame Chrysanthème “A infanta Carlota Joaquina”, que acabou de apparecer, merece ser lido, pois é uma habil reconstrução histórica do meio em que viveu e operou essa primeira (e unica) rainha do Brasil...Intentou Madame Chrysanthème rehabilitar a memoria de Carlota Joaquina, apre-sentando-nol-a como creatura “viril, intelligente e esforçada”...Eu creio que a maior homenagem que posso fazer á illustre autora é discordar da sua opinião, mas discutilla com o respeito que ella me merece...Como mullher, Carlota Joaquina deveria ter soffrido em extremo, porque era honestissimamente feia e muito tentada do terceiro inimigo de alma. Eu prefiro, longe, a pacatez e a gelatinosa bondade de D. João VI, que Madame Chrysanthème ataca bastante, fiada no que dizem os livros de Gastão Penalva e do Pedrino Calmon...Seu livro é esplendido. Merece ser lido, porque se lê com prazer e de um jacto. Isso, na literatura Nacional da época é raro (Goldin da Fonseca in *Correio da Manhã*, 05/08/1937, p. 2) (In: SILVA, MOREIRA E VIEIRA, 2016, p. 192,193).

Se, com “Carlota Joaquina, Princesa do Brasil”, Camurati esgotou a lotação das salas de cinema em todo o país (cf. nota 5, neste trabalho), em contrapartida, há manifestações de especialistas em várias áreas, como por exemplo, a da literatura, do jornalismo, da linguística, do discurso fílmico e histórico, que apontam para o modo superficial e maldoso, ideologicamente falando, com que a diretora trata a imagem da protagonista e situações relevantes da história do Brasil, como se pode ver em:

Na década de 90, o filme histórico serviu também como chancela de valor cultural para uma atividade que se encontrava desacreditada e com a sua estrutura de produção esfacelada. No entanto, ávida em dialogar com o público e se reafirmar enquanto produto cultural capaz de render dividendos, as representações da História no cinema brasileiro, com raras exceções, *eliminaram a contradição*. Entre o modelo televisivo e a narrativa hollywoodiana, este cinema colocou em primeiro plano a fábula, a compreensão simplória dos fatos e relegou ao papel de figurante no canto da tela a compreensão do momento histórico que retrata e quais as conseqüências (sic) destes no processo histórico (ênfase acrescentada, SANTANA, 2018, p. 7).

Sem dúvida, Carla Camurati *elimina a contradição* para contar uma história com um ponto de vista único. A roteirista e diretora não deixa margem para a contestação, enquanto Chrysanthème constrói sua narrativa exatamente a partir do embate entre a lenda negra e a dourada, explicitando seu lugar de fala, de imediato, já no “Prefácio”, conforme o texto a seguir:

Este meu livro “A Infanta Carlota Joaquina” não é propriamente obra histórica, dessas, que os homens inçam de datas, de falsidades, mais ou menos verossímeis, copiadas uns dos outros, e de sugestões, não raro, inconscientes. Por isso, tendo sempre lido e visto, faladas ou escritas, ofensas ignominiosas contra a desgraçada rainha do Brasil, vítima da época, do marido e dos aventureiros da hora, lembrei-me de defendê-la, lendo e meditando sobre o que se traçou e se refere à mesma através e nas linhas dos livros, ditos históricos<sup>6</sup>.

E, neste viés, a afirmativa de Marc Ferro, em “O filme: uma contra análise da sociedade?” (1975) reforça minha (re)leitura dos textos das duas autoras, marcados ideologicamente de modos opostos.

O que é patente para os documentos, para os filmes de atualidades, não é menos verdadeiro para a ficção. Demais, a parte inesperada, involuntária, pode também ser grande nesse caso. Esses lapsos de um criador, de uma ideologia, de uma sociedade constituem reveladores importantes. Podem ocorrer em todos os níveis do filme, como na sua relação com a sociedade. Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível. Existe aí matéria para uma outra história, que não pretende certamente constituir um belo conjunto ordenado e racional, como a História; contribuiria, antes, para a purificar ou para a destruir (p. 7).

A protagonista de ambos os textos, Carlota Joaquina, é uma das mulheres mais (de)cantadas pelas narrativas literária, histórica e midiática, desde a época de sua existência até a atualidade. A partir de obras de gêneros textuais diferentes, foram criadas duas versões conflitantes acerca da Princesa/Rainha do Brasil, especialmente na Espanha, em Portugal e no Brasil. Uma se fundamenta em acusações que a apontam como megera, devassa, infiel e assassina: a “lenda negra”; a outra, que enfatiza sua atuação como mãe carinhosa, inteligente e esposa amantíssima: a “lenda dourada”. Esse embate dá origem ao mito Carlota.

O romance de 1937 vincula-se à “lenda dourada”, ao passo que o filme de 1995 reforça a “lenda negra”. Nessa arena discursivo-ideológica, de valor estético, é relevante a investigação acerca dos meios de representação do corpo feminino no texto literário e no fílmico. Sua representação vem se fixando como um estereótipo, atravessado, principalmente, por efeitos de sentidos oriundos de (re)interpretações acerca de sua sexualidade<sup>7</sup>. Como lembra Francisca de Azevedo (2003), a história joa-

<sup>6</sup> Utilizo uma versão do romance (a 2ª. edição, a ser publicada), em que a linguagem está atualizada por mim.

<sup>7</sup> São inúmeras as obras que seguem a “linha do escracho”, no dizer de Marilene Weinhardt (2009, p. 112). Ela afirma que apesar de considerar o romance de Chrysanthème mal resolvido ficcionalmente, seu interesse não é o de “resgatá-lo [ar] do limbo”, mas recai na própria autora (p. 113). Laurentino Gomes, em 1808, é explícito e pródigo ao referir-se à Carlota, como “esposa infiel e uma mulher feia, maquiavélica e infeliz”; “inteligente, briguenta e vingativa”; “uma rainha devassa e promíscua” (p. 178). Sara Marques Pereira (1999) traça uma “Genealogia da ‘lenda negra’”, composta inicialmente por estrangeiros, como por exemplo a obra hostil do francês, marquês de Bombelles (1786-1788), a do inglês, William Beckford (1834), que relata com humor o temperamento claro-escuro de Carlota e a de Madame Junot (1837). Pereira estuda também, entre outras, *as Memórias secretas de D. C. J.*, de José Presas (1830) e *Os escândalos de C. J.*, de Assis Cintra (1934).

nina vem atrelada ao anedotário que traça o perfil de Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança, o que “permitiu que se fixasse no imaginário social a figura...de uma mulher vulgar, ambiciosa, perversa, inculta, enfim, transgressora de todas as normas morais e éticas inerentes às mulheres da nobreza de seu tempo” (p. 15).

Esta concepção estereotipada, as acusações desabonadoras ao seu aspecto físico e comportamento moral e sexual parece estar na origem do mito. O filme, ao alimentar a lenda negra, intensifica o senso comum a respeito de tal mito, contudo, no final do século XX e início do XXI, ouvem-se outras vozes, que se juntam à de Chrysanthème e tentam reverter essa noção negativa tanto na história quanto na literatura.

Para a historiadora Francisca de Azevedo (2003) não resta dúvida de que, no Brasil, o desabono ao físico e à moral de Carlota Joaquina deve-se à obra *D. João VI no Brasil*, de Manuel de Oliveira Lima, publicada em 1908, que assume como verdadeira a descrição da princesa contida em *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal, 1808-1811*, publicado em Paris, em 1837<sup>8</sup>, pela Duquesa de Abrantes (1784-1838), a Madame Junot.

Em *Souvenirs d'une ambassade et d'un Séjour en Espagne et en Portugal, 1808-1811* (1838, v. 2; Anexo I, excerto [1]), Madame Junot (Laure Saint Martin) é positiva no que concerne à família real: “o objeto”, que merece “um estudo particular”, cujos “segredos parecem atávicos” (p. 261): “a Rainha de Portugal, Dona Maria, era louca” e seu espírito sempre foi medíocre... (p. 261); D. João VI – “inepto, sem nenhuma educação, que caça como um selvagem da América do Norte, sem nenhuma qualidade aparente, mesmo a mais ínfima, de um físico quase repelente” (262) — era este o “homem a quem Portugal obedecia em 1808, no momento em que o Imperador declarava o declínio da casa de Bragança” (p. 262). De acordo com Laure Junot, “a sociedade de Lisboa era tão nula quanto o país” (p. 228). “...esta é a história de Lisboa no momento em que cheguei”, diz ela (p. 229).

A curiosidade de Madame Junot, todavia, dirige-se especialmente para a “fisionomia” de Carlota, a quem diz conhecer “intimamente” e, por isto, sentencia:

A princesa do Brasil tem apenas 5 pés na parte mais alta de seu corpo... um coice de cavalo lhe encurtou o quadril e ela escandalosamente coxeava e seu ombro igualmente ficou torto...o peito da pobre princesa era, como o resto do corpo, um mistério da natureza divertido de se ver...esta parte dela era burlesca de deformidade...(Anexo I, excerto 2, p. 263)...sobre este corpo maravilhoso pairava a cabeça mais bizarramente feia que jamais se viu andar neste mundo (I, 2, p. 264). Os olhos eram pequenos, juntos, que lhe davam um olhar perverso e zombeteiro. Seu nariz...estava quase sempre inchado e vermelho...; sua boca, a parte mais curiosa desta figura repulsiva, era guarnecida de várias linhas de dentes pretos, verdes e amarelos, desordenadas como um flauta de Pan, ou como uma franja de cortina! Sua pele rude e queimada tinha, além disso, a feiúra de espinhas quase sempre supurando, e apresentavam um espetáculo hediondo; suas mãos eram feias e negras e situadas ao final de dois braços ossudos...Seus cabelos...negros ou russos...que se parecem com crinas (I, 2, p. 264). É com tal aparência, tal figura, que a princesa do Brasil se põe um dia a sonhar que poderia se tornar uma

<sup>8</sup> As citações, neste trabalho, traduzidas livremente por mim e referidas pelo número da página entre parênteses, são retiradas do volume 2, publicado em Bruxelas, por Hauman, Cattoia et Comp, de 1837, disponível em <<http://books.google.com>>. Acesso em: 10/05/2018. Ver Anexo I, neste trabalho, com estas passagens no original francês. A obra, *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008), foi com este título traduzida para o português por Magda Figueiredo, cf. informação retirada do site <<http://catalogo.bnportugal.pt>>. Acesso em: 25/05/2018.

famosa caçadora! E *voilà*...os pobres cervos que ela atrai para a morte somente pelo olhar de Medusa (I, 3, p. 265)...A princesa, com essa amável aparência da torção que já descrevi, está montada sobre um belo cavalo do país,...não como nós, nós e os ingleses, mas como se vê atualmente as mulheres dos agricultores..., isso é, *perna pra cá perna pra lá* (I, 3, p. 266).

O mito Carlota assim se estabelece. O discurso de Laure Junot é inspirado por ciúmes e raiva dos encontros diplomáticos entre o General de Napoleão, seu marido, e Carlota. O fato é que este discurso marcado passou de obra em obra. Não há, portanto, surpresa em se encontrar expressões em Oliveira Lima (1908) como “A simples menção d’este nome traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas” (p. 261), provocados por esta “mestra consumada na arte das intrigas...” (p. 266).

Isso, sem contar com o esforço do historiador em ressaltar a inadequação de Carlota aos padrões de beleza e às funções de esposa e mãe, conforme se lê nas passagens seguintes:

Os traços varonis e grosseiros de seu rosto...havia apenas de feminino o invólucro...” (p. 262) ... “É incontestável que a própria aparência lhe não dava entrada autorizada no belo sexo. A estatura era muito baixa, disforme a figura, irregulares as feições, ainda afeidadas pela exuberância capilar da face, em volta da boca de lábios finos (p. 262).

A abordagem ao mito Carlota, no arcabouço de gênero, como categoria de análise, permite considerações a respeito de construções culturais, literárias, linguísticas e históricas, no intuito de dar conta das relações de poder oriundas de diferenças sexuais, étnicas e de classe social. Para Francisca Azevedo (2003), por exemplo, é produtivo saber que “...Carlota herda da mãe a altivez e o gosto pela política também...” (p. 74), enquanto que essas qualidades, na apreciação de Oliveira Lima (1908), são manifestações de sua “alma masculina” (p. 262), pois “...Dona Carlota Joaquina nunca se resignou a ser aquilo para que nascera – uma Princesa Consorte. Sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei” (p. 261). Para o autor, D. João VI, “pacífico e comodista” (p. 262), via-se entre uma “...mãe alucinada e mulher impudica...” (p. 264), afirmando que o seu permanente estado melancólico e a epilepsia deviam-se à “histeria de Carlota” (p. 270). Sugere, ainda, que crimes foram cometidos a mando da princesa, por isso precisava “...livrar-se da presença nefasta da mulher...” (p. 283). Entretanto, Oliveira Lima, lá atrás, em 1908, não desconfiava que poderia estar prestando um inestimável serviço aos estudos de gênero, aqui e agora, em 2018, com sua declaração irônica acerca de uma mulher que vivera muito antes dele, nos idos do século XVIII: “O traço convencionalmente feminino de Dona Carlota era o amor das joias e vestidos, o fraco pelo luxo. N’ela não havia meiguices de mulher: apenas acessos de volúpia em que prostituía o tálamo e a coroa” (p. 263). E, ele arrisca-se ainda mais, num discurso profético a respeito das características essenciais, que faltam e que sobram em Carlota (por extensão, em nós, mulheres do século XXI), para que ela pudesse “exercer eficazmente a sua influência doméstica”: ela “precisaria ser secundada pela sua beleza física que de todo lhe faltava, ou por maneiras brandas e sinceramente carinhosas que eram avessas ao seu temperamento buliçoso e desbragada educação” (p. 262).

É essa a imagem de Carlota explorada, em 1995, no filme.

Estranhamente, Carla Camurati, em entrevista a *Prêmio Cláudia*, em 1996, declara que procurou “produzir uma narrativa cinematográfica que constituísse uma espécie de romance histórico com

*funções pedagógicas* e que, assim, oferecesse ao espectador um conhecimento do passado e o ajudasse, como povo, a pensar sobre o presente” (VILLALTA, 2004, p. 240; ênfase acrescentada). Digo, estranhamente, porque seu discurso é atravessado por sentidos que apontam para uma visão fantasiosa — “Ele [o filme] é quase igual a minha fantasia” (CAMURATI, 1995, p. 5) —, e unilateral, fato que bloqueia qualquer possibilidade de questionamento acerca da verdade histórica. Como, então, tal narrativa pode ser fonte de conhecimento? Parece haver uma contradição intrínseca entre seu objetivo, apresentar a verdade histórica, e a realização do mesmo.

A “chanchada de Carla Camurati” (SCHVARSMAN, 2003, p. 172) é monológica, na medida em que só se ouve a voz de sua fantasia, apesar da construção paródica — mais uma contradição, pois teoricamente deveria acirrar a visão crítica da espectadora e do espectador —, conforme claramente explicitado pela autora:

Encontrar essas raízes na caracterização ridícula e predatória das origens faz rir, mas é ainda uma forma vitimizada de ver as coisas, que exclui dos brasileiros, no passado como no presente, seu papel de sujeitos de sua própria história...Essas limitações enfraquecem e dissolvem parte significativa da crítica que se constrói ao longo do filme... (p. 171-172).

Não é distinta a opinião de Vainfas (2001), após desvelar as significações crassas do discurso fílmico, comparando-o a “um mar de estereótipos”, além de proclamar que “A Carlota Joaquina, bem como a própria história do Brasil retratada no filme, não passa de caricatura, a meu ver, de mau gosto” (p. 235).

De fato, desde a visão caricata emitida pela voz que conduz a narrativa, a de um escocês que, embora não conhecendo o Brasil, mostra o país e a história de Carlota à menina Yolanda, as imagens se constroem sobre situações grotescas, relacionadas à sexualidade da princesa e à ética palaciana: há cenas de maltratos à população carioca e de assassinatos recheados de requintada violência. As acusações se multiplicam na tela. Há sequências exemplares, retiradas do roteiro de Camurati (1995), como se verifica a seguir: a) sequência 15: quarto de D. João — primeira cena em que Carlota aparece como adulta e, “dona de uma volúpia inusitada”, atira-se sobre João. Lê-se: “Carlota era um dragão. Teve muitos amantes, muitos...ela podia comer qualquer um como um monstro enlouquecido” (p. 33); b) sequência 16: os amantes de Carlota/interior — dos nove filhos do casal real, “muitos eram os filhos de Carlota, e poucos os de D. João”. O amante mais famoso é o jardineiro da Quinta de Ramalhão, que é brutalmente assassinado por Carlota, pois “A cena evolui de um encontro amoroso para a de um crime passionai” (p. 34); c) sequência 24: Palácio: quarto de Carlota — “Carlota e as criadas queimam as provas de sua infidelidade conjugal” (p. 42); d) sequência 29: insert — Escócia — Carlota chega ao Brasil com a cabeça enfaixada por causa dos piolhos: a trunfa vira moda na colônia (p. 46); e) sequência 94: confessionário — “Sim, é verdade, eu matei. Eu matei o jardineiro, eu matei Gertrudes [mulher de seu amante, o negro Fernando Carneiro Leão, nomeado por D. João VI, presidente do Banco do Brasil] mas ao João, não. Eu não o matei. Perdoa-me, senhor” (p. 94).

Das sequências deste roteiro, os fatos mais violentos e aviltantes a serem transferidos para a tela são a certeza de ter havido uma Carlota de sexualidade insaciável, da existência de vários amantes e, acima de tudo, a confissão de ter sido uma espécie de *serial killer*, devido à sucessão de assassinatos a ela atribuídos. A ironia maior, todavia, recai no pedido de perdão ao Senhor, depois de ter matado tanta gente, porque é injusto ser acusada do assassinato de D. João VI!

As imagens resultantes do roteiro do filme podem ser, com certa obviedade até, abordadas no viés do conceito bakhtiniano de carnavalização. A incidência exagerada da cor vermelha, seja nos trajes de Carlota, na corte espanhola explosiva nas danças flamencas<sup>9</sup> e no gestual, em contraste com as roupas pretas e maneiras recolhidas da corte portuguesa, seja nas cenas de violência e de morte, seja como pano de fundo, especialmente quando o foco recai na princesa e evidencia um espaço discursivo carnavalesco. A lenda negra aponta para a princesa/rainha destronada, o que comprova a lógica da inversão, em que se permuta o alto pelo baixo, o superior pelo inferior, o permitido pelo proibido, “que transformava o antigo em novo, e impedia toda possibilidade de perpetuação” (BAKHTIN, 1987, p. 71). Mais do que isso, Carlota Joaquina é levada à praça pública, onde é ré do julgamento pela literatura e pela história. Em *Camurati*, entretanto, diferentemente do resultado defendido por Bakhtin, isto é, usar da carnavalização como um meio de atingir a liberdade, a autora perpetua a vitimização da princesa, amarra-a aos clichês banais da lenda negra, o grotesco e a mistura do cômico com o espanto, que compõem a simbologia veiculada pelo filme. Sara Pereira (1999), ao apontar as características do “polimorfismo de todos os mitos”, cita algumas das imagens e metáforas da “feminilidade terrível”, como “Messalina”, “conspiradora”, “assassina e adúltera”, “ogressa” (p. 180) termos seguidos de perto, em outras obras, por megera de Queluz, esposa e mãe abominável, ambiciosa e pérfida, disforme de corpo e alma, bruxa espanhola, ninfomaníaca e astuciosa: a libidinosa grosseira. Qualquer que seja a adjetivação negativa, de 1830 a 1995, ela ecoará nas exposições de “Carlota Joaquina: princesa do Brasil”.

Em 1937, quando Chrysanthème publica seu romance, a lenda negra sobre o mito Carlota está consolidada. Entretanto, a autora estabelece claramente seu propósito com esta obra: defender a Rainha do Brasil, contra as “calúnias, incompreensões e perseguições”, não só por parte dos políticos e historiadores, como também do marido. Retomo o “Prefácio”, para exemplificar a posição da autora:

Compreendi então que a inteligência, a generosidade e o temperamento da infanta espanhola revoltavam a falsa fidalguia e a ignorante plebe desse tempo, arrancando-lhes calúnias, incompreensões e perseguições...A sua indiferença pelos preconceitos e a “molície” do marido, invejoso da sua superioridade e inquieto por vê-la mais firme e varonil do que ele, na política e fora dela, estimularam as perversidades dos que a infanta contrariava os planos ou desprezava a vil ambição.

Um de seus principais argumentos, conforme explicita no fragmento a seguir é que

Essa filha dos Bourbons mostrou depois possuir uma mentalidade bem diversa da lusitana, avessa aos preconceitos, vibrante de sensualidade, aberta ao progresso e, sobretudo, adiantadíssima à época em que viveu, o que a tornou antipática e bom alvo de calúnias e aleives (p. 13).

fator que leva Chrysanthème à justificativa: — “Errar é humano e, se ela cometeu faltas, como todos os mortais, redimiu-as à força de sofrimento, de amor e de lágrimas” (p. 6).

O discurso do romance é polifônico por natureza, na medida em que Chrysanthème abre espaço para um número importante de obras vinculadas tanto à lenda negra, quanto à dourada.

<sup>9</sup> Cf. Vainfas (2001), há inúmeros erros históricos no filme, entre eles, a prática das danças flamencas na Espanha, porque ainda não existiam, pois, a moda era imitar os costumes palacianos franceses.

O texto romanescos mantém um diálogo permanente entre discursos distintos de épocas também distintas. Por um lado, a autora demonstra sua erudição e pesquisa séria acerca de Carlota; por outro, o mais relevante, talvez, traz estas vozes para o campo discursivo-ideológico, a fim de se confrontarem. O discurso da autora é marcado não por ser uma fala individual, “mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos”, o que nos leva a conhecer a “dimensão histórica” do “fenômeno linguístico” (BRAIT, 2001, p. 79). Chrysanthème argumenta por meio da heterogeneidade, ou seja, do plurilinguismo e da multiplicidade de gêneros textuais: são documentos históricos, cartas, depoimentos de caráter pessoal — inclusive da autora, que em algumas passagens confunde-se com a narradora, antecipando, quem sabe, técnicas narrativas pós-modernas? — em afinidade e em contraposição. O intertexto é aparente, devido ao caráter historiográfico do romance que também apresenta traços ensaísticos e biográficos vigorosos, sem dissociar-se, contudo, do comprometimento estético. O enredo envolve personagens históricas, incluindo desde Madame Junot, Presas, Oliveira Martins, a clã dos Bourbons e a dos Braganças, Rubio e Beretta, além de Strangford, Marialva, Casa Irujo, entre tantos outros. Ouvem-se as mais distintas vozes, inclusive a de Carlota Joaquina. Diferentemente da produção atrelada à lenda negra, aqui a protagonista encontra espaço: torna-se também discurso.

Contestadora às denúncias contra Carlota, a autora revigora sua defesa com amparo em *La Infanta Carlota Joaquina y la política de España en América (1808-1812)*, de Julián Maria Rubio, publicado em 1920 e na posição assumida por Ballesteros Beretta<sup>10</sup>, que escreve o “Prólogo” (p. i-xii), a fim de reverter o juízo negativo acerca da Rainha. Este último é peremptório ao incriminar Madame Junot — “A causa provável, uma rivalidade feminina” —, concluindo que — “Pelo exposto, creio haver motivo suficiente para uma reabilitação que aqui apenas esboçamos”<sup>11</sup> (p. x).

Beretta apela às leitoras e aos leitores para

contemplarem [reis] o espírito da protagonista e perceberem [reis] que, através dos intrincados labirintos da política, pulsa um coração de mulher que, avançada, com o pensamento elevado, sonha com o país distante e sacrifica sua tranquilidade e suas ambições pela Pátria. É dona Carlota... (p. vii). [Anexo II, 1]

Ele também reforça sua argumentação, ao referir que

A intrincada malha de documentos nos mostra o ambiente ao redor da Infanta: as intrigas palacianas, as habilidades diplomáticas, os interesses comuns, os fios sutis...o Príncipe Regente, débil e nulo; Carlota Joaquina, varonil, inteligente e esforçada (p. viii). [Anexo II, 2 e 3].

Em seu afã para resgatar a imagem de Carlota, Beretta argumenta que a Infanta é o “pesadelo daqueles homens que tanto temiam a uma mulher isolada, só, separada da realeza em país estranho, lutando contra a adversidade em transe de dificuldade insuperável até mesmo para um homem de talento” (p. viii) [Anexo II, 4]. O autor justifica o problema enfrentado por ela, porque os historiadores não limitaram seus ataques ao terreno político; ao contrário, agrediram-na em sua conduta, no âmbito privado, duramente.

<sup>10</sup> Ver Anexo II, que contém uma seleção de passagens retiradas do “Prólogo”.

<sup>11</sup> “La causa probable, una rivalidad femenina”. “Con lo expuesto creo hay motivo suficiente a una rehabilitación que aquí sólo esbozamos” (p. x).



Ainda, demonstra que Savine<sup>12</sup> se aproveita do discurso de Laura Junot para difundir e minar seus impropérios contra Carlota. Biógrafo da Rainha, ele repete *ipsis litteris* a descrição de Madame Junot, mantendo a visão violentamente depreciativa que a mesma emite em sua obra. No entendimento de Beretta, é um “quadro calamitoso”, pois “O retrato não pode ser menos lisonjeiro” (p. ix)<sup>13</sup>. [Anexo II, excerto5]. Em contrapartida, ele aponta Giedroyc (1842-?)<sup>14</sup> como um historiador benévolo que, junto a outros, afirma que embora Carlota não tenha herdado a beleza de sua mãe, não era totalmente desprovida de graça e encantos.

A “tensa exposição dialógica” (MACHADO, 1995, p. 142) do discurso romanesco em *Chrysanthème* ocorre em dois planos no âmbito crítico. No primeiro, leva-me a considerar o dialogismo e o intertexto, na medida em que a autora elenca obras anteriores a 1937. Em segundo plano, por força da permissividade própria à leitura crítica, extrapolando, portanto, os limites tradicionais do universo literário, uso dessa liberdade para acarear seu discurso com outros que sucederam à publicação de *A infanta...* Nas duas dimensões, verifico que há um forte apelo, no discurso literário e histórico, ao entrecruzamento da representação do corpo biológico com a compreensão do funcionamento do corpo social: suas normas e preconceitos, exposições públicas e silenciamentos, anomia e excesso, o centro e o ex-cêntrico. Em outras palavras, o corpo arquivado/expõe valores e significações. Por outro lado, a representação do corpo está intimamente atrelada à construção da subjetividade/identidade.

De certa forma, Carlota Joaquina, o mito, dá corpo à história, no sentido simbólico; enquanto dá uma história ao corpo. Como um signo cultural, seu corpo, no sentido material, que se pode chamar de o corpo vivido, é a arena discursiva, tanto no âmbito da significação, quanto no da representação.

O fato é que Carlota Joaquina, o mito, é um discurso polêmico até nossos dias. Seu corpo estigmatizado está em contínua interlocução com escritoras/es e historiadoras/es, que a traduzem com toques mais leves ou mais ousados de tragicidade, ironia ou complacência. A interação entre os discursos literário e fílmico não é harmoniosa, pois manifestam posturas ideológicas contrárias. Na colisão entre eles, instaura-se a polifonia discursiva.

No relato de alguns fatos da vida de Carlota, *Chrysanthème* cai na armadilha histórica e os assume como verdadeiros, como por exemplo, a influência nefasta de Maria Luisa sobre a filha. Modelo de sexualidade exarcebada, Maria Luisa permitiu que seu amante participasse do poder na corte espanhola, além de lhe ter servido de modelo.

Por isso, Carlota teria tido vários amantes (parece clara a falha em tal silogismo!). Entretanto, em outras passagens, mesmo correndo o risco de desdizer-se, apesar de arguta, a autora não hesita ao referir a solidão e emudecimento a que Carlota foi condenada, ainda em terras brasileiras, definhando lentamente, por isso: “Vingava-se em falar mal dos adversários, que, por sua vez, se vingavam dela, acusando-a de amores vis, de torpitudes indignas de uma rainha, condenações imundas e injustas, que a história não explica, mas transcreve...” (p. 174). Acrescenta, ainda: “O fato é que não sucedia neste Rio de Janeiro, primitivo e colonial, nenhum acontecimento, político ou fora de comum, de que Carlota Joaquina não fosse responsabilizada” (p. 176). Isso, sem contar os assuntos amplamente divulgados, do envenenamento de D. João VI, a morte do marquês

<sup>12</sup> Jean-Louis Albert Savine (Aigues Mortes, 1859-Paris, 1927), membro da Real Academia y de la de Buenas Letras de Barcelona. Biógrafo de Carlota: repete acriticamente a versão de Laure Junot [Anexo II, 5].

<sup>13</sup> “cuadro calamitoso” e “El retrato no puede ser menos halagüeño” (p. ix).

<sup>14</sup> Giedroyc (Le Prince Romuald). *Resume de l'histoire du Portugal au XIX siècle*. Paris: Amyot, 1875. [Anexo II, 5].

de Loulé<sup>15</sup> e da suposta paternidade de D. Miguel, atribuída ao 4º marquês de Marialva, D. Pedro José de Alcântara de Meneses Noronha Coutinho (1802-1866).

Entre outras acusações, a do assassinato de Gertrudes, esposa de Fernando Carneiro Leão, é uma das que mais claramente contrasta as duas narrativas. Enquanto no filme, a cena é mostrada de modo a não restar dúvida quanto a sua autoria, no romance prevalece a negativa, pois segundo “distintos historiadores da época”, por ser Carlota amante dele, “*só poderia ser ela a criminosa*” (p. 175).

Uma das ocorrências mais marcantes, porém, recai no discurso denunciador de Chrysanthème, quando afirma que “Certo escritor, traçando os últimos momentos da rainha do Brasil, foi de uma crueldade sem par... Atribui ele o câncer uterino de Carlota Joaquina às devassidões, às torpezas da vida dessa infeliz...” (p. 194-5).

Muito à frente de seu tempo, “a mais inteligente mulher da hora”, mesmo vilipendiada, “prisioneira política e familiar” (p. 181), Carlota não se exime de interagir com o marido, de forma a demonstrar sua supremacia quando se trata do enfrentamento de situações conflituosas:

...tomada a decisão de voltar, D. João não a executava...chorava e se lamentava sempre que Carlota Joaquina lhe apontava a necessidade de abandonar o Brasil... A rainha não sossegava e, diante do pranto de D. João, ela não se continha e murmurava: - Um rei que chora não merece sê-lo. Um rei morre, mas não deita lágrimas. Tu pareces um *monogote*<sup>16</sup>, oh! João! Tem coragem, *hombre!* (p. 185)

No romance, há uma evidente insistência de Chrysanthème em contrapor as qualidades do casal. Enquanto a autora enaltece Carlota por meio de expressões como “a cabeça pensante e enérgica desse casal disparatado” (p. 188), uma mulher firme e varonil, de mentalidade adiantada, indiferente às convenções e preconceitos mesquinhos da época, D. João é mostrado como um glutão, fracalhão e hesitante, tão bem-apanhado no termo “molice” (p. 4). A inversão de gênero é aparente.

Mais do que ambiente discursivo, a narrativa do romance apresenta-se como um espaço de contradiscursivização. Atualmente, o processo de revisão da nova história desconstrói a visão adulterada da lenda negra, fundamentada em documentos acurados, como ocorre com as pesquisas divulgadas por Francisca de Azevedo e por Sara Marques Pereira<sup>17</sup>, entre outras. As historiadoras do presente amparam muitas das veementes contestações de Chrysanthème, visto que ambas orientam suas pesquisas na perspectiva de gênero.

Para Sara Pereira (1999), “D. Carlota Joaquina Bourbon merecia, desde há muito, um estudo mais aprofundado sobre sua figura” (p. 15) e é com tal propósito que ela traça em detalhes a atuação política de Carlota, além de analisar a lenda negra e a dourada. Francisca de Azevedo (2007), em *Carlota Joaquina: cartas inéditas*, explicita sua preocupação sobre gênero, ao permitir que Carlota se torne “porta-voz” de sua história, para que as/os leitoras/es possam “construir e desconstruir os efeitos de uma historiografia liberal, masculina, que tem pouca tolerância com o contrário, especialmente em relação às mulheres” (p. 24).

<sup>15</sup> Marquês de Loulé (1804-1875), estribeiro-mor de D. João VI, cuja morte misteriosa em Salvaterra, em 1824, é atribuída a um príncipe da Casa Real (D. Miguel, Rei de Portugal), fato que ninguém estranhou.

<sup>16</sup> cf. referência retirada do site <<http://www.wordreference.com/definicion/monigote>>, consultado em 10/03/2018, pode significar: 1-m. Muñeco, a figura ridícula, 2-Dibujo mal hecho o infantil, 3-Persona sin carácter ni valor.

<sup>17</sup> Entre as/os autoras/es que sustentam a lenda dourada, Sara Pereira comenta as obras do inglês Markus Cheke, de 1947, a de António Cabral, de 1936, a de Júlio Montalvão Machado, de 1974, entre tantas outras.

Quando Chrysanthème interfere no curso da lenda negra, apontando outras e contrárias significações a aspectos de sua moral e comportamento, contribui para marcar uma imagem inconclusa de sua protagonista. A construção da biografia de Carlota se faz, conforme ensina Barthes (SFL<sup>18</sup>, 1971), a partir de traços dispersos de uma visão possível — “um pouco como as cinzas que se lançam depois da morte” (p. 14) —, pois ninguém é capaz de desvelá-la totalmente. Os sentidos produzidos deslizam sobre a princesa, objeto/sujeito do olhar do outro. A existência passada se reduz, pela erosão do tempo, a alguns “biografemas” isolados. O processo de produção de sentidos, de codificação e de decodificação, se dá via a recolha de traços, vestígios, textos e referências intertextuais, resultando numa biografia descontínua.

Na medida em que o romance histórico implica criação, “leva sua heroína a lutar contra o campo de visão do autor [da autora], se rebela contra o acabamento que ele [ela] pretende lhe impor”, conforme explica Machado (1995, p. 153). Em *A Infanta...* é possível verificar a veracidade de tal assertiva, nas passagens em que Carlota, já no fim de sua vida, faz confidências a Maria Josefa e Filisbino, empregados negros, os únicos que lhe restam como companhia, conforme se lê na voz da protagonista, em: “– Ah! Fui muito caluniada, Maria! ... — Se até me deram como amante do jardineiro do Ramalhão! Que queres tu de mais falso e calunioso?” (p. 197-8).

No evento “Uma outra Carlota” (2013), a historiadora Francisca Azevedo apresenta um novo perfil para a Rainha, mostrando o porquê do seu tratamento caricaturizado, o qual se deve basicamente a dois fatores. O primeiro, a questões de gênero, pois os relatos depreciativos de seus contemporâneos apontam que ela não se enquadrava no papel destinado a uma mulher na época. Carlota intervinha em situações e arranjos políticos reservados aos homens, era decidida e afrontava-os. O relato de Madame Junot, extremamente preconceituoso em relação às sociedades ibéricas, foi também implacável com Carlota. O segundo fator diz respeito ao fato de Carlota ter apoiado as pretensões absolutistas de D. Miguel. Ao analisar o cartaz do filme de Camurati, a historiadora afirma que “a imagem reflete o imaginário popular sobre a personagem: luxúria e arrogância”. Entretanto, por ter trabalhado com cartas, acerca de *Carlota Joaquina: cartas inéditas* (2007), ela percebeu um lado muito humano de Carlota, em que ela sofre muito e, estando grávida, pede socorro ao pai e à mãe para tirá-la de Portugal. Há também momentos muito dramáticos, quando os filhos estão doentes, por exemplo, e ela escreve sistematicamente para D. João contando a melhora deles. O mesmo ocorre, quando ela fica doente. Ao ser perguntada pela *Revista Tema Livre*, como era a relação de Dona Carlota com D. João, uma curiosidade geral, a historiadora Francisca enfatiza que, ao lado da relação protocolar, as correspondências são, muitas vezes, carinhosas, para surpresa geral também.

## CONCLUSÃO

As distinções entre as duas obras, o romance e o filme, são inúmeras e analisá-las extrapolaria os limites deste trabalho. De qualquer forma, vale retomar alguns aspectos que se apresentam mais evidentes, além, é claro, da filiação de um à lenda negra e do outro à lenda dourada.

A moldura do filme de Carla Camurati, que apresenta um narrador escocês a contar, em inglês, parte da história do Brasil, é criativo, concordo. Todavia, revela uma visão exótica e estereotipada do país e de suas personagens. Visão, essa, acirrada pela distância geográfica e marcada por um discurso, sobre Carlota, principalmente, que pretende ser verdadeiro. Há uma distorção aparen-

---

<sup>18</sup> SFL refere-se à obra *Sade, Fourier, Loiola* (1971).

te, especialmente quando a autora/diretora busca a “verdade” dos fatos históricos. Um objetivo, esse, impossível de ser alcançado, no caso, entendido tanto sob o ponto de vista da ficção, quanto do da história. Em relação a este último, há posicionamentos críticos adotados por historiadores, que demonstram que o filme está baseado em uma pesquisa que carece de seriedade, é superficial e, mais comprometedor ainda, não passa de plágio do romance de João Felício dos Santos, *A rainha devassa*, publicada nos anos 50<sup>19</sup>. Para Almir de Campos Bruneti (1998), “...o filme de Carla Camurati irrita em vez de divertir. Vendo Carlota Joaquina desde uma ótica machista e patriarcalista e, sem dúvida, antifeminista, a diretora presta um desserviço à causa da identidade nacional e da tomada de consciência da mulher brasileira” (p. 156).

Por outro lado, o romance de Chrysanthème, apesar de suscitar questionamentos acerca de questões relacionadas à elaboração artística, é um romance histórico único na historiografia literária brasileira. A autora demonstra sua erudição ao contestar as acusações a que Carlota Joaquina foi submetida pela lenda negra, trazendo ao romance vozes diversas de publicações, literárias e históricas, da Espanha, Portugal e Brasil, até 1937 (data de publicação do romance). Muitos dos posicionamentos assumidos pela autora, são comprovados por pesquisas sólidas realizadas anteriormente à publicação da obra, que encontram eco em outras obras, contemporâneas nossas.

Os dois textos estabelecem o entrecruzamento entre a história e a ficção como o contexto discursivo e nesse, suas autoras explicitam a posição assumida no que concerne à criação/construção da protagonista. De certa forma, não é exagero dizer que ambas, Chrysanthème e Carla Camurati visam à correção da história: a primeira, via a tentativa de resgatar a dignidade da mulher, esposa, mãe e rainha, ao contestar as injustiças que enterraram Carlota Joaquina no lodo histórico-literário no qual a encontra na década de 30 do século XX; a segunda, via o reforço das características estereotipadas e caricaturais da figura de Carlota, devido ao uso incompetente do recurso da carnavalização, porque desconsidera a pesquisa histórica e faz valer apenas os desvarios de sua fantasia, que provocam o riso e o deboche, expondo ao ridículo, não apenas a princesa, como também o país.

Em última instância, cabe reforçar que o mito Carlota Joaquina, na pena de Carla Camurati, é preservado na sua forma estereotipada; enquanto que na pena de Chrysanthème é transgressor, pois esta tenta reverter, com independência e coragem, a predominância da lenda negra. Chrysanthème oferece à literatura, à história, à crítica literária feminista e ao imaginário popular a oportunidade de, via reflexão estética e ética, mudar de e/ou formar uma opinião mais consistente acerca da Princesa/Rainha do Brasil.

---

<sup>19</sup> Ver, para este fim, Vainfas (2001).

**ANEXO I** - (ABRANTES, Duquesa de [Madame Junot] *Souvenirs...*, v. 2, 1838).

[1] Le caractère des Portugais doit être l'objet d'une étude particulière (p. 221). Ses secrets paraissent attachans... (p. 260-261). La reine de Portugal, Doña Maria était folle. Son esprit avait toujours été médiocre... (p. 261). Presque inepte, sans aucune éducation, chassant comme un sauvage de l'Amérique du Nord, sans aucune qualité aparente, même la plus infime, d'un physique presque repoussant, voilà quel était l'homme auquel le Portugal obéissait en 1808 au moment où l'Empereur déclara la déchéance de la Maison de Bragance (p. 262). J'ai déjà dite que la Société de Lisbonne était nulle quant au pays par lui-même...c'était l'histoire de celle de Lisbonne au moment où j'y arrivé (p. 227-228). [2] La princesse du Brésil avait à peine cinq pieds dans la partie la plus haute de son corps. Je dis cela parce qu'une chute de cheval lui avait tellement raccourci une hanche, qu'elle boitait outrageusement, et que son épaule, également dérangée dans sa direction, en avait pris une tout opposée à celle que suivait sa sœur...Il résultait de tout cela que la poitrine de la pauvre princesse était, comme le reste du corps, un mystère de la nature lorsqu'elle s'amuse à se fourvoyer. J'ai entendu dire que cette partie d'elle-même était burlesque de difformité quand on avait le bonheur, de la voir sans voile (p. 263) ...et sur ce malheureux corps était la tête la plus bizarrement laide qui se soit jamais promenée dans ce monde (p. 264). Les yeux en étaient petits, point ensemble, et ne donnaient que des regards méchants ou moqueurs [...]. Son nez, par l'habitude de la chasse et d'une vie coureuse et errante, était presque toujours enflé et rouge comme celui d'un Suisse; sa bouche, la partie la plus curieuse de cette figure repoussante, était garnie de plusieurs rangées de dents noires, vertes et jaunes, plantées en biais comme une flûte de Pan, ou comme une frange de rideau!...Sa peau rude et tannée avait pour surcroît de laideur des boutons presque toujours en suppuration, et présentait le spectacle le plus hideux; ses mains étaient laides et noires et placées au bout de deux bras osseusement faits et tout à fait plats. Quant aux pieds, ils ne déparaient rien de ce charmant ensemble. Ses cheveux, d'une espèce demi-crêpue, étaient noirs ou plutôt bruns, et de cette sorte de cheveux que la brosse, le peigne et la pommade ne peuvent réduire à l'état de cheveux, et qui demeurent toujours à celui de crins (p. 264-265). [3] C'est avec une telle tournure, une telle figure, que la princesse du Brésil se met un jour à rêver qu'elle pouvait devenir une fameuse chasseress! et la voilà qui apprend à tirer au vol, qui monte à cheval, qui court les montagnes, les vallons, les plaines, pourchassant les sangliers à qui elle faisait peur, et les pauvres cerfs qu'elle médusait seulement par son regard! (p. 265-266). La princesse, avec l'aimable visage et la tournure que je viens de décrire, était montée sur un assez joli cheval du pays, petit, mais d'une belle encolure, et tout à fait propre à courir la montagne. Sa maîtresse était sur lui, non pas comme nous y sommes, nous et les Anglaises, mais comme on voit encore aujourd'hui des femmes de fermiers dans les Cévennes ou dans quelque province reculée, c'est-à-dire *jambe de-ci jambe de-cà* (p. 266).

**ANEXO II** - (BERETTA, Antonio Ballesteros. Prólogo. p.i-xii [28 de novembro de 1919]).

[1] ...contemplad el espíritu de la protagonista y advertiréis que, a través de los intrincados laberintos de la política, late un corazón de mujer que, alta la frente, con elevado pensamiento, sueña en el país lejano, y sacrifica su tranquilidad y sus ambiciones en aras de la Patria. Es doña Carlota... (p. vii) [2] La intrincada malla de los documentos nos muestra el ambiente que rodea a la Infanta; las intrigas palatinas, las habilidades diplomáticas, los encontrados intereses, los hilos sutiles... (p.vii) [3] Ellos nos muestran...débil y nulo al Príncipe Regente; varonil, inteligente y esforzada a Carlota Joaquina (p. viii) [4] El proceso psicológico de los personajes aparece completo y acabado, y como figura que emerge entre las medianías espirituales de la corte brasileña, surge nuestra Infanta, ora calumniada en su gestión política, ya mal comprendida por los nuestros, falsificada por los extraños y continua pesadilla de aquellos hombres que tanto temían a una mujer aislada, sola, apartada de la realeza en país extraño, luchando contra la adversidad en trances de insuperable dificultad hasta para un hombre de talento. Los historiadores no han circunscrito sus ataques al terreno político, y llevando más allá su saña han penetrado en la vida privada de la Infanta, calificando con duros trazos su conducta. [5]...clarar que Carlota Joaquina carecía de atractivos físicos, más, que no sólo era fea, sino monstruosa, repugnante. Observad lo que dice Savine, inspirado en la descripción de la duquesa de Abrantes: "La princesa del Brasil tenía apenas cinco pies en la parte más alta de su cuerpo. Parece ser que de resultas de una caída de caballo se le había acortado una cadera y cojeaba; tenía la espalda igualmente contrahecha en la misma dirección. El busto de la princesa era, como el resto del cuerpo, un misterio de la naturaleza, la cual se había entretenido en deformarla. La cabeza habría podido remediar esa deformidad, pero era lo más bizarramente monstruosa que jamás pudo pasearse por el mundo. Los ojos eran pequeños y muy juntos. Su nariz, por la costumbre de la caza y de una vida libre y errante, estaba casi siempre hinchada y roja como la de um suizo. Su boca, la parte más curiosa de esta figura repugnante, estaba guarnecida de muchas hileras de dien'es negros, verdes y amarillos, colocados oblicuamente como un instrumento compuesto de varios canutos de diferentes dimensiones. La piel era ruda y curtida y en ella abundaban los granos, casi siempre en supuración, presentando su figura un aspecto asqueroso. Las manos, deformes y negras, colocadas al final de lós brazos (¡naturalmente!). Los cabellos, negros y de varios colores, hirsutos, sin que pudiera domarlos cepillo, ni peine, ni pomada, semejaban crines...El retrato no puede ser menos halagüeño. Otros autores más benévolos, como Giedroyc, afirman que si bien no había heredado la belleza de su madre, no estaba desprovista de gracias y encantos; lo cual mal se compagina con el cuadro calamitoso transmitido por Savine. ¿Qué puede haber en todo esto? Algo muy sencillo que vamos a exponer: (p. ix)

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Duquesa de. *Souvenirs d'une ambassade et d'un Séjour en Espagne et en Portugal*, 1808-1811, 1838. Disponível em <<https://books.google.com.br>>. Acesso: 18/05/2018.
- AZEVEDO, Francisca. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Civilização Brasileira: Casa da Palavra, 2007.
- \_\_\_\_\_. Entrevistada pela *Revista Tema Livre*, em “Uma outra Carlota”. Niterói, 19/09/2013. Disponível em <<http://revistatemalivre.com/tag/historiador>>. Acesso: 15/05/2018.
- BAKHTIN, Michail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Editora da UnB, 1987.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loiola*. Trad. Maria de Santa Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- \_\_\_\_\_. O mito hoje. In: \_\_\_\_\_. *Mitologias*. Trad. de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. p. 199-256.
- BERETIA, A. Ballesteros. Prólogo. p.i-xii [28/11/1919]. In RUBIO, Julián Maria. *La infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América (1808-1812)*. Madri: Imprenta de Estanislao Maestre, 1920.
- BRAIT, Beth. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, C. A. et al. (orgs). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 2001. p. 69-92.
- BRUNETI, Almir de Campos. Paródia e antifeminismo: o olhar patriarcalista de Carla Camurati em Carlota Joaquina. *Cerrados*, Brasília, n. 7, p. 150-157, 1998. Disponível em: <[12907-41778-1-PB.pdf](https://doi.org/10.12907/41778-1-PB.pdf)>. Acesso: 30/05/2018.
- CAMURATI, Carla. *Carlota Joaquina: Princesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Vira e Mexe, 1995. [roteiro e 1 DVD, 100 minutos, distribuído por: Europa Filmes].
- \_\_\_\_\_. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14464/carla-camurati>>. Acesso: 29/05/2018.
- CHRYSANTHÈME. *A Infanta Carlota Joaquina* (romance histórico). Rio de Janeiro: Livraria Moura Editora, 1937.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. RJ: Francisco Alves, 1975. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/historia/reverso/downloads/MarcFerro.pdf>>. Acesso: 10/04/ 2018.
- GENS, Rosa. Cecília Vasconcelos e as modernas mulheres: a figuração de Chrysanthème. Disponível em <[www.abralic.org.br/anais/arquivos/2016\\_1491260585.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491260585.pdf)>. Acesso: 15/4/ 2018.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 1808-1821. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia, 1908. Disponível em <<http://archive.org/details/domjoovinobrazilimagoog>>. Acesso: 10/05/2018.

MACHADO, Irene. A personagem como discurso. In \_\_\_\_\_. *O romance e a voz: a prosaica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: FAPESP, p. 140-153, 1995.

PEREIRA, Sara Marques. *D. Carlota Joaquina e os “Espelhos de Clio”*: actuação política e figurações historiográficas. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

PINTO, M. de L. de M. Memória de autoria feminina nas primeiras décadas do século XX: a emergência da obra periodística de Chrysanthème. Doutorado. 2006. UFRJ. Disponível em <<http://www.posciencialit.letras.ufrj.br/images/Posciencialit/td/2007/27mariadelourdesdemelo.pdf>>. Acesso: 26/04/2018.

RUBIO, Julián Maria. *La infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América (1808-1812)*. Madrid: Imprenta de Estanislao Maestre, 1920.

SANTANA, Sandro Luiz Cardoso. As representações da história no cinema da retomada. Disponível em <<http://www.ufscar.br/rua/site/home.php>>. Acesso: 15/05/2018.

SCHVARZMAN, Sheila. As encenações da História. *Revista História* (São Paulo), v. 22, n. 1, p. 165-182, 2003. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SILVA, M. L., MOREIRA, H. M. A., VIEIRA, L. M. C. Diálogo sobre a mulher entre Madame Chrysanthème e Afrânio Peixoto na década de 1930. *Fronteiras*. 20, v. 2, p. 185-200, 2016. Disponível em <[revistas.unisinus.br/index.php/educacao/article/.../edu.2016.202.05](http://revistas.unisinus.br/index.php/educacao/article/.../edu.2016.202.05)>. Acesso: 10/05/2018.

TONIOSSO, José Pedro; ALONSO, Mariângela. *Chrysanthème: perspectivas histórico-literárias na Belle Époque brasileira*. Revista EPeQ/Fafibe, 1<sup>a</sup>. ed., vol. 1, 2009. p. 45-50.

VAINFAS, Ronaldo. Carlota Joaquina: caricatura da história. In: SOARES, Marisa de Carvalho & FERREIRA, Jorge. *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro, 2001. p. 226-235.

VILLALTA, Luiz Carlos. ‘Carlota Joaquina, Princesa do Brasil’: entre a história e a ficção. *Revista da USP*, São Paulo, v. 62, p. 239-262, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13358>>. Acesso: 13/04/2018.

WEINHARDT, Marilene. Apropriação das rainhas Carlota Joaquina e Maria I pela voz feminina brasileira. *Cadernos de Pesquisas em Literatura*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, março de 2009. p. 111-121.



## A Escritura Literária das Mulheres Paraenses no Cânone Amazônico: tramas que marcam diferenças<sup>1</sup>.

*La Escritura Literaria de las Mujeres Paraenses en el Canon Amazónico: tramas que marcan diferencias.*

*Literary Writing of the Paraense Women in the Amazon Canon: plots that mark differences.*

**Eunice Ferreira dos Santos**

**Lilian Adriane dos Santos Ribeiro**

**Resumo<sup>2</sup>:** A produção literária de autoria feminina, ao longo da história social brasileira, em grande parte foi relegada, pelo discurso da crítica essencialista, a uma condição “periférica.” Em face dessa postura hegemônica, as escritoras paraenses, apesar de expressiva produção autoral em livros e periódicos, têm se defrontado com muitas dificuldades para que suas obras circulem nos espaços de formação de leitores e leitoras, sobretudo, nas instâncias universitária e escolar. Neste sentido, à luz da crítica feminista e de investigações realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFPA- Brasil), nesse artigo são abordados aspectos culturalmente institucionalizados que têm, no contexto amazônico, marginalizado a escritura das literatas paraenses.

**Palavras-chave:** Escritura. Mulheres. Cânone. Tramas. Diferenças.

**Resumen:** La producción literaria de autoría femenina, a lo largo de la historia social brasileña, quedó relegada en gran medida a una condición “periférica” por el discurso de la crítica esencialista. Frente a esta postura hegemónica, las escritoras de Pará, a pesar de la importante producción en libros y periódicos, han tenido muchas dificultades para que sus obras circulen en los espacios de formación de lectores/lectoras, sobre todo en las Universidades y en La educación secundaria. En este sentido, al amparo de la crítica feminista y de las investigaciones llevadas a cabo por el Grupo de Estudios e Investigación “Eneida de Moraes” sobre las Mujeres y Relaciones de Género (UFPA/GPEM-Brasil), en este artículo, abordaremos los aspectos culturales institucionalizados, que han marginalizado la escritura de estas literatas del contexto amazónico.

**Palabras clave:** Escritura. Mujeres. Canon. Tramas. Diferencias.

**Abstract:** The literary production of female authorship throughout social-Brazilian history was largely relegated by the discourse of essentialist critique to a “peripheral” condition. In the face of this hegemonic position, female writers, despite expressive authorial production in books and periodicals, have faced many difficulties to circulate their works in the spaces of formation of readers, mainly, in the university and scholastic instances. In this regard, in the light of feminist criticism and research carried out within the framework of the “Eneida de Moraes” Study Group on Women and Gender Relations (GPEM / UFPA- Brazil), this article approaches culturally-institutionalized aspects that, in the Amazonian context, have been marginalizing the writings of Pará’s female literates.

**Keywords:** Writing. Women. Canon. Plots. Differences.

<sup>1</sup> Em 2012, versão preliminar deste estudo foi publicada nos **Anais** do Congresso Internacional, Mas Igualdad. Redes para la Igualdad (Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres – AUDEM/Universidad de Sevilla/Espanha).

<sup>2</sup> Créditos de tradução especializada (título e resumo): Lílian Adriane Ribeiro (Espanhol); Renata Lima (Inglês)

**Eunice Ferreira dos Santos** – Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA-/Amazônia/Brasil). Doutora em Letras (UFMG- Brasil). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFPA-Brasil). E-mail: [efsantos47@gmail.com](mailto:efsantos47@gmail.com)

**Lilian Adriane dos Santos Ribeiro** – Licenciada em Filologia Portuguesa pela Universidade da Amazônia (UNAMA- Belém-Pará-Brasil). Doutora em Literatura Espanhola, com ênfase em Mulher, Comunicação e Escrituras (Universidade de Sevilla-Espanha). Pesquisadora do Grupo Escritoras e Escrituras (Universidade de Sevilla-Espanha). E-mail: [lidriany@hotmail.com](mailto:lidriany@hotmail.com)

## 1. Em algum Lugar da Crítica Feminista

Ao final da década de 1970, floresceram os estudos sobre a questão da mulher em diversos campos do saber. Desde então, e gradativamente, têm se registrado pesquisas voltadas para questionamentos que avaliam os discursos essencialistas em relação a este gênero. O debate daí originado abriu espaço para a inclusão de estudos sobre o percurso das escritoras brasileiras, sobretudo daquelas sem tradição literária. Neste sentido, contabiliza-se um expressivo estatuto científico, em curso nas universidades brasileiras e em grupos de pesquisas, objetivando, com base nas teorias pós-estruturalistas, desmistificar as rubricas ideológicas e conceituais que têm marginalizado a presença da mulher na literatura, assim também provocar uma releitura dos critérios utilizados pela crítica para legitimar a autoria feminina, enquanto produção cultural.

Entre essas discussões contemporâneas, são exemplares as de Constância Lima Duarte; Eló-dia Xavier; Heloisa Buarque de Hollanda; Ivya Alves; Margarete Prado Lopes; Rita Terezinha Schmidt; Luzilá Ferreira; Izabel Brandão; Helena Parente Cunha; Nadia Gotlib; Rita Schmidt; Norma Telles; Zahidé Muzart. De modo geral, o conjunto desses enfoques tem avaliado que as escritoras brasileiras ainda se ressentem dos resquícios discriminatórios remanescentes de uma tradição hegemônica.

Em conformidade com este movimento revisionista nacional, no âmbito do **Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFGA)**<sup>3</sup> foram efetivados os estudos<sup>4</sup> *“Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA (SANTOS; ÁLVARES, 2005- 2007); Autoria Feminina na História Literária do Pará: diálogos com a educação básica (SANTOS; ÁLVARES, 2008-2010)*. Essas abordagens têm questionado as tramas canônicas no contexto amazônico<sup>5</sup> que inviabilizam a referida autoria acarretando muitas dificuldades para que a produção das literatas paraenses seja incluída na grade curricular dos cursos universitários de formação docente e nos programas escolares dos níveis de ensino da educação básica. De tal inquietação, configurou-se a necessidade de ser problematizado o lugar dessas mulheres nos programas de Literatura Brasileira (e de Língua Portuguesa) ofertados no curso de graduação em Letras e na Educação Básica (especificamente as séries do Ensino Médio e 5<sup>a</sup>. à 8<sup>a</sup>. do Ensino Fundamental) - ambas instâncias consideradas *locus* de formação de leitores e de leitoras. No quadro geral dos enfoques citados, foram pontuados questionamentos acerca dos paradigmas que tornavam/tornam invisíveis tanto a escritura de Eneida quanto a de outras literatas paraenses.

## 2. Tramas que Marcam Diferenças

Na perspectiva de investigar cientificamente os protocolos de inclusão e/ou exclusão das escritoras paraenses, enquanto objeto de conhecimento no *locus* de formação docente e na escolarização básica, um dos procedimentos foi verificar, em três instituições de ensino superior situadas em Belém do Pará, que mediações teórico-metodológicas e culturais legitimavam/legitimam

<sup>3</sup> O GPEM tem presença acadêmica na UFGA desde 1994, integrado ao Diretório de Pesquisa do CNPQ. É coordenado pela Dra. Maria Luzia Álvares, uma das pioneiras dos estudos de mulher e gênero, no Pará.

<sup>4</sup> Participaram de ambas as pesquisas três bolsistas de iniciação científica, alunas do curso de graduação em Letras (UFGA): Nádia Santos (PARD /CNPq); Maria Cleide Pereira (voluntária) e Lilian Adriane Ribeiro (voluntária).

<sup>5</sup> Nessa perspectiva de estudos, também se incluem a pesquisa *Inventário das práticas e saberes das mulheres paraenses, no campo da Literatura e de outras artes -1870/1970 (ÁLVARES; SANTOS, 2001)*; e a *Tese de doutorado Eneida de Moraes: militância e memória (SANTOS, 2004)*.

a inserção de conteúdos sobre a produção literária de escritoras paraenses na grade curricular do Curso de Letras (Habitação em Língua Portuguesa e Literatura Vernácula). Nesse sentido, foram examinadas peças documentais de teor literário, cultural e didático, englobando programas de disciplinas, planos de curso, matrizes curriculares, ementários e bibliografias. Em seguida, foram realizadas entrevistas com docentes vinculados/vinculadas à Câmara de Literatura, incluindo: professores, professoras; coordenadores e coordenadoras de Colegiado; membros de comissões de leituras obrigatórias para o vestibular<sup>6</sup>.

A análise dos dados empíricos e documentais apontou, entre outros: ausência total de escritoras paraenses nas leituras obrigatórias do vestibular; incipiente inserção desses conteúdos nos planos de aula ou como exigência complementar de estudos acadêmicos (seminários, trabalhos de conclusão de curso, artigos, pesquisas, eventos científicos etc.), ressaltando-se eventuais referências à Eneida de Moraes, Maria Lúcia Medeiros, Lindanor Celina e Olga Savari; credenciamento de obras das literatas paraenses vinculado ao enquadramento/moldagem dessa escritura à qualidade de produção dos “grandes poetas /escritores/escritoras<sup>7</sup>” do *ranking* nacional, destacando-se nos relatos enfáticas citações aos escritores que fazem parte do cânone literário local, a exemplo: Inglês de Sousa, Dalcídio Jurandir, Haroldo Maranhão e Age de Carvalho.

Esses primeiros resultados demandaram verificar os reflexos dessa moldura ideológica na educação básica, especificamente nas práticas de leitura e estudos de textos relacionados à dosagem programática das disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, abrangendo conteúdos de Expressão Amazônica<sup>8</sup>. Nessa intenção, foram realizadas entrevistas envolvendo: a) gestores de divisões de ensino das Secretarias de Educação (estadual e municipal); b) gestores pedagógicos atuando nas escolas pesquisadas; c) corpo docente e discente de seis escolas (01 federal, 03 estaduais, 01 particular e 01 municipal) nas quais foram registrados depoimentos de: I) vinte e cinco docentes ministrantes das disciplinas citadas e graduados, entre os anos 1995-2010, por uma das IES pesquisadas; II) oitocentos discentes (400 do Ensino Fundamental e 400 do Ensino Médio).

Dessas informações, constatou-se a respeito de estudos sobre conteúdos literários de autoria de escritoras paraenses:

**a) Em nível de gestão:**

- Incipientes referências à inclusão de tópicos literários de autoria de escritoras paraenses na dosagem programática, nos planos de aula, ementários e bibliografias;
- Ênfase, no caso do Ensino Médio, às leituras exigidas pelos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior (IES).

**b) Em relação à prática docente:**

- História pregressa de ausência total e/ ou parcial, no currículo da graduação, de estudos/ leitura sobre autoria feminina paraense;
- Reiteração do discurso universitário quanto à preferência pelos autores canônicos incluídos nos programas do curso de graduação, inclusive os estudados por ocasião do vestibular;

<sup>6</sup> Ressalve-se que neste período ainda não estavam em vigor as determinações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) referentes à grade de leituras para a prova de linguagens.

<sup>7</sup> Clarice Lispector e Raquel de Queiroz foram enfática e reiteradamente citadas como exemplo de “grandes escritoras do *ranking* nacional.

<sup>8</sup> Registra-se, aqui, o projeto de Lei nº 134/2001, de autoria da deputada Sandra Batista (PC do B), que “estabelece a inclusão do ensino da disciplina Literatura de Expressão Amazônica nos currículos do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Pará.”

- Prioridade quanto à seleção de escritores paraenses para exercícios de leitura e produção de textos nas práticas de sala de aula;
- Precária inserção de estudos sobre escritoras paraenses, para exercícios de leitura e produção de textos nas práticas de sala de aula;

**c) Em relação ao alunado (800 informantes):**

- Cento e vinte oito (65 do fundamental e 63 do médio) realizaram, em situação espontânea e/ou curricular, leitura de textos de escritoras paraenses;
- Precário acesso dos/das estudantes ao texto integral da obra ou a quaisquer outros instrumentos que consolidassem conhecimentos sobre a produção intelectual das autoras;
- Frequentes menções à falta de estímulo docente quanto à leitura e a estudos de textos de autoria de escritoras paraenses.

### 3. Para além dos Rituais Canônicos

Vários estudos são unânimes em afirmar que os silêncios historiográficos a respeito do que escreveram as mulheres é uma marca evidente da discriminação a que foram submetidas pelo julgamento estético da sociedade patriarcal. Nesse contexto, conforme se percebeu, a produção literária de autoria feminina paraense – em que pesem a tradição e o espaço geográfico, isto é: ser escrita de mulher e do norte do Brasil – ainda carece, para ser incluída nas agendas de leituras, de uma legitimação vinculada aos padrões estéticos e temáticos dos cânones universitário e escolar.

No caso em estudo, a invisibilidade dessa produção tem sido reforçada, entre outras, pelas frequentes ausências e rasuras de registros no âmbito da formação docente, com visíveis reflexos desse *déficit* intelectual na formação do alunado dos níveis de ensino fundamental e médio. Tal estatuto canônico também é contributivo para a sobrevalorização das obras dos escritores renomados e, em contrapartida, o desconhecimento do legado cultural das mulheres entre o contingente de leitores e de leitoras em formação.

Como se vê, o lugar das escritoras paraenses na educação básica, considerando as escolas pesquisadas, está na razão direta do discurso produzido no *locus* de formação docente, isto é, nas instituições de ensino superior. O exame da questão revelou que essas subjetividades, de algum modo, determinam, ou não, omissões de referências à escritura das mulheres paraenses nos programas e práticas de ensino de duas disciplinas-chave do currículo escolar: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Entretanto, essa posição "periférica" a que o discurso universitário e escolar – amparado em padrões estéticos culturalmente institucionalizados – relegou a escrita das autoras paraenses tem provocado um contradiscurso das pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPeM), questionando os parâmetros seletivos que colocam no anonimato essa produção intelectual. A réplica a tal neutralização intenciona tornar visível a contribuição das mulheres paraenses à memória cultural do Pará.

Nesse propósito, contabilizam-se, entre os avanços práticos das pesquisas referidas, agendas de intervenção direcionadas ao ensino em nível de graduação e pós-graduação; e eventos extensivos à formação inicial e continuada de docentes que atuam na educação básica. Acredita-se que tais ações, no quadro geral dessas intervenções, tendem a questionar tal rasura historiográfica e incentivar a formulação de referenciais teórico-metodológicos que subsidiem as práticas de ensino – ato

pedagógico e político determinante na formação de modelos identitários repassados, entre outros, pelas instituições escolares – estimulando uma revisão dos paradigmas que determinam a inclusão ou exclusão da escritura das mulheres paraenses, no ensino fundamental e médio.

De igual modo, pressupõe-se a necessidade de que o referido legado cultural – ainda desconhecido ou visto com ressalvas pelo cânone universitário e o escolar – seja reeditado e estudado, uma vez que, em grande parte, encontra-se no anonimato dos arquivos, das bibliotecas e das edições esgotadas. Diante dessa constatação, enseja-se a possibilidade de promoção e reconhecimento desses percursos literários, por meio do restabelecimento, da divulgação e da restauração dos acervos existentes (éditos e/ou inéditos), de modo que os resultados possam tornar visível esse *corpus* textual produzido no contexto amazônico, haja vista que os “rituais de consagração” de um/uma escritor/escritora se fazem pelo exame de suas contribuições inseridas na poética e no pensamento cultural da época, assim também pelo estudo, divulgação e publicação de sua obra e vida intelectual<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva e no propósito de inserir essa autoria no rol da literatura paraense, em particular, e da literatura brasileira, em geral, algumas ações têm sido executadas /efetivadas por meio do GT *Gênero, Arte, Literatura*, vinculado ao GEPEM. A exemplo, o **Projeto Cultural Casa da Escritora Paraense (CASAIEPA)**.

### 3.1. Casa da Escritora Paraense (CASAIEPA).

A CASAIEPA é um projeto cultural<sup>10</sup> coordenado pelas professoras Eunice Ferreira dos Santos e Maria Luzia Álvares. Foi criado em 2007 e, considerando o expressivo acervo reunido durante as pesquisas citadas, tem como objetivos guardar, preservar e divulgar a obra intelectual e literária (édita e/ou inédita) das/sobre escritoras paraenses, que pertenceram ou que sejam relacionadas a essas literatas. Assim também, abrigar acervos literários e/ou museológicos doados por terceiros e/ou reunidos em pesquisas sobre a autoria feminina paraense.

Em razão do que se propõe enquanto núcleo de preservação e divulgação do patrimônio literário e cultural produzido pelas escritoras paraenses, a CASAIEPA/GEPEM tem sob custódia um acervo contendo cerca de 8500 peças documentais arquivadas em vários suportes de armazenamento, tais como: digitalizados, impressos, manuscritos, fotografados, gravados, microfilmados, audiovisual etc. No conjunto desse acervo, contabilizam-se: a) biografias e antologias comentadas; b) livros; c) coleções compostas de mostra textual esparsa e publicada em periódicos (exemplares fac-similados e em CD); d) documentação audiovisual (fotografias, DVD, gravações); e) memória oral (entrevistas, depoimentos); f) manuscritos; g) documentos sigilosos; h) registros pessoais (certidões, bilhetes, cartas, postais); i) inventários analíticos sobre as escritoras (artigos, notícias, comentários, reportagens).

Didaticamente, esse acervo está organizado no formato de Memorial<sup>11</sup>, num total de treze

<sup>9</sup> Sobre os fatores que contribuem para a idealização ou a distorção da imagem do/da escritor/escritora, consultar: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.111-120.

<sup>10</sup> Originalmente, a CASAIEPA foi concebida para ser um Museu institucional com objetivo de abrigar acervos literários e museológicos, doados por terceiros e/ou reunidos em pesquisas, sobre as escritoras paraenses. Neste sentido, -- e em razão de sua finalidade de ser um centro de memória depositário do legado produzido pelas mulheres e sua contribuição à história literária do Pará -- seria um espaço cultural com gerência compartilhada, logística metodológica e arquitetura física de modo a oportunizar espaços para programas educativos, difusão cultural, pesquisa e documentação. Entretanto, em razão de entraves financeiros incluindo falta de patrocínio institucional, a proposta foi modificada para o formato de projeto cultural mantendo-se: os objetivos de guardar, preservar e divulgar a obra intelectual e literária (édita e/ou inédita) das/sobre escritoras paraenses; e como princípio norteador a relação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

<sup>11</sup> Esse acervo pode ser consultado na sede do GEPEM/UFPA, mediante agendamento prévio.

volumes<sup>12</sup> referentes às setenta escritoras paraenses catalogadas durante a coleta de dados das pesquisas “*Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA* (SANTOS; ÁLVARES, 2005- 2007; *Autoria Feminina na História Literária do Pará: diálogos com a educação básica* (SANTOS; ÁLVARES, 2008-2010).

Além disso, mediante os objetivos de prolongar a vida útil desse patrimônio, promover sua divulgação e consolidar a presença da mulher na literatura e na memória cultural do Pará, regularmente são implementadas práticas preventivas para evitar a deterioração e/ou extinção dos acervos, a exemplo: a) reparos e consolidação do suporte; b) reformatação de documentos (digitalização, fac-símiles, fotocópia, escaneamento etc.); c) coleta e/ou aquisição de dados em caráter permanente; d) procedimentos adequados de exposição, acesso, manuseio e empréstimos.

Em adição a essas práticas preventivas, também são realizadas atividades de capacitação em modalidades diversas e itinerantes. Nesta intenção, por meio do projeto complementar **Escritoras Paraenses na Escola: recepção de leitura**, a CASAIEPA promove ações acadêmicas no formato de minicursos, contabilizando-se nessa série dois minicursos em andamento:

**a) Diálogos sobre corpus literário de mulheres paraenses.** Esse evento objetiva problematizar, por meio de sessões de estudos e discussões acadêmicas, os paradigmas culturalmente institucionalizados que têm inviabilizado a escritura literária das mulheres paraenses.

**b) Escritoras Paraenses em Prosa e Verso: enfoque científico na educação básica.** Nesse evento, pretende-se proporcionar a docentes e a graduandos/graduandas que atuam/atuarão nos níveis de ensino fundamental e médio, especificamente nas áreas de Ciências Humanas e Ciências da Linguagem, subsídios metodológicos interdisciplinares e transversais para elaboração e aplicação de projeto de ensino com enfoque de iniciação científica, de modo que o alunado da educação básica possa exercitar, entre outras, atividades de coleta de dados por meio de entrevistas, fotografias etc., assim também exercícios de catalogação, elaboração de glossário, leitura de acervos literários (prosa e verso) referentes às escritoras paraenses.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Em relação às metas da CASAIEPA, são previstos eventos sobre:

**a)** Agendas de intervenções pedagógicas, em nível de extensão focalizando a autoria feminina paraense e objetivando:

- Formação continuada de docentes ministrantes das disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, na educação básica;
- Oficinas pedagógicas ofertadas para o alunado de 5<sup>a.</sup> à 8<sup>a.</sup> série e Ensino Médio;

**b)** Extensão da pesquisa a outros municípios paraenses de modo a:

- Contemplar/incentivar pesquisas sobre escritoras sem tradição literária;
- Subsidiar a continuidade desses estudos no Pará e, conseqüentemente, na Região Norte.
- Publicação dos resultados em eventos, periódicos e coletâneas.

<sup>12</sup> Inclui-se também neste acervo o de Eneida de Moraes reunido por Eunice Santos entre os anos 2000-2004.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Coordenadoras). Inventário das práticas e saberes das mulheres paraenses, no campo da Literatura e de outras artes (1870-1970). *Projeto de pesquisa*. Belém: GEPEM, 2001 (digitado).
- ARAÚJO, Monique Cunha de. A literatura vista da margem: os heróis pós-estruturalistas. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 165, Fevereiro, 2015.
- BRANDÃO, Izabel; ALVES, Ivya (Org.). *Retratos à margem: antologia de escritoras das Alagoas e da Bahia (1900-1950)*. Maceió/AL: EDUFAL, 2002 (Coleção Mar & Sol).
- BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Orgs.). *Refazendo nós*. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. A mulher e a literatura. In.: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América-capítulo Brasil* / Sylvia Maria Venturoli Auad (Organizadora). Belo Horizonte, MG: Centro Universitário Newton Paiva, 2000.
- DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). *Gênero e representação na literatura brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2002 (Coleção Gênero e Literatura, v. 2).
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Illuminata*. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2012.
- GOTLIB, Nadia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé (Orgs.). *Refazendo nós*. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2003., p. 20-65.
- LOBO, Luiza. El nuevo milênio y la reconstrucción del cânon en la literatura latinoamericana de mujeres. In.: *Revista Mulheres e Literatura*, Rio de Janeiro, vol.3, p.1-12, 2000.
- LOPES, Alice Casimiro. *Ainda é possível um currículo político?* In: LOPES, Alice Casimiro; ALBA, Alícia. Diálogos curriculares entre Brasil e México (Org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014 a, V.1, p. 43-62.
- LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. *Motivos de mulher na Amazônia: produção de escritoras acreanas no século XX*. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2006, 421p.
- LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. *As vozes femininas da floresta*. Rio Branco, AC: Fundação Elias Mansour, 2008, 133p.
- MACEDO, Elizabeth. *Currículo: cultura, política e poder*. Currículo sem Fronteiras. Porto Alegre, V.6, n. 2, p.98-113, 2008.
- MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Rev. Estud. Fem.* vol.13 n.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>
- MUZART, Zahidé (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 2000.

- NASCIMENTO, Maria de Fátima. *Olga Savari: anotações de vida e obra*. Belém: UFPA, 2006 (digitado e CD-ROM).
- NIGRO, Rachel. *Foucault e a crítica feminista pós-estruturalista*. O que nos faz pensar, [S.l.], v. 21, n. 31, p. 45-60, fev. 2012. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://oquenosfazpensar.fl.puc-rio.br/index.php/oqnfpr/article/view/361>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica: Belo Horizonte, 2007.
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Eneida de Moraes: militância e memória*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004,300p. (Tese, Doutorado em Literatura Comparada).
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. ÁLVARES, Maria Luzia. *Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA*. Projeto de pesquisa. Belém: UFPA. 2005-2007(digitado).
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. ÁLVARES, Maria Luzia. *Autoria feminina na história literária do Pará: diálogos com a educação básica*. Projeto de pesquisa. Belém: UFPA. 2008-2010 (digitado).
- SAVARY, Olga (Org.). *Poesia do Grão-Pará: antologia poética*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2001.
- SCHMIDT, Rita. *Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina*. In: NAVARRO, Márcia (Org.). *Rompendo o silêncio. Gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 182-189.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.111-120.
- TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-442.
- XAVIER, Elódia. *Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória*. In: *Revista mulheres & literatura*., Rio de Janeiro, vol. 3, p. 1-8, 2000.



**Eneida de Moraes em “Momento Feminino”:** um jornal a serviço do seu lar.*Eneida de Moraes en "Momento Feminino": un periódico al servicio de su hogar**Eneida de Moraes in "Momento Feminino": a newspaper in the service of your home***Carla Figueiredo Marinho****Maria Angelica Motta-Maués**

**Resumo:** Escritora, jornalista e militante do Partido Comunista, a paraense, Eneida de Moraes (1903-1971), atuou na imprensa carioca escrevendo para colunas femininas, dentre as quais destaco: “*Mundo de Hoje*” do jornal *Momento Feminino* pertencente ao Partido Comunista Brasileiro, onde apresentava os avanços conquistados pelas mulheres na luta por direitos e assumia um tom de denúncia, pontuando claramente a necessidade de participação feminina num cenário de tensão política nacional e internacional. Mas cabe ressaltar que a luta por conquista de direitos não estava somente para além do Partido, uma vez que o jornal “*Momento Feminino*” foi resultado do esforço desmedido das militantes, que acreditavam ser este um instrumento agregador e eficaz na conscientização e recrutamento de novas camaradas. Neste trabalho, recorte de um capítulo de minha dissertação, apresentamos, numa perspectiva socioantropológica, a atuação de Eneida no Jornal do PCB. O recorte de gênero se faz necessário, pois Eneida, assim como outras camaradas, afrontou os padrões instituídos para aquilo que seria o desempenho “feminino” de sua época, pessoalmente e profissionalmente. Nos seus escritos, assim, as construções sociais acerca do “feminino” e do “masculino” e sua discussão são introduzidas continuamente, evidenciando às mulheres a atualização constante das injunções de gênero na vida social.

**Palavras-chave:** Eneida. Mulheres. Gênero. Militância.

**Resumen:** Escritora, periodista y militante del Partido Comunista, Eneida de Moraes (1903-1971), actuó en la prensa de Rio de Janeiro em donde escribió para columnas femeninas, entre las cuales destaco: “*Mundo de Hoje*” del periódico “*Momento Feminino*” perteneciente al Partido Comunista Brasileño. Em esa columna la escritora presentaba los avances conquistados por las mujeres en la lucha por derechos y ponía em evidencia la necesidad de la participación femenina en un paisaje de tensión política nacional e internacional. Pero cabe resaltar que la lucha por conquista de derechos no estaba solamente más allá del Partido, una vez que el diario “*Momento Feminino*” fue el resultado del esfuerzo desmedido de las militantes, que creían ser éste un instrumento agregador y eficaz en la concientización y reclutamiento de nuevas compañeras. En este trabajo, parte de un capítulo de mi disertación, presentamos en una perspectiva socio antropológica la actuación de Eneida en el *Jornal do PCB*. El recorte de género se hace necesario, pues Eneida así como otras camaradas, afrontó los patrones instituidos para aquello que sería el desempeño “femenino” de su época, personalmente y profesionalmente. En sus escritos, las discusiones respecto de las construcciones sociales acerca del “femenino” y del “masculino” se introducen continuamente, evidenciando a las mujeres la transformación constante de las órdenes de género en la vida social.

**Palabras clave:** Eneida. Mujeres. Género. Militancia.

**Abstract:** Writer, journalist and activist of the Communist Party, the paraense Eneida de Moraes (1903-1971), worked in the Rio de Janeiro press writing for women's columns, among which we highlight: “*Mundo de Hoje*” of the newspaper *Momento Feminino*, which belonged to the Brazilian Communist Party, where she presented the advances made by women in the struggle for rights, and assumed a tone of denunciation, clearly stating the need for female participation in a scenario of national and international political tension. But it should be noticed that the struggle for rights was not only beyond the Party, since the newspaper “*Momento Feminino*” was the result of the militant workers' unbridled efforts, which they believed was an effective and aggregate tool for raising awareness and recruiting new comrades. In this work, part of one chapter of my dissertation, the performance of Eneida in the newspaper *Jornal do PCB* is presented from an anthropological perspective. The gender cut is necessary because Eneida, like other comrades, confronted the standards set for what would be the “feminine” performance of her time, both personally and professionally. In her writings, thus, social constructions about the “feminine” and the “masculine” and their discussion are introduced continuously, showing women the constant updating of the gender injunctions in social life.

**Keywords:** Eneida. Women. Gender. Militancy.

**Carla Figueiredo Marinho** – Mestre em Antropologia; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Sociais (FCS/UFPA). E-mail: [marinhocarla83@gmail.com](mailto:marinhocarla83@gmail.com)

**Maria Angelica Motta-Maués** – Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA); Orientadora. E-mail: [angelicamaues@uol.com.br](mailto:angelicamaues@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

“Considero-me uma mulher profundamente feliz; sei que sou porque cedo tomei posse de meu destino e pela estrada escolhida caminho sem desfalecimentos”.

(ENEIDA, 1989. p, 199)

Em Belém do Pará, no ano de 1922, nascia a primeira filha do casal Genaro Bayma de Moraes e Eneida Villas Boas da Costa de Moraes – Léa. Naquele mesmo ano do nascimento da filha do casal, foi fundado no Brasil o Partido Comunista Brasileiro (PCB), num momento de euforia socialista provocada pela Revolução Bolchevique vitoriosa na Rússia.

Na pauta das questões de gênero, por outro lado, as imposições matrimoniais e patriarcais estendiam-se além do território europeu. Segundo Ronald Vainfas, as tradições ibéricas foram herdadas pelas Colônias e, assim, dentre os segmentos sociais, o casamento permaneceu como na Península: um ideal a ser perseguido, garantia de respeitabilidade, segurança e ascensão (VAINFAS, 2014). Para Luzia Álvares, o vínculo entre o Norte brasileiro com a cultura europeia, além das interferências do movimento colonizador português, influenciaram na definição dos papéis sociais da sociedade paraense que, através do jornal, meio de comunicação existente no período, propagava e, ao mesmo tempo, servia de “mecanismo de controle dos sujeitos sociais, homens e mulheres e, principalmente, sobre estas, mantinha um modelo que orientava os retratos construídos do gênero” (ÁLVARES, 1990).

O imaginário social paraense – e aqui é importante pontuar que fazemos referência à classe dominante ‘branca’ – tinha suas estruturas fundadas sobre as estruturas do patriarcado. Gilberto Freyre, em seu clássico “*Casa Grande e Senzala*”, apresenta a família patriarcal<sup>1</sup>, que, estando para além da definição de família extensa, é um núcleo econômico e de poder, onde a figura do *pater* detém, quase que na totalidade das vezes, a autoridade para decidir o futuro dos membros da família e de seus agregados (FREYRE, 1987 [1933]). Segundo Maria Inácia d’Ávila Neto, nos estudos dos papéis e relações interpessoais da família patriarcal brasileira, é possível encontrarmos a raiz de inúmeros preconceitos, tanto em relação à mulher quanto o preconceito étnico (NETO, 1978).

As jovens pertencentes a esse grupo (elite) recebiam educação e eram instruídas pela família e no âmbito escolar para as práticas do lar, pois, futuramente, o novo lar seria orientado e dirigido por elas, que passariam a desempenhar o papel de “esposa-mãe-dona-de-casa” (ÁLVARES, 1990). A obediência ao marido, segundo Saffioti, era uma continuação do esquema de obediência ao pai, educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escaparam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido (SAFFIOTI, 1976).

A “maternidade” era uma das virtudes que essas mulheres deviam ter enquanto condição, pois a mesma estava atrelada às ideias difundidas do condicionamento e do funcionamento biológico feminino. O que nos remete ao antigo debate em que a mulher está para a natureza assim como o homem está para a cultura, condicionada pela regulamentação biológica da condição feminina. Simone de Beauvoir, dentre as principais ideias que contesta no livro “*O Segundo Sexo*” está o “determinismo biológico” ou “destino divino” reservado às mulheres, o destino social de mães. A

<sup>1</sup> É importante pontuar que, tal qual Mariza Corrêa entendo que a família patriarcal apresentada por Gilberto Freyre “pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa-grande o processo total da sociedade brasileira”. (CORRÊA, 1994)

maternidade começou a ser pensada como uma construção social, que denotava o lugar das mulheres na família e na sociedade e, desta forma, a causa principal da dominação do sexo masculino pelo feminino (SCAVONE, 2001).

Voltando à nossa personagem, posso dizer que, no contexto social das primeiras décadas do século XX, Eneida quebra a ‘imagem’ esperada de uma mulher pertencente à elite paraense – o que nos faz lembrar o famoso enunciado de Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” – com a construção de sua própria imagem de mulher que apesar do estado civil e da maternidade retorna às atividades jornalísticas e literárias<sup>2</sup>, o que não era visto com bons olhos, assim como seu repertório de leitura sociopolítica – *Historie de La Revolution Russe* (Gorki), *A Comuna de Paris* (Trotsky), *Le traître et le prolétaire* (Kanapa) e *L’histoire du Parti Bolchevick* (George Cogniot) – “inapropriado” para uma mulher casada (SANTOS, 2009).

É fator de “depreciação” da mulher, a ousadia que demonstre ao assumir comportamentos incompatíveis com o retrato esperado. O cotidiano da mulher dessa época que já atingiu o casamento [...] Proíbem-se determinadas leituras de romance onde o tema possa influir na manifestação de comportamento contrário às normas assépticas da “virgem esposa” e “mãe honesta”. (ÁLVARES, 1990, p.325)

A atuação profissional, a militância política e os apelos à emancipação feminina contribuíram para o fim do casamento que já estava desgastado. Decidida e consciente de que, ao romper os laços familiares, pagaria um preço alto – como a separação dos filhos –, em novembro de 1930, Eneida parte para o Rio de Janeiro. Segundo Adriano Guimarães, conhecida figura da elite belemense dos meados do século XX, a essas mulheres transgressoras, cabia-lhes embarcar para o Rio de Janeiro sem bilhete de retorno (*apud* ÁLVARES, 1990).

Mas, para além do preconceito e do próprio destino designado pela sociedade a estas mulheres, não podemos deixar de destacar Eneida falando sobre a escolha que tomou:

O casamento não dera certo, infelizmente. Agora sentia o dever de baixar uma cortina, gesto que aprendi sozinha. Até hoje, quando sinto e sei que aquela situação em que estou vivendo ou aquela atitude que estou tomando é errada, ordeno a mim mesma: fecha a cortina, baixa a cortina. Cortina fechada, a ordem é recomeçar. Foi assim que em plena mocidade, mas já com muita experiência da vida, conhecedora do valor de todas as coisas, cheguei ao Rio de Janeiro. (ENEIDA, 1989, p. 272-3)

Mas repito: mansa nunca fui. Nem humilde nem me deixando humilhar. Não houve nenhuma grandeza no que fiz na vida: adquirir uma ideologia. Tracei friamente meu caminho e fui por êle (sic), certa de estar certa. Benditos sejam Marx, Engels, Lenine e até o pobre do Stalin. (ENEIDA, 1969, *apud* SANTOS, 2009, p.98).

A filiação ao Partido Comunista não se deu logo após sua chegada à cidade do Rio de Janeiro; primeiramente, Eneida passou a frequentar o Restaurante Reis com um grupo de jovens intelectuais

<sup>2</sup> A partir desse momento, a jornalista passa a assinar sua produção somente como Eneida, para, segundo ela, não comprometer seu pai e o esposo (SANTOS, 2009).

– que já conheciam sua produção<sup>3</sup> como escritora – para discutirem um programa de estudos sobre o marxismo, e dentre as primeiras leituras estavam informações biográficas e narrativas sobre Marx e Engels. Inicialmente a leitura mostrou-se agradável, porém, quando Eneida debruçou-se sobre a análise filosófico-político-social, sentiu-se perdida. Nise da Silveira<sup>4</sup>, que ficou conhecida no cenário carioca como a “dama do inconsciente”, recém-formada em medicina e residente no Hospital da Praia Vermelha<sup>5</sup>, organizou um programa de leitura que permitisse a compreensão da nova integrante do grupo.

Toda minha formação era apenas literária. E foi ela, com suas mãos que jamais deixei de abençoar, com sua cabeça hoje tãda branca de cientista, quem me traçou um programa de leitura. Tens de ler lentamente, não como se estivesses lendo, mas principalmente estudando; quando não entenderes tomarás nota; nós te explicaremos as dúvidas. (ENEIDA, 1989, p.274)

Àquele grupo que se reunia tôdas as noites para jantar no Reis – quem já esqueceu o Restaurante Reis, que teve parte tão ativa na vida intelectual da cidade em certa época? Os môços de ontem, aquêles moços recém-formados alguns, ainda estudantes outros, todos inteligentíssimos, tomaram-me sob sua proteção. Inicialmente passei por um verdadeiro exame de conhecimentos. Foram experimentados meus sentimentos. Tudo eu sentia e afirmava na certeza de que eram amigos, preocupados em me tornar uma pessoa útil. Começaram a gostar de mim. Precisam estudar marxismo, falou um, os outros apoiaram e daquela companhia diária foi nascendo em mim a curiosidade que depois tornou-se amor, pela ideologia comunista. (ENEIDA, 1989, p.273)

Foi em contato com esse grupo que “a escritora que veio do Pará”, como era chamada pelos novos amigos, leu pela primeira vez “*O Manifesto Comunista*” de Karl Marx e Engels; naquele momento, viu-se diante dos princípios do materialismo histórico e dialético, da luta de classes, da doutrina da mais-valia e a teoria da evolução socialista.

A primeira vez que li *O Manifesto Comunista* de Marx e Engels, fui tomada de um entusiasmo tão grande que cada uma de suas palavras repercutia profundamente dentro de mim, e acordava tarde da noite, para repetir mentalmente certas frases. O que ontem me parecia tão difícil, caía em mim como uma bênção. Aquêles dois homens diziam, numa linguagem especial, tudo o que eu queria saber,

<sup>3</sup> No ano de 1929, Eneida publica seu primeiro livro “*Terras Verdes*”, que reunia 26 poemas em prosa. No livro *Banbo de Cheiro* (1989), a escritora refere-se a ele como um “*livro ingênuo, livro de menina rica, mas já afirmativo do amor que sempre senti pela minha terra*”. A escritora, antes de mudar-se para o Rio de Janeiro, já contava com apoio de conhecidos como Álvaro Moreyra para publicar no cenário carioca seus textos (MORAES, 1989).

<sup>4</sup> Nise da Silveira, alagoana, nasceu no ano de 1905. Segundo Horta (2009), Nise teve uma trajetória diferenciada das demais meninas de sua geração; ainda criança já escrevia fluentemente em francês, aos 15 de anos foi aprovada no curso de medicina na Bahia. Após formar-se, decidiu ir sozinha para o Rio de Janeiro. Na década de 20 conheceu o escritor Manuel Bandeira, que a apresentou um grupo de intelectuais e artistas, e desde então passou a ter constante contato com a literatura marxista. A médica é uma das personagens da crônica de Eneida “*Companheiras*”, que retrata o cotidiano das presas no pavilhão dos primários.

<sup>5</sup> O hospital foi construído entre os anos de 1842 e 1852, para atender a população denominada na época de “alienados mentais”, recebendo inicialmente o nome de Hospício Pedro II. Entre as décadas de 30 e 40 do século XX, já denominado de Hospital da Praia Vermelha, passa por um período de decadência e superlotação, resultando na transferência dos pacientes e sua desativação no de 1944, sendo entregue para a Universidade do Brasil. Hoje, no prédio, funciona o campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RAMOS & GEREMIAS, 2009).

como se adivinhassem meus sentimentos, a maneira pela qual eu encarava a vida. Interpretavam o que eu sentia, sem saber definir-me. (ENEIDA, 1989, p. 274)

Nesse mesmo período participa de encontros literários que ocorriam no salão literário, localizado na residência de Álvaro e Eugênia Moreyra<sup>6</sup>, na rua Xavier da Silveira, em Copacabana no Rio de Janeiro. Dentre os membros<sup>7</sup> que discutiam calorosamente a literatura Comunista estavam: Manuel Bandeira, Mário Cabral, Múcio Leão, Luís Martins, Di Cavalcanti, Murilo Mendes, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz. Eneida, durante o período de dois anos, preparou-se para ingressar no Partido Comunista (SANTOS, 2009).

## 1. Imprensa do Partido Comunista Brasileiro

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde sua fundação já defendia a produção de periódicos com a finalidade de difundir a ideologia comunista junto às grandes massas, divulgando suas orientações, palavras de ordem e o posicionamento tomado pelo partido. Segundo a historiadora Juliana Dela Torres, a base doutrinária da imprensa comunista estava fundada nos escritos de Lênin, que destacou os jornais como ferramenta de solidificação. No livro “*Que fazer?*”, Lênin responde a questão: “*Pode um jornal ser um organizador coletivo?*”; ele então argumenta que o meio para educar pessoas objetivando formar organizações políticas é mediante um jornal que tenha circulação por toda a Rússia.

O momento exigia que houvesse a unificação do socialismo na Rússia, o recrutamento e a organização de novos camaradas, era o que correspondiam às exigências da situação histórica. O líder político, então, viu no jornal uma estratégia que auxiliaria a organização numa amplitude mais considerável, pois os avanços e sucessos conquistados numa dada localidade dariam força e encorajariam camaradas de outros países. Com os artigos publicados, seria possível alimentar intelectualmente os operários de todas as profissões e de todos os graus de desenvolvimento (LÊNIN, 1989).

A imprensa era entendida como o elemento maior, que fazia propaganda da política e das atividades do partido, apresentado como órgão auxiliar, guia do povo brasileiro nas lutas do partido. Os periódicos do PCB foram elaborados com a finalidade de educar ideologicamente e de unificar internamente os seus militantes. O processo educacional foi dividido em três eixos: o primeiro consistia em educar as massas, objetivando elevar o nível de consciência política; o segundo, em organizar a classe operária ao redor do Partido; e por terceiro e último, propagar a linha ideológica. A maioria das publicações era editada na cidade do Rio de Janeiro; dentre os assuntos destacados estavam os problemas enfrentados pela maioria da população brasileira, como: a carestia de gêneros alimentícios, a falta de moradia, transporte, educação, dentre outros temas – aliás, não diferente do que são postos em pauta hoje (TORRES, 2009).

Por uma questão de recorte metodológico e temporal, iremos nos deter somente ao período correspondente aos anos de 1945 a fevereiro de 1948, contexto que o Jornal “*Momento Feminino: um*

---

<sup>6</sup> Eneida descreve no capítulo 20 de “*Banbo de Cheiro*” da seguinte forma: “A casa da Xavier da Silveira n.º 99 [...] é o cenário das recordações. Era linda, toda branca, clara, moderna. No quarto de dormir, a cama era tão grande e larga que muitas vezes nela sentávamos, dez ou doze [...] Quadros de Di Cavalcanti, Tarsila, Cícero Dias [...] era um salão literário e artístico, o último desse tipo, no qual discutíamos alto, enfrentavam-se preconceitos, incompreensões e até a polícia” (ENEIDA, 1989).

<sup>7</sup> Entre 1929 e 1933, inúmeros intelectuais ingressaram no Partido Comunista. Segundo os historiadores Buonicore & Garcia, as razões estavam ligadas à existência de uma profunda crise do capitalismo e da ideologia que, até então, lhe dava sustentação: o liberalismo. A URSS vinha resistindo à crise e aos olhos de parcelas de intelectuais avançados, parecia ser uma alternativa societária a ser experimentada (BUONICORE & GARCIA, 2012).

*jornal para o seu lar*” é lançado, e em que há a publicação da coluna assinada por Eneida “*Mundo de Hoje*”. Porém, será necessário fazer breve referência a momentos anteriores para melhor compreensão do contexto mencionado.

Em 1945, o presidente Getúlio Vargas ‘amenizou’ (como se pudesse dizer assim) a censura existente contra a imprensa e a possibilidade de eleições livres. O fim do Estado Novo oportunizou a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, que, pela primeira vez, tornou-se um partido de massa, chegando a registrar o número de 200 mil membros<sup>8</sup> em todo o país. Esse número agregava mulheres e intelectuais. A contribuição dos novos membros, em específico os intelectuais, aumentou a produção nos jornais, revistas, panfletos, necessitando do funcionamento de duas casas editoriais e uma agência de notícias chamada “*Interpress*”, aonde chegavam informações sobre a atuação do Partido em outros países e de onde se repassavam informações sobre o mesmo para os demais Estados brasileiros (TORRES, 2009).

Eram poucos os obstáculos naquele momento que impendiam o crescimento e atuação do Partido; na pesquisa sobre a imprensa comunista brasileira, realizada por Dênis de Moraes, ele pôde identificar a existência de dezessete coleções de periódicos: *A Classe Operária*, *Estudos Sociais*, *Fundamentos*, *Hoje*, *Horizonte*, *Imprensa Popular*, *Literatura*, *Novos Rumos*, *Notícias de Hoje*, *Para Todos*, *Problemas*, *Prisma*, *Seiva*, *Temário*, *Tribuna Popular*, *Voz da Unidade* e *Voz Operária*. A intensa produção, como mencionamos anteriormente, foi atribuída ao número expressivo de intelectuais que passaram a fazer parte do partido e que contribuíram com a rede de imprensa que dispunha de publicações nacionais e regionais, revistas, romances e jornais (TORRES, 2009).

Nesse contexto favorável, em 22 de maio de 1945 é fundado, na cidade do Rio de Janeiro, o jornal “*Tribuna Popular*”, que, no momento, tinha como diretor Pedro Motta Lima e redator-chefe Aydano do Couto Ferraz. O jornal chama atenção pelo número de tiragens, segundo Raimundo Alves de Sousa, integrante da redação da “*Tribuna Popular*”, a tiragem durante a semana era de 90.000 exemplares – aos domingos, a tiragem chegava entornado de 150.000. O jornal continha artigos sobre os problemas cotidianos da população, notícias das atividades nacionais do Partido Comunista Brasileiro, eventos sociais – aniversários, batizados, noivados e casamentos – o dia a dia dos comitês populares, literatura, arte, cinema, rádio, música, teatro, esportes e sindicatos; as colunas eram distribuídas ao longo de 14 páginas.

No ano de 1946, durante a III Conferência Nacional do Partido Comunista, foram eleitos 44 membros para assumirem naquele ano o Comitê Central; somente homens, não havia uma mulher eleita, o que, segundo Buinicore & Garcia, originou um grave problema de ordem política e ideológica, pois as mulheres eram sub-representadas nos seus órgãos dirigentes. Nessa mesma conferência, foi acordado que dentro do Partido deveria haver comitês de base feminina; foi a partir desse passo que, no dia 25 de julho de 1947, foi fundado o jornal “*Momento Feminino*”, que tinha como subtítulo “*Um jornal a serviço do seu lar*”<sup>9</sup>. É importante frisar que o projeto do Partido Comunista incentivava a participação da mulher na luta política (BUINICORE & GARCIA, 2012), mas o tom (impositivo) do subtítulo do jornal era bem outro. Na verdade, o mesmo de sempre.

O primeiro exemplar fora publicado em 27 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro. A redação ficava localizada na Rua do Lavradio, número 55, no 1º andar. Na capa da 1ª edição está

<sup>8</sup> Segundo os dados estatísticos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – no recenseamento realizado na década de 40, o Brasil indicou 41.236.315 habitantes.

<sup>9</sup> O subtítulo faz referência ao “papel” destinado às mulheres, no espaço do lar, já indicando às leitoras que, nas páginas do jornal, as matérias apresentarão dicas de cuidados domésticos com o espaço físico da casa, dicas de moda, receitas culinárias e etc.

registrado o nome de quinze colaboradoras<sup>10</sup>, que, além de escreverem para as colunas, desempenhavam as funções<sup>11</sup> de diretora, secretária e de redatoras. Destinado ao público feminino, continha artigos sobre costura, culinária, arranjos do lar e crianças, além dos assuntos de cunho social e político – educação, economia (custo de vida e salário) e as atividades de luta sociais, sendo estas engajadas a ações do partido ou não.

Arcelina Mochel, na primeira edição, chama atenção para o momento oportuno em que o jornal é lançado, onde os problemas do povo brasileiro cresciam e havia necessidade de se buscar soluções aos obstáculos que eram cada vez maiores. A situação internacional havia sofrido alterações com o início da Guerra Fria. No Brasil, as perseguições aos comunistas se intensificaram, o que, conseqüentemente, envolvia os periódicos, que passaram por reformulações, como a mudança de nomes. Voltando à ilegalidade, as linhas políticas do partido foram reformuladas (TORRES, 2009).

As palavras de ordem estão presentes nas primeiras linhas do texto da coluna “Nossos Problemas”, assinado pela diretora:

O jornal é um órgão de luta auxiliar de todas as mulheres, para cumprir uma grande tarefa no seio da coletividade brasileira, para o soerguimento intelectual, político e econômico em nossa pátria [...] precisamente quando avultam os problemas do povo brasileiro e sua solução econômica encontra obstáculos cada vez maiores, aparece Momento Feminino. (MOMENTO FEMININO, 27/07/1947)

Nas edições, apesar da tentativa de mostrar a importância da mulher, as características “típicas do gênero feminino” se sobressaiam e eram reforçadas. Porém, como destaca o historiador Jorge Ferreira, era necessário considerar que o projeto comunista incentivava a participação política das mulheres, novidade naquela época; o contato com as leituras possibilitava que as mesmas lutassem para se verem livres (ou pelo menos tentarem) da opressão social e pudessem se afirmar como mulheres e cidadãs. Não se pode esquecer também o discurso anticomunista que tinha como alvo as militantes, as mesmas sofriam dupla discriminação: por serem mulheres e militantes.

Como mencionei antes, entre as características “típicas” femininas que eram reforçadas nos artigos, destaco a maternidade, que foi baseada nos pressupostos de Lênin. Em 1920, em uma conversa entre Lênin e Clara Zetkin – representante da organização das mulheres na Alemanha –, o líder político ressaltou a importância da existência e organização de um movimento comunista internacional, no qual as mulheres comunistas deveriam fazer, por toda parte, um trabalho sistemático para seu crescimento, transportando-as do mundo da maternidade individual para o da maternidade social. Logo, a luta das mulheres estava associada à imagem de uma mãe, protetora, o que reforça a imagem socialmente construída para a mulher.

Mesmo o jornal seguindo uma linha baseada nos pressupostos mencionados acima, este encontrou dificuldade em ser mantido, pois não se enquadrava no plano de primeira linha do partido; diante de tal fato, é possível pensar que o movimento feminino dentro do partido tinha o

<sup>10</sup> Alina Paim, Arcelina Mochel, Diana de Brito, Ediria Carneiro, Eneida, Gilda Braga Linhares, Hilda Camporiorito, Lia Corrêa Dutra, Lígia Maria Bessa Bastos, Maria Luiza, Marieta Jacques, Maura de Sena Pereira, Sagramor de Souvero, Sílvia e Yvonne Jean (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 25/07/1947).

<sup>11</sup> Arcelina Mochel (Diretora), Sílvia (secretária), Hilda Campofiorito (redatora chefe), Eneida (redatora) e Maura de Sena Pereira (redatora).

papel de auxiliar o Partido no desenvolvimento de suas campanhas. Eglê Malheiros<sup>12</sup>, em entrevista concedida a Juliana Delas Torres, no ano de 2000, relatou sobre a importância do jornal, assim como das dificuldades encontradas para se manter:

[...] foi um jornal muito combatido, teimoso para continuar existindo, porque nem todos, eu acho que a própria direção do partido nem sempre achava importante aquele jornal. [...] O jornal nessa época mostrava muitas dificuldades, porque não tinha recurso. O Partido Comunista não tinha dinheiro para dar para *Momento Feminino*, o dinheiro eles ocupavam para *Voz Operária*, *Tribuna Popular*... (MALHEIROS, 2002 *apud* TORRES, 2009)

As mesmas dificuldades são apontadas nos comentários de Leda Sá<sup>13</sup> (no ano de 2004) a Alberto Gawryszewski:

[...] eu fui diretora do *Fon Fon* e *Jornal das Moças*, trabalhei no *Cruzeiro*, então eu conseguia material e mandava para o *Momento Feminino* escondido. Essas revistas femininas tinham parte dedicada a culinária, moda, artistas, ou seja, coisas que agradavam as mulheres. Então, como o *Momento Feminino* era muito pobre, não podia pegar essas fotografias que as revistas pegavam em agências de publicidade. E a Arcelina às vezes telefonava para a redação: “Leda você pode mandar uma fotografia de culinária porque eu tenho uma receita aqui”, então eu escolhia e mandava para ela. Também colhia aquele material todo, ilustrava quando tinha contos. (SÁ, 2003 *apud* TORRES, 2009).

Apesar das dificuldades enfrentadas, o jornal continuou sendo publicado até o ano de 1956, resultando num acervo com cento e dezoito edições, todas disponíveis virtualmente no acervo da Hemeroteca Digital. Não podemos desconsiderar a importância que o jornal teve dentro do Partido Comunista enquanto elemento agregador – de novas camaradas – e difusor, por propagar os ideais partidários. Entretanto, o mesmo reforçava os ‘papéis’ tradicionais das mulheres, primeiramente porque não ter a mesma importância que os demais, como vimos acima, era secundário, visto como menor, e, segundo, as próprias colunas reforçavam determinados padrões.

## 2. Coluna “Mundo de Hoje”

“A hora é sombria, sabemos todas nós e por isso mesmo nossa união é cada vez mais necessária, mais urgente, mais imediata”. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 31/10/1947).

Eneida, “a escritora que veio do Pará”, assinou a coluna “MUNDO DE HOJE”, do jornal “*Momento Feminino*” durante o período de 27 de julho de 1947 até 20 de fevereiro de 1948, contabilizando trinta edições. Mesmo deixando de assinar a coluna e, posteriormente, o jornal, permaneceu o restante do ano de 1948 como redatora.

<sup>12</sup> Filha de Rita Malheiros, militante do PCB, foi representante do *Momento Feminino* na cidade de Florianópolis. Eglê Malheiros fez parte da “Juventude Comunista”. Diz pertencer a uma família de revolucionários, pois tanto do lado da mãe como do lado do pai teve parentes que participaram da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e vários foram os presos entre os anos de 1935 e 37. (TORRES, 2009)

<sup>13</sup> Foi ilustradora do *Momento Feminino*.



Neste momento da pesquisa, realizamos a (re) leitura dos trinta artigos e classificamos dentro de onze temáticas mais recorrentes que elencamos como: Denúncia de Perseguição Política, Luta pelos Direitos Democráticos, Educação, Direito ao Voto, Desigualdade Racial, Guerras, Qualidade de Vida, Mercado de Trabalho, Conquista Políticas, Avanço Tecnológico e Juventude.

A partir da (re) leitura das colunas e classificação em temáticas, foi possível perceber as assimetrias de gênero transitando num cenário marcado por tensões políticas; seja na esfera de âmbito nacional ou internacional, as denúncias, ou mesmo as conquistas alcançadas, eram marcadas pela inserção da mulher em novos espaços a partir da luta política. A proposta política apresentada na coluna inter cruzava as temáticas, trazendo, em alguns momentos, de forma sutil, os princípios ideológicos do Partido Comunista. Mas, na busca do perfil da mulher "dita" por Eneida, não detivemos nosso olhar prioritariamente nas temáticas, embora tenham nos permitido pensar a posição e espaço que as mulheres mencionadas nas colunas ocupavam.

Com as temáticas elencadas e diante das informações já dadas pelo campo, uma vez que parte do campo são os artigos, seguimos o caminho inverso – não partimos das perguntas, mas elaboramos as perguntas norteadoras da observação a partir das respostas que já nos estavam ‘dadas’. Selecionamos os artigos que poderiam contribuir na construção da imagem de “mulher” que é ‘dita’ por Eneida.

Como mencionamos no tópico anterior, o jornal tinha a preocupação em apresentar, ou pelo menos tentar apresentar, a imagem de uma ‘nova mulher’ que respondia à voz de comando do Partido, de luta por uma pátria mais justa, como vemos na primeira citação abaixo, onde a influência dessa (nova) mulher estendia-se além da esfera familiar, uma figura combativa nos movimentos políticos e sociais:

Nêsse (sic) grande anseio que é de todas as mulheres: defender nosso grande lar que é a nossa pátria [...] afinal que queremos nós, as mulheres? Queremos respeito as leis, cumprimento rigoroso da Constituição, queremos liberdade para pensar, falar, reunir e criar. Queremos democracia. Queremos respeito aos nossos direitos de cidadania, queremos alegria para nossas crianças. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 27/07/1947).

Como se pode ver, temos condensado neste trecho a combinação ideal (ideológica, nesta tradução) da figura de mulher “dita” por Eneida/pelo Partido – aquela que juntava num “lar, família e pátria”. Segundo Carla Bassanezi, no período que vai de 1945-1964, a sociedade brasileira passou por uma série de transformações decorrentes do desenvolvimento econômico, que proporcionou o crescimento urbano, o desenvolvimento industrial, aumentando as possibilidades profissionais e escolares. Entretanto, apesar do “desenvolvimento” que possibilitou a inserção mais acentuada das mulheres<sup>14</sup> em espaços para além do doméstico, as discriminações de gênero se manifestaram com intensidade e de forma rígida nas divisões e nas atribuições dos papéis, na valorização da virgindade feminina, na manutenção da “dupla moral sexual” e na autoridade do marido sobre a mulher (BASSANEZI, 1993).

Eneida chama atenção para a necessidade de liberdade, “[...] liberdade para pensar, falar, reunir e criar [...]”; tal reivindicação nos remete a duas situações importantes: primeiro, nos “equivocamos” quando pensamos que rompendo com os valores tidos por um determinado grupo social – domi-

<sup>14</sup> É importante pontuar que, nesse caso, Bassanezi faz referência à mulher de classe média, uma vez que o trabalho fora do lar já fazia parte da vivência das mulheres mais pobres (BASSANEZI, 1993).

nante – podemos ter a “liberdade de pensar”, esta “nova liberdade” está marcada por outros valores ideológicos, preconceitos e interesses. No caso em questão, a ruptura seria com o modelo de moral burguês, em que a mulher segundo Lênin era mantida num sistema de regime de propriedade privada, sistema este que acarretava múltiplos problemas, resultando no sofrimento das mulheres de todas as classes e camadas sociais (LÊNIN, 1920). E segundo, diante da realidade social da mulher daquela época (não que hoje seja diferente), pensamos que a “liberdade” almejada e referida acima só seria possível a partir de mudanças nas normas e regras que estruturam a sociedade, uma vez que este “modelo dominante estava pautado e legitimado na legislação e procedimentos jurídicos, assim como nos meios de comunicação e no discurso da Igreja Católica.” (BASSANEZI, 1993).

Somos hoje as mulheres sem salário igual, sem garantias constitucionais, porque o govêrno (sic) do general Dutra não respeita a Constituição [...] quem deve mandar em nossa casa? Nós! Então vamos mandar em nosso país, que é a nossa casa maior. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 27/07/1947).

Mesmo reivindicando igualdade salarial e enfatizando que as mesmas devem mandar em seus lares e no lar maior – o país –, não podemos esquecer que, o “modelo dominante de família” correspondente ao período em que Eneida assinava a coluna “*Mundo de Hoje*”, caracterizava-se pela autoridade e poder delegado ao homem sobre a mulher, pois o mesmo era considerado, como ainda hoje vemos ocorrer (ainda que não legalmente), o “chefe da família”. Uma das funções sociais atribuída ao “chefe” correspondia ao sustento da família por meio de seu trabalho, enquanto a mulher deveria estar ocupada com tarefas domésticas, o que incluía o cuidado com os filhos e a atenção às necessidades do marido. Mesmo quando está inserida no mercado de trabalho (esfera pública), sua responsabilidade com o trabalho reprodutivo (esfera privada) permanece; ainda que esta mantenha financeiramente a casa, não é vista como “chefe”, pois tal título foi construído e atribuído social e culturalmente ao longo do processo histórico, mediante o poder simbólico atribuído à autoridade “maior” que impõe respeito, a figura masculina. Logo, cabe à mulher ser vista como mãe-esposadona de casa, provedora e mantenedora, mas não como “uma chefe de família” (SARTI, 2005).

Este poder atribuído ao homem não é natural nem absoluto, mas adquirido ao longo do processo de socialização<sup>15</sup> estabelecido pelo modelo patriarcal, onde cabem à mulher os atributos de uma identidade associada ao privado e à subordinação (SAFFIOTI, 2001). Temos, assim, a clássica assimetria hierárquica e antagônica entre a dominação masculina versus a subalternidade feminina. Apesar da crítica fortemente destinada ao sociólogo francês Pierre Bourdieu, em “*A Dominação Masculina*”, não posso deixar de mencionar sua importante contribuição para a ampliação do debate sobre o “poder simbólico”, atribuído ao homem e incorporado socialmente ao longo do processo histórico, que é um poder inserido duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder (BOURDIEU, 2012).

Bourdieu propõe, a partir de sua sociologia reflexiva, um exercício de reflexão explorando as formas de classificação que são usadas na organização social, e, nesse processo “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina” (BOURDIEU, 2012). Para o sociólogo, a base da classificação é a divisão sexual, que irá “transitar

<sup>15</sup> Como podemos perceber no filme “Amor e Sedução” do cineasta chinês Zhang Yimou, lançado no ano de 1990.

em diferentes esferas da vida social” e será inculcada não somente nos esquemas cognitivos dos indivíduos, mas também no próprio “adestramento” do corpo. Neste processo de dominação, as estruturas desempenham papel importante, pois o trabalho de reprodução é incessante, e conta com o auxílio de agentes específicos e instituições como: a família, a Igreja, o Estado e as escolas (BOURDIEU, 2012). Porém, o poder simbólico só tem eficácia, assim como na magia<sup>16</sup>, se houver a colaboração da “comunidade” dos subordinados que o constroem, legitimando e reproduzindo como forma de poder.

A violência, denunciada por Eneida nos trechos a seguir, mostram a eficácia da violência “invisível” e “insensível”, a violência simbólica. Porém, temos, atrelada a ela, a violência física que, por conta “do exercício da função patriarcal”, é autorizada e tolerada socialmente com o objetivo de punir os desviantes do modelo de matriz dominante (SAFFIOTI, 2001). E, nesse contexto, o modelo político e ideológico do Partido Comunista, assim como a participação de mulheres na luta política, era tido como um comportamento desviante para o padrão sociopolítico da época, pois, como vemos nas três citações abaixo, a violência a que essas mulheres são expostas não é justificada por serem militantes, mas por serem próximas por laços de parentesco ou amoroso de homens que estão envolvidos de alguma forma com a luta política.

No rol das vítimas do fascismo mundial quantas e quantas mulheres!  
Quantas mães de olhos vermelhos de chorar, quantas espôsas e quantas filhas  
gemendo baixinho, quantas noivas adiando o sonho que tanto acalentaram. A  
afirmação de que a mulher é a maior vítima dos regimes de força verifica-se coti-  
dianamente [...] NICOLASA BARRIOS OLIVER, uma mulher do povo, operária  
e mãe de Ramon Vera, vivia no Rio da Prata. Duas semanas depois do início da  
guerra civil foi assassinada por elementos do governo. (ENEIDA, MOMENTO  
FEMININO, 08/08/1947).

Nosso pensamento vai inicialmente a vocês, mães e esposas que sofrem e  
lutam em defesa da liberdade em diversos pontos do globo. Queremos unificar a  
força (sic) imensa que representamos no mundo inteiro para liquidar tudo o que  
ameace a paz! Queremos unidas exigir que a energia atômica não sirva nunca para  
semear a morte e sim para embelezar a vida. (ENEIDA, MOMENTO FEMINI-  
NO, 15/08/1947).

A vivência da violência denunciada por Eneida apresentada à suas leitoras – conforme poderemos ver nas citações da próxima página – não é exclusiva de perseguição política por conta do Partido Comunista; temos a unidade indissociável, raça, sexo e classe. No primeiro e segundo trechos é imputada a segregação racial existente nos Estados Unidos, que privava homens, mulheres e crianças de direitos básicos para sua subsistência.

Em Montgomery, Alabama, nos Estados Unidos, uma mulher negra, Sra. Mac Million, mãe de 8 filhos, foi brutalmente agredida dentro de sua casa por 6 brancos que penetraram em sua casa durante à noite.

Não precisamos dizer que seus agressores foram declarados “inocentes” pelo tribunal local. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 15/08/1947).

<sup>16</sup> O feiticeiro e sua magia. In: Antropologia Estrutural (LÉVI-STRAUSS, 2008).

Em seu informe apresentado ao Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres, a Sra Phillips, delegada Norte Americana disse, entre outras coisas verdadeiramente espantosas e de causar ‘arrepios’, o seguinte: “O linchamento não é a única ameaça que pesa sobre a vida dos negros. A miséria a insalubridade de suas moradias – Nos Estados Unidos existe o sistema de “ghetos” – a falta de hospitais (para negros) e a insuficiência de médicos (negros) trazem, em consequência uma mortalidade muito elevada principalmente entre mulheres e crianças. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 01/08/1947).

O radicalismo e extremismo dos líderes políticos são constantemente denunciados nas edições, sejam fatos ocorridos no cenário nacional ou internacional. Conjuntamente à denúncia veemente, sempre feita, Eneida chama atenção para a necessidade de união de todas as mulheres, deixando de lado as diferenças, sejam elas de ideologia política ou não, pois, segundo ela, a luta pela construção democrática e pela consolidação da paz necessitava dessa união de todas.

Como começar este noticiário semanal sem falar em vocês, amigas do Distrito Federal, tão barbaramente espancadas e humilhadas na noite trágica de 22 do corrente na Praça do Expedicionário? O título deste pedaço de página se envergonha, com certeza. No mundo de hoje um espetáculo igual ao de 22 é “tão fora de moda”, tão incompreensível, tão monstruoso que o comentário, o mais justo, parece incolor; é incapaz de dizer o que foi aquele crime. Não que creio que haja entre nós [...] uma só mulher que não se tenha comovido e revoltado com as atrocidades cometidas pela polícia num comício em que todos os partidos se reuniam para comemorar a data de entrada do Brasil na guerra contra o eixo. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 29/08/1947)

No mundo todo a luta incessante contra o fascismo. Na Espanha assassinaram mais dois espanhóis da Resistência Augustin Zoroa e Lucas Nunes. [...] a polícia prendeu 363 pessoas inclusive cerca de cem mulheres. [...] Cem mulheres argentinas foram presas neste comêço de 1948. [...] disse um telegrama publicado por um de nossos matutinos, que os protestos franceses junto à embaixada de Franco foram violentos. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 09/01/1948)

Enquanto estratégia para alcançar o público feminino, é estabelecida a relação entre elementos do cotidiano “ditos” como femininos, tal qual a preocupação com o bem-estar dos filhos e do lar, “*Queremos juntas assegurar a felicidade de nossos lares e preparar para nossos filhos o futuro que cada um de nós sonha para eles*” (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 15/08/1947). Temos assim, ao que parece, a aproximação com a ideia difundida por Lênin da figura da “maternidade social”, ou seja, a luta está além do espaço doméstico “individual”, é necessário se pensar a coletividade, lutar por direitos a elas garantidos, que não são respeitados, ou por direitos que ainda não foram conquistados, como o direito ao voto, que ainda não era assegurado a todas as mulheres como podemos ver no trecho a seguir.

Na Polônia, a “Liga de mulheres” conseguiu o direito de voto e interessou milhões de mulheres nas eleições. [...] Na Itália depois de tantos nos de negro fascismo, as mulheres exercem agora com a República pela primeira vez, o direito

do voto e votaram na proporção de 87% nas últimas eleições. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 27/07/1947)

As notícias de conquistas políticas ou mesmo na esfera profissional alcançada pelas mulheres de diferentes países do mundo estão presentes nas trinta edições; como já mencionado, as diferenças deviam ser deixadas de lado, pois, somente por meio da união, conseguiriam alcançar as conquistas necessárias para viverem em uma sociedade melhor, como mostram o trecho abaixo:

Não é mais possível deixar de reconhecer o papel importante e decisivo no cenário da política internacional. Fizemos a guerra de Libertação dos povos e lutamos hoje com o mesmo vigor e a mesma perseverança para construir um mundo democrático, para garantir a paz. [...] em tôda (sic) parte do mundo lutam as mulheres contra o fascismo, pela paz, pela democracia, pela felicidade. (ENEIDA, 27/07/1947)

Na décima quinta edição, que foi publicada no dia 31 de outubro de 1947, Eneida fala sobre a finalidade da coluna “*Mundo de Hoje*”, apresentando basicamente três pontos que estão presentes da primeira edição até a última, que são: a finalidade desse espaço no jornal; segundo, de apresentar a situação do Brasil, mais especificamente à atuação da mulher no cenário político em relação a outros países do mundo; e, por fim, os possíveis caminhos que podiam ser trilhados buscando construir um “novo mundo”.

Como falar nas conquistas populares de outros países se o Brasil está numa hora tão sombria [...] quando as nossas conquistas tão duramente são pizadas (sic), quando nossa liberdade se torna em cada dia, apenas uma sombra? Esse não é o mundo de hoje, aquê (sic) que tanto desejavamos, que tanto esperamos depois da guerra [...] a hora é sombria, sabemos todas nós e por isso mesmo nossa união é cada vez mais necessária, mais urgente, mais imediata. Queremos viver e para isso é inevitável nossa união. A certeza de nossa vitória não nos abandona. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 31/10/1947)

Que o povo brasileiro assista a uma das mais importantes páginas de sua história: a da luta intransigente pela Democracia, a luta para que sobrevivam os direitos populares, para que não sejam mais abafados e afogados em sangue os princípios democráticos que baseiam as instituições e a vida individual de cada um de nós”. (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 07/11/1947)

As conquistas tão reclamadas e estimadas ocorreram de forma lenta e gradual, como vimos no trajeto etnográfico que realizo nas edições; o direito à educação e o poder de posses também não foram facilmente conquistados. Se retornarmos ao século XIX, mais especificamente ao ano de 1832, quando Nísia Floresta Augusta publica o livro “*Direito das Mulheres e injustiça dos homens*”, temos um marco na história de luta pela visibilidade da produção intelectual feminina e reivindicação ao direito à educação para todas as mulheres. No trecho que segue, vemos que, após um século de lutas, o índice de analfabetismo entre as mulheres continuava grande, assim como o poder da tutela do marido sobre a mulher.

Um dos jornais comentou a dias, num canto esquecido de uma 4ª página êstes dados: 50% das mulheres da América Latina não sabem lêr nem escrever. Em Cuba por exemplo só 33% das meninas em idade escolar frequentam aulas e na Venezuela só 163 mulheres tiveram educação universitária. E no Brasil? isso é uma coisa que não dizem as estatísticas. No Brasil qual a percentagem de anal-fabetos do sexo feminino? (ENEIDA, MOMENTO FEMININO, 13/02/1948)

No período em que Eneida escreve a coluna “Mundo de Hoje”, não se discutia gênero como hoje conhecemos, mas, utilizando o recurso disponível – a escrita –, ela pôde chamar atenção para o contorno de uma imagem de feminino, que era “dito” por ela – combativa, ativista, “mãe social”. Regressando ao contexto histórico que é reconstruído por Eneida na coluna, pode-se dialogar perfeitamente com as fontes históricas, tornando possível se pensar as representações sociais que, segundo Jodelet (1989), podem ser entendidas como uma “forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

O debate sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres possibilitou, desde muito tempo, e ainda possibilita, a construção de outros estudos e reflexões, como o realizado pela escritora e filósofa francesa, Simone de Beauvoir, no final da década de 40, quando publicou o primeiro volume de seu polêmico livro: “*O Segundo Sexo*”. Segundo a escritora, historiadora e jornalista francesa Irène Frain (2013), Beauvoir foi fortemente atacada pela imprensa, tendo sua obra taxada de “Moral de costureira”, “Limites do abjeto”, “Compilação sexual”, é batizada de “Santa estupidez”; Beauvoir sofreu difamações como: “mal-amada”, “ninfomaníaca”, “abortada”, “abortadeira”, formas dirigidas a ela quando reconhecida nas ruas de Paris. Com a publicação do segundo volume do livro, sua permanência em Paris tornou-se insustentável e ela decidiu partir para Roma, onde permaneceu por dois meses.

Vemos que a coluna “*Mundo de Hoje*” trazia semanalmente notícias que pontuavam exatamente o que posteriormente, em sua reflexão, Beauvoir (2009) afirma, ou seja, que a posição da mulher é uma construção social, logo, para a dominação masculina ser combatida seria necessário ir além da garantia de leis igualitárias, o confronto deveria se dar contra os elementos que impedem que a mulher de fato exerça sua autonomia, como a educação, que preparava as meninas para futuras esposas, que nem sempre casavam por amor, mas por uma imposição da própria sociedade, que, posteriormente, cobrava o exercício do papel da boa esposa, que, juntamente com a maternidade, formavam o duplo padrão de moralidade sexual. Em contrapartida, aos homens era conferida (e ainda é) maior liberdade sexual, assim como maiores possibilidades profissionais, pois, quando era conquistado o espaço de trabalho pela mulher, havia, e ainda há diferença entre salários, o que não permitia ou poderia não permitir a independência financeira da mulher.

O jornal “*Momento Feminino*” e sua coluna “*Mundo de Hoje*”, enquanto meio de comunicação e instrumento agregador, alcançou diferentes leitoras, apresentando a realidade de diferentes grupos de mulheres que buscaram romper com o papel historicamente atribuído a elas, e que lutaram em prol de uma sociedade mais igualitária, fazendo uso dos meios que lhes eram acessíveis, como a própria equipe que dirigia o jornal; como bem vimos, as mesmas buscavam auxílio de outras mulheres para o manterem, e as colunas eram distribuídas a partir da área de atuação profissional<sup>17</sup> de

<sup>17</sup> A escritora, tradutora e crítica literária Lia Corrêa Dutra assina a coluna “Bodas de Prata” e tinha um espaço destinado às suas traduções, como veremos no anexo a tradução do texto de George Sand, “A pequena Fadette”.

cada uma delas, embora, como já mencionei, haja críticas quanto ao modelo que seguia dos demais jornais destinados ao público feminino. Infelizmente, não identificamos nenhum material que desse condição de identificar o impacto causado pelo jornal junto às suas leitoras e até mesmo entre as militantes do Partido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos, gostaríamos de retomar o que consideramos os dois pontos altos do texto: primeiro, a atuação ativa de Eneida enquanto escritora e militante do PCB; e segundo, a importância dos jornais do PCB, mais especificamente o “*Momento Feminino*”. Eneida, como ela mesma diz em sua carta testamento, traçou friamente o seu destino e seguiu por ele certa de estar certa; a busca e conquista de liberdade custaram o preço do estigma social, mesmo tendo sua vida doada a uma causa, à luta pelo bem-estar social dos menos favorecidos.

O ingresso no Partido Comunista, entendemos como o meio por ela escolhido para poder viver a ideologia que já nutria, pois, como lemos nas próprias palavras de Eneida, as teorias só confirmavam o que já nutria em seu íntimo. Manteve-se fiel aos seus princípios a ponto de afastar-se quando o mesmo passou a “fugir” do que acreditava, o que lembra as palavras de Otávio sobre sua coerência: Eneida acima de tudo foi uma mulher coerente.

Sempre fazendo uso da “palavra” seja ela escrita ou falada, pensamos sua atuação na coluna “MUNDO DE HOJE” como um esforço contínuo da sua militância não atrelada diretamente ao ideário do Partido Comunista Brasileiro, mas voltada para os socialmente injustiçados. Pois, como bem vimos ao longo do texto, mesmo a sociedade burguesa sendo fortemente criticada pelas imposições sociais destinadas às mulheres, por outro lado, percebemos que o tratamento dado às militantes não as colocava numa posição de igualdade em relação aos militantes homens, tanto é que a ação e investimento no jornal feminino não recebeu o mesmo valor atribuído aos outros jornais publicados pela imprensa comunista.

A sua manutenção se dava por meio do esforço conjunto de um grupo de mulheres que, por sua persistência e compromisso social para com outras, o mantiveram objetivando mantê-las informadas da ação de suas patriotas e das mulheres de outras partes do mundo, que estavam lutando por uma sociedade mais igualitária, em que os direitos conquistados pelas mulheres pudessem ser vividos e que servissem de motivação para as leitoras a também aderirem à luta, ainda que não estivessem filiadas ao Partido Comunista Brasileiro, pois, segundo elas, a causa era maior.

Enquanto leitoras de Eneida, acreditamos que, assim como na década de 40 o jornal foi um forte agregador, hoje nossas pesquisas e produções acadêmicas podem manter vivas aquelas que lutaram antes de nós, nos encorajando a problematizarmos o cenário de retrocesso que temos vivenciado em nosso país. A “palavra” continua sendo uma arma eficaz. **“Eneida sempre livre, Eneida sempre flor, Eneida sempre viva, Eneida sempre amor”.**

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas: um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará – UFPA, 1990.

- AUGUSTA, Nísia. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. São Paulo: Cortez, 1989.
- BAZANEZI, Carla. *Revistas Femininas e o Ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964)*. Campinas: Revista Cadernos PAGU, 1993
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUONICORE, Augusto & GARCIA, Fernando. *As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil*. In: Centro de Memória Sindical, 2012. Disponível em <[http://www.memoriasindical.com.br/ler-mais\\_materias.php?cd\\_materias=183#.VVk4YPIViko](http://www.memoriasindical.com.br/ler-mais_materias.php?cd_materias=183#.VVk4YPIViko)> Acesso em 17/10/2014.
- CORRÊA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. In: Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. (Org.) Antônio Augusto Arantes. 3ª Edição. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1994. Pág 15-42.
- ENEIDA, de Moraes. *Aruanda e Banho de Cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros e mitos – Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Editora Maud e EDUFF, 2002.
- FRAIN, Irène. *Beauvoir Apaixonada*. Tradução: Marisa Rossetto. 1ª Ed. Campinas: Versus, 2013.
- JODELET, D. *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In: Jodelet, D. (org). Les reeprésentations sociales. Paris: PUF, 1989. P.31-61.
- LENIN, Vladimir Litch. *Que fazer*. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O feiticeiro e sua magia*. In: Antropologia Estrutural. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify Portatil 10, 2008. Págs. 237-264.
- RAMOS, Fernando A. da Cunha & GEREMIAS, Luiz. Instituto *Philippe Pinel: origens históricas*. 2009. Disponível em <[http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel\\_origens.pdf](http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf)>
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu, N°16, 2001. P. 115-136.
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Eneida memória e militância política*. 1ª Ed. Belém: GEPEM, 2009.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo: diálogos com as Ciências Sociais*. Cadernos Pagu, n°16. p. 137-150, 2001.



TORRES, Juliana Della. *A Representação Visual da Mulher na Imprensa Comunista Brasileira (1945-1957)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, na Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2009. Disponível < <http://www.uel.br/pos/mesthis/arqtxt/disonline/DissertacaoJuliana.pdf> > Acesso em: 15/07/2014.

VAINFAS, Ronald. Patriarcalismo e misoginia. In: *Trópicos Dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 147-180.

## Referência dos Jornais

### *Momento Feminino*

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1947, p.8. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971) / (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971) / (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971) / (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971)/ (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971) / (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 31 out. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971)/ (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971)/ (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971)/ (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

MORAES, Eneida de. Mundo de Hoje. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1947, p.3. In: Eneida de Moraes: memória ícono-bibliográfica (1920-1971)/ (CD-ROM)/ Eneida de Moraes: organização e compilação de Eunice Ferreira dos santos, Belém, 2004. 7 discos lasers:son., II. V.3 e 4.

## “Lugar de Mulher é...”: a literatura e a representação do espaço social da mulher

*“Lugar de Mujer es...”: la literatura y la representación del espacio social de la mujer.*

*“Woman's Place is ...”: literature and representation of women's social space.*

**Elem Dayane de Freitas Oliveira**

**Silvia Sueli Santos da Silva**

**Resumo:** O presente trabalho analisa a representação do espaço social da mulher através da obra literária de Eneida de Moraes, apresentando aspectos relevantes da relação entre mulher, literatura e sociedade. Para isso, o método de investigação utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que tem como base teórica Santos (1997), que apresenta estudos sobre a obra de Eneida; Eneida (1989), produção literária analisada neste artigo; e Maffesoli (2001), que fundamenta os argumentos sobre o imaginário. O recorte temporal dado a este trabalho é o contexto da ditadura Vargas, posto que a crônica analisada se passa nesse contexto. A literatura, nesse sentido, cumpre um papel conscientizador de que a participação das mulheres como hoje vemos é fruto de uma luta incessante que a literatura em tom “poético” permite mostrar.

**Palavras-chave:** Mulher. Literatura. Representação. Espaço Social.

**Resumen:** Este trabajo analiza la representación del espacio social de la mujer a través de la obra literaria de Eneida de Moraes, presentando aspectos relevantes de la relación entre mujer, literatura y sociedad. Para eso, la metodología de investigación utilizada fue la pesquisa bibliográfica que tiene su base teórica em Santos (1997) - que apresenta estudos acerca de la obra de Eneida - Eneida (1989), producción literaria analisada en este artículo, y Maffesoli (2001) que fundamenta los argumentos sobre el imaginario. El recorte temporal dado a ese trabajo es el contexto de la dictadura de Vargas, ya que la crónica aquí estudiada pasa en aquel tiempo. Así, la literatura cumple un papel concenciador de que la participación de las mujeres, como se puede ver hoy día, es resultado de una lucha incesante, que la literatura, en tono poético, puede mostrar.

**Palabras clave:** Mujer. Literatura. Representación. Espacio Social.

**Abstract:** The present work analyzes the representation of the social space of women through the literary work of Eneida de Moraes, presenting relevant aspects of the relationship between woman, literature and society. For this, the research method used was the bibliographical research that has as theoretical basis Santos (1997), which presents studies on the work of Eneida; Eneida (1989), literary production analyzed in this article, and Maffesoli (2001) that bases the arguments on the imaginary. The temporal cut given to this work is the context of the Vargas's dictatorship, since the analyzed chronicle is happening in this context. Literature in this sense fulfills a conscientizing role by warning that the participation of women, as we see today, is the result of an incessant struggle that the literature in a "poetic" tone can show.

**Keywords:** Woman. Literature. Representation. Social Environment.

**Elem Dayane de Freitas Oliveira** – Mestranda na Pós-Graduação em Saberes, Linguagens e Práticas Educacionais na Amazônia/IFPA- Campus Belém; graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Pará. E-mail: [elem\\_dayane@hotmail.com](mailto:elem_dayane@hotmail.com)

**Silvia Sueli Santos da Silva** – Doutora em Artes Cênicas, pela Universidade Federal da Bahia (2011), mestra em Artes Cênicas/UFBA (2004); especialista em Arte Educação/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2000); graduada em Educação Artística, com Habilitação em Artes Plásticas, pela Universidade Federal do Pará (1992). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, atuando na área de Letras e Artes. E-mail: [silvia.silva@ifpa.edu.br](mailto:silvia.silva@ifpa.edu.br)

## INTRODUÇÃO

As discussões a respeito do espaço social da mulher na sociedade atual estão cada vez mais abrangentes e crescem a todo momento, posto que vivemos um momento de ascensão de movimentos sociais feministas que colocam em destaque o papel da mulher e os espaços, não apenas físico, mas social que esta “deve” frequentar. Sendo o universo acadêmico propício para tais discussões, vemos que há uma grande produção acadêmica versando sobre o tema nos seus mais diversos recortes e enfoques.

Neste trabalho, será analisada a influência da literatura na construção histórica do espaço social da mulher. Para alcançar este objetivo, fez-se uma análise literária da crônica “Companheiras”, escrita pela autora paraense Eneida de Moraes. Além disso, outras obras de Eneida, como as crônicas jornalísticas “Mulheres de Ontem e de Hoje”, muito ajudaram na escrita deste artigo.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa é, inicialmente, o período da ditadura Vargas, a representação da mulher neste espaço de luta. Alinhando-se às ideias de Michel Maffesoli a respeito do imaginário, este artigo busca apresentar a representação que se constrói a partir dessas “personagens” mulheres que lutam em um espaço social, político e econômico, que não é um espaço em que se aceite livremente a participação de mulheres. Embora o período da ditadura Vargas no Brasil seja o recorte temporal desse artigo, há momentos em que a condição atual da representação feminina se faz presente nesta análise.

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica que tem como base teórica Santos (1997), que apresenta estudos sobre a obra de Eneida; Eneida (1989), produção literária analisada neste artigo; e Maffesoli (2001), que fundamenta os argumentos sobre o imaginário.

O título desta pesquisa é **“Lugar de mulher é...”: a literatura e a representação do espaço social da mulher**. E, com este título, tenho o objetivo de questionar: qual o espaço da mulher na sociedade brasileira? Existe um espaço marcadamente feminino? Nesse contexto, qual o papel da literatura?

No meio acadêmico, há várias pesquisas que tratam o tema mulher, porém, a cada pesquisa, algo de novo se constrói, e é no sentido de contribuir com a produção acerca do tema demarcado que este tema foi escolhido, afim de apresentar a relação entre literatura e representação social da mulher.

### 1. “Eneida sempre livre”

A escolha de uma crônica de Eneida de Moraes traz um significado importante para essa pesquisa: que é a personalidade de Eneida enquanto mulher e militante, que ratifica a forte relação da mulher com a literatura, seja enquanto personagem ou escritora.

Eneida de Moraes nasceu em Belém do Pará, em 23 de outubro de 1904. Foi escritora, uma das que mais se aprofundou em carnaval brasileiro, e jornalista, onde escrevia colunas femininas. Militante política, foi presa por defender seus ideais.

Em seus poemas, Salomão Laredo escreveu “Eneida sempre livre”; esta forma de homenageá-la representa a força e coragem desta mulher paraense que escrevia sobre mulheres e para mulheres. Era livre em ideias e expressava críticas à sociedade através de suas obras, especialmente as crônicas publicadas semanalmente nas colunas dos jornais.

De acordo com Santos (1997), Eneida esteve na fronteira entre literatura e jornalismo, pois combateu e denunciou a realidade à medida que transportava as notícias do dia a dia para o tom literário.

Ela, enquanto jornalista, extraiu da realidade o que lhe interessou enquanto registro do cotidiano e transformou em crônica. Para o tom literário, buscou a essência do estético, aproximando-se do mundo mediante a própria consciência. (SANTOS, 1997. P. 4)

Nesse sentido, as crônicas de Eneida contam histórias reais em linguagem literária, mostrando a literatura como meio de expor abertamente a condição social da mulher nos espaços cuja sua convivência é habitual.

## 2. “LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISE!”: afinal, existe um espaço demarcado para a mulher?

O enunciado “lugar de mulher é onde ela quiser” é uma paráfrase de um outro enunciado também conhecido: “lugar de mulher é na cozinha”. Ora, temos dois discursos que apontam para lugares completamente diferentes, mostrando a mulher em dois espaços distintos que apresentam cada um uma organização social diferente: o primeiro marca uma estruturação mais atual, de empoderamento da mulher, que lhe permite transitar por vários espaços; o segundo marca uma visão machista e patriarcalista da sociedade, em que a mulher tem um papel social de mulher-mãe, responsável por cuidar e zelar pela sua família. Este papel social único limita e condiciona a mulher a um espaço social que se encaixe nesse padrão.

Ao tratar do contexto de Ditadura, deve-se levar em conta que este período representou a “perda” da cidadania e de direitos sociais básicos para os cidadãos brasileiros; no que toca a figura da mulher, essa participação nos espaços públicos é ainda mais limitada, posto que, além das arbitrariedades da ditadura, a sociedade brasileira apresenta uma estrutura social extremamente patriarcalista que constrói um imaginário coletivo a respeito da mulher, que reforça a limitação do espaço e função feminina na sociedade. De acordo com Camana (2012), referindo outro período ditatorial:

O governo dos militares era feito por homens e preferencialmente para os homens: quando apareciam as mulheres em documentos e fotos oficiais era como objeto decorativo, mulheres e filhas que apoiavam a figura do patriarca. A sociedade civil ainda mantinha a imagem de mulheres atrelada à maternidade e ao cuidado da casa, mesmo com a segunda onda do feminismo em seu auge. (CAMANA, 2012, p.15)

Assim está demarcado o espaço da mulher, aquela que deve estar em segundo plano, apoiando e reivindicando as ideias do marido enquanto dá conta das funções de cuidar da casa, dos filhos e ainda do esposo. Esta função demarca claramente um espaço que não é físico apenas, mas social. Estas mulheres são a representatividade do “tipo ideal” da época, a mulher “bela, recatada e do lar”. Ao trazermos essa análise para o contexto atual é possível perceber que, embora hajam muitas lutas para romper com esse imaginário coletivo, ainda é muito presente a ideia de que a mulher deve ser “recatada e do lar”.

Em abril de 2016, a idealização de Marcela Temer (casada com o, àquela altura, vice-presidente da república) como “bela, recatada e do lar”, como representação ideal de mulher, causou grande euforia e manifestações, sobretudo nas redes sociais. Marcela Temer é a representação da mulher que “acompanha o marido e aparece como decorativa nas fotos oficiais”. De acordo com

a revista *Veja*, edição de abril de 2016, “a quase primeira dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”.

Como pode-se inferir, apesar da luta por maior visibilidade e participação política e social da mulher, ainda está muito forte no imaginário coletivo a “mulher ideal”. De acordo com Maffesoli (2001), “o imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo. (...) O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc”. Só existe dentro de uma dimensão coletiva, é uma imagem ou um conjunto de imagens que historicamente vai se estabelecendo por meio do imaginário. Essa imagem está gravada na sociedade e é difícil reverter pois é necessário um esforço coletivo para mudá-la. A mudança individual da condição e do espaço social da mulher não vai mudar a representação social desta, posto que, como já foi dito, só existe no imaginário coletivo.

Ainda assim, a literatura de Eneida, especificamente a crônica *Companheiras*, vem no sentido de mostrar e dar visibilidade à mulher em um espaço, embora mostre que escolher estar no espaço político, que é majoritariamente masculino, tem consequências. A crônica “Companheiras” corrobora socialmente no sentido de abrir uma “fresta” na sociedade brasileira e mostrar, à luz da literatura, que, apesar de haver uma limitação do espaço social da mulher, as mulheres estavam presentes na luta pela cidadania no Brasil, mostrando que se deve romper o espaço demarcado e ir além.

### 3. “COMPANHEIRAS”: a representação literária da mulher no espaço político e social.

A crônica *Companheiras* conta a convivência de vinte e cinco mulheres, presas políticas, que de alguma forma expressaram suas ideias contra o governo dos militares<sup>1</sup>. Vinte e cinco mulheres em uma sala onde mal tinham espaço para conviver, compartilhavam informações, liam e cantavam. O lugar era pequeno e, como descreve Eneida, elas faziam todo esforço de mantê-lo limpo dentro das condições possíveis; mesmo assim, os “aparelhos sanitários” exalavam cheiro forte, com o qual elas tinham de conviver.

Pobres mulheres jogadas numa prisão infecta, sem o menor conforto. Maria pensava no seu chuveiro elétrico, Valentina ensinava literatura inglesa (como estudava e Lia Valentina) e queríamos a viva força que Nise desse lições de psicologia. (ENEIDA, 1989. P. 132)

Quem são essas mulheres? De acordo com Eneida, são mulheres que, em sua vida pública, exercem alguma profissão e por isso já formam um grupo que foge ao ideal de mulher que foi apresentado anteriormente; além disso, essas mulheres cruzaram uma linha limítrofe de seu espaço social da casa e do lar e adentraram ao espaço político, marcadamente masculino.

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, morenas; de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajes modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e operárias. Algumas ficavam sempre, outras passavam dias ou meses, partiam, algumas voltavam, outras nunca mais vinham. (ENEIDA, 1989. P. 132)

---

<sup>1</sup> É contra o Estado Novo, a ditadura Vargas, em 1937.

A linguagem literária permite uma descrição minuciosa sobre o ambiente, sobre as mulheres que ali estavam, e dá uma dimensão da situação que a sociedade brasileira passava naquele momento. Em outras matérias jornalísticas, como “Mulheres de Ontem e de Hoje”, Eneida enaltece mulheres que eram professoras, escritoras, atrizes e outras que marcaram a história da luta feminina por direitos. De acordo com Marinho (2016):

Eneida, na construção do texto da coluna “Mulheres de Ontem e de Hoje”, fez uso de livros bibliográficos como o “Ensaio Bibliográfico: Mulheres Brasileiras”, editado pelo Ministério da Guerra e lançado em 1938, ao qual faz referência em diversos momentos. É importante destacar que o texto de Eneida é de cunho biográfico e ilustrado com retratos desenhados, de cada uma das mulheres que tiveram episódios de sua vida apresentados semanalmente no *Diário de Notícias*. (MARINHO, 2016. P. 143)

Nessa coluna, Eneida apresenta as mulheres dentro de seu grupo social; por serem publicações de cunho mais bibliográfico, o foco é mostrar exemplos de mulheres destacando sua representação social. Marinho (2016) ressalta:

A estrutura traz elementos “básicos” de um texto bibliográfico, porém a colunista trazia episódios da vida de cada uma das mulheres, destacando a atuação em seus respectivos contextos sociais. Na Coluna sobre Ana Dostoiévski, segunda esposa do romancista russo Dostoiévski, Eneida a apresenta como “*esposa modelo*” que “*soube ajudar e se fazer amar*”, pois após o casamento passou com o esposo, descrito por Ana como “*homem de vida complicada e formação difícil*” por sérios momentos de dificuldade financeira, oriundos de dívidas contraídas em jogo e com o serviço prestado por seus editores. Após viverem momentos de extrema miséria Ana decidiu que seria a própria editora de seu esposo, tomando para si a responsabilidade de assegurar a impressão e reedição de sua obra. Por seu trabalho tornou-se conhecida e respeitada entre seus contemporâneos salvando sua família da eterna miséria. (MARINHO, 2016. P. 144)

Notoriamente, na coluna “Mulheres de Ontem e de Hoje”, Eneida destaca fatos de superação e ação cotidiana que levaram as mulheres descritas a ter um prestígio social e que, certamente, serviam de inspiração para tantas mulheres, leitoras da coluna.

Na crônica *Companheiras*, Eneida não fala da mulher dentro de seu espaço social demarcado, mas exalta a luta de mulheres que resistiram aos desmandos do governo Vargas; mulheres que estão no espaço político e que assumem as “consequências” de suas escolhas, sendo separadas de suas famílias, de seus amigos e tendo que sobreviver à condições sub-humanas para garantir que outros cidadãos, em especial outras mulheres, pudessem ter o direito de se expressar e transitar por todos os espaços, sem limitações.

A chegada de uma nova presa política causa inquietações e curiosidade nas mulheres, precisam descobrir quem é a recém-chegada. Para isso, fazem seu próprio interrogatório, a fim de descobrir a história de mais uma mulher castigada, aprisionada por assumir um posicionamento político.

— Não sabemos quem é você. Mas nós somos antifascistas, nós somos presas políticas. Cada uma de nós tem uma estória; esta veio presa do Norte, aquela está aqui como refém porque o marido sumiu. Somos todas brasileiras. (ENEIDA, 1989. P. 135)

Esta é a revelação central da crônica. Sim, aquelas mulheres eram militantes políticas, estavam ali para serem castigadas por estar num espaço que não é delas, e por expressarem-se contra a ditadura. Há, nesse momento, a representação, a identificação “somos antifascistas, somos todas brasileiras”; a partir disso, o diálogo se faz: “\_Camarada, minha camarada!”

A revelação traz à tona o ideal coletivo, o imaginário que por ora unia aquelas mulheres; não era apenas ideologia, era algo a mais, histórias que se cruzavam e construíam seu próprio modelo ideal de mulher. Sobre essa relação entre ideologia e imaginário, Maffesoli (2001) afirma:

A ideologia, contudo, guarda sempre um viés bastante racional. Não há quase lugar para o não-racional no olhar ideológico. No fundo do ideológico há sempre uma explicação, uma elucidação, uma tentativa de argumentação capaz de explicitar. (...) Já o imaginário, mesmo que seja difícil defini-lo, apresenta claro, um elemento racional ou razoável, mas também outros parâmetros, como o onírico, o lúdico, a fantasia, o imaginativo, o afetivo, o não racional, o irracional, os sonhos, enfim, as construções mentais potencializadoras das chamadas práticas. (MAFFESOLI, 2001. P. 76,77)

Não há necessidade de maiores explicações, ou de racionalizar a chegada daquela mulher, há apenas a necessidade de identificação, e, por mais que nunca houvessem se visto antes, elas se reconheceram por compartilhar os mesmos ideais, o caráter afetivo do imaginário as torna *companheiras*. Eneida (1989) afirma que “o olhar com que agora envolvia as vinte e cinco mulheres era diferente; queria entender as palavras nas paredes, perguntava, sorria, abraçava todas, chorava e ria”.

Assumir a identidade de mulher na luta política requer muita coragem dessas mulheres, que lutaram por um espaço de participação política e que, por isso, foram aprisionadas e castigadas com crueldade.

A Polícia Especial a maltratara monstruosamente. Mostrou-nos os seios onde trazia impressas marcas de dedos. Colocavam-na no auto da escada, amarrada e nua para força-la a declarar ou delatar, enquanto dois homens enormes lhe puxavam os seios. (...) Seu corpo guardava ainda as vergastadas do chicote policial. Jogavam-na de prisão em prisão. Ora era metida em celas de prostitutas, ora no meio de ladras ou ébrias. Durante mais de dois meses sofreu humilhações físicas e morais. (ENEIDA, 1989. P. 136)

Os castigos físicos normalmente eram direcionados aos órgãos sexuais, a fim de desmoralizar a figura dessas mulheres, seria uma punição não apenas física, mas moral, que deixava essas mulheres desestruturadas emocionalmente; entretanto, essas punições não faziam elas desistirem de lutar, mas aumentava a afinidade, afeto e ligação entre elas. A mulher “novata” pouco depois foi retirada da cela e levada para outro lugar, segundo Eneida, muito pior. Seu nome era “Elisa Soborovsk, a Sabo Berger, mulher de Henry Berger. O governo Vargas entregou-a mais tarde a Gestapo. Hitler matou-a”.

A crônica *Companheiras* é uma recordação de Eneida, de quando esteve presa no Pavilhão dos Primários, onde apresenta devotadamente a luta de vinte cinco mulheres por sobrevivência e, sobretudo, por participação social e política. A literatura, nesse sentido, cumpre um papel conscientizador de que a participação das mulheres como hoje vemos é fruto de uma luta incessante que a literatura em tom “poético” permite mostrar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do recorte dado a este trabalho, foi possível analisar a literatura a partir de uma dimensão social, percebendo que a literatura tem grande relevância ao apresentar de forma tão realística um grupo social, nesse caso as mulheres, mostrando uma riqueza de detalhes que faz transcender o sentido literal da obra.

Dada a proporção e carga social gigantesca da obra de Eneida, foi necessário demarcar apenas uma crônica para análise, posto que essa única crônica permitiu expandir a análise sobre o espaço social da mulher, bem como a participação política e social que este grupo tem em nossa sociedade atual. Assim, pode-se inferir que a crônica, sendo uma literatura jornalística, tem profunda ligação com a sociedade retratada.

Por ser um tema bem abrangente, muitos outros enfoques podem ser dados, muitas outras obras podem ser analisadas afim de corroborar com a construção de um novo imaginário coletivo a respeito da mulher.

Na sociedade brasileira atual, por exemplo, vê-se uma grande luta de mulheres por reconhecimento, direitos e participação igualitária; é necessário olhar para esses movimentos sociais e para a luta dessas mulheres com o mesmo olhar destemido de Eneida, para que, assim, a sociedade crie imagens de mulheres livres e participativas. A literatura, sem dúvidas, carrega grande responsabilidade de registrar e apresentar para a sociedade essa nova imagem da mulher.

## REFERÊNCIAS

- CAMANA, Ângela. *A representação da mulher durante a ditadura militar brasileira: Anúncios da revista veja 1969-85*. Porto Alegre, 2012.
- MAFFESOLI, Michel. *O imaginário é uma realidade*. Revista FAMECOS, nº15, ago. 2001. Porto Alegre.
- MARINHO, Carla Figueiredo. *ENEIDA DE MORAES para mulheres, sobre mulheres, A Mulher 'Dita': Contornos da Imagem do Feminino em Eneida, "a escritora que veio do Pará"*. Belém, 2016.
- MORAES, Eneida de. *Aruanda & Banho de Cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.
- REVISTA VEJA. *Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"*. Disponível em: <<https://veja.abri.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> Visualizado em 13 de janeiro de 2018.
- SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Caos e Cosmos na obra de Eneida de Moraes: um estudo preliminar*. In: *Mulher e Modernidade na Amazônia (Tomo I)*. Org. por ÁLVARES, M. L.; SANTOS, E. F. dos, e D'INCAO, M. A.. Belém GEPEN/ CEJUP, 1997. (p. 3-17)



## **Ester Nunes Bibas: vida e obra da educadora e escritora vigiense (1888-1972)**

*Ester Nunes Bibas: vida y obra de la educadora y escritora vigiense (1888-1972)*

*Ester Nunes Bibas: life and work of the educator and vigiense writer (1888-1972)*

**Paula Maíra Alves Cordeiro**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de Ester Nunes Bibas, enquanto mulher, educadora e escritora, e resgatá-la do passado com o desejo de remover sua atual condição de invisibilidade na literatura paraense. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi possível embasar teoricamente a escrita deste trabalho e relacionar a carreira da autora com a trajetória percorrida pelas mulheres de letras nascidas no século XIX; as dificuldades encontradas com relação à educação e produção de escritos de mulheres no século XX; e revelar, em sua produção literária, especificamente a do livro *Rimas do Coração*, a presença das memórias da autora.

**Palavras-chave:** Ester. Paraense. Literatura. Memórias.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar la trayectoria de Ester Nunes Bibas, en la calidad de mujer, educadora y escritora, y rescatarla del pasado con un deseo de quitar su actual condición de invisibilidad en la literatura paraense. Por medio de una investigación bibliográfica fue posible basarnos teóricamente la escritura de este trabajo y relacionarlo la carrera de la autora con la trayectoria hecha por las mujeres de letras nacidas en el siglo XIX; las dificultades encontradas con relación a la educación y producción de escrituras de mujeres en el siglo XX; y revelar, en su producción literaria, específicamente del libro *Rimas do Coração*, la presencia de los recuerdos de la autora.

**Palabras clave:** Ester. Paraense. Literatura. Recuerdos.

**Abstract:** This paper aims to show the trajectory of Ester Nunes Bibas as a woman, educator and writer; and to rescue her from the past with the desire to remove her actual condition of invisibility in Paraense Literature. By means of a bibliographic research, it was possible to give theoretical base to this work and to relate the career of the writer with the trajectory made by women of letters that were born in the 19th century; the difficulties found in relation to education and production of women's writings in the 20th century; and to reveal, in her literary production, specifically the book *Rimas do Coração*, the presence of the author's memoirs.

**Keywords:** Ester. Paraense. Literature. Memoirs.

**Paula Maíra Alves Cordeiro** – Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e Professora de Língua Portuguesa da Rede Pública de Ensino pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).  
E-mail: [paulamaira16@gmail.com](mailto:paulamaira16@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O interesse em trabalhar a poeta Ester Nunes Bibas e suas poesias surgiu no último ano de graduação, durante uma visita à Biblioteca Pública “Arthur Viana”, localizada na cidade de Belém. Eu estava no departamento de obras raras da biblioteca, realizando uma pesquisa em jornais antigos para meu pai e, ao folhear o livro catalográfico das obras que estavam disponíveis, encontrei, por acaso – ou será destino? – o nome da autora e que ela possuía um livro de poesias intitulado *Rimas do Coração*. Foi por meio desse livro que descobri Ester e que a poeta era vigiense, assim como eu.

É de grande importância versar sobre Ester e seus escritos, pelo fato de que, embora ocorra uma forte valorização dos poetas e escritores vigienses, há, por outro lado, o esquecimento de autoras femininas, sendo observada a pouca presença e divulgação dessas mulheres no meio intelectual e social vigiense até os dias de hoje. As escritoras vigienses não são conhecidas, lidas, pesquisadas e valorizadas, o que provoca a invisibilidade delas no meio literário não só vigiense como também paraense.

Segundo Duarte (2009, p.18), as mulheres de letras do século XXI, dentre muitas responsabilidades, possuem a de contar a história apagada das importantes mulheres de outrora. Por isso, eu, enquanto mulher de letras, escolhi falar de Ester e de sua poesia como forma de agradecimento e admiração a ela e tantas outras que tornaram possível que, hoje, nós fizéssemos parte dessa história, a história das “mulheres de letras”.

### 1. A trajetória de uma mulher das letras



(CORRÊA, 2017)

Ester da Costa Porto Nunes nasce em Vigia, cidade localizada no nordeste do Estado do Pará, no dia 05 de junho de 1888 e falece em 27 de outubro de 1972, aos 84 anos. É filha de Constantina da Costa Nunes e de Gratuliano da Silva Porto Nunes, sobrinha do professor Bertoldo Nunes e prima do poeta Tomaz Nunes. Durante a infância, reside em Vigia e, como muitas mulheres nascidas no século XIX, inicia os estudos no espaço do lar, sendo alfabetizada pela mãe, que era professora, uma vez que “A educação das moças de famílias abastadas era realizada nas próprias casas, sob a orientação de pais e preceptores.” (LOPES, 2011, p.119).

Ester cresce em um contexto familiar fortemente ligado à educação e às artes. Seus pais, tios e primos pertencem ao mundo das letras, o que, sem dúvida, influencia diretamente sua vida e faz com que se torne uma mulher letrada desde a infância, no século XIX e, posteriormente, apresente uma atuação intelectual voltada para as letras durante do século XX. Os privilégios de Ester por

pertencer a uma família importante na cidade foram fundamentais para sua caminhada como mulher letrada, porque lhe permitiram o contato com o mundo das letras, além da presença e incentivo da família para que adquirisse o gosto pela leitura desde seus primeiros anos, pois, como afirma o trecho a seguir:

Durante o século XIX, a educação recebida pelas mulheres era, portanto, privilégio de uma minoria rica. Como regra, as meninas pobres não recebiam qualquer espécie de educação formal, interessando aos pais mais o aprendizado das prendas domésticas do que o da leitura e da escrita. (LOPES, 2011, p.119).

Em 1902, aos 14 anos, Ester torna-se sócia da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto<sup>1</sup>”, da qual seus pais e familiares próximos também faziam parte. Essa Sociedade foi fundada em 01 de outubro de 1871, sendo idealizada por jornalistas, escritores e políticos que pertenciam à classe intelectualizada da cidade, a fim de promover discussões sobre arte, cultura, religião, educação e sociedade, e também a realização de trabalhos de cunho social, cultural e intelectual para a população vigiense.

A Sociedade Cinco de Agosto promoveu discussões variadas, compatíveis com as que circulavam no Brasil: literárias, de origem nacional e universal, ligadas à religião e política. Um espaço idealizado para ser o centro de leituras em jornais e em livros e de discussões políticas. (ARAÚJO, 2011, p.39).

A idade em que Ester tinha ao se tornar sócia da Sociedade chama a atenção, uma vez que aos 14 anos ainda se é muito nova para conviver em espaços restritos aos intelectuais da época. As mulheres também não possuíam muito espaço nesses locais, compostos, em sua maioria, por homens, em virtude da sociedade patriarcal fortemente presente ainda no século XX. Isso mostra que a família de Ester, que também era da elite intelectual da cidade, a estimulava a participar, frequentar e conviver nos espaços promovidos pela classe intelectual.

Após concluir seus estudos iniciais, muda-se com a família para capital, Belém, onde é matriculada na antiga Escola Normal do Pará e aos 20 anos recebe o diploma de normalista, no dia 27 de novembro de 1908.

Nos grandes centros urbanos, pouco a pouco, essas famílias vão transferindo essa responsabilidade a colégios particulares. Os colégios secundários femininos, em número menor do que os masculinos, lentamente foram se organizando a partir da década de 50. Localizados principalmente na Corte e nas capitais das províncias, funcionavam como centro de reuniões da elite, mais notórios pelas festas que realizavam do que pela qualidade do ensino que proporcionavam. (LOPES, 2011, p.119-120).

Ester, já formada, começa então a lecionar em grupos escolares de Belém, entre eles o já extinto colégio “Progresso Paraense”. E por muitos anos teve o magistério como seu principal meio de trabalho e sustento. Por sua dedicação à docência, conseguiu respeito e admiração, sendo agraciada com várias medalhas, como a de comemoração do Centenário da Escola Normal, e também

<sup>1</sup> Livro de sócios da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”, dos anos de 1902 a 1915, p.7. Esse livro encontra-se na sede da Sociedade, em Vigia/PA.

homenagens, as quais se pode destacar a de “Professora do ano”, escolhida pela Sociedade Paraense de Educação, e a de Honra ao Mérito, outorgada pela Câmara Municipal de Belém, em 1960.

Ela casa com David Jaime Bibas e passa a se chamar Ester Nunes Bibas. Durante seu casamento, tem cinco filhos, destacando-se Gratuliano Nunes Bibas, major do Exército, escritor e fotógrafo e Thereza Nunes Bibas<sup>2</sup>, escritora e educadora. Esses também herdaram da família a paixão pelas artes e, certamente, tal como aconteceu com a mãe, tiveram contato desde cedo com o meio letrado.

A autora também fez parte do Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino, que foi fundado oficialmente em 21 de junho de 1931. Tinha 43 anos quando a organização torna-se concreta e aparece como uma das diretoras no registro de nomes das sufragistas paraenses que estavam à frente do movimento. Essas mulheres possuíam expressão e voz no meio letrado, acesso à imprensa e alto nível intelectual. Eram jornalistas, professoras, poetisas, cantoras, profissionais liberais etc. E a produção artística de algumas delas era reproduzida nos jornais e revistas de Belém e cidades próximas. O núcleo constituía-se, portanto, de nomes reconhecidos no meio artístico e intelectual paraense.

Constituindo-se uma diretoria provisória sendo indicada Presidente de Honra a esposa de Justo Chermont, Izabel Justo Chermont. Os demais cargos são ocupados respectivamente pelas organizadoras do movimento: Presidente: Elmira Lima; Vice: Ana Leopoldina Borges Pereira; 1ª Secretária: Cloris Silva; 2ª Secretária: Antonina Prado; 3ª Secretária: Feliz Benoliel de Cavaco; Diretoras: Olímpia Martins, Helena Souza, Marieta Campos, Juanita Machado, Pétala Pfänder, Ester Nunes Bibas, Maria da Costa Paraense, Dolores Nunes; Tesoureira: Olga Paes de Andrade; Colaboradoras: Hermínia Flávia de Miranda, Maria de Jesus Marques Alves, Carmem Rodrigues de Souza, Edith Barriga Cavalcante, Clara Martins, Zuleika de Carvalho Nobre, Ana Fonseca e Antonia Rodrigues de Souza. (ALVARES, 2011, não paginado).

O principal objetivo do movimento era estimular uma maior mobilização das mulheres paraenses para a luta feminista, que tinha como pauta a liberdade, a autonomia das mulheres e igualdade de direitos nos diferentes espaços sociais, como o direito ao voto, que foi conquistado em 1932, um ano depois da fundação do núcleo em Belém, sendo considerada uma das grandes vitórias do movimento feminista no Brasil e no mundo durante o século XX.

Ester, portanto, teve uma vida bastante ativa e permaneceu no exercício do magistério até os 70 anos, quando se aposenta e passa a ser orientadora de ensino. A profissão de professora a acompanhou durante muitas décadas, mesmo com filhos e, posteriormente, com a idade avançada, não parou de trabalhar, foram 50 anos dedicados à arte de ensinar. O que fez dela uma educadora muito respeitada no espaço educacional no Pará, principalmente em Belém e Vigia.

Vale lembrar que o magistério não significava apenas uma profissão assalariada, mas também uma forma de libertação das mulheres, pois foi por meio dele que muitas puderam se libertar da vida doméstica, ligada aos filhos e ao lar, conquistaram independência financeira e conseguiram se inserir em outros espaços da sociedade.

<sup>2</sup> Thereza Bibas, filha de Ester, também foi uma educadora reconhecida em Belém, tal como a mãe, e durante muitos anos manteve uma escola de ensino infantil chamada “Casinha do Menino Jesus”.

Para as professoras primárias da primeira metade do século XX, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; (...) conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras, e possibilitava bem estar econômico. (ALMEIDA, 2004, p.6).

Ester, assim como muitas mulheres de seu tempo que viviam na sociedade patriarcal do século XX, pode ter encontrado no magistério uma chance para uma vida nova, de independência e liberdade, que lhe proporcionou anos de muito amor e dedicação pela profissão, mesmo após estar casada e com filhos.

## 2. A escritora vigiense e sua produção literária

Ester, além de mulher letrada, feminista e educadora, também fez carreira como escritora. Segundo Meira, Ildone & Castro (1990), ela publicou nos jornais *A Província do Pará*, *Folha do Norte*, *O Estado do Pará*, *O Vigiense* e *O Cinco de Agosto*, e os livros *Páginas Brasileiras* e *Rimas do Coração*. Foi por meio de suas publicações nos jornais e revistas do Estado que começou a ser reconhecida e respeitada no meio jornalístico, artístico e literário do século XX.

Durante a pesquisa em jornais, livros e revistas, houve dificuldade em localizar as publicações de Ester. Talvez, por virtude dos anos, esses documentos se perderam, havendo, portanto, a necessidade de se pesquisar e aprofundar ainda mais para escavar e resgatar os textos produzidos por ela. E embora não se tenha encontrado publicações da Ester nos jornais da capital; em sua cidade natal, Vigia, foi possível recolher algumas informações sobre ela.

Em visita à sede da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”, foram encontrados dois jornais vigienses que faziam referência a ela enquanto escritora e poeta, sendo estes os já citados *O Cinco de Agosto* e *O Vigiense*. No primeiro, Ester publicou uma de suas poesias chamada *Minha Prece à Virgem de Nazaré*, em 10 de setembro de 1939; tal jornal era órgão da Sociedade Beneficente e Literária Cinco de Agosto, da qual a autora fazia parte como sócia.



(BIBAS, 1939)

A autora era muito religiosa, sendo observada a presença de sua devoção no poema publicado, uma vez que o eu lírico, em um monólogo, fala com a Virgem de Nazaré e conta a ela suas angústias. A data da publicação corresponde ao segundo domingo de setembro, no qual se realizava e se realiza até os dias de hoje o cívico da cidade de Vigia, que tem a Virgem de Nazaré como padroeira. É necessário dizer que os jornais do início do século XX possuíram um importante papel para a inserção das mulheres no campo das letras, uma vez que “serviam à circulação e divulgação de textos literários também para as escritoras, uma forma de alcançar certa visibilidade intelectual, de discutir, de participar da ‘conversa’.” (DUARTE e PAIVA, 2009, p.4).

Ester aparece novamente no jornal *O Cinco de Agosto*, em texto do então Presidente Raul Ferreira. Esse texto relata sobre os últimos acontecimentos que ocorreram na Sociedade e a autora é citada em virtude da doação de um livro que iria fazer para a biblioteca da sede, como mostra o trecho abaixo:

Outra nossa conterrânea, professora Esther Nunes Bibas, intelectual de mérito e brilhante poetiza, dirigiu-nos expressiva carta em que nos comunica o seu desejo de, pessoalmente, entregar nesta casa um livro adequado que, de algum modo, contribua ou sirva de estímulo ao progresso cultural de Vigia. (FERREIRA, 1939, p.2).

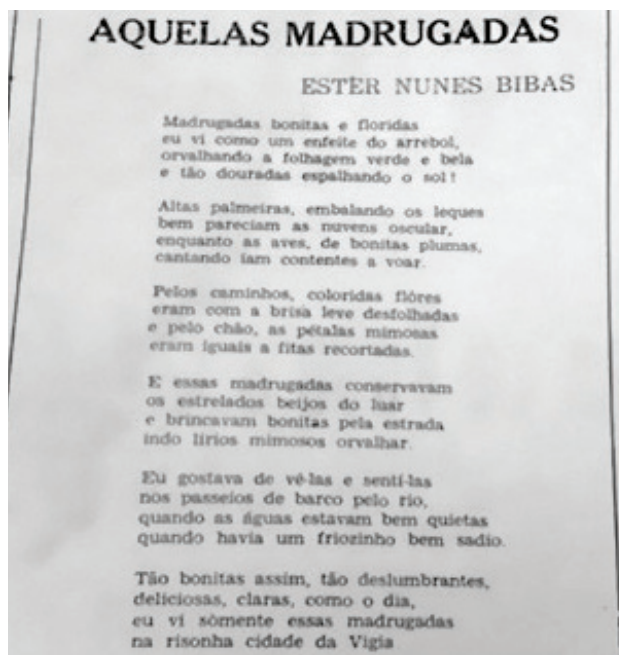
É perceptível, ao analisarmos esse trecho, que Ester era muito querida e respeitada em sua cidade natal. Ser chamada e reconhecida como “intelectual” e “brilhante”, infelizmente não eram adjetivos comuns às mulheres escritoras nos jornais da época, somente aquelas que tinham muito prestígio na sociedade constituíam-se como merecedoras de tais elogios.

A autora contribuiu de maneira significativa para a educação e cultura de Vigia, por meio de seus livros, publicações em jornais, doações de livros, visitas frequentes à cidade e sua participação em solenidades, festas e reuniões intelectuais. Sendo observados, até os dias atuais, resquícios de sua colaboração, como por exemplo a escola “Prof.<sup>a</sup> Ester Nunes Bibas”, que possui seu nome e está localizada no Bairro do Arapiranga, em Vigia.

Ser reconhecida como escritora, intelectual e mulher de letras não foi tarefa fácil para nenhuma mulher do século XX. Foi necessário muita luta e resistência para ser aceita nos diferentes espaços sociais, visto que:

Conquistado o direito de se educar e de educar a outras, as mulheres precisavam ainda ultrapassar fronteiras que as limitavam a um universo mais restrito, aos alargamentos dos papéis de mãe dedicada e de boa esposa. A literatura foi uma forma encontrada por elas para ampliar sua participação na vida pública, primeiro por meio de um espaço semipúblico, (...). Depois, pela participação em eventos do cenário cultural e literário e por sua crescente publicação em jornais e revistas especializadas. (DUARTE e PAIVA, 2009, p. 13).

O *Vigilense* foi o segundo jornal da cidade que continha informações sobre a autora. Nele, ela publica outra poesia intitulada *Aquelas Madrugadas*, em 18 de outubro de 1964. O poema se refere às bonitas madrugada que Ester gostava de contemplar e que eram encontradas somente em Vigia.



(BIBAS, 1964)

O aumento das publicações de mulheres em jornais mostrava, portanto, que as reivindicações do movimento feminista por liberdade e igualdade de direitos estavam repercutindo e que o ato de “Escrever (...) permitia às mulheres escritoras do período, refletirem sobre o lugar feminino na sociedade, questioná-lo, mas, sobretudo traçar novas possibilidades de realização, enquanto inscreviam-se como autoras.” (ROCHA, 2013, p.11).

Esther, além de poeta, também escreveu e coordenou uma coleção didática, de 05 volumes, para o atendimento de professores e alunos da primeira à quinta série do ensino primário, que auxiliaram a educação pública do estado do Pará e de Minas Gerais. A coleção recebeu o nome de *Páginas Brasileiras* e foi publicada pela Editora do Brasil, com várias edições entre os anos 1957 e 1967.



(BIBAS, 1957)

Essa coleção reunia alguns textos de sua autoria e outros autores renomados, do Pará e demais Estados do Brasil. Esses textos eram acompanhados de vocabulários, exercícios e apresentavam capítulos dedicados à literatura paraense e brasileira, História do Pará e do Brasil, noções de

higiene e conhecimentos científicos relacionados à anatomia e fisiologia.

É digno de nota que tal coleção foi publicada durante o início da Nova República, segundo Corrêa (2014, p.8), e a influência do pensamento positivista é observada nos escritos de Ester. Para ela, o patriotismo deveria ser exaltado desde a infância, a fim de que os jovens pudessem amar, valorizar e contribuir para o crescimento do país. Tal pensamento da autora é resultado de uma ideologia pensada, planejada e implantada pelos que detinham o poder, para ser seguida e disseminada pela “massa”, ou seja, pelo povo brasileiro, como é possível observar no seguinte trecho:

Ama tua escola. Defende-a o templo em cujo altar está a linda Bandeira do Brasil. Respeita e ama teus professores que são guias do teu futuro. Nunca seja vadio. O trabalho enobrece e dá valor à vida. Estuda para sêres um dia alguém. A Pátria espera tudo de ti. (...) Orgulha-se de teu uniforme e traze-o sempre limpo (...). Procura sempre ter bons livros. A boa leitura é luz para o coração (...). Sê disciplinado! Não zombe das mestras e dos colegas. A educação a isso te recomenda. Que teu coração diga-te sempre com amor e carinho: Deus – Pátria – Lar – Escola. (BIBAS, 1967, p.7).

Em 1958, aos 70 anos, seu livro de poesias intitulado *Rimas do Coração* é publicado e foi uma de suas maiores alegrias em vida. O livro contém 43 poesias escritas pela autora durante sua história enquanto mulher, mãe, professora e escritora, e foi preparado por sua filha Thereza Nunes Bibas, como forma de homenagem aos 70 anos de Esther.



(BIBAS, 1958)

Nesse livro, as poesias são simples, mas carregadas de muita beleza e significados. Ester escreve sobre o cotidiano, família, amor e saudade. É possível ser transportada para os tempos de outrora e sentir o amor e o prazer da autora pela escrita literária em seus poemas. É uma poesia que penetra e que encanta, não pela sua complexidade, mas sim pela leveza, simplicidade e sinceridade contida nos seus versos.

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria



outro. Pão dos eleitos; alimento maldito. Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. (PAZ, 1982, p.15).

Ester foi, portanto, uma pessoa atuante e reconhecida durante sua vida enquanto educadora, escritora e mulher letrada. Ela foi uma intelectual que lutou pelo que acreditava, apoiou lutas importantes e fez das letras parte essencial em sua vida. No entanto, hoje é possível observar que pouco se sabe a respeito de quem foi essa importante mulher, mesmo tendo contribuído de maneira significativa no meio educacional e literário do Pará do século XX. Sendo, assim como outras pensadoras paraenses, uma escritora pouco conhecida, lida e estudada tanto pela academia quanto por leitores de literatura, em especial, paraense.

### 3. As memórias da escritora em *Rimas do Coração*

Ao ler os poemas contidos na obra *Rimas do Coração*, foi possível observar que a maioria deles possuía um ponto em comum: falavam de memória. A partir disso, surge a curiosidade e necessidade de observar e discutir a presença da memória na literatura poética de Ester, uma vez que, segundo Le Goff (2003, p.469), a memória é um elemento fundamental para a construção da identidade do indivíduo, visto que é a partir dela que ele consegue conhecer e compreender a si mesmo e ao outro. Pode-se entender, portanto, que a memória e a identidade estão intrinsecamente ligadas, sendo uma essencial à outra, pelo fato de que quando o sujeito recorda momentos de seu passado, ele está, ao mesmo tempo, em processo de reconhecimento e formação enquanto ser social.

Em seus poemas, Ester olha o passado e constrói seu presente. O ato de recordar é uma experiência realizada pelo espírito, pela alma. Ela recorda e transcreve suas memórias em folhas de papel, talvez com o desejo de eternizá-las, afinal “Como salvar sua lembrança senão escrevendo sobre ela, fixando assim seus traços cada vez mais fugidios?” (BOSI, 1987, p.333). Assim, seus leitores não só compartilham das memórias da autora como também recordam de suas próprias, uma vez que a memória está presente no interior do indivíduo e ressurgue sempre que este a exercita.

Portanto, recordamos conhecimento, mas também recordamos sensações. A memória, em efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental. (...) A memória está sempre operante no nosso espírito; ler este livro, procurar um amigo, pensar nas notícias, tudo isso é, em parte, exercícios da memória. (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p.17).

A memória se constitui enquanto capacidade de relembrar experiências ou acontecimentos que ocorreram no passado e se faz presente durante toda vida do ser humano. Segundo BOSI (1987, p.39), as recordações são como um diamante bruto que necessita ser lapidado pela alma, e o sentimento deve acompanhá-las para que não sejam apenas uma repetição do passado, mas algo que possua um valor significativo e sentimental para quem recorda.

A poeta compartilha com os leitores as memórias que guardava em seu pensamento de sua cidade natal, Vigia, contando sobre a história, os costumes, as tradições, sua infância, os lugares que a marcaram, as comidas, passeios pelo rio, madrugadas, cheiros, sabores e sensações, numa mistura de sinestesia e saudade da cidade em que nasceu, uma vez que “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história.” (BOSI, 1987, p 339). Além de também falar sobre sua família, amor, fé, trabalho e pensamentos reflexivos sobre o mundo e a sociedade.

Venho de longe, de rios e igarapés de águas claras, estradas bonitas, luares estrelados, numa cidade flor, cheirosa a jasmim e malva rosa.

Venho da terra formosa de serenatas, violões, açaí, madrugadas lindas e crepúsculos incomparáveis!

Sinto ainda, como num sonho feliz, a carícia do banho de água salgada, a alegria dos passeios, em barcos à vela, o encanto das margens verdes, pelas quais corre, assustado, o guará bonito de pernas vermelhas.

Na saudade, volto à minha infância venturosa, ouço alegremente o sino da igreja, soando Ave Maria, quando eu, criança ainda, rezava à Virgem Maria do Céu!

Venho de campinas floridas e gorjeios da passarada azul, da terra de meus pais, a minha cidade flor – Vigia!

Fui e sou ainda como a árvore frondosa!

Floresci, dei frutos e sombra.

Meus ramos, viçosos, multiplicaram-se em flores e ainda hoje há um sol que os afaga, nos sorrisos de meus netos e netas.

Cresci à sombra de carinhos e afetos, fortaleci-me na beleza dos campos, ao ar livre, pisando, descalça, ervas macias, cheias de orvalho e depois, sorrindo à vida, recebi a mocidade em róseas taças de luares, estudei, casei, multipliquei-me e hoje vejo, sinto que vivo noutras vidas, glorificada pelo meu grande amor de Mãe!

Meus ramos ainda ascendem ao Azul e vão buscar na luz das estrelas, o perfume e o vigor, que oferecem à haste a fortaleza necessária para vencer as intempéries!

Portanto, “ainda há sol em minha vida” no inverno de meus cabelos e foi a velhice que me deu inspiração para escrever os versos deste livro. (BIBAS, 1958, p.5).

O texto acima foi escrito por Ester como forma de apresentação do livro, nele a poeta anuncia sobre o que vai escrever, como quem avisa aos leitores o que eles irão encontrar no decorrer da obra. Nessa apresentação, ela relata sobre sua origem, sua infância, os estudos, casamento, filhos e os vários lugares e acontecimentos que marcaram sua vida, tais como a cidade de Vigia, que, segundo ela, possui belezas e encantos incomparáveis. Compara-se a uma árvore grandiosa que cresceu, floresceu e deu frutos. E que, depois de muito ter vivido, observa com carinho o seu legado.

Em algumas partes do texto, é possível observar a presença das memórias da autora, como no trecho “Na saudade, volto à minha infância venturosa, ouço alegremente o sino da igreja, soando Ave Maria, quando eu, criança ainda, rezava à Virgem Maria do Céu!” em que ela rememora, com saudosismo, seu tempo de menina, de quando ouvia o sino da igreja e das orações que fazia à sua santa na cidade de Vigia. E no fragmento “Portanto, ‘ainda há sol em minha vida’ no inverno de meus cabelos e foi a velhice que me deu inspiração para escrever os versos deste livro.”, no qual Ester recorre à metáfora - figura de linguagem usada quando se deseja substituir um termo por outro, por meio de uma comparação não explícita - para falar sobre a fase em que vive, sendo estas: “ainda há sol em minha vida” e “no inverno de meus cabelos”. Na primeira metáfora ela utiliza a figura do sol, que fornece luz e calor aos seres vivos, para explicar que, embora esteja com uma idade avançada, ainda possui energia, alegria, vontade de viver e que é forte e resiste mesmo com

as dificuldades da vida; na segunda, a autora relaciona o inverno, que é frio, chuvoso, nublado e em algumas partes do mundo há a presença de neve, com a cor de seus cabelos, brancos ou cinzas, comuns nessa fase da vida.

A memória enquanto parte da identidade de um indivíduo, está sempre presente em suas vidas. No entanto, ela necessita de suportes materiais, como os lugares para que as recordações sejam evocadas, uma vez que, segundo Nora (1993, p.25), a memória fixa-se em lugares, assim como a história em acontecimentos. Na poesia de Ester, os lugares físicos são constantemente mencionados e a cidade de Vigia, na qual a escritora nasceu, se constitui como um lugar importante e de grande valor sentimental em sua vida.

Halbwachs (1990, p.25) afirma que “quando regressamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstruir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas”. Portanto, as viagens feitas pela poeta à cidade de Vigia, com certeza, significava muito para ela, pois podia rememorar momentos passados que estavam guardados em lugares como a casa em que morou, a igreja, as ruas etc. E, de volta a Belém, transformava em poesia o que vivia e revivia naquela cidade.

Outro elemento presente nas memórias da autora são os laços afetivos que tornam-se importantes para a análise, visto que, segundo Bosi (1987, p.344), as recordações de um grupo doméstico, isto é, de uma família, persistem gravadas em cada um dos membros que a compõem e formam uma memória ao mesmo tempo única e diferenciada, uma vez que, ao se trocar ideias e dialogar sobre as coisas, os vínculos afetivos se fortalecem, sendo difícil a sua separação, mesmo que os membros já não façam mais parte dele. Esse vínculo afetivo pode ser observado no poema a seguir, denominado *Retrato de Minha Filha*, no qual relata sobre a relação afetiva e familiar de Ester com uma de suas filhas.

Cuidado, minha filha! Pequenina,  
foste o botão em flor de minha vida  
e hoje, que estou velha,  
és tu ainda a amiga mais querida!  
Ouve, portanto, e grava na memória  
o que te vou dizer e vou pedir,  
como ouvias, paciente, a linda história,  
daquelas que eu te contava antigamente:  
lembras?  
O tempo vai e nunca mais volta!  
É veloz, traiçoeiro, mentiroso  
e cantando mil poemas de ilusões,  
vem sempre sorridente, audacioso... (BIBAS, 1958, p.38-39-40).

Nesses versos, é perceptível a relação de afetividade entre mãe e filha. A poeta mostra preocupação com os caminhos da moça e pede a ela que tenha cuidado. Diz ainda que, apesar de já estar na velhice, a filha continua sendo sua amiga mais querida. Essas relações entre membros de uma mesma família são importantes para a memória, tanto individual quanto coletiva desses indivíduos. Em contato uns com os outros, momentos passados são sempre rememorados e compartilhados entre o grupo, enraizando, assim, a memória nos espaços familiares e fortalecendo o vínculo entre os membros.

O espaço familiar, como a casa e os objetos que nela se encontram, é essencial para o fortalecimento das relações afetivas entre os membros de uma família e de suas memórias individuais e coletivas.

Quando fui moça, tive minhas tranças  
em fitas presas, que formavam laços,  
como tu, também tive o meu retrato,  
com a mesma rugazinha audaciosa...  
Ao teu cabelo, ondulado e lindo,  
igual eu tive, outrora, muito escuro,  
e meu sorriso tinha mais franqueza,  
mais mentira, talvez menos beleza!  
E quantas rosas desfolhei então,  
quantos sonhos guardei no coração!  
Olhando teu retrato,  
refletindo teu rosto tão sereno,  
venho dizer-te que sentir eu quero  
noutra fotografia,  
ausência de cuidados e saudades,  
mas um sorriso bem suave e lindo,  
noivando com tua flor de mocidade! (BIBAS, 1958, p.38-39-40).

Nesse fragmento, a mãe diz para a filha que retire a pequena ruga de preocupações de seu jovem rosto e recomenda que ela procure, sempre que possível, descobrir e sentir, nessa fase de sua vida, o conforto e a doçura que há no amor. Sabe-se que a adolescência é uma passagem complexa para grande parte dos jovens, a imaturidade faz com que problemas desnecessários apareçam e trazem junto com eles a ansiedade e insatisfação com o que está ao seu redor. Por isso a mãe pede para a filha contemplar as coisas belas da vida, sem se preocupar com o supérfluo, e olhar com esperança para o horizonte, para o futuro que se aproxima.

Ester volta ao passado e recorda de sua mocidade e das tranças de seus cabelos, que eram presas em laços de fitas. Relata ainda que, assim como a filha, também tinha a pequena ruga atrevida em seu semblante jovial, que vez ou outra trazia a ela preocupações desnecessárias e sonhos cheios de ilusão. A memória dos momentos passados, segundo Nora (1993, p.9), se enraíza no que é palpável, no espaço, na imagem, no gesto, no objeto. Sendo, esses pontos, observados nos versos do poema.

A relação familiar e afetiva é observada no poema de Ester por meio do elo que ela estabelece com sua filha. Esse poema representa a relação de amor, amizade e confiança que a poeta possui com a filha, é uma forma poética de dar conselhos para a menina que está adentrando na juventude. A autora recorre à memória para recordar de sua juventude e aconselhar a filha sobre dos caminhos que deve seguir. Enxerga, na imagem da filha, o que era quando estava na mesma fase e, por isso, sente saudade de sua mocidade. Ela fala da filha amada e de si mesma, de modo que cada uma representa parte importante no desenvolvimento da outra.

Os momentos que os membros de uma família vivenciam em conjunto ficam guardados em suas memórias e serão evocados sempre que desejados, haja vista que, segundo Halbwachs (1990, p.143), as lembranças não permaneceriam em nosso espírito se não fosse possível recuperar o pas-

sado conservado no meio material que permeia os indivíduos. A poeta era, portanto, uma mulher madura e que sabia lidar com as letras, pois envolve e encanta de mansinho os seus leitores, ávidos por uma poesia singela, adocicada e cotidiana. A autora domina a difícil arte da simplicidade na escrita poética, sendo essa simplicidade a principal marca de sua produção literária, assim como marca da própria poeta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foi possível conhecer um pouco sobre quem foi Ester Nunes Bibas, os caminhos pelos quais percorreu durante sua vida, a sua importância e de seus escritos para o meio educacional e, principalmente, literário paraense. Também se conseguiu observar e discutir a presença das memórias em suas poesias, analisando, a partir de poemas do livro *Rimas do Coração*, alguns elementos que são importantes para a construção e desenvolvimento da memória de recordações passadas, como a memória individual, coletiva, de lugar e afetiva nos sujeitos sociais e, especialmente, na vida da poeta e seus escritos.

As recordações de lugares e momentos vividos pela escritora foram essenciais para o processo de entendimento de suas poesias, pensamentos e de sua vida enquanto mulher. Ester escreveu a maioria de suas poesias durante a velhice, viveu até seus 84 anos e era, assim como grande parte dos idosos, experiente e dona de muita sabedoria, por isso a presença de suas memórias é tão forte e frequente em sua literatura poética. Sua alma e coração eram cheios de saudosismo, de desejo de viver e de, sempre que possível, evocar e recordar do passado.

Espera-se, portanto, que, a partir desse estudo, mais pessoas possam se interessar pela poeta e realizar trabalhos futuros sobre ela e sua produção, uma vez que há ainda um número muito pequeno de pesquisas nesse enfoque, com o intuito de divulgar e valorizar essa importante escritora, que foi e continua sendo, assim como outras pensadoras, uma intelectual pouco conhecida, lida e estudada tanto pela academia quanto por leitores de literatura, em especial, paraense. Além de ser também reconhecida em sua cidade natal e ter lugar de destaque na produção intelectual, como possuem outros autores do século XX.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *As professoras no século XX: as mulheres como educadoras da infância*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. Disponível em: <[sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf)>. Acesso em: 20 Set. 2015.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *A luta pelo direito ao voto das mulheres e o sufrágio paraense (1992-1932)*. Política e Crônicas, Belém, 26 Fev. 2011. Disponível em: <[http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2011\\_02\\_01\\_archive.html](http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2011_02_01_archive.html)> Acesso em: 20 Ago. 2015.

ARAÚJO, Joseane Sousa. *Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista*. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Letras.

BIBAS, Ester Nunes, (1964). *Aquelas Madrugadas*. Jornal O Vigilense. 18 de outubro de 1964, p.2. Acervo: Biblioteca da Cinco de Agosto. Vigia/PA. (Imagem 3).

\_\_\_\_\_, (1939). *Minha Prece à Virgem de Nazaré*. Jornal O Cinco de Agosto, 10 Setembro, p.9. Acervo: Biblioteca da Cinco de Agosto. Vigia/PA. (Imagem 2).

\_\_\_\_\_. *Páginas Brasileiras*, Terceiro Livro, Editora do Brasil, 1967.

\_\_\_\_\_. *Páginas Brasileiras*, Quinto Ano, Seleta, Editora do Brasil, Coleção Didática de Minas Gerais, 1957. (Imagem 4).

\_\_\_\_\_. *Rimas do Coração – Poesias*. Editora H. Barra. Belém. 1958. Acervo: Biblioteca pública “Arthur Viana”. Belém/PA. (Imagem 5).

CORRÊA, Ana Maria Maciel. *A Educação Em Tempos Republicanos Na Obra De Ester Nunes Bibas*. UFPA, 2014.

\_\_\_\_\_. A Trajetória De Uma Educadora E Sua Produção Didático\_Pedagógica: Ester Nunes Bibas E A Educação Do Pará. Ana Maria Maciel Corrêa, 2017. <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/anamariamaciell.pdf>. (Imagem 1).

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. *A mulher de letras: nos rastros de uma história*. Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11 - 19, jul./dez. 2009. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/10/a-mulher-de-letras.pdf](http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/10/a-mulher-de-letras.pdf)>. Acesso em: 21 Jul. 2015

ESTER NUNES BIBAS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.I.], 1 Maio 2011. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Esther\\_Nunes\\_Bibas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esther_Nunes_Bibas)>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

FERREIRA, Raul, (1939). *Sociedade Cinco de Agosto – Relatório*. Jornal O Cinco de Agosto, 24 Setembro, p.2. Acervo: Biblioteca da Cinco de Agosto. Vigia/PA.

LIVRO DE SÓCIOS DA SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO”, dos anos de 1902 à 1915. Acervo: Biblioteca da Cinco de Agosto. Vigia/PA.

LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos” De Mulheres Na Literatura Brasileira Do Século XIX. Revista Plures Humanidades, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. 2011. Disponível em: <[seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/download/7/pdf](http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/download/7/pdf)>. Acesso: 20 Ago. 2015.

MEIRA, Clovis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à literatura no Pará* (Vol. 3 e 4). Belém/PA: CEJUP, 1990.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROCHA, Olivia Candeia Lima. *Feminismo e Escrita De Mulheres No Piauí (1875-1925)*. 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364699481\\_ARQUIVO\\_OLIVIAROCHAANPUH2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364699481_ARQUIVO_OLIVIAROCHAANPUH2013.pdf)>. Acesso em 22 Maio 2015.

## **Novas Cartas Portuguesas: resistência e atualidade**

*Novas Cartas Portuguesas: resistencia y actualidad*

*Novas Cartas Portuguesas: resistance and contemporary*

**Pamela Peres Cabreira**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a obra literária *Novas Cartas Portuguesas* – sob a óptica da História Social –, de valor inestimável para Portugal bem como para a luta feminina/feminista no país nos anos finais da ditadura do Estado Novo português. Esta obra, escrita a três mãos por Maria I. Barreno, Maria T. Horta e Maria V. da Costa, constituiu importante ferramenta de enfrentamento contra a condição nacional, colocando em discussão através da poesia e literatura o papel da mulher na sociedade portuguesa. Esta obra, escrita em forma de cartas, poemas e pequenos ensaios, buscou denunciar parte do sistema autoritário em que estava imerso o país, deixando um rastro de significados e desafios daquele período.

**Palavras-chave:** Novas Cartas Portuguesas. Estado Novo. Portugal.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir la obra literaria de *Novas Cartas Portuguesas* – desde la perspectiva de la Historia Social – inestimable para Portugal, así como para la lucha femenina/feminista en el país en los últimos años de la dictadura del Estado Novo portugués. Esta obra, escrita en tres manos por Maria I. Barreno, Maria T. Horta y Maria V. da Costa, fue una herramienta importante de afrontamiento contra la condición nacional, discutiendo a través de la poesía y la literatura del papel de la mujer en la sociedad portuguesa. Esta obra, escrita en forma de cartas, poemas y pequeños ensayos, buscó denunciar parte del sistema autoritario en que estaba inmerso el país, dejando un rastro de significados y desafíos de aquel período.

**Palabras clave:** Novas Cartas Portuguesas. Estado Novo. Portugal.

**Abstract:** This article aims to discuss the literary work *Novas Cartas Portuguesas* (New Portuguese Letters) – from the standpoint of Social History –, of inestimable value for Portugal as well as for the feminine/feminist struggle in the country in the final years of the portuguese Estado Novo dictatorship. This work, written in three hands by Maria I. Barreno, Maria T. Horta and Maria V. da Costa, constituted an important tool of confrontation against the national condition, putting in discussion through poetry and literature the role of women in portuguese society. This work, written in the form of letters, poems and small essays, sought to denounce part of the authoritarian system in which the country was immersed, leaving a trail of meanings and challenges of that period.

**Keywords:** *Novas Cartas Portuguesas* (New Portuguese Letters). Estado Novo. Portugal.

**Pamela Peres Cabreira** – Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/ bolsa Doutorado Pleno-CAPES. Vinculada ao Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais/Instituto de História Contemporânea da UNL. E-mail: [cabreiraperes@gmail.com](mailto:cabreiraperes@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

“Putas ou lésbicas, tanto faz que nos nomeiem,  
 desde que se lute e não se perca  
 Chegou a hora de dizer basta.  
 E formarmos um bloco com os nossos corpos”  
 (*Novas Cartas Portuguesas*, 1972)

Portugal viveu no século XX a mais longa ditadura da Europa. Inicia-se em 1926, vindo a concretizar-se em 1932 e só terá cabo com a Revolução dos Cravos, ou Revolução do 25 de Abril de 1974. De cariz autoritária, cooperativista e de total repressão aos meios de comunicação, partidos e manifestações contrárias ao regime, este período ficará conhecido na História como Estado Novo, marcado pela liderança até o ano de 1968 por Oliveira Salazar, que, após um acidente, será substituído por Marcello Caetano. Além disso, o país manteve uma intensa “guerra de guerrilhas” em suas colônias em África a partir de 1961, contribuindo para uma importante alteração no quadro nacional nas condições de vida dos portugueses. Neste breve cenário, podemos inserir nossa obra a ser analisada, em uma perspectiva de brutal repressão e subjugação da mulher enquanto subserviente ao marido, à família e ao poder da sociedade patriarcal. Acreditamos, portanto, que seja necessário um breve retrospecto da situação da mulher no período em que a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi desenvolvida, para melhor compreensão de sua importância e ato de resistência.

Destacamos que a situação da mulher foi muito pouco debatida na esfera pública durante o regime, tendo alguma partida nos anos de 1960 sob alguns debates como o colóquio “A Mulher na sociedade contemporânea”, realizada em 1967 na Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Já no ano de 1968, o colóquio “Sobre a condição da mulher portuguesa” também é registrado como um momento de debate, sempre vigiado de perto pelo regime. Neste sentido, cabe apontarmos que, apesar da mulher ser concebida neste cenário como primeiramente ligada ao lar, ao marido, às funções reprodutivas, também realizou um outro papel nesta sociedade, por vezes esquecido ou secundarizado. A mulher portuguesa esteve presente, após o início das guerras de libertação em África, iniciadas em 1961 em Angola, na inserção do trabalho assalariado, com a punção da industrialização no país e a falta de mão de obra, visto que o despencamento de jovens para a guerra atingia elevados números (cerca de 150 mil soldados foram para a guerra ao longo dos treze anos de sua duração, tendo uma contagem aproximada de 8 mil mortos e outros 8 mil de desertores). Além disso, o surto emigratório se intensifica e o estabelecimento das multinacionais, sobretudo na região de Lisboa-Setúbal, trarão a mulher para a esfera do trabalho assalariado, para além das atividades exercidas no âmbito doméstico.

Alguns dados são importantes para compreendermos esta dupla jornada e como encontrava-se a situação da trabalhadora em Portugal no desenrolar das décadas de 1960-70: segundo Tavares (2008, p. 185), no ano de 1973 existiam apenas 16 creches oficiais e outras tantas particulares que pediam mensalidades fora do padrão das trabalhadoras<sup>1</sup>, que abrangia apenas 0,8% das crianças até

<sup>1</sup> Problema que até hoje não foi sanado nas regiões industriais de Portugal. Segundo o Boletim Municipal da Câmara de Lisboa de Maio de 2009 “[Orientações estratégicas, equipamentos sociais - infância, rede pública de creches](#)” as creches do Estado no ano de 2009 asseguravam 6% das vagas da “rede pública”, que no total cobriam apenas 36,4% das necessidades do Concelho de Lisboa — ou seja, as creches detidas pelo Estado garantiam 283 das já insuficientes 4.773 vagas da “rede pública de equipamentos existentes na cidade de Lisboa”. E, para além da parca cobertura, é importante ressaltar que nenhuma destas instituições garante a gratuidade de acesso às creches. Pelo contrário, na maior parte dos casos os custos anuais ultrapassam os valores já exorbitantes das propinas de uma universidade pública (Cf. “Campanha pelo Direito às Creches em Lisboa” – CIT-SR 2018).



os três anos de idade. Ainda, segundo a autora, “44,4% das mulheres pariam em casa sem qualquer assistência, 24% com apoio de parteiras e apenas 5,6% com assistência médica em casa. Nos hospitais, realizavam-se 26% dos partos” (Idem). No quesito habitação, percebe-se que no decênio de 1970, as moradias portuguesas contavam com um alto índice de precariedade: 36% não possuíam eletricidade, 53% não contavam com água canalizada e 42% não detinham esgoto<sup>2</sup>. O cuidado com a saúde e natalidade são visivelmente secundarizados, num reflexo absoluto da condição da mulher; em 1970, de mil crianças nascidas, 55 não completavam o primeiro ano de vida<sup>3</sup>; quanto à alfabetização, em 1970, 19,7% dos homens portugueses eram analfabetos enquanto as mulheres contavam com a porcentagem de 31%<sup>4</sup>. Apontamos estes números apenas para balizarmos o nível de desenvolvimento tanto social quanto de polarização nas relações entre homens e mulheres.

Logo, a luta da mulher trabalhadora e operária mostrou-se intensa e de fundamental importância, seja antes ou depois da Revolução de Abril. Mesmo com a pressão exercida pelo Estado e pela polícia política, PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que muitas vezes intervinha de forma brutal nas manifestações de greves ou paralisações, as intervenções pelo descontentamento com os patrões estiveram presentes em diversos setores. Mesmo que seu papel, institucionalmente estivesse ligado à casa, aos filhos e aos maridos, a inserção da mulher na escala produtiva material esteve amplamente difundida neste período. De acordo com o Manual de Educação Moral e Cívica, amplamente utilizado nas escolas, difundia que “O poder, mesmo entre os sem poder é paternal e marital. Pelo código civil de 1939, o homem é o chefe de família, o senhor ao qual a mulher, tal como a criança devem total submissão” (NEVES apud TAVARES, 2000, p. 21). No entanto, pela necessidade de mão de obra barata ao processo de industrialização, o Estado fez-se de cego às necessidades e à ampla inserção feminina no campo do trabalho assalariado.

Citamos, apenas para efeito de exemplo, diversas greves e paralisações protagonizadas por mulheres no setor industrial. Na Signetics, em 1973, as trabalhadoras mantiveram-se em piquetes durante cinco dias, impedindo o funcionamento da fábrica em prol do aumento de salários, pagamento das horas extras e os 30 dias de férias serem remunerados (AVANTE, 1974, p. 4); a greve das conserveiras em Setúbal, em março do mesmo ano, atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações, reivindicando salários dignos e condições de trabalho (AVANTE, 1973, p.1). Em Alpiarça, com as comemorações do dia 8 de março, as trabalhadoras e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também paralisaram (Idem). Em diversos setores, a manifestação ativa da mulher trabalhadora contra o sistema autoritário e repressivo fazia-se presente.

Por fim, há que se destacar que havia poucas organizações de mulheres anteriormente à queda do regime, período que nos interessa pelo momento de publicação da obra *Novas Cartas Portuguesas* (1972), que de fato conseguiram estabelecer algum suporte efetivo na luta pelos direitos e melhoria da vida feminina. Havia, dentro dos condicionamentos de um regime autoritário, organizações como a Associação para o Planeamento Familiar (APF – 1967), o Movimento Internacional de Mulheres Cristãs (GRAAL – 1957), Movimento Democrático de Mulheres (MDM – 1968). A luta, mesmo que dificultada, mantinha-se nestas diferentes frentes organizativas e com diferentes focos de alcance, seja na luta pela contracepção, pela alfabetização ou pela participação política das mulheres em maior espectro.

<sup>2</sup> Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. **25 de Abril- 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, 2014, p. 34.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 24.

### 1. *Novas Cartas Portuguesas*

Escrita por três mulheres de forte presença intelectual e política, a obra *Novas Cartas Portuguesas* começaria a ser desenvolvida em maio de 1971, em Lisboa, e publicada em 1972 pela Estúdios Cor, sob a direção literária de Natália Correia que, mesmo tendo sido instruída a retirar partes da obra, publicou-a na íntegra. As autoras já haviam marcado presença em outras obras de autorias individuais, também caracterizadas por uma cariz política e reivindicativa. O livro *Maina Mendes* (1969), de Maria Velho da Costa, ou *Os Outros Legítimos Superiores* (1970), de Maria Isabel Barreno e também a obra *Minha Senhora de Mim* (1971), de Maria Teresa Horta, trariam para a literatura o contributo de dar fala à sexualidade, ao direito ao corpo e da forma poética de manifestar-se contra o sistema patriarcal que sufocava suas vozes. Nas Imagens 1 e 2, vemos as autoras no ano de 1973.



Imagens 1 e 2 – Autoras da obra. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.

Segundo entrevista de Maria Teresa Horta, concedida à Manuela Tavares (2008) em 2004, as autoras conheceram-se através do jornalismo e das entrevistas que realizaram, tornando-se frequente que se encontrassem uma vez por semana, para um almoço; segundo Horta, a Secretária de Estado da Informação já havia informado que qualquer livro publicado com seu nome faria encerrar a editora que o fez, de forma que em um destes almoços a ideia de escreverem juntas surgiu: “Se uma mulher sozinha causa tanta confusão e tanto escândalo imaginem se fossem três” (Idem, p. 190). Desta feita, as três passaram a escrever cartas, poemas, enxertos e textos, individualmente, mas sendo dividido entre todas. “A partir dessa altura, estipularam regras: liberdade absoluta, cada uma, de início, escreveria cinco cartas e depois o que lhe viesse à cabeça. Mas tudo passava a ser das três”. (Ibidem, p. 191). Horta afirma que até os dias atuais (dito em 2004), nunca se distinguiu publicamente o que cada uma escreveu. A obra era, em toda a sua composição, das três. “Experiência inédita no mundo, na medida em que existem autores que se juntam para fazer livros, mas cada um assume os seus textos” (Idem).

Nas primeiras cartas, o exercício desenvolvido pelas três autoras é relatado pelos descaminhos da poesia.

E já foi dito que não interessa tanto o objeto, apenas pretexto, mas antes a paixão; e eu acrescento que não interessa tanto a paixão, apenas pretexto, mas antes o seu exercício. Não será portanto necessário perguntarmo-nos se o que nos junta é paixão comum de exercícios diferentes, ou exercício comum de paixões diferentes. [...] Sim, sem dúvida que nostalgia é também uma forma de vingança, a vingança uma forma de nostalgia; em ambos os casos procuramos o que não nos faria recuar; o que não nos faria destruir. Mas não deixa a paixão de ser a força e o exercício seu sentido. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 3-4).

Pronto para ser publicado em 1972, as autoras demarcavam: “Em boa verdade vos digo: que continuamos sós mas menos desamparadas” (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 304). A Secretaria de Informação, de uma maneira perspicaz, viria a apreender e censurar a obra apenas três dias depois de lançada, uma forma do regime em inculcar dúvidas sobre as editoras e o que elas se propunham a publicar. Desta censura, inicia-se um processo de julgamento em 25 de outubro de 1973 contra as três autoras, processo que ficaria conhecido como “As três Marias”.

A ousadia da obra, pelo momento histórico em que se insere, é notável. Alguns trechos poéticos nos dão alguma dimensão desse apelo, muitas vezes metaforizado ou simplesmente dito.

Não contes do meu  
Vestido  
Que tiro pela cabeça  
Nem que corro os  
Cortinados  
Para uma sombra mais espessa

Deixa que feche o  
Anel  
Em redor do teu pescoço  
Com as minhas longas  
Pernas  
E a sombra do meu poço

Não contes do meu  
Novelo  
Nem da roca de fiar

Nem o que faço  
Com eles  
A fim de te ouvir gritar  
(BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 83)

Lembra-te amor  
De quando me despias:  
Os teus dedos correndo  
Lentamente  
Lentamente afastavam e me abriam  
(Ibidem, p. 303)

O conteúdo desta obra literária é ainda presente nos dias atuais, não tendo superado ao todo os problemas enfrentados pelas mulheres portuguesas, seja na Primavera Marcelista, seja após a revolução de 74. A atualidade se mantém. O sistema capitalista e patriarcal na sua dinâmica repressiva e agressiva nas relações de gênero ainda impera muitas vezes de forma velada em Portugal. As autoras buscaram demarcar a situação social da mulher naquele período e percebemos que ainda há muito o que ser feito para se ultrapassar as condições de inferioridade imposta à mulher contemporânea.

O arquétipo feminino e a angústia com a situação social é marcante nesta obra. Segundo Bessa (2006, p.16), “deparamos assim com figuras femininas marcadas por condicionalismos de várias ordens, maltratadas, enclausuradas, casadas à força, enganadas, exploradas e, apesar de tudo, extremamente pacientes”.

Que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo? Qual a mudança, na vida das mulheres, ao longo dos séculos? No tempo de tia Mariana as mulheres bordavam ou teciam ou fiavam ou cozinhavam, sujeitavam-se aos direitos de seus maridos, engravidavam, tinham abortos ou faziam-nos [...] O que mudou na vida das mulheres? Já não tecem, já não fiam, talvez porque se desenvolveram a indústria e comércio; as mulheres bordam, cozinham, sujeitam-se aos direitos de seus maridos, engravidam, têm abortos ou fazem-nos, têm filhos, nados-mortos, nados-vivos, tratam dos filhos, morrem de parto, às vezes em suas casas, onde apenas mudou o feitio dos móveis, das cadeiras e dos cortinados. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 210).

A obra não trabalha apenas com a problematização da mulher na sociedade portuguesa. As cartas, poemas e histórias pretendem reunir uma complexa rede de determinantes culturais e sociais sobre o que é “ser” homem ou mulher no contexto histórico do país ou, ainda, criando paradigmas destes dois diferentes universos como forma de demonstrar a subalternidade naturalizada que a mulher deve acorrer. Muitas vezes a aversão e confusão entre o sexo, o romântico, o prazer, são propositalmente inseridos no confronto destas realidades impostas pela família, pela moral e pela sociedade.

Sabes tu o que é sermos tomadas nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo? O corpo dilacerado por membro estranho, escaldante, a magoar sobretudo a alma? Espada leivosa a retalhar-nos as carnes, Mariana, sabes tu minha irmã, o que é calarmos, dia após dia, o nojo, a aflição já sem lágrimas, nem lágrimas tendo para nos chorarmos, nem pena nem conseguirmos arranjar mesmo por nós próprias? (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 147).

Ou, ainda, neste trecho, a forma irônica como é tratada a questão da função de cada um. Um texto da obra que define muito bem essa análise é um suposto exercício escolar, em forma de uma redação, onde Maria Adélia, de educação católica em um asilo religioso (BESSA, 2006, p. 19), escreve:

As tarefas do homem são aquelas da coragem, da força e do mando. Quer dizer: serem presidentes, generais serem padres, soldados, caçadores, serem toureiros, serem futebolistas e juizes, etc., etc. [...] Depois há as tarefas das mulheres, que acima de todas está a de ter filhos, guarda-los e trata-los nas doenças, dar-lhes a educação em casa e o carinho; é também tarefa da mulher ser professora e mais coisas, tal como costureira, cabelereira, criada, enfermeira. Há também mulheres médicas, engenheiras, advogadas, etc., mas o meu pai diz que é melhor a gente não fiar nelas que as mulheres foram feitas para a vida da casa que é uma tarefa muito bonita e dá muito gosto ter tudo limpo e arrumado para quando chegar o nosso marido e ele poder descansar do trabalho do dia que foi tanto, a fim de arranjar dinheiro para nos sustentar e aos filhos. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 238)

Os ciclos se repetem. Com a Revolução, as mulheres ocuparam mais espaços de fala, promoveram e construíram grupos alternativos ligados ou não à partidos unicamente para debater questões sobre a mulher. A luta pela despenalização e prática legal ao aborto será conquistada apenas em 2007, após anos e anos de enfrentamento tanto de mentalidades como burocrático/institucional. No ano de 2016, a taxa de postos de trabalho feminino era de 48,7% e recebem, à exceção de cargos públicos, algo em torno de 16,7% menos que o mesmo posto de trabalho exercido por um homem, são as primeiras a serem despedidas em situações de “crise” econômica e, na esmagadora maioria das casas, ainda são estas mesmas mulheres a desempenhar o papel de doméstica, de cuidadora e mãe presente, como algo naturalizado. No país, uma em cada quatro mulheres relatam já terem sofrido algum tipo de violência física e/ou sexual desde os quinze anos de idade, seja por parceiros ou não; uma em cada cinco admitem nunca terem procurado ajuda policial ou familiar (PEREIRA, 2017). Isso apenas para demonstrar alguns pontos fulcrais que ainda permeiam não só a sociedade portuguesa, mas a realidade enfrentada em praticamente todas as culturas, sobretudo as capitalistas. Ser mulher neste sistema significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um *status* do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo “natural”.

## 2. O Processo “Três Marias” e a percepção do Feminismo nas Novas Cartas

Para Menezes (2015, p. 79), “a publicação das *Novas cartas portuguesas* é, para a história do feminismo e da política cultural portuguesa, um importantíssimo acontecimento”. No entanto, em entrevista concedida à jornalista Sofia Branco, realizada em 2004, quando ocorria o I Congresso Feminista e da Educação em Portugal, Teresa Horta enfatiza que o livro não tinha objetivo de ser feminista, mas sim falar das mulheres, de Portugal e delas próprias: “As mulheres é que a receberam [a obra] e a tornaram feminista.”, afirma a autora. A literatura em si é um ato interpretativo e subjetivo, deixando nas entrelinhas a compreensão da obra para quem a lê e a absorve. Uma coisa não se pode negar: as feministas de outros países como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, entre tantas outras, construíram um intenso movimento internacional em defesa das “Três Marias”.

Segundo Colepicolo (2007, p. 88), “a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi construída numa etapa de amadurecimento do movimento feminista dos anos setenta. Suas escritoras trazem em seus textos o tom de militância, com um referencial político social e de engajamento na luta feminista”, onde a escrita teria claramente um posicionamento tático político, mesmo que não admitido. Para a autora, “elas situam a mulher da sociedade portuguesa na questão ampla e dinâmica do feminismo. Entretanto, é preciso marcar essa presença tanto na sua história como também em movimentos no mundo pela conquista de seu lugar, seja no espaço privado, seja no espaço público” (Idem). Um trecho marcante da obra pode deixar essa margem interpretativa, segundo Colepicolo:

A mão sobre o papel traça com precisão as ideias na carta que, mais do que para outro, escrevemos para o nosso próprio alimento: o doce alimento da ternura, da invenção do passado ou envenenamento da acusação e da vingança; elas próprias principais elementos da paixão na reconstrução do nosso corpo sempre pronto a ceder à emoção inventada, mas não falsa [...] E jamais, pois, nenhuma de nós três: mulher se entregará sem dano de si própria e de outrem. Ramificação oculta que transportamos na voragem de nos sabermos, de nos descobrirmos, na

viagem que premeditadamente empreendemos através de nós próprias na procura ou na entrega. (BARRENO; HORTA; COSTA apud COLEPICOLO, p. 88)

Segundo Teresa Horta (apud TAVARES, 2008, p. 193), “um livro é aquilo que os outros lêem. E cada um tem a sua leitura”. Desta feita, consideramos que se grupos e individualmente, mulheres encontraram nesta obra conteúdo, significado e motivava a luta feminista, “então o livro teve um conteúdo feminista” (TAVARES, 2008, p. 193). A partir desse conteúdo e percepção literária, o apoio e a aproximação de grupos feministas internacionais em apoio às autoras e contra o regime do Estado Novo foram importantes ferramentas para a manutenção da liberdade das “três Marias”.

Quando da censura e proibição de venda do livro, as autoras foram acusadas de pornografia e ofensa à moral do país, sendo proibidas de saírem do país sem autorização, onde o processo durou até o 25 de Abril. Maria Costa Velho (apud BRANCO, 2004) aponta que “foi a humilhação que as magoou, ao serem interrogadas pelo mesmo inspetor que inquiria prostitutas, ao serem ‘convidadas’ a denunciar as outras, sob promessas de esquecimento da sua autoria por parte das autoridades”. As Imagens 3, 4 e 5 mostram os dias de julgamento bem como uma manifestação feminista internacional pela absolvição das autoras.



Imagens 3 e 4 – Julgamento das três autoras. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.



Imagem 5 – Manifestação Internacional em apoio às “Três Marias”. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.

*Novas Cartas Portuguesas* foi uma das obras portuguesas mais traduzidas e circuladas mundo afora, sobretudo na Europa e Estados Unidos (MENEZES, 2015, p. 80), onde as traduções começam a circular logo após o 25 de Abril. Em França, este processo inicia-se antes, quando alguns exemplares são vazados do país ainda em 1972. É de se enfatizar que as notícias sobre o processo

em Portugal foram poucas, caladas pelo regime autoritário do Estado Novo. Tavares (2008, p. 194), em levantamento de jornais e periódicos do período, constata que poucas foram as notícias nos grandes meios de circulação nacional e sobre o apoio internacional, o veto da censura foi total. Porém, o jornal *República*, em 25 de outubro de 1973, coloca uma pequena notícia com o título “Audiência secreta no processo das *Novas Cartas Portuguesas*”. “A notícia refere que o juiz tinha mandado evacuar a sala ‘onde se encontravam numerosos jornalistas portugueses e estrangeiros, observadores enviados por movimentos feministas internacionais e vários intelectuais’” (Idem). Diversas figuras políticas e intelectuais prestaram depoimentos a favor das autoras, como Natália Correia, Urbano Tavares, Vasco Vieira entre tantos outros. A prorrogação do julgamento efetivamente foi um fator que colaborou para que o processo tivesse fim após a Revolução, que trouxe consigo uma nova onda de lutas e prerrogativas de uma sociedade socialista, o que infelizmente não foi concretizado.

Por fim, cabe destacar que após o 25 de Abril, no ano de 1974, ocorre a criação do Movimento de Libertação de Mulheres (MLM), ligado ao processo da obra, tendo como fundadora Teresa Horta e envolvendo diversas lutas pelas mulheres não apenas durante o processo revolucionário, mas também posteriormente, com a luta pela legalização do aborto. Tavares (2000, p. 118) identifica que o MLM enquadrou-se em uma corrente rara do feminismo radical em Portugal, onde, apesar de não terem continuado com uma intensificação de suas redes de influência nos grupos de mulheres, teve “o grande mérito de terem sido [MLM e GAMP] os primeiros grupos a levantar a luta pela contracepção e aborto em Portugal”.

## CONCLUSÕES

Portugal passou quase meio século no obscurantismo de um sistema repressivo e autoritário, deixando profundas marcas na forma como essa sociedade se percebeu e se desenvolveu com a queda do regime. No que tange às mulheres, esta marca é ainda mais dilacerante: cabia à mulher o papel exclusivo de doméstica, mãe, cuidadora dos idosos, trabalhadora da casa, muitas vezes mal vista quando procurava fugir deste universo. Compreendemos a dificuldade em se expressar e livrar-se das amarras do patriarcado sob um regime de cunho fascista, porém, muitas mulheres envolveram-se na resistência, seja dentro do Partido Comunista Português, que passou décadas na clandestinidade mas ativo nos movimentos anti-regime, seja na resistência armada, como exemplo Isabel do Carmo na fundação das Brigadas Revolucionárias e do Partido Revolucionário do Proletariado, nas operárias que lutavam por “trabalho igual, salário igual” com greves e paralizações, seja, por fim, com a literatura e a intelectualidade. A obra *Novas Cartas Portuguesas* é um exemplo de como a consciência sobre a condição da mulher já aflorava na mentalidade portuguesa e como sua forma poética, crítica e bruta conseguiu ultrapassar o limite de ser um livro datado. As consequências do conteúdo do livro bem como sua capacidade de ainda manter-se atual é um feito a ser registrado e demarcado na academia, sobretudo na constante luta da mulher por libertar-se dos padrões pré-estabelecidos e dos condicionamentos a que lhes é impostas em toda a esfera de sua vivência. Em um momento de retorno à discussão sobre os feminismos em Portugal e como novas formas de se construir a luta da mulher, afirma-se marcadamente nesta segunda década do século XXI, essa obra revolucionária mostra-nos a capacidade e a necessidade de consciência histórica sobre as diferentes formas de resistências que nos são imputadas e que não devemos abandonar.

**REFERÊNCIAS**

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. (Edições Anotadas). Alfragide: Edições Dom Quixote, 2010.

BESSA, Maria Graciete. As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal. *Latitudes*, n. 26, abril 2006.

BRANCO, Sofia. Autoras afirmam que “Novas Cartas Portuguesas” é um “livro mal-amado” em Portugal. *Público*, 5 de maio de 2004.

COLEPICOLO, Sheila Cristina. *Transgressão em Novas Cartas Portuguesas*. 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MENEZES, Raquel. Novas Cartas Portuguesas: um gesto de amor político a muitas mãos. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, abril, 2015.

PEREIRA, Ana Cristina. Há um novo indicador de violência contra as mulheres. *Público*, 21 de novembro de 2017.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. 2008. 636f. Tese (Doutoramento em Estudos Sobre as Mulheres) – Universidade Aberta. Lisboa, 2008.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Movimento de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

**Fontes**

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. *25 de Abril- 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, 2014.



## Algisa e Alícia - Personagens Hatounianas: vozes narrativas e relações de alteridade na construção do feminino<sup>1</sup>

*Algisa y Alícia - Personajes Hatounianas: voces narrativas y relaciones de alteridad en la construcción del femenino*

*Algisa and Alícia - Hatounian Characters: narrative voices and relations of alterity in the construction of the feminine*

Francisca Andréa Ribeiro da Silva  
Sylvia Maria Trusen

**Resumo:** Este estudo observa como as personagens Algisa e Alícia, da obra *Cinzas do Norte*, de Milton Hatoum, são construídas sob perspectivas múltiplas, nos diferentes níveis narrativos, conduzidos por Lavo, Mundo e Ranulfo. Além dos pontos de vista desses, as personagens são consideradas levando em conta também as opiniões de outros personagens e, para tanto, há o apoio da teoria de Genette (1989; 2015), no que diz respeito à focalização narrativa. Há, outrossim, discussões sobre alteridade, a partir de Beauvoir (2016) e Fanon (1968; 2008), que possibilitam compreender como tais personagens se constituem na relação com o outro e como este as consideram em suas culturas. Com isso, pode-se perceber que, mesmo sofrendo em alguns momentos desrespeito, as personagens são construídas como mulheres autônomas em relação às suas vidas.

**Palavras-chave:** Personagens autônomas. Alteridade. Perspectiva narrativa.

**Resumen:** Este estudio observa como los personajes Algisa y Alicia, de la obra *Cinzas do Norte*, de Milton Hatoum, se construyen bajo perspectivas múltiples, en los diferentes niveles narrativos, conducidos por Lavo, Mundo y Ranulfo. Además de los puntos de vista de estos, los personajes se consideran teniendo en cuenta también las opiniones de otros personajes y, para ello, hay el apoyo de la teoría de Genette (1989; 2015), en lo que se refiere a la focalización narrativa. Hay, además, discusiones sobre alteridad, a partir de Beauvoir (2016) y Fanon (1968; 2008), que posibilitan comprender como tales personajes se constituyen en la relación con el otro y como este las consideran en sus culturas. Con eso, se puede percibir que, aun sufriendo en algunos momentos irrespeto, los personajes son construidos como mujeres autônomas en relación a sus vidas.

**Palabras clave:** Personajes Autônomos. Otredad. Perspectiva Narrativa.

**Abstract:** This study observes how the characters Algisa and Alícia, from Milton Hatoum's *Cinzas do Norte*, are constructed under multiple perspectives, at different narrative levels, conducted by Lavo, Mundo and Ranulfo. In addition to these points of view, other characters' opinions are also considered, and for that there is the support of the theory of Genette (1989, 2015), with respect to the narrative focus. There are also discussions about otherness, starting with Beauvoir (2016) and Fanon (1968; 2008), that make it possible to understand how these characters are constituted in relation to the other and how the other considers them in their cultures. That said, it is possible to perceive that despite suffering disrespect at times, the characters are constructed like autonomous women in relation to their lives.

**Keywords:** Autonomous Characters. Otherness. Narrative Perspective.

<sup>1</sup> Este estudo compõe partes da dissertação de mestrado intitulada *Cinzas do Norte e Órfãos do Eldorado, de Milton Hatoum: vozes narrativas e alteridade na construção das personagens femininas*, defendida em junho de 2017. Trabalho de autoria de Francisca Andréa Ribeiro da Silva, sob orientação da profa. Dra. Sylvia Maria Trusen.

**Francisca Andréa Ribeiro da Silva** – Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia – Universidade Federal do Pará. E-mail: [andrearibsilva@hotmail.com](mailto:andrearibsilva@hotmail.com)

**Sylvia Maria Trusen** – Doutora em Letras e Profa. da Universidade Federal do Pará, vinculada aos programas de pós-graduação, Linguagens e Saberes na Amazônia e Estudos Antrópicos da Amazônia. Pesquisadora da RELER – Catedra Unesco de Leitura PUC/Rio. Pós-doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação Ciência da Literatura. E-mail: [sylviatrusen63@gmail.com](mailto:sylviatrusen63@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A obra *Cinzas do Norte*, do escritor Milton Hatoum, assim como as demais ficções do autor, enfatiza o papel da mulher na sociedade, especificamente no contexto amazônico, na Manaus ficcionalizada. Essa delimitação de espaço não significa restrição às abordagens específicas à região amazônica, pois sua obra é situada em um espaço que é palco de possibilidades reflexivas, em que o leitor se depara com assuntos variados e de cunho universal<sup>2</sup>, como trocas e negociações culturais, imigração, língua/cultura/tradução, conflitos familiares, poder ditatorial, relações de alteridade homem/mulher, nativo/estrangeiro, relações pós-coloniais, dentre outros assuntos. Tais abordagens colaboraram para que a obra hatouniana passasse a ser avaliada positivamente.

Em *Cinzas do Norte* o enredo é constituído por Lavo, narrador homodiegético<sup>3</sup>, observador testemunha, que conta a história de seu amigo Mundo. Tal enredo é complementado com duas outras narrativas, conduzidas por Mundo e Ranulfo, que se constituem como níveis narrativos de segundo plano, isto é, relatos metadieгéticos, que possuem a função de trazer informações desconhecidas por Lavo, ou porque este não vivenciou ou por que a memória não lhe permitiu lembrar, levando em conta que a memória não se constitui apenas de lembranças, mas também de esquecimentos, como expõe Candau (2016, p. 18). Dessa forma, compreender tais aspectos são relevantes para se notar como as personagens são constituídas pelas vozes narrativas<sup>4</sup>, uma vez que o nível narrativo coopera para a mudança de perspectiva.

Dessa maneira é que se observará como as personagens Algisa e Alícia são constituídas pelas perspectivas narrativas, observando suas relações com a alteridade masculina e étnica e atentando para os elementos descritivos que cooperam para que elas, mesmo em condições de mulheres marginalizadas, mostrem suas forças a ponto de se revelarem personagens que de certa maneira rompem com o paradigma da fragilidade e petrificação feminina.

A discussão sobre papéis de gênero<sup>5</sup> vem ajudar a compreender a posição de mulheres que se resignam a determinados papéis impostos pela sociedade e também de mulheres que se rebelam contra as imposições no jogo social, na linguagem e, por extensão, nas expressões artísticas e culturais. Vale destacar que a posição ocupada, por isto que se designou mulher, pela e na linguagem, teve também implicações na tensão entre metrópoles (colonizador) e província (colonizados). Assim, as teorias de Beauvoir e Fanon se fazem necessárias à proposta deste estudo, pois a compreensão das personagens hatounianas perpassa pela relação da mulher com a alteridade masculina, mas também da relação entre sujeitos pós-coloniais, em que muitas mulheres tiveram suas atuações sociais engessadas. No entanto, a história vem demonstrar mulheres que não se resignaram aos papéis atribuídos a elas, que se mostraram mais fortes a isso. No contexto amazônico, pode-se citar,

<sup>2</sup> Quando se trata da literatura produzida no Norte do Brasil, é comum perceber que alguns críticos tendem a classificá-la como regional, desconsiderando que a ficção de expressão amazônica produz ficção com temáticas e reflexões comuns a outras regiões. No que diz respeito à ficção de Milton Hatoum, o espaço amazônico é apresentado como elemento de interação com o enredo, não como um adorno para enaltecer a cultura local.

<sup>3</sup> Adota-se neste estudo as nomenclaturas de Genette (1989; 2015), no que diz respeito à perspectiva narrativa homodieгética, em que o narrador participa das ações ou como protagonista (narrador autodieгético), contando sua própria história ou observando e contando a história de outros. Também em relação às estruturas de um texto narrativo, tais como os níveis narrativos, que são: extradieгético (o narrador se encontra posicionado a um tempo posterior aos fatos narrados), intradieгético ou dieгético (nível em que incide as ações, os personagens e os demais elementos narrativos) e o nível hipodieгético ou dieгético, que se configura como narrativas de segundo plano que se incluem na diegese.

<sup>4</sup> Trata-se das vozes de quem conta a história.

<sup>5</sup> É relevante deixar claro que gênero é diferente de sexo. Este refere-se às categorias físicas, biológicas e constitutivas do homem e da mulher: sexo masculino e feminino. Enquanto gênero é uma distinção sociológica que diz respeito aos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, em função da cultura e do tempo.

como exemplo, as escritoras Lindanor Celina, Aldacinda Camarão, Maria Lúcia Medeiros e Eneida de Moraes, todas nascidas no século XX, e mulheres fortes, livres e destinadoras de saber, atuantes não só na literatura, mas em outras instâncias sociais.

Na literatura de Hatoum, percebem-se personagens que fogem dos padrões atribuídos às mulheres. Em *Cinzas do Norte*, com as personagens Algisa e Alícia, a maneira como cada uma lida com as dificuldades é peculiar aos traços que os narradores destinam a elas e às circunstâncias a que são submetidas. São personagens que representam mulheres que não se resignaram à miséria, que, de uma forma ou de outra, lutaram por uma vida melhor. Para isso, Algisa buscou na prostituição e, depois, na união conjugal saciar a fome física e sentimental e Alícia recorreu a um casamento, por interesses, para sair da miséria. A seguir, observar-se-á, primeiramente, as teorias de Beauvoir (2016) e Fanon (1968; 2008) no intuito de compreender melhor as relações de alteridade entre homem e mulher, discutido por aquela, e essas relações no contexto pós-colonial, realçadas por este. Temática que podem ser vislumbradas na ficção de Hatoum.

### 1. As concepções de alteridade de Beauvoir e Fanon

O conceito e a problemática da alteridade são, sobretudo, uma questão filosófica, que se apresenta sob perspectivas múltiplas, em estudos empreendidos desde 1943, com o livro *O ser e o nada*, de Jean Paul Sartre. Tem-se, ainda, conforme Spielmann (2000), como estudos inaugurais, *O tempo e o outro* e o *Segundo sexo*, de Emmanuel Lévinas e Simone Beauvoir, respectivamente. Desde então, o conceito de alteridade foi aderido por outros estudiosos, como Lacan, com seu discurso em 1953, Frantz Fanon, Edward Said, Gayatri Spivak, Stuart Hall e Homi Bhabha e Fernandez Retamar. No estudo empreendido aqui, se adotam as concepções de alteridade de Beauvoir (2016) e Fanon (1968; 2008).

A partir da dualidade homem/mulher, conforme a teoria beauvoiriana, institui-se as categorias do mesmo e do outro entre os gêneros, estabelecendo diferenças, gerando, em muitos casos, situações e relações conflitantes. Assim, destaca a autora, desde às sociedades mais remotas, tem-se imposto valores e papéis sociais à mulher, situando-a como outro, relativamente a ele, o homem, que se coloca em posição de sujeito absoluto. Com efeito, afirma Beauvoir (2016, v. 1, p. 26), “[...] o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de Outro [...]”. Assim, Beauvoir (2016) vê a relação homem/mulher sob a perspectiva da filosofia existencialista<sup>6</sup>, em que todo sujeito se põe ante aos projetos como uma transcendência, buscando sua liberdade em vista de outras liberdades. Diante disso, segundo a autora, o homem, ao buscar sua transcendência, impõe a imanência à mulher, ou seja, uma condição de outro. Com seu discurso, Beauvoir (2016) levanta a bandeira de libertação a esses padrões sociais, compreendendo as mulheres como sujeitos existenciais. Ela considera, sobretudo, o fator cultural como determinante na constituição da mulher: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. [...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]” (BEAUVOIR, 2016, v. 2, p. 11). Com efeito, ela situa o sexo sempre no âmbito do vivido, do cultural. Assim, na ficção de Hatoum, investigar-se-á se os narradores, personagens masculinas, impõe condições de outro às personagens femininas.

<sup>6</sup> Decorre do existencialismo, corrente filosófica, que possui como centro do pensamento a condição da existência humana, compreendendo que a essência do homem se constitui por sua existência. Surgiu no século XX com o filósofo Søren Kierkegaard e acolhida por Jean-Paul Sartre, Heidegger, Beauvoir, dentre outros. Esta aplicou o existencialismo ao estudo dos papéis dos sexos.

Desse modo, se o feminino em muitas situações se constitui como alteridade em relação ao masculino, na obra de Hatoum, esta relação de alteridade é acrescida à outra, a saber: colonizado/colonizador, na relação étnica e de poder. Não fortuitamente, os estudos de gênero, desde o surgimento dos estudos pós-coloniais, identificaram neste campo de pensamento um lugar para se pensar igualmente a condição feminina. Assim, observa-se na teoria de Fanon (1968; 2008) uma possibilidade de compreensão da relação de alteridade entre sujeitos pós-coloniais, pois ele apropria-se do conceito de alteridade para analisar as relações entre raças, considerando a relação de povos colonizados e colonizadores e, especificamente, com a obra *Pele negra, máscaras brancas*, discute a assimetria dos gêneros, tendo em vista a diferença étnica na relação entre o homem negro e a mulher branca, e o contrário, enfatizando o desejo, por parte de mulheres e homens negros, de embranquecer a raça: “[...] Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico [...]” (FANON, 2008, p. 60), mostrando, dessa forma, a alienação do negro em almejar ser como o branco.

Destaca ainda que é “[...] É o colono que *faz* e *continua a fazer* o colonizado [...]” (FANON, 1968, p. 26), pois considera que os problemas enfrentados pelos povos, durante o período colonial, não deixam de existir com a sociedade burguesa, apenas ganham outra roupagem: “[...] Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua [...]” (FANON, 1968, p. 73). Nesse contexto, as desigualdades sociais são bem acentuadas e o feminino, conseqüentemente, não se exclui desse panorama. É nesse sentido que se investirá a posição assumida pelas personagens femininas, pois se observará até que ponto a obra hatouniana ficcionaliza essa dinâmica por meio da linguagem empreendida pelos narradores, ao construir as personagens nas relações de alteridade com outros personagens masculinos com distinta formação étnica. Assim, tem-se suporte para compreender a posição sociocultural das personagens, tanto na relação de alteridade homem/mulher quanto na condição de sujeitos pós-coloniais, pois tais figuras são ambientadas, ficticiamente, em uma Amazônia que desponta como um espaço de convivências de etnias diversas, o que não se dá sem hierarquias. Nesse sentido, há de se levar em conta o que defende Butler (2003, p. 20), ao considerar que:

As representações do feminino não devem ser vistas como uma, genérica e de identidade fixa, mas atentando para as categorias étnicas, classistas, regionais e que o gênero é apenas mais um determinante que atua na formulação das identidades discursivas e, por conseguinte, na tensão entre alteridade feminino/masculino.

Com efeito, a autora discorre que a opressão à mulher deve ser considerada de forma singular, pois não há dominação patriarcal e masculina universalizada. Assim, a concepção de alteridade concebida por Fanon (1968, 2008) é útil por ter ele inaugurado uma linha de pensamento voltada para as conseqüências da colonização europeia, ao perceber que a violência política, sociocultural e econômica do colonizador resultou em sociedades marginalizadas e oprimidas e, outrossim, por abordar aspectos que revelam a pretensão dos colonizados em se distanciar de suas origens culturais, por considerá-las inferiores, conforme elucidado: “[...] Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora,

isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34). Tais aspectos podem ser pensados na ficção de Hatoum: tanto ao se observar que os destinos de suas personagens conduzem a pensar a constituição da mulher em contextos de espaços que são resultados de tensões colonialistas quanto ao se analisar atitudes da personagem Alícia, que almeja o distanciamento de sua cultura. Desse modo, se os estudos de Fanon (1968, 2008) ajudam a entender a situação específica em que as personagens são constituídas, em meio a tensões que a determinam de maneira singular, a concepção de alteridade, cedida por Beauvoir (2016), contribui para que se compreendam as personagens em um campo de significação, em que se observa a mulher como uma construção discursiva que se dá na relação homem/mulher e no cultural. Somado a essa ideia, com as considerações de Butler (2003), entende-se que o tornar-se mulher, defendido por aquela, é determinado também pelo contexto sócio-histórico.

Dessa forma, adiante, observar-se-á como as personagens Algisa e Alícia são constituídas pelos narradores, observando como são descritas nas diferentes perspectivas e de que forma tais personagens revelam-se autônomas e em que aspectos são vistas como outro nas relações de alteridade. Primeiramente, voltar-se-á a atenção à personagem Algisa.

## 2. Algisa – o feminino ambíguo

Pertencente à obra *Cinzas do Norte*, Algisa é uma personagem ousada, transgressora, surpreendente, de um medo que lhe conduz à coragem, da mudez ao grito e da liberdade que a faz querer estar presa e ser amada, como se verificará adiante. Tais aspectos erigidos pelas vozes narrativas<sup>7</sup> fazem com que se entenda que ela é uma personagem que rompe paradigmas. O fato de Algisa ser considerada como tal, não impede de analisá-la, observando, também, o aspecto marginal dessa mulher fictícia, já que é descrita como uma indígena ambientada no meio urbano em condição de pobreza. Atentar-se-á, outrossim, às demais características atribuídas a ela, tanto pelos narradores quanto pelas vozes de outros personagens. Quando se expõe que ela é constituída pelas vozes dos narradores, leva-se em conta a narração dos níveis diegético e metadieético, a partir das vozes de Lavo e Ranulfo, respectivamente. Em ambas as narrações ela é rememorada, em analepse pelos narradores, que reconstituem as lembranças que possuem da personagem e as traduzem em palavras.

Assim, pelas palavras do narrador personagem Ranulfo, percebe-se qual a perspectiva dele em relação à Algisa:

*Então eu e tua mãe armamos o plano do casamento e do emprego na Vila Amazônia. Jano acreditou. E eu colaborei: fui um anjo enquanto vivia com Algisa uma lua de mel mentirosa na casinha de uma estância, fingindo que procurava um emprego, mas dando toda a liberdade para que ela procurasse turistas no porto. Já conhecia um pouco minha esposa, seu gênio impetuoso, seu medo congênito de que tirava força para enfrentar qualquer situação perigosa. Era uma espécie de medo falso, que em pouco tempo se transformava em ferocidade. Quando mudamos para lá, ela me revelou que não gostava de ouvir voz de homem nenhum. Disse: “Não gosto de ouvir voz masculina nem de ver sangue”. Escutei sem dar um pio, e isso facilitou nossa vida conjugal durante a temporada no Médio Amazonas. Nós nos comunicávamos com frases curtas, que o tempo reduziu a monossílabos, expressões faciais ou gestos. No fim do quinto mês, quando a cozinheira da propriedade contou para Algisa*

<sup>7</sup> Visto que Algisa é constituída por mais de uma voz narrativa, como se verá no curso da análise.

*que eu engravidara uma moça, ela protestou com desaforos de matriarca poderosa, rompendo nosso pacto de silêncio e me acuando de tal maneira que só me restou uma saída: fugir* (HATOUM, 2010, p. 205, grifo do autor).

Antes de se detalhar as especificidades que Ranulfo atribui a Algisa, convém observar que nesse trecho Ranulfo é um narrador autodiegético, o qual centra o relato em sua própria história e que Algisa comparece nela porque fez parte da vida dele. Portanto, ela é retratada para esclarecer trechos da vida do narrador, para dar mais forma à história dele e de Alícia, o que vem mostrar o papel secundário da personagem no enredo. No entanto, ele descreve as especificidades da personagem, de forma a revelar os estados psíquicos dela, ao mostrar o medo e ferocidade da personagem, demonstrando, então, certa onisciência. Atente-se para os significados das palavras medo e ferocidade. Medo é um estado afetivo gerado pela consciência do perigo. Freud (1926) concede a esse estado a angústia e ansiedade: “A ansiedade é um estado afetivo e como tal, naturalmente, só pode ser sentida pelo ego.” (FREUD, 1926, p. 89). Sabe-se que o medo pode ser deduzido pelo comportamento, mas o narrador não deduz, ele afirma, assumindo a focalização de uma primeira pessoa onisciente. Segundo Genette (1989, p. 306), a narração em primeira pessoa pode extrapolar convenções e ser onisciente, realizando uma incursão na consciência de determinado personagem, o que ele denomina de paralepse, ou seja, o narrador detém mais informações do que geralmente a focalização lhe permite. Assim acontece com a narração de Ranulfo em relação à Algisa, já que conhece o estado afetivo da personagem e seus receios, fruto do psiquismo. E não apenas o medo sentido por ela, mas a ferocidade que surge do medo, revelando, assim, a Algisa ambígua, já que ferocidade é uma qualidade ou estado de feroz, que nada teme. O medo conduz o sujeito a uma escolha entre duas possibilidades de ação: desistir e se deixar vencer por esse sentimento ou afrontá-lo. Assim, nota-se que Algisa decide afrontá-lo. Então, observa-se a oposição entre esses dois estados, caracterizando, assim, Algisa como personagem ambígua: de um medo que lhe traz forças para enfrentar qualquer situação. À vista disso, pode-se depreender que Algisa é construída como uma personagem esférica, por nela conter uma complexidade e não linearidade de sentimentos, tornando-se, dessa forma, surpreendente, pois segundo Candido (2007, p. 63) essas personagens são “[...] organizadas com maior complexidade e, em consequência, capazes de nos surpreender. [...] Ela traz em si a imprevisibilidade da vida [...]”.

Além do mais, o narrador dá destaque ao gênio impetuoso de Algisa e, assim, tendo em vista o significado da palavra gênio, conclui-se que o uso desse substantivo vem reforçar o conhecimento onisciente que a voz narrativa possui dela, e ao qualificar esse nome com o adjetivo impetuoso, declara o caráter impulsivo da personagem. Isso vem mostrar a transformação pela qual passou a personagem: de subalterna e negada a sujeito, mulher dona de si. Outro aspecto de Algisa, recordado pelo narrador, é a aversão da mesma em relação à voz masculina. Sugere-se que tal comportamento seja uma reação à opressão masculina, já que o homem a maltratou e depois a abandonou: “*Tua mãe convidava Algisa pra passear no porto ou conhecer outros bairros; ela nunca ia, e só abria a boca pra dizer: ‘Espero a visita do nosso pai’*” (HATOUM, 2010, p. 120, grifo do autor). Esse aspecto de Algisa pode ser explicado também por sua relação com os homens na prostituição. Em relação a aversão à sangue, entende-se que, apesar de ser impetuosa, reside na personagem a sensibilidade, o que vem reafirmar, ainda, o caráter ambíguo da mesma, além de ser constituída entre a prostituição e a esposa do lar, entre a casa e a rua, de rebeldia e de entrega.

Já neste trecho:

*“Vais trabalhar hoje?”, perguntei. Ela balançou a cabeça: tinha navio no porto, ia passar lá mais tarde. “Quanto é que aqueles gringos te pagam por uma noite?”, perguntei. Ela olhou pra mim, disse: “E tu, seu chifrudo? [...] Algisa levantou para me estapear, eu a empurrei e ela caiu na rede, caiu em cima dela, agarrando-lhe as mãos e sentido os dedos calosos e a pele áspera de tanto esfregar roupa e arear panelas na época em que era criança e escrava, talvez sem saber que era as duas coisas ao mesmo tempo” (HATOUM, 2010, p. 86, grifos do autor)*

Pode-se observar, pelas perguntas do narrador, a prostituição como o trabalho de Algisa. Além do mais, percebe-se pelo verbo estapear a atitude agressiva da personagem diante de um assunto que a deixa na ofensiva. Supõe-se, portanto, que a prostituição lhe causa vergonha. O narrador outrossim a descreve como uma personagem que, na infância, foi escravizada, tendo marcas disso na pele. Tendo em vista que escravo é aquele privado de liberdade e submetido às vontades de outrem, Algisa caracteriza-se como escrava por ter sido negado direito a uma infância livre, sem trabalho. Nisso, o que chama a atenção é a falta de consciência de Algisa em relação a essa condição, o que não a torna uma pessoa triste e nem questionadora, pois se infere que isso era comum entre as crianças pobres e, por isso, naturalizado.

Outro aspecto a ser observado sobre Algisa é que a mesma é descrita por Ranulfo sempre em comparação à Alícia. Muito parecida fisicamente, porém, segundo ele, de beleza inferior, de estatura menor e de idade mais avançada do que a outra: “[...] *A polícia começou a procurá-las, e, como não havia fotos de Algisa, o jeito foi mostrar tua mãe aos policiais e dizer: ‘É a cara da fugitiva, só que um pouco menos bonita, um pouco mais baixa e uns três anos mais velha [...]’*” (HATOUM, 2010, p. 136, grifo do autor). Nisso, atribui-se a ela características inferiores as da irmã, até porque Ranulfo é apaixonado por Alícia e isso coopera para que ele a considere superior à outra. Observa-se, então, que a relação mantida entre os personagens interfere na maneira de enxergar o outro. Além do mais, ele a descreve fogosa como a irmã e invejosa em relação a esta: “[...] *Só paramos de beber na rede, e ela era fogosa que nem tua mãe, só que fingia ter medo, e morria de inveja da beleza de Alícia*” (HATOUM, 2010, p. 41). O termo “fogososa” refere-se ao vigor sexual da moça. Assim, Ranulfo a constrói não apenas pelo que observou dela, mas também pelo que vivenciou com ela. Mas nem tudo ele sabe, buscando informação com seu cunhado Jonas, o qual moldou-a como medrosa e sensível, o oposto da irmã Alícia: “[...] *meu cunhado me contou como a menina mais velha tremia de medo [...] A outra, a mais nova, não chorava nem gritava [...]*” (HATOUM, 2010, p. 114).

Quando criança, o comportamento de Algisa é descrito, por Ranulfo, em comunhão com o de Ozélia, solidárias e cúmplices quanto à mudez, à solidão, à condição de indigência em Manaus e ao desejo de retorno ao lugar de origem, como se este lhe restituísse a dignidade e curasse as mágoas: “[...] *suplicando que a levasse de volta, sem dizer pra onde queria voltar. Ouvíamos seus gritos, uma voz chorosa e trêmula de criança ferida, magoada [...]*” (HATOUM, 2010, p. 116, grifo do autor). Esses elementos revelam a relação de alteridade entre essas mulheres e o homem que as trouxe à cidade, que pelas características descritas pelo narrador, percebe-se que esse homem revela ser de condição financeira e étnica diversa das delas, o que faz com que se recorra à teoria de Fanon (1968; 2008) para compreender que há entre eles uma relação de sujeitos pós-coloniais, que envolve desigualdade e subalternidade dessas personagens femininas em relação ao homem.

No entanto, de menina contida e resignada, fez-se em voz ativa e sem pudor: “[...] *Se esse filha da puta pisar no bairro, retalho o corpo dele [...]*” (HATOUM, 2010, p. 136, grifo do autor). A partir de então, a personagem deixa de estar na condição de outro, de que expõe Beauvoir (2016) e passa a

mostrar-se mais autônoma em relação aos seus ímpetos e ações. Abaixo o narrador deixa transparecer o caráter surpreendente de Algisa:

*Antes de se perder pela cidade, Algisa nos surpreendeu duas vezes. A primeira foi na festa domingueira [...] íamos todos para a quermesse. [...] De repente, Algisa se desgarrou de Ozélia e tirou a roupa na beira do barranco, e todos nós vimos a beleza do corpo esguio no meio da tarde. [...] saltou no rio como uma flecha e só emergiu perto da outra margem. Nadou o resto da tarde, e cada braçada era um desespero para o padre Tadeu, que implorava aos fiéis pra que voltassem às barracas de guloseimas. Nem meu cunhado, tão respeitoso, deixou de olhar o corpo moreno que ia e vinha. Minha irmã Raimunda se impressionou com a rapidez das braçadas e com os mergulhos demorados, e Ramira comentou com malícia: “Essa aí vai longe”. Então tua mãe disse: “Algisa sempre foi meio doida”. Ao entardecer, [...] quando pisou a margem parecia ainda mais nua. Algisa não olhou para ninguém, nem disse nada: entrou em casa, onde a esperava a noite solitária e sem luz. [...] (HATOUM, 2010, p. 135, grifo do autor).*

Algisa é descrita como uma personagem que surpreende por não se importar com o olhar recriminatório de uns e desejosos de outros. E, então, entende-se que ela não se prende às convenções. O narrador além de destacar a beleza do corpo de Algisa, expõe, outrossim, a ousadia dela, despertando o desejo masculino e surpresa de quem assistiu a atitude de uma mulher em liberdade, que, mesmo agindo por si e em si, não deixou de afetar o outro, como se estivesse enfrentando a moralidade da sociedade patriarcal e religiosa, a qual foi construída para considerar a nudez humana como uma transgressão, um pecado. Dessa forma, ela transgrediu, ousou e surpreendeu. Talvez nem tanto pela nudez, mas pela naturalidade ao se despir.

Em outro momento da narrativa, o narrador acentua, ainda, a Algisa como representação da mulher que se impõe diante da insatisfação de sua condição de pessoa explorada:

*[...] ali comia, passeava no quintal e conversava com as pessoas. [...] então nós a levamos na marra. Ela esperneou: “Me larguem, quero ficar aqui”, e chorou até chegar ao porto de São Raimundo, e contou, soluçando, que um homem tinha abusado dela numa pensão onde ela queria dormir mas não tinha dinheiro. Havia lutado com ele, esfolara seu nariz com unhas, depois fugira e dormira num banco da praça da Matriz. Meu cunhado queria que a polícia prendesse o homem, mas Algisa não revelou quem ele era nem onde ficava a pensão. “Para de me amolar com essa história de polícia”, ela disse a Jonas [...]. Perdeu o hábito de tomar caçuma e olhar o rio no fim da tarde. De vez em quando saía ao pôr do sol e só voltava no dia seguinte, de roupa nova, brincos, sapatos de couro, e cumprimentava os moradores. Menos arisca, quase amável conosco, até sorria. [...] (HATOUM, 2010, p. 137, grifo do autor).*

O narrador deixa transparecer que a condição de pobreza e solidão de Algisa a fez preferir o hospício, pois lá tinha proteção, comida e companhia. Mulher corrompida nos hábitos e costumes, abusada sexualmente e conduzida pelas circunstâncias da vida à prostituição, a qual lhe proporcionou de roupas a sorriso no rosto. Observa-se, outrossim, mais uma mudança de estado de espírito da personagem que se constitui mais aprazível, o que reforça a caracterização como personagem redonda. Assim, para abarcar a complexidade dessa personagem, outras vozes ressoam sobre ela, o que caracteriza a focalização variada, como expõe Genette (1989, p. 245), o qual discorre que



esse tipo de focalização ocorre quando um mesmo acontecimento é evocado por mais de uma perspectiva. Neste caso, a personagem Algisa é mencionada por mais de um ponto de vista. Sob o olhar de Alícia, a irmã era uma doida. Já Jonas considera que “[...] *‘Quem viver com essa mulher vai ter que morder a língua dia e noite’* [...]” (HATOUM, 2010, p. 136, grifo do autor). Isso denota que a mesma não é configurada como uma pessoa de suportar desaforos sem se rebelar. Rebelar-se, mas, predominantemente, é uma personagem sensível, pois foi enganada e casou na inocência de ser amada e desejada por Ranulfo. Entretanto, na falta disso, a insanidade lhe toma a razão:

[...] Algisa não queria ver nenhum parente do marido; andava descalça e só de camisola pela casa, falando coisas absurdas, desconexas, xingando Ranulfo e todos os trabalhadores da Vila Amazônia; Alícia fazia perguntas, interessada, a irmã começava a contar um episódio e chorava [...] (HATOUM, 2010, p. 43).

Vale destacar que a citação acima refere-se a um trecho da narração diegética<sup>8</sup>, conduzida pelo narrador Lavo, que por meio do discurso indireto, conta o que sua tia Ramira lhe contou. Assim, o narrador toma a palavra, mas não detém a informação e revela, dessa forma, a perspectiva de sua tia. Portanto, na visão de Ramira, o rompimento do casamento alterou o comportamento de Algisa, demonstrando um desequilíbrio mental, o qual é compreendido por Ramira pelo desleixo, incoerência na fala, sensibilidade aflorada e, ainda, pela transferência do sentimento negativo a Ranulfo e aos demais homens, numa atitude de repúdio ao masculino.

Por não corresponder ao desejo de Ranulfo, por não ser a mulher sedutora e atraente como a irmã, Algisa é vista com sanidade duvidosa. Infere-se, dessa maneira, comportamentos resultantes da insatisfação na relação com a alteridade masculina: “[...] O conceito de loucura estaria submetido à razão masculina autoritária e opressora, que reduziria o comportamento feminino à sua adequação, ou não, ao discurso do homem sobre a mulher” (BRANDÃO, 2006, p. 122). Assim, é nesse sentido que a personagem não corresponde à alteridade masculina, pois infringe ao que geralmente se é esperado da mulher, tanto na cultura quanto no social, pois ela não é a mulher recatada, pura, comedida e sensual, como se delineava a mulher ideal na época. Por isso, Algisa entra em conflito, buscando ser a imagem do feminino desejado, ou seja, alcançar o signo da feminilidade construída socialmente e, com isso, acaba revelando a mulher sensível que existe nela, o que agrava, ainda mais, a visão distorcida que se estruturou em torno dela – a de louca.

Dessa forma foi construída Algisa, sob perspectivas variadas: pelo olhar egoísta de Ranulfo, que a usou a seu bel prazer, pela perspectiva de Ramira na voz de Lavo, pelo prisma de Alícia e Jonas: ousada, transgressora, desejosa e livre, mas com desejo de estar presa a um amor, contida para se tornar altiva, de sensibilidade aflorada que a torna de razão tênue, do medo que lhe faz corajosa, da casa que se lança à rua, da prostituição à mulher do lar, de entrega e rebeldia, corpo de muitos e coração de ninguém. Eis Algisa – o feminino em conflito.

Adiante, o foco da análise recai sobre a irmã de Algisa, um feminino desejado e desejante.

### 3. Alícia – olhos de cigana

A personagem Alícia, do romance *Cinzas do Norte*, é descrita no romance tanto a partir do nível diegético quanto dos metadieгéticos, através das vozes de Lavo, Ranulfo e Mundo. Lavo ma-

<sup>8</sup> O termo diegese, cunhado por Genette (1989), refere-se à própria história ficcionalizada. Logo, a expressão narração dieгética diz respeito à história que se é contada pelo narrador.

nifesta uma perspectiva menos parcial, mas se revela submisso a ela e atento à figura sedutora de Alícia. Enquanto Mundo, por se tratar do filho da personagem, demonstra certo grau de parcialidade e Ranulfo evidencia um ponto de vista passionai. Além dessas vozes narrativas, a personagem também é desenhada com algumas pinceladas de Ramira, Naiá, Jano e Macau, ou seja, uma mulher fictícia construída sob várias perspectivas, como se verá adiante. Assim, a personagem vai sendo composta por meio de imagens criadas, com regressos e avanços temporais. Com efeito, o leitor somente consegue estruturar a composição da personagem, atentando para as idas e vindas da estrutura narrativa e para as vozes que ecoam nessa estrutura. Dessa forma, nesse percurso, observa-se que Alícia é uma personagem que se destaca por buscar um destino diferente, por ter conseguido o que almejava, por ser uma mulher decidida e dona de sua própria vida.

Primeiramente, centrar-se-á no olhar que o narrador Lavo imprime sobre tal personagem: “[...] cabelo ondulado úmido, a blusa de seda, molhada, provocou assobios dos veteranos. A morena de cerca de trinta anos desceu com pressa a escadaria; [...]” (HATOUM, 2010, p. 9). Assim, o narrador nessa descrição acentua a sensualidade da personagem, por meio da conotação do molhado. Outrossim, a seda, além de remeter à sensualidade da personagem, ao mesmo tempo conota delicadeza. Se fosse avançar o olhar nessa descrição, observar-se-ia, ainda, uma relação da vida da personagem com a descida da escada, já que Alícia chegou ao topo da ascensão financeira almejada, porém não permaneceu, foi descendo, ruindo. Faz-se pertinente lembrar que esse desmoronamento pessoal e familiar simboliza, metonimicamente, a ruína econômica da sociedade manauara, em decorrência da decadência do ciclo da borracha.

Lavo a rememora, também, como uma mulher vaidosa: “[...] Vi o rosto maquiado de Alícia, senti sua mão espanar meu cabelo, os dedos perfumados roçarem meus lábios [...]” (HATOUM, 2010, p. 18). Nesse trecho, observa-se, também, nos gestos sutis, a percepção do narrador sendo despertada pela sensualidade desses gestos. Ainda, ela é apresentada com “[...] rosto anguloso e os olhos grandes e escuros, meio repuxados, “de alguma tribo esquecida” [...]” (HATOUM, 2010, p. 11). Então, o narrador evidencia os traços físicos dela em comum com traços indígenas. A palavra “esquecida” demonstra a insignificância da tribo para a sociedade representada no enredo e, conseqüentemente, essa irrelevância é atribuída à origem de Alícia. Outrossim, o narrador diz que ela tinha olhos de “[...] felina sagaz [...]” (HATOUM, 2010, p. 145), o que se compreende, conforme o sentido figurado da palavra felino em Houaiss (2001, p. 1323), que ela é dotada de sensualidade agressiva e o adjetivo sagaz denota a esperteza da personagem.

Lavo demonstra ainda que, na relação entre Alícia e o esposo, este era submisso a ela: “O marido ainda insistiu para que fosse junto [...] Olhou-a com medo, o corpo rígido, vencido pela submissão. [...]” (HATOUM, 2010, p. 46). Infere-se, com isso, que Jano sentia-se receoso em relação às possíveis reações da esposa. A expressão “vencido pela submissão”, demonstra que a personagem Alícia não se submete às vontades do marido, mas o contrário. Assim, ela é descrita com uma postura de quem não se deixa enquadrar nos padrões impostos pela sociedade e pela Igreja, no que diz respeito à submissão feminina discutida por Beauvoir (2016). Com efeito, a respeito do lugar atribuído à mulher, Brandão (2006, p. 24) anota que: “[...] Se a mulher aceita ser a ilusão da completude alheia, ela aceita um lugar que a imobiliza e mumifica [...]. Se ela se aliena aí, ela também se petrifica, acreditando realizar um desejo que é, afinal, o desejo de um outro [...]”. Alícia não se subjugava a isso, segue o próprio desejo, aspecto também reconhecido por Mundo: “[...] ela é muito mais forte [...]” (HATOUM, 2010, p. 66).

Outrossim, na perspectiva de Lavo, Alícia é construída como uma mulher que demonstra se alegrar ao se afastar de Manaus:

[...] parecia outra Alícia. Falava com sotaque carioca, afetado, que não ecoava apenas os prazeres do Rio, mas também o prazer mais íntimo em contrastar o esplendor da metrópole com o marasmo da província. O sotaque ia perdendo força à medida que a vida manauara se tornava áspera e até hostil. [...] Poucas semanas depois do Carnaval, ela voltava a ser a Alícia que conhecíamos. Mas não escondia a ninguém que um dia iria embora para sempre (HATOUM, 2010, p. 68-69).

Nesse fragmento, na visão sensível e realista de Lavo, Alícia se faz diferente, dependendo do espaço. O narrador constrói o texto, mostrando a diferença de estado de espírito da personagem entre dois mundos: o da província e o da capital. A Alícia cansada da rotina, deprimida, representa a rotina da vida na província de Manaus, e a Alícia deslumbrada e alegre, simboliza a satisfação de estar na metrópole, sobretudo, em relação ao que o dinheiro lhe oferecia. Fanon (2008) pode contribuir para a compreensão desses aspectos, pois ele, ao analisar a condição dos povos colonizados, argumenta que estes buscam se afastar de sua própria cultura por considerá-la inferior e, assim, almeja aproximar-se da cultura do outro, considerada por esses como superior: “[...] Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. [...]” (FANON, 2008, p. 34). Entende-se, assim, que Alícia procura fugir de sua origem indígena ao se mascarar de mulher metropolitana, o que se reforça pela apropriação do sotaque carioca: “[...] adotar uma linguagem diferente daquela da coletividade em que nasceu, representa um deslocamento, uma clivagem [...]” (FANON, 2008, p. 40). Ao assumir uma linguagem que não lhe representa, admite uma cultura que é do outro, negando sua própria identidade. Dessa forma, supõe-se que o narrador, ao contar o fato acima, expressa que a personagem Alícia se esforça para parecer superior à sociedade manauara, por considerar que a cultura carioca e as experiências no Rio de Janeiro lhe revestem de refinamento. A perspectiva narrativa demonstra, ainda, Alícia como uma construção feminina que se engrandece diante da riqueza e do luxo.

Subtende-se, assim, que coexistem nela valores dessas duas sociedades, uma vez que a personagem, de origem indígena, passa, a partir do casamento, a ter hábitos e costumes não indígenas, valorizando o consumo, o jogo e a exaltação, procurando se afastar da realidade provinciana. Essa mudança de humor leva a considerá-la como uma personagem esférica, por não ser constituída apenas com um modo de ser, mas como uma mulher que se configura mais de uma, por isso, uma personagem complexa. Outro aspecto pertinente a destacar é que Alícia se torna uma mulher pertencente à elite, mas o narrador não a descreve com vestimentas de uma dama que segue a moda europeia, como era de costume na época: “[...] ela apareceu de surpresa: com uma blusa de seda vermelha, decote em V, profundo, shortinho branco apertado, as bochechas da bunda em relevo [...]” (HATOUM, 2010, p. 72). A vestimenta descrita também contribui para realçar a sensualidade da personagem. É importante observar que o ponto de vista do narrador não é de reprovação, mas admiração diante do ousado e de uma mulher audaciosa: “[...] A voz, as palavras, a audácia, o decote e o short de Alícia [...]” (HATOUM, 2010, p. 73). Tendo em vista que o adjetivo audacioso se refere às pessoas que “[...] temerariamente, realiza ações difíceis, afronta obstáculos e situações de risco [...]” (HOUAISS, 2001, p. 343), Alícia é assim vista pelo narrador, por se arriscar nos encontros com o amante Ranulfo: “[...] O chofer ia abrir a boca... Se Jano aparecesse, fazia um escândalo [...]” (HATOUM, 2010, p. 73).

Portanto, o narrador manifesta, assim, uma perspectiva de quem observa e admira a sensualidade e a beleza de Alícia, de uma “[...] beleza persistente [...]” (HATOUM, 2010, p. 153). Entretanto, o narrador não apenas deixa transparecer esses aspectos, mas também os vícios da personagem:

Ao ver a mãe bêbada, Mundo voltou lá para cima e disse: Não entre no meu quarto. Vá dormir com meu pai.

Ela lançou um olhar de súplica para o filho e sentou no degrau de baixo: Naiá, prepara um café... estou zonzona... Que noite horrorosa... Minha gargantilha de ouro se foi [...] (HATOUM, 2010, p. 69).

Nota-se, acima, a personagem sob o efeito da bebida e a insatisfação dela pelo prejuízo no jogo e a reprovação do filho pelas atitudes da mãe. O jogo era uma constante na vida de Alícia, como se pode perceber nas palavras dela: “[...] Sempre joguei pôquer e pif-paf com vários parceiros [...]” (HATOUM, 2010, p. 99). Dessa forma, o narrador assume uma posição de imparcialidade, descrevendo-a sem idealizações.

Vale salientar ainda, que, no olhar de Lavo, Alícia não amou. Ranulfo era sua paixão que deixou de ser no momento em que ele não representava mais o amante, a transgressão e a aventura, configurando-se uma mulher muito mais racional do que emotiva: “[...] Não ia dar certo com ele, Lavo. Deu certo quando eu estava com Jano e tinha Mundo perto de mim [...]” (HATOUM, 2010, p. 215). Na falta do esposo e do filho, o amante perdeu o sentido para ela, tornou-se desinteressante, preferindo a solidão: “[...] morreu seca e sozinha [...]” (HATOUM, 2010, p. 222) e sem ânimo para a vida. Enquanto Ranulfo representou, a ela, a excitação da transgressão, o filho, o afeto e o esposo representaram a ponte para a realização de seu anseio.

Dessa forma, supõe-se que ela se serviu de sua beleza e sensualidade para ser amada por Jano e Ranulfo, sem se prender a eles. Personagem que soube encantar os homens, seduzi-los e ser amada. É a representação da mulher que não se encarcera às convenções do casamento e permite a sobrelevação dos desejos e das excitações de uma paixão proibida, rompendo com a ordem estabelecida pela sociedade e pela igreja ao cometer adultério. Personagem que usou a bebida e os jogos como fuga da vida que tinha escolhido, do universo que a cercava enquanto esposa de Jano, como maneira de suportar o segredo<sup>9</sup> que escondia de todos e a desunião entre Jano e Mundo.

Agora convém analisar como essa personagem é constituída por Ranulfo. Sua relação íntima com Alícia coopera para que ele assuma uma perspectiva subjetiva ao falar dela. O olhar é de um homem apaixonado, que a descreve com padrões de beleza mais elevado, em comparação à irmã Algisa, mas que também é capaz de emitir um olhar crítico sobre a amada. No trecho abaixo, Ranulfo destaca a altivez de Alícia, mesmo diante de uma situação humilhante:

[...] Ramira nos surpreendeu no meio do salão e disse na frente dos convidados que Alícia roubara o vestido. [...] foi humilhada por Dalemer, que perguntou: “Como entraste no clube? Alguém te convidou?”. Ela não respondeu: puxou minha mão e pediu com rispidez que a acompanhasse. Ouvi uns risinhos ao redor e reagi com uma coragem fingida e agressiva, dizendo sem pensar que ela podia ir embora, eu ia me divertir. Ela gritou: “Então fica com essas piranhas milionárias e nunca mais entra na minha casa”. E, antes de sair sozinha do clube, esticou o dedo nas ventas de Ramira e disse: “Um dia tu vais costurar pra mim, e ainda vou te dar uns retalhos de esmola”. A voz raivosa acendia seus olhos de cigana, e ela parecia

<sup>9</sup> Segredo sobre a paternidade do filho.

*mais linda usando o vestido de linho roubado, cujo decote revelava a metade dos seios de mulher precoce. Ainda tentei detê-la, mas ela se desgarrou com gestos escandalosos, largou os sapatos e saiu correndo entre moças e mulheres que a olhavam com medo e inveja [...]* (HATOUM, 2010, p. 39-40, grifo do autor).

A altivez de Alícia é percebida pela maneira de sua fala, ao se dirigir a Ranulfo e à Ramira, mostrando-se orgulhosa. Observa-se, ainda, que a expressão “olhos de cigana” possui a conotação de que Alícia é uma mulher que se volta para o futuro. Olhos que previram o futuro, com uma vida de abundância concretizada, graças à sua obstinação em ascender, mostrando-se ambiciosa e resiliente, ao superar a humilhação sofrida, fazendo parte da sociedade elitista manauara. Foi o que aconteceu, rompendo com o paradigma da realidade das personagens anteriores, que não ascenderam socialmente e nem financeiramente. Logo, com o trecho acima, comprova-se a perspectiva crítica de Ranulfo que, mesmo sendo apaixonado por Alícia e a exaltando em alguns aspectos, não omite os aspectos negativos presentes em certas atitudes da personagem. Continuando sob a visão de Ranulfo, analise-se o trecho seguinte, em que ele rememora Alícia em situações anteriores ao casamento com Jano:

*Era estranho: depois de anos de intimidade tua mãe se escondeu de mim na última semana de solteira. Só uma vez, à noite, [...] ela surgiu com o candeeiro aceso na janela; estava nua, e olhou para mim com uma ponta de dor ou desespero que o sorriso tentava encobrir. Quis entrar, ela recuou, e, antes que fechasse a janela, vi seu corpo nu pela última vez antes do casamento. [...] Ela aparecia na janela usando um colar de pérolas sobre uma blusa de seda branca com botões pretos* (HATOUM, 2010, p. 84, grifo do autor).

Sugere-se que a nudez representa a mulher que se despe de seu passado para adentrar numa nova fase da vida, em que se reveste em outra, com requinte, metaforizado pelo colar de pérolas e a blusa branca de seda. Além disso, a nudez denuncia sua ousadia. É importante ressaltar a temeridade de Alícia em enfrentar um casamento por conveniência, que, para o narrador, na sua perspectiva de homem apaixonado, isso não se deu sem o sofrimento dela, destacando que o sorriso buscava esconder a angústia da decisão. Entretanto, a personagem não expressa verbalmente seu descontentamento, mas Ranulfo interpreta dessa forma porque lhe é conveniente enxergar assim, como que para diminuir a dor da perda da mulher amada.

Ainda sob o olhar de Ranulfo, entende-se que Alícia não é tida como ingênua na relação sexual: “[...] *Tua mãe ficou deitada, e abri a blusa dela arrancando os botões, ela deixou, queria, e ainda disse: ‘Depois do casamento’, e ela mesma tirou a saia, se ergueu e me derrubou, e disse: ‘Vou ficar em cima de ti... tem muita formiga-de-fogo neste matagal’ [...]*” (HATOUM, 2010, p. 62, grifo do autor). Alícia se empondera de seu corpo e de seus prazeres, sem se importar com preceitos sociais. Isso pode ser explicado, de certa forma, pelo fato dela ser uma indígena, e esta, em sua construção cultural, possui valores outros em relação à sexualidade, que diferem dos da sociedade não indígena, não vislumbrando o sexo sem matrimônio como pecado, assim como preconiza os princípios da religiosidade cristã.

Dessa forma, após se atentar à construção de Alícia por Ranulfo, compreende-se que a função narrativa dele, em relação a ela, é a de esclarecer o passado dessa mulher, que era desconhecido por Lavo e este não teria condições de contar uma história que não vivenciou, por não se caracterizar como um narrador onisciente e, por isso, não possuir o poder de tudo saber.

Já o narrador Mundo, em suas cartas dirigidas a Lavo, possui também uma focalização autodiegética<sup>10</sup> e um posicionamento que demonstra a relação entre filho e mãe, manifestando, dessa forma, uma afetividade. No trecho abaixo, ele desenha a mãe como uma mulher reprimida:

[...] Não parou de acusar Alícia. Dizia assim mesmo: ‘A péssima educação que estás dando ao nosso filho. Nunca levaste esse menino à igreja. Ele está crescendo que nem um bicho, é por isso que gosta de brincar com os filhos dos empregados. Nenhum deles vai à igreja, mas nosso filho é pior que eles’. Minha mãe aguentou tudo isso. Lembro que ela bebia e olhava pra ele como se dissesse: ‘Isso não vai ficar assim... é só uma questão de tempo [...]’ (HATOUM, 2010, p. 92).

Mundo vê Alícia vitimada por Jano, sofrendo preconceitos em relação à sua cultura, já que revela em Jano o desrespeito à alteridade étnica e religiosa. Isso é acentuado pelas desigualdades entre ela, pobre de origem indígena, e Jano, rico e de origem europeia, demarcando a relação entre sujeitos pós-coloniais que estabelecem trocas culturais, mas também desrespeito à cultura do outro. Assim, anota-se relações de gêneros entrelaçadas às questões de alteridade étnica, compreendidas a partir das relações de alteridade de Beauvoir (2016) e Fanon (1968; 2008), discutidos acima.

Percebe-se, também, abaixo, que o narrador evidencia não gostar do envolvimento de sua mãe com jogos e bebidas, acreditando que ela até perdia a beleza e revelando, dessa forma, sua parcialidade, diante do que narra:

[...] Não gosto de vê-la jogar e beber até o amanhecer dos domingos... com olheiras... A viúva que mais perde no carteadado... perde até a beleza... De noite seu olhar muda, os olhos de ressaca se acendem, ávidos ao anoitecer, e exaustos na madrugada. Acorda depois do almoço, fica sozinha, angustiada, bebendo, ansiosa pelo próximo carteadado [...] (HATOUM, 2010, p. 164-165).

Nota-se um narrador envolvido emocionalmente, à sombra de uma perspectiva de proteção em relação à mãe e, ao mesmo tempo, de reprovação às suas atitudes. É interessante observar que para os narradores Lavo e Ranulfo, Alícia é sempre descrita como bela. Não é o que ocorre na visão de Mundo. Para ele, a Alícia jogadora é uma mulher sem beleza, o que denota sua visão de censura. Atina-se também que Mundo revela a mulher deprimida que se tornou Alícia, degenerando-se pela dor de uma vida de fingimento: “[...] Ela não chora só por minha causa, pensei naquele momento; chora por si mesma, pela mentira de toda uma vida [...]” (HATOUM, 2010, p. 230). Logo, observa-se, pelo choro, uma mulher que se entristece por ter enganado a todos, sobre a paternidade do filho. Outro aspecto dela, que também é denotado pelo olhar de Mundo, é o desapego ao passado: “[...] Minha mãe nunca me levou para o Morro, passou a vida querendo esquecer de onde veio [...]” (HATOUM, 2010, p. 159). O desejo de ascensão de Alícia é representado também por essa atitude. Ela não olha para trás, segue em frente, sempre almejando a subida: do interior de Manaus ao Rio de Janeiro. Assim, nega a própria cultura, quando se recusa ao retorno ou às lembranças, o que também não recebe a aprovação de Mundo.

Até o momento, viu-se como Alícia é configurada pelas três vozes narrativas. Mas ela é uma personagem que também é inscrita pelas falas de outros personagens, que imprimem seus pontos de vista sobre esse feminino que tanto desperta atenção. Para Macau, o motorista, Alícia “[...] era

<sup>10</sup> Focalização autodiegética é o ponto de vista do narrador em primeira pessoa.

muitas... Queria ser mais que esposa o tempo todo; mulher solta, sem marido e filho [...]” (HATOUM, 2010, p. 204). Entende-se que a perspectiva de Macau é de censura, tendo em vista que o adjetivo “solta” ganha, nessa construção semântica, a conotação de mulher livre, desprendida das obrigações de esposa e de mãe, impostas pela sociedade. Por isso, compreende-se que ele a vê como uma mulher que não respeita as convenções. Enquanto para Naiá, Alícia era a patroa justa: “[...] foi justa comigo [...] Eu sabia que ela chamegava com o teu tio. Mas dona Alícia era que nem aranha, se escondia no escuro da teia e crescia [...]” (HATOUM, 2010, p. 221). O ponto de vista de Naiá justifica-se por ter Alícia lhe dado o apartamento, por isso, considera a patroa uma pessoa justa. Ainda é notado que, na visão dela, a patroa se obscurece, para manipular situações que lhe são convenientes, agindo sem ser percebida. Tal perspectiva se explica porque Naiá é cúmplice dos segredos de Alícia, e isso lhe dá propriedade para tal perspectiva. Já para Jano, com o tempo, ela era uma decepção: “[...] Alícia não merece nada, nem uma canoa de herança.” (HATOUM, 2010, p. 142). O próprio cachorro de Jano passou a ignorá-la: “[...] Agora posso andar nua pelo corredor que nem vem me cheirar.” (HATOUM, 2010, p. 145). Enquanto para Ramira, Alícia é tida como insuportável e fingida para com Jano, revelando um olhar de quem antipatiza com Alícia e de quem rivaliza com ela, por amar Jano: “Eles se foram, e minha tia murmurou: Que mulher insuportável. E como sabe fingir que gosta dele.” (HATOUM, 2010, p. 18). Assim, apreende-se as várias faces de Alícia, possibilitadas pelos diversos olhares. É a personagem que se constrói sob diferentes perspectivas.

O interessante a observar é que nenhuma das vozes estrutura Alícia, em torno do que costuma acontecer na literatura: “[...] a construção da feminilidade como resultado de uma disputa entre homens” (BRANDÃO, 2006, p. 156). Os homens envolvidos a ela não buscam eliminar um ao outro na disputa por ela, mas, coexistem, cada um tem seu espaço na vida da personagem, a qual engana a todos, pois esposo, filho e amante nunca souberam da existência de mais um homem na vida dela – Arana – o verdadeiro pai de Mundo. Por isso, Alícia é configurada como misteriosa, revelando o segredo somente ao filho, surpreendendo tanto a este quanto ao leitor, que não esperava tal desfecho. Fato este que corrobora, ainda mais, para entendê-la como uma personagem esférica, pois surpreende a todos. Vale mencionar, também, que Alícia, no relato de Lavo e de Mundo, configura-se como personagem secundária, pois a importância dos relatos destes recai sobre a figura de Mundo. Já no relato de Ranulfo, pode ser considerada uma personagem principal, pois ganha, junto com ele, centralidade na voz deste.

De forma geral, observando a configuração de Alícia, ela pode ser vista como anti-heroína, por ser retratada a partir, também, de seus defeitos: “A peculiaridade do anti-herói decorre de sua configuração psicológica, moral, social e econômica, normalmente traduzida em termos de desqualificação [...] banalizando a figura do protagonista e apresentando-o não raro eivado de defeitos e limitações [...]” (REIS; LOPES, 1988, p. 192). Isso se sustenta porque ela representa a transgressão dos preceitos morais da sociedade da época, reagindo numa atitude de desprendimento a tais princípios.

Modo esse que se constitui perante as diferentes perspectivas, que atribuem a ela caracteres variados – sensual, egoísta, ousada, altiva, surpreendente, atrevida, ferosa, despudorada, atraente, obstinada, insensível, decidida e ardilosa nas tramas do amor - um feminino desejado, mas, sobretudo, desejante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo dessas personagens, possibilitou-se conceber a importância do papel das diferentes perspectivas na composição de cada uma, pois se conclui que nenhuma das duas mulheres fictícias, aqui observadas, foi edificada apenas sob um olhar, mas que elas foram construídas a partir de visões múltiplas, sendo determinados os pontos de vista por intermédio das relações, de proximidade ou não, de afeto, de antipatia ou empatia, de paixão, de inveja, de ciúmes, entre outros sentimentos. Portanto, a teoria genettiana possibilitou a este estudo a compreensão da importância dos níveis narrativos, das focalizações e das perspectivas no entendimento das personagens. Para além da teoria literária, as concepções de alteridade aqui discutidas ajudaram a perceber as nuances descritivas das personagens e como elas se comportam e se relacionam com as alteridades, possibilitando a percepção do olhar crítico presente na obra hatouniana sobre contato entre pessoas de diferentes etnias, a rejeição/aceitação do sujeito ante sua própria cultura, por considerá-la inferior ou superior às demais, e as relações de gênero no contexto pós-colonial.

Diante disso, pode-se notar que os narradores mostraram personagens autônomas em relação à própria vida, mesmo em condição de marginalização, autoritarismo e desrespeito à sua cultura: Aícia é a representação da mulher que luta com as armas que tem (beleza e sedução) para fugir da pobreza e da marginalização, além disso, o narrador a constrói como a adúltera sem culpa; e Algisa, desenhada de forma a se mostrar ambígua, construída entre a razão e a sanidade. Eis duas personagens femininas hatounianas que rompem o paradigma dos papéis sociais à mulher na sociedade patriarcal do século XX, tempo em que é ambientada *Cinzas do Norte*.

Além do mais, o estudo aqui empreendido entende que a ficção de Hatoum não revela discursos ufanistas e apaixonados pela Amazônia, mas, sobretudo, um olhar crítico sobre as relações humanas em Manaus. Vislumbra, por meio da palavra criada e com distanciamento, uma Manaus que é palco tanto de acontecimentos peculiares à região quanto de fatos ocorridos em outros lugares. Assim, entende-se ser Milton Hatoum um escritor não regionalista.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

\_\_\_\_\_. *O segundo sexo: fatos e Mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.


BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: *Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 7-60.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007.





FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREUD, Sigmund (1926). *Um estudo autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, Análise leiga e outros trabalhos*. Obras psicológicas completas: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GENETTE, Gérard. *Figuras II*. Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

\_\_\_\_\_. *Figuras III*. Tradução de Carlos Manzano. Barcelona: Editorial Lumen, 1989.

HATOUM, Milton. *Cinzas do Norte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Órfãos do Eldorado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Relatos de um certo Oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SPIELMANN, Ellen. *“Alteridade” desde Sartre até Bhabha: um surf pela história do conceito*. Univer-sida Livre de Berlin. PB Revista Brasileira de Literatura Comparada. n.º 5, 2000.

**Jogo de Meninas: uma experiência no *Fazendo Gênero 11****Juego de Niñas: una experiencia en el *Fazendo Gênero 11***Girls's Game: an experience in *Fazendo Gênero 11****Rafaela Elaine Barbosa**

**Resumo:** Personagens femininas na literatura, na TV, no cinema, nos quadrinhos e nos *games* marcam o público. Nesse sentido, muitas carregam estereótipos e características que tendem a se repetir, independente da linguagem em que estejam veiculadas. Sendo assim, este trabalho traz a experiência de uma das oficinas que ocorreram no *Fazendo Gênero 11*, evento que foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, de 31 de julho a 4 de agosto de 2017. A referida oficina chama-se **Jogo de meninas** e busca conhecer e entender o papel das personagens femininas nas narrativas dos videogames. Além disso, propõe também recriar novas narrativas e personagens de jogos, mais próximas de nossas vivências e realidades. Para isso, foram utilizadas na oficina e neste trabalho, como arcabouço teórico, as falas e experiências das feministas decoloniais e negras, como Glória Anzáldua, Maria Lugones, Rupi Kaur, Sojourner Truth, Angela Davis, bel hooks, entre outras, juntamente com as experiências de todos que participaram da oficina.

**Palavras-chave:** Personagens Femininas. Representação. Narrativas de Games.

**Resumen:** Los personajes femeninos en la literatura, en la televisión, en el cine, en los cómics y en los juegos marcan al público. En ese sentido, muchas cargan estereotipos y características que tienden a repetirse, independientemente del lenguaje en que estén vehiculadas. Por lo tanto, este trabajo trae la experiencia de uno de los talleres que ocurrieron en el *Fazendo Gênero 11*, evento que fue realizado en la Universidad Federal de Santa Catarina, en Florianópolis, del 31 de julio al 4 de agosto de 2017. Este taller se llama Juego de niñas y busca conocer y entender el papel de los personajes femeninos en las narrativas de los videojuegos. Además, propone también recrear nuevas narrativas y personajes de juegos, más cerca de nuestras vivencias y realidades. Para ello, fueron utilizadas en el taller y en este trabajo, como marco teórico, los discursos y experiencias de las feministas decoloniales y negras, como Glória Anzáldua, Maria Lugones, Rupi Kaur, Sojourner Truth, Angela Davis, bel hooks, entre otras, junto con las experiencias de todos los que participaron en el taller.

**Palabras clave:** Personajes Femeninos. La Representación. Narrativas de Juegos.

**Abstract:** Female characters in literature, on TV, in movies, in comics and in games mark the public. That said, many carry stereotypes and characteristics that tend to repeat themselves, regardless of the media in which they are transmitted. Thus, this paper brings the experience of one of the workshops that took place in *Fazendo Gênero 11*, an event that was held at the Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, from July 31 to August 4, 2017. This workshop is called Girls's Game and seeks to know and understand the role of the female characters in the video game narratives. In addition, it also proposes to recreate new game narratives and characters, so that they can be closer to our experiences and realities. To this end the workshop and this paper used, as theoretical framework, the speeches and experiences of decolonial and black feminists, as Glória Anzáldua, Maria Lugones, Rupi Kaur, Sojourner Truth, Angela Davis, bel hooks, among others, along with the experiences of everyone who participated in the workshop.

**Keywords:** Representation. Game Narratives.

**Rafaela Elaine Barbosa** – Doutoranda em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Mídia e Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento também da UFSC. Graduada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: [rafa.cistia@gmail.com](mailto:rafa.cistia@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

*Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história.*

*(Joseph Campbell)*

A história da humanidade é a história de suas narrativas. Narrar nos trouxe onde estamos hoje, levando os conhecimentos, mitos e ensinamentos de geração em geração. Narrar é uma das ações que nos define, que nos une e que nos move. Por grandes histórias, a humanidade se mobiliza e se emociona.

O ato de narrar surgiu com o desenvolvimento da linguagem pelos primeiros seres humanos, para poder dar instruções aos habitantes de um mesmo clã e perpetuar as lendas e os mitos que serviam como interpretação para fenômenos naturais e que naquele momento não possuíam explicação científica.

O que Harari (2015) chama de **Revolução Cognitiva** foi a primeira grande revolução pela qual a humanidade passou. Por volta de 68.000 a.C., começamos a contar as nossas primeiras histórias. Segundo Harari (2015), todos os animais possuem algum tipo de linguagem, comunicam-se entre si, mas somente o ser humano possui a capacidade de ficcionar:

[...] a ficção nos permitiu não só imaginar coisas, como também fazer isso coletivamente. Podemos tecer mitos partilhados, tais como a história bíblica da criação, os mitos do Tempo do Sonhos dos aborígenes australianos e os mitos nacionalistas dos Estados modernos. Tais mitos dão aos sapiens a capacidade sem precedentes de cooperar de modo versátil em grande número. Formigas e abelhas também podem trabalhar juntas em grande número, mas elas o fazem de maneira um tanto rígida, e apenas com parentes próximos. Lobos e chimpanzés cooperam de maneira muito mais versátil, mas somente com um número pequeno de indivíduos que eles conhecem intimamente. Nós podemos cooperar de maneiras extremamente flexíveis com um incontável número de estranhos (HARARI, 2015, p. 33).

Entre 3.000 e 2.500 a.C., a escrita começa a surgir, não somente para registrar os números que contabilizam terras, gado, escravos dos primeiros impérios, mas também, para contar os fatos e, em seguida, para fantasiá-los, dando continuidade à nossa história, com nossos mitos, heróis e lendas. Uma segunda revolução. Parte do conhecimento (e de nossas histórias) passa a ser armazenado, embora ainda esteja ao alcance de poucos. "A escrita nasceu como serva da consciência humana, mas aos poucos tornou-se sua senhora" (HARARI, 2015, p. 140).

E na História das histórias, as mulheres sempre tiveram um papel importante, transmitindo não só conhecimento, mas criando uma rede de união e de laços extremamente fortes entre as mulheres das comunidades.

As modernas contadoras de histórias descendem de uma comunidade imensa e antiquíssima composta de santos, trovadores, bardos, griots, cantadoras, chantres, menestréis, vagabundos, megeras e loucos. Uma vez sonhei que estava contando histórias e sentia alguém dando tapinhas no meu pé para me incentivar.

Olhei para baixo e vi que estava em pé nos ombros de uma velha que segurava meus tornozelos e sorria para mim. “Não, não” disse-lhe eu. “Venha subir nos meus ombros, já que a senhora é velha e eu sou nova.” “Nada disso” insistiu ela. “É assim que deve ser”. Percebi que ela também estava em pé nos ombros de uma mulher ainda mais velha do que ela, que estava nos ombros de uma mulher usando manto, que estava nos ombros de outra criatura, que estava nos ombros... Acreditei no que disse a velha do sonho a respeito de como as coisas devem ser. A energia para contar histórias vem daquelas que já se foram. Contar ou ouvir histórias deriva sua energia de uma altíssima coluna de seres humanos interligados através do tempo e do espaço, sofisticadamente trajados com farrapos, mantos ou com a nudez da sua época, e repletos a ponto de transbordarem de vida ainda sendo vivida. Se existe uma única fonte das histórias e um espírito das histórias, ela está nessa longa corrente de seres humanos. (ESTÉS, 1992, p. 33)

Em 1450, uma invenção traçou o início da mudança desse panorama: o prelo; atribuído ao alemão Johanes Gutenberg, visto que, embora o senso comum lhe atribua o título de inventor do prelo, Gutenberg somente aperfeiçoou esse objeto, já que os chineses já utilizavam um tipo de prelo há pelo menos catorze séculos para criar seus livros e guardar seus escritos (FOGUEL, 2016, p. 38).

De qualquer forma, com essa invenção (ou aprimoramento), o poder de confeccionar livros na Europa saiu das mãos dos monges cristãos e passou a ser de quem possuísse o aparelho, além do que, os livros passaram a ser impressos em outros idiomas diferentes do latim, idioma utilizado nos documentos, durante a Idade Média na Europa. Essa invenção foi considerada extremamente subversiva para os conservadores da época, pois permitia a disseminação do conhecimento de forma muito mais ampla (FEBVRE, 1992).

Aos poucos, o livro foi se popularizando na Europa, apesar de ser ainda um artefato de luxo. Com a ascensão da burguesia e o surgimento do romance como gênero literário, o livro alcança seu lugar de destaque, tanto que esse período literário passa a ser conhecido como Romantismo.

No século XVIII, o termo Romantismo oferece um outro sentido. À medida que a imaginação adquire importância e que se desenvolvem novas formas de sensibilidade, *romantic* passa a designar o que agrada à imaginação, o que desperta o sonho e a comoção da alma, aplicando-se às montanhas, às florestas, aos castelos, entre outros referentes. Nesta acepção, foi-se destruindo a conexão do vocábulo com o gênero literário do romance, tendo vindo *romantic* a exprimir sobretudo os aspectos melancólicos e selvagens da natureza. Não era um adjetivo favorável nem desfavorável. E nada faria crer que em torno desse conceito se iriam travar grandes batalhas no campo artístico e literário europeu. O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) distingue pela primeira vez os termos *romantique* (romântico) e *romanesque* (romance). (RIBEIRO, 2010, p. 18)

Os livros se tornam cada vez mais populares em nosso país, apesar de sermos ainda um país que pouco lê<sup>1</sup>. O Sindicato Nacional de Editores de Livros, em sua pesquisa mensal, registrou um aumento da venda de livros, comparando agosto de 2015 com agosto de 2016<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> <http://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-apon-ta-pesquisa-retratos-da-leitura/> (Acessado em 22 de setembro de 2017)

<sup>2</sup> <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/08/SNEL-07-2016-7T.pdf> (Acessado em 22 de setembro de 2017)

Se o mercado de livros traça seu crescimento de forma gradativa, aos poucos conquistando seu espaço na sociedade, para o mercado de jogos, a história é outra. Hoje é o mercado que mais cresce e que mais movimenta recursos financeiros, deixando para trás gigantes como o cinema e a música<sup>3</sup>.

Com os jogos, as histórias não são somente contadas, escritas, representadas, mas também jogadas. E, como jogador, é possível criar e recriar diferentes histórias e finais para cada vez que se senta em frente ao tabuleiro, computador, videogame, tablet ou smartphone. Nesse sentido, os jogos também trazem narrativas e heróis, sejam eles os jogos tradicionais – como os de tabuleiro – ou os digitais – aqueles que se jogam em computadores, em consoles de videogames, tablets ou smartphones, chamados também de games.

Sobre o herói, Campbell (1949) desenvolveu em seu livro, *O herói de mil faces*, uma jornada que tende a se repetir nas narrativas míticas, em histórias como as de Jesus Cristo, Maomé, Hércules, Osíris, Homem-Aranha, Harry Potter...



Figura 1 - Jornada do Herói (Fonte: da autora)

E as mulheres? Como são as personagens femininas sobre as quais contamos histórias? Um exemplo, muito relevante para a cultura ocidental, são as princesas da Disney. Observemos Aurora, a Bela Adormecida<sup>4</sup>, que dorme enquanto espera um príncipe salvador. A Branca de Neve<sup>5</sup>, que participa, mesmo que involuntariamente, de uma espécie de competição de beleza com sua madrastra e acaba envenenada por esta, intensificando a ideia de rivalidade entre as mulheres (GODOY, 2009). Outro caso icônico: Cinderela<sup>6</sup>, que, assim como Branca de Neve, entra num processo de

<sup>3</sup> Reportagem A era de ouro dos games, da Revista Superinteressante. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/a-era-de-ouro-dos-games>. Acessada em 22 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> <http://filmes.disney.com.br/a-bela-adormecida> (Acessado em 12 de setembro de 2017)

<sup>5</sup> <http://filmes.disney.com.br/branca-neve-e-os-sete-anoes> (Acessado em 12 de setembro de 2017)

<sup>6</sup> <http://filmes.disney.com.br/cinderela> (Acessado em 12 de setembro de 2017)

rivalidade com as filhas de sua madrasta e tem sua história construída ao redor de um único objetivo: encontrar e casar-se com o príncipe. Além disso, todas essas princesas possuem um tipo físico único, padrão. Brancas, olhos claros, magras, cabelos lisos, geralmente loiras, voz fina, extremamente delicadas. Todas elas deixam claro qual são os objetivos de uma princesa: encontrar o príncipe e encaixar-se nesse único padrão de beleza. Não há outro destino. Àquelas que não se encaixam nele, cabe-lhes o papel de más, de bruxas, de desajustadas (ZORDAN, 2005), ficando evidente uma forte dicotomia entre bem e mal, o que é bom e o que é ruim. "A mulher, contudo, não é simplesmente um objecto. Em termos de produção da cultura, ela representa um objecto de arte: ela pode ser a escultura de marfim ou a réplica de lama, [...]" (GUBAR, 2012, p. 99).

A Disney tem percebido as discussões em torno do papel da mulher e iniciado um processo de mudança em suas princesas. Bons exemplos dessas mudanças são: Merida<sup>7</sup>, Elsa<sup>8</sup>, Moana<sup>9</sup>. Princesas que não buscam um príncipe como único objetivo, são valentes, líderes, e que contam com uma rede de mulheres que as ajudam e as apoiam.

Este trabalho traz uma experiência por meio de uma oficina que aconteceu no *Fazendo Gênero 11*, ocorrido em 2017, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse evento, voltado a todos os feminismos, reuniu pesquisadoras e pesquisadores do mundo todo no Brasil para debater estudos de gênero e feminismos. Durante a oficina, analisou-se as personagens femininas dos jogos, sobretudo dos videogames e, num exercício de imaginação e busca por diversidade feminina, propôs-se a criação de novas personagens, novas narrativas em novos jogos.

## 1. A OFICINA

*nossas costas  
contam histórias  
que a lombada  
de nenhum livro  
pode carregar- mulheres de cor  
(Rupi Kaur)*

A partir dos aspectos já citados sobre a evolução das narrativas na história da humanidade, juntamente com o papel da mulher como narradora e personagem dessas histórias, surgiu a ideia de ministrar uma oficina de jogos a partir de uma perspectiva feminista, em que os jogos imaginados contassem com personagens mais diversas, verdadeiras donas de si, com aventuras e histórias que façam parte da vida das mulheres do “mundo real”.

A oficina ocorreu no dia 3 de agosto de 2017, às 13h, na sala 323, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na cidade de Florianópolis, durante o evento *13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos* e contou com pesquisadoras e pesquisadores sobre as temáticas envolvidas. A seguir, a apresentação do evento:

<sup>7</sup> <http://filmes.disney.com.br/valente> (Acessado em 12 de setembro de 2017).

<sup>8</sup> <http://filmes.disney.com.br/frozen-uma-aventura-congelante> (Acessado em 12 de setembro de 2017).

<sup>9</sup> <http://videos.disney.com.br/ver/moana-um-mar-de-aventuras-trailer-53552e934c82dfd0eff4507d> (Acessado em 12 de setembro de 2017)

Em 2017, o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil) irá sediar, junto com o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, a 13ª edição Women's Worlds Congress, que terá lugar pela primeira vez na América do Sul. Este é um evento que reúne a cada três anos mulheres de todas as partes do mundo, tanto da academia como do ativismo. O encontro mobiliza setores diversos do feminismo, que vêm conquistando espaços nas últimas décadas, promovendo debates, releituras e autocríticas. A luta feminista é cotidiana, repleta de desafios, e ela se atualiza nas discussões promovidas em cada encontro, nas trocas de experiências, propostas de ação e no aprofundamento de situações locais.

Depois de passar por Israel, Holanda, Irlanda, Estados Unidos, Costa Rica, Austrália, Noruega, Uganda, Coreia, Espanha, Canadá e Índia, é a vez do Brasil sediar o Women's Worlds Congress, em um único evento, com o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 de 30 de julho a 4 de agosto de 2017. A temática que norteará o encontro é "Transformações, Conexões, Deslocamentos". Com isso, queremos alargar esse lugar de diálogo para uma perspectiva mundial, afastada da hierarquia Norte-Sul, ou seja, um espaço onde se possa ouvir outras vozes, novas propostas, valorizar saberes, ampliar horizontes de estudo e de ativismo. Desse modo, seremos capazes de pensar e propor perspectivas inclusivas para os estudos feministas e possibilidades de construção feminista.<sup>10</sup> (Site do evento)

Foram dias de muito ativismo, palestras, encontros, debates, conversas, unindo os debates acadêmicos com as lutas dos movimentos sociais, buscando dar voz e ouvir pessoas heterossexuais, homossexuais, bissexuais, *queer*, transgênero, cisgênero, brancas, pretas, pardas, amarelas, indígenas... Teoria e prática servindo de suporte um ao outro, pois "quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade." (FREIRE, 1989, p. 67). Um encontro tão diverso, que resultou nas mais belas e coloridas imagens que a UFSC já viu.

Além disso, o evento extrapolou o espaço da UFSC, tomando Florianópolis e culminando com uma marcha pelas ruas do centro da cidade. A marcha, chamada de Marcha Internacional de Mulheres por Direitos, reuniu diversos segmentos do movimento feminista, em um protesto com uma pauta diversa, mas muito unificada, e aconteceu no dia 2 de agosto de 2017, reunindo milhares de pessoas.

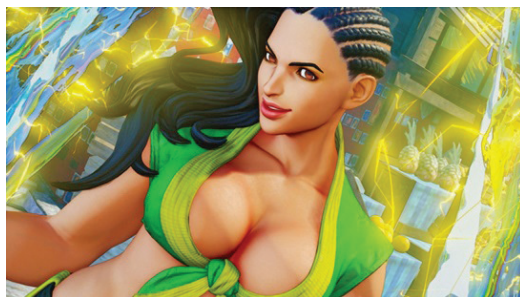
Fica evidente a grande dimensão que o evento atingiu e sua diversidade de pautas feministas e de gênero. Nesse sentido, uma das lutas sempre presente no feminismo é a forma como mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, indígenas, negras, pessoas portadoras de deficiência se veem (ou não) representadas na TV, no cinema, na literatura, nos quadrinhos, na publicidade, nos games, nas mídias em geral. Essa é a pauta da oficina **Jogo de meninas**, embora foque inicialmente nos videogames, jogos de computador, de fliperama e de *smartphones*, é impossível não fazer uma relação com as personagens femininas e suas histórias contadas nas mais variadas linguagens no decorrer de nossa história. A seguir, serão detalhadas a metodologia da oficina, sua estrutura, sua realização e as experiências e vivências extraídas dela.

A metodologia proposta para a oficina foi majoritariamente expositiva, visto que era importante transmitir conhecimentos sobre jogos, sua importância ao longo da nossa história, as

<sup>10</sup> <http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/apresentacao> (Acessado em 21 de dezembro de 2017.)

personagens femininas e suas narrativas presentes neles, para que, a partir daí, os/as participantes imaginassem jogos que os/as representassem. A aula expositiva é, muitas vezes, malvista, por ser a representação de um método de ensino mais tradicional, mas, combinada com alguns artefatos e estratégias, é o método mais indicado para os casos em que é necessário conduzir a turma por um raciocínio. No entanto, durante toda a oficina, um espaço de fala e debate foi criado e, assim, a palavra não ficou somente com a ministrante. Houve muita conversa, muito compartilhamento de experiências sobre jogos e histórias de mulheres durante as 3h30min de oficina.

Para apoiar as falas da ministrante, foram também utilizados slides. Como era preciso introduzir e explicar games e suas dinâmicas, as imagens são cruciais para entendê-los, não só os objetivos e regras de um jogo, mas também sua evolução, sobretudo, para aqueles que são digitais. A seguir, algumas imagens utilizadas na oficina:



**Figura 2** - Personagem brasileira do jogo *Street Fighter*<sup>11</sup>, Laura. Mesmo sendo uma lutadora, é possível perceber que suas roupas são bastante sexualizadas.



**Figura 3** - Personagem Peach, a princesa que é resgatada ao final dos jogos do *Super Mario Bros*<sup>12</sup>.



**Figura 4** - Jogo Pong, o primeiro jogo, tido como o primeiro videogame.

<sup>11</sup> <https://streetfighter.com/?lang=pt-br> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>12</sup> <https://mario.nintendo.com/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)



A estrutura da oficina é composta das seguintes etapas:

**a) Quem somos nós:** neste momento, todas/os as/os participantes se apresentaram dizendo nome, de onde vinham, quais suas atividades, se jogam ou já jogaram algum game e o que esperavam da oficina. A oficina contou com dezessete participantes, mais a ministrante e a monitora de sala. Dezesseis participantes eram mulheres, somente um homem. Duas mulheres tinham mais de 50 anos e o restante, entre 20 e 35 anos. Duas mulheres eram da cidade do Rio de Janeiro e trabalhavam como assistentes sociais. Quatro mulheres eram baianas, duas vinham de Salvador, uma de Ilhéus e uma de Feira de Santana. O restante era da capital ou do interior de Santa Catarina. A maioria das participantes exerciam as profissões de pedagoga, educadora, professora. Havia duas estudantes de Psicologia e uma estudante de Design, todas da UFSC. O rapaz era estudante de Sistemas de informação, também da UFSC, e pretende trabalhar na área de games. Todos já disseram ter jogado algo ao longo da vida, mas nada em específico. As duas mulheres mais velhas nunca jogaram um videogame. Todos responderam que já jogaram/ jogam algo no smartphone.

**b) O que são os jogos:** nesta parte, foi explicitado o papel dos jogos ao longo da história da humanidade e por que eles seguem fascinando os seres humanos. Foram utilizadas as teorias de Huizinga (2001) e McLuhan (1996). O ponto mais significativo foi a comparação dos jogos com a vida real. Ao jogar, temos objetivos a atingir, temos regras a seguir e os resultados são imprevisíveis, assim como nas nossas vidas. Nesse sentido, jogos são uma simulação do mundo real. Além disso, também foi desfeito o mito de que só humanos jogam, brincam. Animais também brincam entre si e também com humanos, o que torna o jogo algo muito além de um fenômeno cultural, mas sim, um fenômeno natural, ou os dois. Jogos são um exemplo claro do quanto a linha entre natureza e cultura é tênue ou talvez nem exista. Neste momento, também foi abordada a história dos jogos e sua evolução, jogos famosos, como GTA<sup>13</sup>, *Pokémon Go*<sup>14</sup>, *World of Warcraft*<sup>15</sup>, *Counter Strike*<sup>16</sup>, *Super Mario Bros*, *League of Legends*<sup>17</sup> e aqueles de tabuleiros mais antigos, mas ainda muito famosos, como xadrez e damas.

**c) Quem são as mulheres nos jogos:** a seguir, o foco passa a ser uma análise da trajetória das representações femininas e suas narrativas nos games. Embora seja de suma importância, o foco desse momento não são as mulheres que jogam, nem as que trabalham no mercado dos games. No princípio do debate, foi difícil para as participantes separarem as experiências e muitas quiseram expor suas vivências, sobretudo, como jogadoras. Que já foram xingadas, assediadas, ameaçadas por serem mulheres. Então, esse momento acabou, também, trazendo falas sobre quem joga, e não só sobre com qual personagem/avatar se joga. Após a explanação das participantes, as personagens femininas passaram a ser detalhadas e algumas experiências ficaram óbvias, pois é perceptível a ligação do modo como as personagens de games são retratadas com a forma como as mulheres são (des)tratadas ao jogar. As personagens usadas como exemplo ao longo da história dos games foram: a Princesa Peach (figura 3), personagem 'troféu' que Mario resgata no final do jogo; as personagens lutadoras (mas hipersexualizadas) Mileena, Jade e Kitana, da franquia de jogos *Street Fighter* (figura 4); e Laura (figura 2), da franquia *Mortal Kombat*<sup>18</sup>.

<sup>13</sup> <https://www.rockstargames.com/grandtheftauto/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>14</sup> <https://www.pokemongo.com/pt-pt/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>15</sup> <https://worldofwarcraft.com/pt-br/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>16</sup> <http://blog.counter-strike.net/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>17</sup> [https://play.br.leagueoflegends.com/pt\\_BR](https://play.br.leagueoflegends.com/pt_BR) (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)

<sup>18</sup> <http://www.mortalkombat.com/> (Acessado em 12 de dezembro de 2017.)



Figura 4 - Personagens Jade, Kitana e Mileena do jogo *Street Fighter*.

Neste momento, embora descontraído, ficou muito óbvio o conceito do olhar masculinizado de Mulvey (1975), no qual presume-se um homem heterossexual olhando e que precisa ser agrada- do. É evidente que nenhuma lutadora ficaria confortável usando saltos e roupas como as das per- sonagens, mas seduzir de forma exagerada parece ser a primeira necessidade de uma personagem feminina nessas duas franquias de games de luta mundialmente famosas.

Lara Croft também foi citada, visto que ela atualmente escapa do padrão sensual das lutado- ras e é a personagem feminina de games mais famosa do mundo. Uma espécie de Indiana Jones, que percorre o mundo em busca de tesouros secretos. Lara é arqueóloga e, embora nos primeiros jogos tenha usado short curto e top – mesmo nos jogos com etapas em lugares que nevam, como o Canadá –, devido à pressão de muitas fãs do jogo, Lara passou a usar calças e roupas mais apro- priadas em suas missões.



Figura 6 - Lara Croft, protagonista do jogo *Tomb Raider*.

**d) Peças do jogo:** aqui, o foco foi entender as partes de um jogo. Foram utilizadas, como base, as teorias sobre jogos de Prensky (2001) e Kapp (2012). Foram também discutidos o conceito de jornada do herói, já citado, e, já que estamos falando de personagens femininas, a jornada da heroína, proposta por Maureen Murdock, aluna de Campbell, em 1990, visto que ela traz importantes reflexões sobre como a mulher, para ser uma heroína, precisa equilibrar o feminino e o masculino, fator que para o herói não existe.



Figura 7 - Jornada da heroína, proposta por Maureen Murdock, em 1990 (Fonte: Jornal Nexo).<sup>19</sup>

**d) Jogos que nos representem:** neste momento, já se aproximando do final, as/os participantes foram convidadas/os a imaginar seus jogos, com personagens e narrativas em que se sentissem representados. Poderia ser um jogo digital, de tabuleiro, ou de cartas; com um objetivo final ou vários para serem alcançados; com um personagem como protagonista, ou várias para serem escolhidos, ou mesmo sem personagens. Enfim, a proposta é que criassem um jogo que eles gostariam de jogar e se sentissem representados. Foram dados 45min para a realização desse exercício e fornecidos materiais como lápis de cor, canetinhas, cartolina, papel A4, *post-its*. O exercício podia ser feito individualmente ou em grupos. Devido à afinidades geográficas e de áreas de atuação, foram formados três grupos: dois com seis participantes e um com cinco.

**e) Que comecem os jogos:** após os 45min, as/os participantes foram convidados a expor os três jogos imaginados. A tabela abaixo traz as características desse exercício de imaginação:

#### **Iara – uma aventura pela América do Sul**

Esse jogo, que traz como temática a aventura e a exploração pela América do Sul, tem como protagonista uma menina indígena, chamada Iara, que mora com sua família no norte do país e possui poderes especiais para falar e contar com a ajuda dos seres da floresta, principalmente, dos seres das águas. A narrativa se passa no período das invasões europeias, e Iara, juntamente com outros seres e seus poderes, precisam evitar que os europeus cheguem ao local sagrado de seu povo e roubem as riquezas que existem nesse lugar. Nessa jornada, Iara reconecta-se com o seu passado e conhece mais de seu povo. Além disso, a protagonista também conta com o pajé da comunidade, já falecido, que lhe aparece em sonhos e é seu mentor em sua jornada.

<sup>19</sup> Infográfico extraído do jornal Nexo, reportagem Jornada da heroína: como é a narrativa mítica baseada nas necessidades e aspirações da mulher (<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/08/20/Jornada-da-heroina-como-e-a-narrativa-mitica-baseada-nas-necessidades-e-aspiracoes-da-mulher>). Acessado em 14 de janeiro de 2018.

## Lute como uma mulher

Esse jogo tem como tema a resistência e o protagonismo da mulher negra, e se passa num período de nossa história chamado de Guerra da Independência do Brasil. Nesse período, que vai de fevereiro de 1822 a julho de 1823, o estado da Bahia, motivado por sentimentos federalistas, busca separar-se do Brasil. O jogo se passa mais precisamente no Recôncavo Baiano e tem como protagonista Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a primeira mulher a combater no exército brasileiro, mas, para conseguir esse objetivo, ela se veste de homem e alista-se como soldado Medeiros. No jogo, ela deve, além de se passar por um soldado, combater os soldados que lutam para separar a Bahia do resto do país. Como recompensa por sua valentia, o jogador consegue libertar/resgatar o território baiano e recebe a medalha “Maria Quitéria”.

## Maré de Igualdade

Esse jogo, focado na violência cotidiana que a mulher sofre todos os dias, traz a história de Érika, uma jovem moradora do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, e possui, como principal objetivo, a identificação das situações de violência contra a mulher vividas pela protagonista no dia a dia e o combate a elas. Tem como trilha sonora o funk, e as fases do jogo ocorrem em situações familiares, na escola, nas festas e ao buscar um trabalho. Assim, enquanto vai crescendo e se tornando adulta, Érika precisa vencer o machismo e a violência contra a mulher e conquistar seu lugar.

Infelizmente, devido ao pouco tempo disponível para a oficina, não foi possível as participantes detalharem melhor os jogos, por exemplo, especificando missões e fases que as personagens deveriam passar para vencer o objetivo. A ideia é replicar a oficina em outros lugares e eventos, com uma carga horária maior, para poder detalhar melhor tanto os jogos a serem criados quanto para propor discussões mais aprofundadas sobre os temas.

De qualquer forma, é possível verificar a diversidade dos jogos imaginados pelas/os participantes. Jogos que representam três regiões brasileiras bem diferentes e três períodos históricos muito distintos. São jogos que, se fossem produzidos, além de entretenimento, poderiam ser usados nas escolas para ensinar história, geografia, cultura, diversidade, igualdade e respeito.

## CONCLUSÃO

*E não sou uma mulher?*  
(Sojourner Truth)

*A cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância. Ao nos destituir de qualquer autodeterminação, deixou-nos fracas/os e vazias/os. Como um povo temos resistido e ocupado posições cômodas, mas nunca nos foi permitido desenvolver-nos sem restrições – Nunca nos foi permitido sermos nós mesmas/os completamente.*  
(Glória Anzaldúa)

O ano é 2017, e ao estudar e analisar as mulheres presentes nos jogos, sobretudo, nos videogames, jogos de computador e *smartphones* é impossível não se lembrar do discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio. Nesse momento da história estadunidense, em que a questão abolicionista e o direito ao voto para mulheres convergiam e divergiam entre si, a ex-escrava Sojourner Truth indigna-se numa convenção na qual se discutia os direitos das mulheres, sem a participação de mulheres negras. O mesmo ocorre ao observarmos as mulheres que são personagens dos jogos de videogame. Nos jogos mais famosos, com maior número de jogadores e que são sucessos de mercado, não há mulheres negras, indígenas, gordas, lésbicas, transexuais, idosas, travestis, portadoras de deficiência. O padrão físico é branca, jovem, lábios finos, olhos claros, cabelos lisos, magra, no máximo, com um porte atlético. Se Sojourner Truth, em vez de estar na convenção, em 1851, estivesse hoje jogando um videogame famoso e buscasse se reconhecer na personagem que escolhesse para jogar, ela não encontraria uma mulher que se encaixasse em seu perfil, e talvez se questionasse: "Onde está nos videogames uma mulher que me represente?".

bel hooks já chamava a atenção para essa invisibilidade da mulher negra: "Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos *homens negros*; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres *brancas*." (hooks, 2014, p. 8). A mesma bel hooks (2014) nos relata que quando o feminismo reconhece as violências maiores sofridas pelas mulheres negras, tratou-se de lhes dar o estereótipo da mulher forte, resistência, martirizada:

Quando as feministas num único fôlego reconheceram que as mulheres negras eram vitimizadas e no mesmo fôlego enfatizaram a sua força, elas sugeriram que apesar de as mulheres negras serem oprimidas elas conseguiam contornar os impactos causados pela opressão sendo fortes – e isso não é simplesmente um acontecimento. Usualmente, quando as pessoas falam da “força” das mulheres negras elas referem-se à forma pela qual elas percebem como as mulheres negras lidam com a opressão. Elas ignoram a realidade de que ser forte perante a opressão não é o mesmo que superar a opressão, que a sobrevivência não é para ser confundida com a transformação. (hooks, 2014, p. 9)

E, presa a esse papel de fortaleza humana, não houve transformação na forma de representar a mulher negra; e, nesse sentido, a opressão, os estereótipos, o peso da pele escura + sexo feminino, carregados pelas mulheres negras, não eram vistos como algo a ser confrontado, até porque ela suporta, ela aguenta, ela é forte. E essas violências, compostas pelas categorias de gênero, raça e classe, sofridas em conjunto e de forma interligada, agem de maneiras distintas, com pesos que variam de acordo com o contexto histórico, social e econômico. É o que chamamos de interseccionalidade. Esse conceito surgiu pela primeira vez num texto de Kimberlé W. Crenshaw (1989), jurista norte-americana para relatar a ligação de raça, classe e gênero como sistemas opressores aprofundados no colonialismo e que perpetuam até hoje.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque inter-

seccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

bel hooks (2014) também já relatava sua experiência interseccional, embora não usasse esse termo, contando como eram interligados os aspectos raça e gênero em suas vivências:

Desde do início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. (hooks, 2014, p. 12)

Fanon (2008) nos esclarece sobre essa zona de não-ser em que o negro se encontra, árida e estéril, na qual nada cresce, onde o negro é deixado, naquele lugar cerrado e delimitado pelo colonialismo. Se para o homem negro há esse sentimento de não pertencimento, de não aceitação, uma busca por ser um homem branco, "para o negro há somente um destino, e ele é branco" (FANON, 2008, p. 28), que espaço, que lugar há para mulher negra?

Cabe destacar que, durante a oficina, não foram somente as vivências das mulheres negras que se transformaram em games. A mulher indígena também foi lembrada e ela, assim como a mulher negra, também traz em sua pele, morena, o indicador da diferença. A pele, "o corpo do outro, especialmente sua cor, é o que há de mais imediato, de mais visual, mais material" (MBEMBE, p. 361, 2014).

Bulo e Oto (2015) corroboram a ideia de que a pele é um dos grandes marcadores, que nos une ou nos separa, "a pele é um umbral, não é algo fechado, é um tipo de pacote que determina o que fica dentro ou fora, também decide o que entra e o que sai." (BULO e OTO, 2015, p.8). Cabe destacar que as funções da pele citadas anteriormente são tanto biológicas quanto sociais. A mesma pele que protege nosso corpo fisiologicamente também pode ser causa de ataques, discriminação e preconceito, como no caso dos negros, indígenas, pardos, e quaisquer etnias marcadas por sua tez.

Os jogos, infelizmente, reproduzem as exclusões que já vivenciamos no mundo real. Eles são nada mais que espelhos de uma sociedade que, se já destina à mulher branca jovem heterossexual um papel secundário, à mulher negra, indígena, LGBTI+, deficiente, idosa, não destina praticamente papel nenhum (DAVIS, 2017).

Hoje, óbvio, o mundo não pertence de fato aos seus habitantes. Há aquelas pessoas - um minúsculo segmento da população - que usurparam grande parte da riqueza do mundo capitalista, enquanto outras - a vasta maioria - têm proporcionalmente pouco. Nessa maioria, um número expressivo sequer possui o suficiente para sobreviver. [...] A falta de empregos é um problema de singular importância para a população jovem, principalmente a juventude negra e de outras comunidades racialmente oprimidas. Trata-se de uma preocupação para as mulheres jovens, em especial as de minorias étnicas. (DAVIS, 2017, p. 147)

As desigualdades e dificuldades presentes no mundo real, capitalista, são refletidos no mundo virtual dos games, tanto nos personagens que representam uma minúscula parcela dos habitantes do planeta, quanto no mercado, ainda formado em sua maioria por homens brancos<sup>20</sup>.

Os jogos imaginados pelas/os participantes da oficina ainda são impregnados das opressões engendradas pelo sistema raça/classe/gênero. No primeiro jogo, temos uma menina indígena, que luta contra a invasão colonizadora, pois ela sabe que esse contato, não apenas danificará as riquezas materiais de seu povo, mas também sua identidade. No segundo, temos uma personagem que precisa lutar, não só contra os papéis impostos a seu gênero, mas também para defender de seu povo. No último, temos Érika, que carrega em si as marcas de ser mulher negra e da periferia. É quase como se ela não soubesse de onde vem o “ataque”, ou seja, as situações difíceis que precisa enfrentar.

Esses jogos trazem as marcas de raça/classe e gênero, porque é isso que enfrentamos todos os dias. Mas também trazem a resistência, que mulheres reais (e também as virtuais) carregam e potencializam umas nas outras.

É uma questão de como produzimos um feminismo que pegue os desígnios globais para a energia do feminino e masculino racializados e, apagando a diferença colonial, recolha essa energia para usá-la em direção à destruição dos mundos de sentidos de nossas próprias possibilidades. Nossas possibilidades apoiam-se na comunalidade, não na subordinação [...] (LUGONES, 2014, p. 946)

No universo dos games, uma lenta mudança começa a se configurar. *Dandara*, um videogame brasileiro de aventura, produzido pelo estúdio mineiro *Long Hat House*, finalista como melhor jogo na **SBGames**<sup>21</sup>, o maior evento acadêmico da América Latina na área de Jogos e Entretenimento Digital, traz *Dandara dos Palmares* como uma das principais referências. No entanto, o jogo não recria a história de *Dandara* na luta contra a escravidão, pois seus criadores afirmam não possuírem o entendimento sobre o preconceito e sofrimento enfrentado pela população negra ao longo da história brasileira, o que pode, de certa forma, configurar uma apropriação leviana. Seria mais interessante e produtivo que a equipe do jogo contasse com homens e mulheres negras que conhecessem a história de *Dandara* e a contassem no jogo. Diferente do game com *Maria Quitéria* como protagonista, proposto pelas participantes da nossa oficina, que conheciam a história de *Maria Quitéria* e imaginaram contá-la em forma de jogo.

Percebe-se, então, que, para termos personagens femininas nos jogos que realmente contem as nossas histórias, precisamos ter mulheres na produção dos games, assim como na literatura precisamos de escritoras, no cinema precisamos de mulheres roteirizando e dirigindo filmes, nos quadrinhos, na pintura, na publicidade, enfim, também precisamos de mulheres roteiristas, designers e programadoras no mercado dos games para termos personagens femininas que nos representem.

Queremos ver personagens femininas e nos sentirmos representadas nelas. Queremos vê-las de todas as cores, todos os tamanhos, de várias personalidades, com toda a nossa diversidade. Queremos nos ver nos jogos. Queremos sentir que os jogos contam as nossas histórias. Uma história negra, ameríndia, imigrante, jovem, idosa, lésbica, bissexual, transexual, mestiça. Uma história de mulheres.

<sup>20</sup> <https://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2016/05/17/mulheres-contam-como-e-criar-games-em-meio-dominado-por-homens.htm> (Acessado em 15 de janeiro de 2018.)

<sup>21</sup> <https://www.sbgames.org/> (Acessado em 15 de janeiro de 2018.)

## REFERÊNCIAS

- BILGE, S. *Théorisations féministes de l'intersectionnalité*. Diogène, n° 225, 2009, p. 70-88.
- BULO, V. e OTO, A. *Piel inmundada: la construcción racial de los cuerpos*. Mutatis Mutandis: Revista Internacional de Filosofía, n°. 5, 2015, p. 7-14.
- CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. 10. ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2005.
- CRENSHAW, K. W. *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 139-167.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ESTÉS, C. P. *Mulheres que correm com os lobos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- FANON, F. *Pele negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEBVRE, L. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec/Ed.Unesp, 1992.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra, 1989.
- FOGUEL, I. *Uma breve história do livro*. São Paulo. Clube de Autores, 2016.
- GODOY, G. S. *Narrativas e Lugares de Constituição do Sujeito Mulher: Um Recorte de Memórias*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- GUBAR, S. *A Página em Branco e Questões Acerca da Criatividade Feminina*. In: Gênero, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo. Org. Ana Gabriela Macedo. Lisboa: Cotovia, 2002, p. 97 - 124.
- HARARI, Y. N. *Sapiens – uma breve história da humanidade*. Editora L&PM. Rio Grande do Sul, 2012.
- hooks, b. *Ain't I a woman: black women and feminism*. Plataforma Gueto. Lisboa: 2014.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KAPP, K. M. *The gamification of learning and instruction: gamebased methods and strategies for training and education*. San Francisco: Pfeiffer, 2012.
- KERNER, I. *Tudo é interseccional?* Tradução de Bianca Tavorari. Revista Novos Estudos, n° 93, 2012, p. 45-58.
- LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas. Florianópolis, 22(3): 935-952, set./dez./2014.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução Décio Pignatari. 8. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.





MULVEY, L. *Visual Pleasure and Narrative Cinema*. Screen, v. 16, n° 3, 1975, p. 6-27.

PRENSKY, M.: *Digital Natives Digital Immigrants*. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. NCB University Press, vol. 9, n° 5, 2001.

RIBEIRO, R. *Romantismo: contextualização histórica e das artes*. Dissertação de mestrado em Música. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco, Portugal, 2010.

ZORDAN, P. B. *Bruxas: figuras de poder*. Revista Estudos Feministas, ano 13, v. 256. Florianópolis, 2005.

## Gladiadoras de Saias: mulheres capoeiras no norte do Brasil (1876 a 1912)

*Gladiadoras de Faldas: mujeres capoeiras en el norte de Brasil (1876 a 1912)*

*Gladiators of Skirts: women capoeiras in the north of Brazil (1876 to 1912)*

**Luiz Augusto Pinheiro Leal**

**Resumo:** O final do século XIX, no Brasil, representou o auge da disciplinarização do corpo feminino negro, devido à preocupação com a formatação de uma identidade para a nação brasileira. O corpo expressava comportamento social e este, para ser aceito, deveria seguir normas específicas. O disciplinamento era voltado, especialmente, ao que dizia respeito ao campo de sua gestualidade, ou mais precisamente, da sua linguagem corporal. O corpo feminino deveria ser contido naquilo que poderia significar para a sociedade. Se o corpo feminino fosse negro ou transmitisse saberes e identidades de matriz africana, maior era a necessidade de controlar suas manifestações. Esse artigo visa tratar dessa temática a partir de uma relação aparentemente inusitada para a época: a prática da capoeira e o comportamento feminino no Norte do Brasil. A proposta visa demonstrar como ações cotidianas de mulheres negras eram carregadas de resistência ao modelo de comportamento imposto às mulheres do período.

**Palavras-chave:** Mulheres. Capoeira. Feminismo Negro. Cultura Afro-Brasileira. Cultura Negra.

**Resumen:** El final del siglo XIX, en Brasil, representó el auge de la disciplinarización del cuerpo femenino negro, debido a la preocupación por el formato de una identidad para la nación brasileña. El cuerpo expresaba comportamiento social y éste, para ser aceptado, debía seguir normas específicas. El disciplinamiento estaba orientado, especialmente, a lo que se refería al campo de su gestualidad, o más precisamente, de su lenguaje corporal. El cuerpo femenino debería ser contenido en lo que podría significar para la sociedad. Si el cuerpo femenino era negro o transmitiese saberes e identidades de matriz africana, mayor era la necesidad de controlar sus manifestaciones. Este artículo trata esta temática a partir de una relación aparentemente inusitada para la época: la práctica de la capoeira y el comportamiento femenino en el Norte de Brasil. La propuesta pretende demostrar cómo las acciones cotidianas de mujeres negras eran cargadas de resistencia al modelo de comportamiento impuesto a las mujeres del período.

**Palabras clave:** Mujeres. Capoeira. Feminismo Negro. Cultura Afro-Brasileña. Cultura Negra.

**Abstract:** The late nineteenth century in Brazil represented the height of the discipline over the black female body, due to the concern with the formation of an identity for the Brazilian nation. The body expressed social behavior and, to be accepted, it should follow specific norms. The discipline was directed, especially, to the field of gesture, or, more precisely, of body language. The female body should be contained in what it could mean for society. If the female body were black or transmitted knowledge and identities of the African matrix, the greater was the need to control its manifestations. This article aims to deal with this issue with a relationship apparently unusual for the time: the practice of capoeira and female behavior in the North of Brazil. The proposal aims to demonstrate how the daily actions of black women were loaded with resistance to the model of behavior imposed on women of the period.

**Keywords:** Women. Capoeira. Black Feminism. Afro-Brazilian Culture. Black Culture.

## 1. A mulher é a formosura que em tudo sofre?

O corpo, ao longo dos séculos, foi tema de preceitos, tabus, ritualizações e controle social inspirado no modelo da cultura ocidental. O corpo feminino, em particular, inspirou poesias, pinturas, músicas, esculturas, além de outras práticas artísticas, em sua valorização estética e sensual. Predominava uma exaltação do corpo feminino, mas apenas em certas formas de representações. No Brasil, paralelamente à produção artística voltada para uma estética feminina particular, outro modo de se fazer referência às mulheres passou a ser amadurecido no final do século XIX. A presença feminina não estaria mais contida apenas nos discursos da arte, mas também nas denúncias jornalísticas, nas proibições via código de posturas ou na repressão policial direta. Se em qualquer tema – como o trabalho doméstico, a prostituição ou os conflitos físicos – o comportamento da mulher poderia ser criticado visando à disciplinarização, havia uma prática que a denúncia destacava por seu aspecto bastante singular em relação ao uso do corpo feminino. Tratava-se da associação direta entre o comportamento feminino e a prática da capoeira, onde muitas vezes a mulher era denunciada por ser capoeira.

A princípio, aos olhos da atualidade, pode parecer insólita a associação da mulher à capoeira em pleno século XIX e em uma região pouco conhecida em relação à história da capoeira. Contudo, é no Norte do Brasil que as evidências mais antigas sobre a participação da mulher na arte-luta são conhecidas até o momento. Cabe, então, entender como a sociedade da época poderia relacionar o paradoxo de um modelo comportamental disciplinado atribuído à mulher e o vínculo de mulheres a uma prática marginalizada – predominantemente associada aos homens – e com uma forte expressão libertária em relação ao uso do corpo.

A delimitação temporal de 1876 a 1912, adotada aqui, refere-se ao período de ascensão e declínio da economia gomífera na Amazônia. Contudo, também delimita as mudanças em torno do sistema de trabalho praticado em todo o Brasil. O primeiro ano se refere aos dez anos que antecedem a abolição da escravatura, revelando a permanência de uma mentalidade racista e racista em relação ao negro na sociedade paraense pós-abolição. Também é referência à primeira notícia formal sobre uma mulher praticante de capoeira no Brasil. O último ano corresponde ao marco da decadência da economia da borracha, simbolicamente representada pela expulsão do intendente Antônio Lemos da administração de Belém. O período também corresponde ao apogeu e declínio do modelo cultural de inspiração europeia para a Amazônia.

A documentação privilegiada para abordar estas experiências, além do Código Penal de 1890, consiste nos artigos de jornais daquele contexto – *A Constituição*, *Diário de Notícias*, *A República* e *A Semana*. Correspondem a diferentes posicionamentos políticos, mas concordantes em relação ao julgamento do lugar social da mulher. Eram jornais que regularmente publicavam matérias voltadas para a temática do cotidiano feminino, orientando sobre o modelo ideal de comportamento e, ao mesmo tempo, enfatizando críticas quando ela não seguia o modelo ideal proposto. Vejamos seus argumentos. Um modelo de comportamento para as mulheres

[...] a mulher é a formosura que em tudo sofre, a caridade que tudo cura, a fé que comunica perpetuamente com o céu, a virtude benéfica, a santa poesia do lar, o anjo que se inclina sobre o berço e sobre o leito da dor, e deposita com suas lágrimas o orvalho do céu em nossa vida, o espírito de ordem, de economia, e de consolação de todas as dores, o sorriso celeste, o bálsamo que tira todo o

veneno às feridas da existência, a oração que de contínua levanta a família a Deus, e enche de harmonia e de virtudes todo o lar; é o pensamento e o amor, a razão e a fé, a ciência e a poesia.<sup>1</sup>

O trecho citado acima corresponde à parte de um artigo publicado em abril de 1898, em Belém do Pará, no *Diário de Notícias*. Sua abordagem temática apresenta uma definição do que consistia ser mulher em uma família ideal, cujo papel social de cada um dos membros estaria claramente definido. Enquanto que para o homem, ou melhor, para o pai, a razão, o pensamento, a autoridade, o provimento, a força e o próprio nome da família seriam as características que marcavam a sua personalidade, à mulher (mãe) caberiam diversos atributos que lhe manteriam voltada somente para o trabalho doméstico e para os cuidados com sua família; além de ter que ser formosa, deveria ter a fé e a virtude de uma santa, ou de um anjo, que, mesmo sofrendo, precisaria saber consolar todas as dores dos seus familiares. Ela representava o próprio espírito de ordem (em seu comportamento e atitudes) e de economia (função doméstica), dedicada a uma oração contínua que elevaria a sua família a Deus (preocupação religiosa). Dessa forma, ser mulher era assumir qualificações próprias que a diferenciavam do homem.

Na verdade, este artigo não corresponde a um discurso isolado. Em Belém do final do século passado, bem como em todo o Brasil, discursos como este eram frequentes em artigos jornalísticos. Eles convergiam seus argumentos para a exaltação de um modelo específico de comportamento feminino. Na maioria destes artigos, as etapas do desenvolvimento “natural” da mulher, tais como infância, adolescência, maturidade e velhice, eram relacionadas a certas etapas de um “programa social” destinado à vida da mulher, ou seja, ela passaria, durante algum tempo, pela situação de filha, de virgem, de esposa e, por fim, de viúva. Como filha (infância), devia obediência a seu pai e dedicação intensa à aprendizagem das “prendas” ensinadas por sua mãe; sua virgindade (adolescência) era quase que sagrada e a moça deveria ter comportamentos recatados, coerentes com a moral religiosa ensinada na igreja; na situação de esposa (maturidade), deveria ser obediente ao seu marido e demonstrar total dedicação às preocupações do lar; e sendo viúva (velhice), seu comportamento deveria estar plenamente voltado para as coisas de Deus e sua vida, um exemplo de fé e dedicação à igreja.

Segundo tal modelo, haveria uma relação direta entre as “fases” do crescimento, amadurecimento e envelhecimento feminino com certos comportamentos que deveriam ser assumidos pelas mulheres. Seu comportamento social era compreendido como uma extensão de seu próprio desenvolvimento biológico. Esta associação, entre comportamento social ideal e o desenvolvimento biológico, correspondia a um modelo de vida que era pregado tanto por segmentos da imprensa secular como pela imprensa católica. Esta última defendia uma educação “especial” para as mulheres cristãs que, por sua vez, se diferenciariam das mulheres apontadas como mundanas.

Em fevereiro de 1877, o jornal católico *A Boa Nova*, tratando dos objetivos do Asylo Santo Antônio frente à educação feminina, diferenciava claramente o tipo de mulher que deveria ser atendida. Segundo o articulista, a instituição “não tem por fim precisamente formar a mulher mundana, mas educar a mulher cristã, cuja vida deve ser ditada pelos ditames da lei evangélica.”<sup>2</sup> A lei evangélica, por sua vez, visava a associar no comportamento feminino o “trabalho” e a “piedade”.

<sup>1</sup> *Diário de Notícias*, 14 abr. 1898. p. 1. Sob a epígrafe A Família.

<sup>2</sup> *A Boa Nova*, 3 fev. de 1877. p. 2. apud BEZERRA, J. M.. O Asylo Lyndo e Protetor: práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém (1870- 1888). In: ÁLVARES, M. L. M.; D’INCAO, M. Â. (orgs.). **A mulher existe?** Belém: GEPEN, 1995.

Desse modo, além de se tornar uma perfeita “mãe de família”, ela deveria ser “modelo de seus filhos, exemplo para seu marido, anjo tutelar do lar doméstico”.<sup>3</sup>

A educação feminina aparece aqui como uma preocupação de certos setores da igreja católica, cujo objetivo era o de preparar a mulher para a constituição de uma família cristã ideal. A mulher educada teria a obrigação de associar o trabalho (limitado ao doméstico) com sua prática de piedade religiosa. Inclusive, trabalho doméstico e piedade cristã seriam seus exclusivos patrimônios como mãe de família. Nesse sentido, a educação feminina estava voltada para dar condições à mulher de encarar seu pré-determinado futuro, ou seja, cuidar de seus filhos, de seu marido e da vida doméstica. Daí que novamente o modelo fica estabelecido e pretende dar conta do comportamento das mulheres de Belém.

A naturalização do comportamento feminino se evidencia aqui como um discurso, uma construção histórica e cultural de contexto específico. Longe de ser realmente natural ou imutável, tal discurso deve ser desconstruído “em todos os níveis (teorias e práticas, representações e fatos materiais, palavras e coisas)”, como nos ensina a historiadora Michelle Perrot<sup>4</sup>. Tal interpretação pode ser compreendida com mais nitidez se consideramos que, no contexto da elaboração dos artigos apresentados, o cenário urbano das principais capitais da Amazônia começava a sofrer severas transformações, patrocinadas pela economia gomífera.<sup>5</sup> O projeto reformador tinha por objetivo, além das reformas arquitetônicas, a “moralização” e o “disciplinamento” de uma população considerada de “maus costumes”. Contudo, a implementação da proposta de modernização das capitais, que incluía o modelo ideal feminino proposto por alguns discursos jornalísticos do final do século XIX, entrava em conflito com as diferentes práticas socioculturais de mulheres pobres que não compartilhavam das mesmas condições de vida daquelas consideradas de “boa família”.<sup>6</sup>

## 2. A mulher como um “problema” social

[...] A sociedade paraense apela para a autoridade competente que, empregando toda a energia há de cumprir o seu dever, garantindo assim a paz em toda e qualquer parte onde essas meretrizes procurem se confundir com as famílias.<sup>7</sup>

A documentação jornalística do final do século XIX revela um projeto disciplinador que visava o controle do comportamento feminino em suas várias dimensões sociais. Tal projeto se caracterizava pela defesa de um modelo idealizado e também por duras críticas a tudo que era considerado como “maus costumes”. Por isso a diferenciação entre as meretrizes e as famílias citadas acima. Às mulheres caberia uma vida integrada dentro de uma ordem que não deveria ser quebrada. Ocorrendo a quebra, de imediato surgiam denúncias que condenavam o comportamento “irregular” que não se enquadrava no modelo proposto. Este foi o caso apontado pelo periódico *Diário de*

<sup>3</sup> BEZERRA, J. M. O Asylo Lyndo e Protetor, 1995.

<sup>4</sup> PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995.

<sup>5</sup> LEAL, L. A. P. **A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

<sup>6</sup> A expressão “boa família” deve ser entendida aqui como uma referência às famílias dos ricos comerciantes, administradores e seringalistas, que representavam a “alta sociedade de Belém, no momento em que a cidade se expandia graças à economia da borracha”. Sobre o período da Belle Époque em Belém, ver SARGES, M. N. **Belém: riquezas Produzindo a Belle. Belle Époque (1870-1912)**, Belém, Paka-Tatu, 2000.

<sup>7</sup> **Diário de Notícias**, 21 jul. 1896.

*Notícias*, em setembro de 1897, sob a epígrafe Maria Meia-noite, que denunciava “as imoralidades que pratica essa mulher quase diariamente” e reivindicava que a “autoridade obrigasse a mesma a mudar-se d’ali, pois já não é a primeira vez que as famílias nos fazem essa reclamação”.<sup>8</sup>

“Maria Meia-noite” era, sem dúvida, a alcunha de uma mulher que, por seu comportamento considerado inconveniente, conseguiu aparecer em uma página de jornal. O autor da denúncia, por informar tão pouco sobre ela, não nos permite obter mais dados a respeito. Ficamos sem saber quem era ela, qual seu verdadeiro nome, o que fazia para sobreviver ou mesmo em que consistiam as “imoralidades” por ela praticadas que tanto desagradavam as “famílias”. No entanto, foi possível perceber que era somente através da quebra daquilo que era considerado como a ordem vigente que um contraste com o modelo ideal de mulher poderia aparecer nos artigos dedicados ao gênero feminino. Ao invés do elogio e da apologia à mulher de “péssimos costumes”, só restava a crítica e a condenação ao banimento.

O episódio nos permite compreender que o modelo ideal feminino, que pretendia abarcar as mulheres em geral, não era assimilado dogmaticamente por todas, pois muitas das que eram pobres não se enquadravam, por suas práticas sociais e culturais, na proposta “pedagógica” lançada por certos artigos de jornais. Várias mulheres, por seu comportamento próprio e distinto do que era considerado ideal, eram apresentadas como desordeiras e nocivas às famílias mais pacatas. Em agosto de 1896, por exemplo, Conrada Garcia, sua irmã Antônia Garcia e Leopoldina Gonçalves, moradoras da travessa do Atalaia, foram recolhidas à Estação Policial, acusadas de “fazerem desordens, sobressaltando as famílias”.<sup>9</sup>

Normalmente, os artigos que se referem à prática “turbulenta” de mulheres que fogem à regra do modelo ideal dirigem uma crítica à ineficácia da atuação do corpo policial frente às desordens de certos indivíduos ou grupos. O objetivo de tal crítica era, muitas vezes, político, pois visava atingir os superiores do chefe de polícia que pertencessem a algum partido oposto ao daquele que fez a denúncia. Tal atitude era muito comum no final do século XIX. Contudo, artigos de elogio à atuação da polícia também eram possíveis e visavam a prestigiar o trabalho policial de agentes subordinados a políticos simpáticos ao autor do artigo ou ao próprio jornal.<sup>10</sup> Havia um consenso quanto ao lugar da mulher na sociedade, mesmo entre jornais de forte oposição política. Caberia então manipular as informações, a fim de garantir melhores resultados frente aos seus interesses.

Esta suposta eficácia dos artigos de jornais para mobilizar a ação da polícia poderia ser interpretada a partir da análise do tipo de trabalho feito pela imprensa do período. Segundo Lilia Schwarcz, o jornal é eficaz “porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis”. Ao criar e repetir os consensos, as explicações seriam dispensáveis e os argumentos assumiriam as características de verdades, “verdades de um espaço inquestionável”.<sup>11</sup>

É justamente no trabalho de criar e repetir consensos que se baseavam muitos dos artigos de jornais que tratavam do comportamento feminino para interpretar situações que não estavam acontecendo tal como eram apresentadas, mas que poderiam servir como instrumento de educação

<sup>8</sup> *Diário de Notícias*, 28 set. 1897. p. 1.

<sup>9</sup> *Diário de Notícias*, 23 ago. 1896. p. 2.

<sup>10</sup> QUEIROZ, J. M. *Da senzala à república: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

<sup>11</sup> SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 248.

ou mesmo de lazer do público leitor. Muitas vezes, quando o artigo era direcionado a alguma prática feminina “estranha” ao modelo ideal proposto, o seu autor utilizava uma linguagem própria para se referir ao caso; divertida, breve e repleta de gírias. Além do caráter político, a estratégia de venda dos jornais fazia com que os jornalistas se empenhassem em “inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. “O sensacionalismo começava já na ‘cabeça’ – isto é, nas ‘considerações que precedem uma notícia’ – e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador”.<sup>12</sup>

Este parece ser o caso de um artigo intitulado de *O reinado das mulheres*, publicado em 1892 pelo jornal *Diário de Notícias*, em que uma série de denúncias passaria a ser apresentada contra um espaço de moradia popular conhecido como Pratinha, onde predominava a presença de mulheres lavadeiras. Segundo o articulista:

Seria conveniente que o governo tomasse qualquer medida em ordem para garantir as instituições republicanas na PRATINHA: há ali tantas mulheres, o sexo forte é coisa tão diminutamente respeitada ali, que não será para admirar o vermos qualquer dia as referidas mulheres aclamarem d’entre si uma soberana, revivendo por esse modo o domínio da rainha Crinoline.<sup>13</sup>

Observe as características políticas evidenciadas no texto a partir da referência às instituições republicanas em oposição à concepção de uma “soberana” representada pela “rainha Crinoline”<sup>14</sup>. A República ainda era uma instituição recente e um possível retorno da monarquia ainda era considerado como algo possível naquele contexto. O autor da denúncia chega a considerar as “As adesões mesmo por parte de nós outros, que vestimos ceroulas e camisas de meia, não se farão esperar” e sugere aos governantes “mandar cercar de peças de artilharia aquele ponto, – se é que não deseja ver plantada a anarquia no solo paraense”. O estilo bem humorado do texto não deixa escapar, contudo, certo dualismo que se caracteriza não apenas pela oposição entre a Monarquia e a República, mas também entre o “sexo forte” e o “domínio da rainha”. Contudo, o elo entre a política e a guerra dos sexos permeia toda a argumentação. Após citar episódios em que um soldado e dois ladrões são espancados e presos pelas mulheres da Pratinha, ao tentarem apropriar-se de roupas lavadas, o articulista conclui: “Não há dúvidas: é das mulheres lavadeiras da Pratinha que há de surgir a salvação da pátria!”<sup>15</sup>

Não obstante, os articulistas também relatavam episódios de conflitos entre elas. Esse foi o caso da lavadeira Maria da Conceição que encontrou sua rival na travessa Bom Jardim e não hesitou em se lançar em uma “grande luta, com os competentes puxões de cabelos e bofetadas”. Segundo o autor, o fato passou despercebido pela polícia e acabou terminando “em família”<sup>16</sup>. Se a lavadeira Maria da Conceição tinha motivos para travar uma luta com sua rival, este era um detalhe que não

<sup>12</sup> CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13.

<sup>13</sup> Ainda segundo o articulista: “a PRATINHA é um agrupamento de choupanas, uma aqui outra além, situado à rua Conselheiro Furtado, quase na altura de Nazaré; a ELITE das lavadeiras escolhe esse lugar, rico em cristalinas fontes murmurosas, para n’ele transformar em coisa capaz a nossa roupa suja”. *Diário de Notícias*, 13 mar. 1892.

<sup>14</sup> Referência ao espetáculo *A rainha Crinoline* ou *O reinado das mulheres*, uma opereta em 2 atos, promovida pela Empresa Vicente que, por volta de 1875, fez turnê pelo Norte do Brasil. SILVA, R. *A Companhia Teatral Phenix Dramática: teatro ligeiramente nacional no Rio de Janeiro entre as décadas de 1860 e 1870*. Tese de Doutorado em História. JUIZ DE FORA: UFJF, 2016.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*, 27 out. 1893. p. 1.

parecia fazer parte dos interesses do autor. Mesmo assim, a notícia ajuda na compreensão do cotidiano tenso vivenciado por mulheres pobres daquele contexto.

Uma sequência de artigos publicados pelo *Diário de Notícias* entre abril e maio de 1893, sob a epígrafe *Fatos e boatos*, também segue o mesmo estilo de denúncias contra o comportamento feminino e a relação com a política. Em um deles, surgia a figura de “Joana Maluca, monarquista de papo vermelho” que havia entrado em conflito com outra mulher que fora identificada apenas como “boneca de acapú”<sup>17</sup>. Joana Maluca é considerada monarquista porque o articulista, republicano, não podia deixar passar a ocasião de associar à maluquice de Joana a sua opção política. Era uma forma de fazer uma crítica àqueles que ainda teimavam em pensar na possibilidade de retorno ao passado regime político.

## Fotografia I - “Costumes Paraenses”



Fonte: **Belém da Saudade**, 1996.

Em outras notícias, a ênfase se dava apenas na explicação das motivações do conflito em que mulheres estavam associadas: em abril de 1893, Maria das Dores disputaria com Maria Galinha “um trovador de esquina que era o Romeu d’aquela”<sup>18</sup>; no mesmo mês, “uma mulatinha de cabelo nas ventas e chinelinha no meio dos pés escovou maravilhosamente a lata dum condutor de bondes”, que “queria beijá-la”<sup>19</sup>; contudo, ainda é a Joana Maluca que se destaca entre as diferentes notícias. Conforme o articulista, ela chegou a fazer uma “conferência” na rua do Rosário para um grupo de ouvintes. E dizia: “o meu primo Ouro Preto, há de acabar com estes republicanos de meia pataca então é que eu quero ir no Rio de Janeiro pa capá o sem vergonha do Floriano”<sup>20</sup>. Com este artigo chegamos ao auge do vínculo entre comportamento feminino e regime político, quando a valentia da Joana Maluca, ou Joaninha, contra a República fica evidenciada. Mais à frente poderemos entender melhor o porquê da referência à capital da República e ao primo de Joaninha, Ouro Preto (personagem temático dos debates políticos que ocorriam na imprensa carioca). Por enquanto, podemos considerar que as mulheres apareciam em alguns artigos de jornais pelo menos por dois motivos: ora pela exaltação a um modelo de comportamento feminino, ora pela crítica a qualquer atitude feminina que fugisse à ordem ditada por tal modelo.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 30 abr. 1893. p. 1

<sup>19</sup> *Diário de Notícias*, 27 abr. 1893. p. 1

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, 27 abr. 1893. p. 1



Algumas das formas de estas mulheres escaparem do modelo ideal feminino já foram apresentadas aqui e dizem respeito às próprias relações entre elas e com o sexo oposto e até mesmo com a política. Contudo, ainda há um meio de serem excluídas socialmente e condenadas por não seguirem as recomendações do modelo proposto. Trata-se da troca de experiência com homens que partilhavam seu cotidiano e, particularmente, a utilização de uma prática cultural marginalizada. Considerando estes aspectos, um artigo publicado em novembro de 1876 no jornal *A Constituição* informava, sob a epígrafe *Que mulher capoeira!*, o caso mais antigo de prisão de uma mulher capoeira. Tratava-se da “cafuza Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos”, que fora presa às “7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia”<sup>21</sup>. Uma notícia sucinta, mas reveladora das várias possibilidades de atuação feminina no contexto de referência.

Jerônima, sem dúvida, revelava-se como um caso excepcional para uma sociedade em que as atividades femininas estavam voltadas, sobretudo, para o trabalho doméstico. Mesmo sendo escrava, os rigores de um modelo ideal de comportamento também estavam direcionados a uma tentativa de controle sobre suas atividades cotidianas. Apesar disso, Jerônima, que poderia ter aparecido no artigo do jornal sob as mais variadas condições, surge como uma mulher capoeira. Tal associação só pode ser compreendida se enveredarmos por caminhos que auxiliem no entendimento do contexto específico em que o comportamento feminino e a prática da capoeira poderiam estar vinculados. Assim, precisamos entender os significados e importância da prática de capoeira neste momento em Belém e como o discurso moralizador da imprensa tratava a temática.

### 3. O reinado das mulheres capoeiras

[...] e avançando pelo beco, deu com aquela mulher escura, magra, descabelada que gesticulava e distratava. Logo aparecia outra, meio velhusca, que tentava acalmar a magra, nas boas palavras, nos bons modos. Qual! A descabelada passou a saltar na frente da outra como jogador de capoeira. E não é que de repente levanta o vestido sujo e roto, que era a sua única roupa? Tropeçou, caiu, se ergueu, ligeira, para fazer o mesmo cinema, repetidamente [...]<sup>22</sup>

A capoeiragem, como era conhecida a prática da capoeira, estava presente em Belém desde muito tempo e as primeiras referências encontradas sobre o tema estão presentes em artigos de jornais da primeira metade do século XIX. Normalmente, os capoeiras eram escravos, mas outras pessoas também chegavam a trocar experiências com eles, especialmente quando partilhavam a mesma situação de marginalidade. O capoeira se caracterizava como tal por sua habilidade na utilização do corpo como instrumento de luta, defesa ou exibição. Por não sofrer concorrência equivalente com qualquer outro tipo de luta no Brasil, a capoeira se manteve por longo tempo no século XIX como o terror para os “bons cidadãos” que, por sua vez, apareciam como vítimas do ataque “traíçoeiro” de algum capoeira. Também era através de artigos de jornais que, mesmo durante o Império, muitas críticas foram direcionadas a uma suposta ineficácia da polícia frente às atividades dos capoeiras<sup>23</sup>.

Com o advento da República, a capoeiragem passou a ser considerada crime e sua prática foi proibida. O novo Código Penal da República, organizado logo após sua proclamação, previa, como punição para o praticante de capoeira, entre outras coisas, a deportação do indivíduo para ilhas

<sup>21</sup> *A Constituição*, 21 nov. 1876. p. 2

<sup>22</sup> JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p. 36-37.

<sup>23</sup> LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem*, 2008.

que funcionavam como prisões, tal como a de Fernando de Noronha, ou para regiões de fronteira, como era o caso do Amapá. O código não apresentava uma definição muito precisa em relação ao que seria considerado capoeiragem. Talvez isso ocorresse devido à dificuldade de se definir a prática, tal como ainda acontece nos dias de hoje.

De qualquer modo, segundo o Código Penal de 1890, a capoeiragem consistiria, de modo geral, em “exercícios de agilidade e destreza corporal” feitos em ruas e praças públicas e, de modo mais específico, em “andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal”<sup>24</sup>. Além disso, a penalidade para a prática da capoeira seria ampliada se a partir dela ocorresse homicídio, lesão corporal, ultraje ao pudor público e particular, perturbação da ordem ou a posse de armas. Em outras palavras, a abrangência dos significados sobre a prática da capoeira exigia uma legislação bastante flexível, ainda mais considerando que sua criminalização teve um forte caráter político, pois isso garantiria o uso da legislação para diversos fins<sup>25</sup>.

Logo após a criminalização dessa prática, iniciou-se uma intensa campanha policial de perseguição aos capoeiras que, muitas vezes, eram protegidos por “padrinhos políticos”. Estes se valeram dos “serviços” dos capoeiras capangas ao longo do Império e início da República. A caça às bruxas se deu em todo o Brasil, mas, quantitativamente, foi mais intensa no Distrito Federal, então sediado no Rio de Janeiro. No Pará, as denúncias feitas através de artigos de jornais se intensificaram e exigiam uma tomada de atitude por parte das autoridades. Este foi o caso do artigo publicado em 1890, por *A Semana*, direcionado ao Chefe de Segurança Pública:

O Sr. Chefe de Segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos que infesta a nossa capital? Depois daquele pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas tascas, a provocar desordens e a insultar a gente séria. Que proteção é essa? [...] <sup>26</sup>

A advertência feita ao desembargador Gomensoro, como já foi visto antes, poderia ser apenas uma forma que o autor encontrou para criticar os superiores do desembargador por sua falta de ação, mas também significava uma não aceitação das atitudes dos mesmos indivíduos que preencheram o cenário da Monarquia e que ainda “sujavam” a imagem da recém-nascida República. “Vadios, bêbados de profissão” e “desordeiros” eram qualificações geralmente atribuídas aos capoeiras. Seria uma forma de criticar uma prática recorrente, sem que o articulista tivesse a necessidade de apontar os sujeitos que a praticavam. Mas nem sempre os indivíduos passavam como anônimos. Algumas vezes, tinham seus nomes revelados pelos autores de artigos que exigiam alguma providência das autoridades responsáveis pela Segurança Pública. Foi dessa forma que Francisco Bayma Esperança fora denunciado como capoeira em 1893, através do periódico *Diário de Notícias*. Ele havia sido preso “quando de Nazaré voltaram às bandas de música, ao som de um dobrado”. Nessa ocasião, o capoeira Francisco, após “já ter diversas pessoas no chão, fez um ferimento no cidadão Raimundo Ferreira da Rocha, com uma navalha que trazia na cinta”<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735. Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>25</sup> LEAL, L. A. P. **A política da capoeiragem**, 2008.

<sup>26</sup> **A Semana**, 17 mar. 1890. p. 2 apud SALLES, V. – **A capoeira no Pará**, Brasília, Microedição do autor, 1994.

<sup>27</sup> **Diário de Notícias**, 17 out. 1893. p. 2.

A ocorrência de capoeiras que aproveitavam certas festas de rua para se exhibir era comum neste momento e poderia significar alguma espécie de “prova de valentia” entre os grupos ou para os iniciantes; mas outra coisa que também deve ser evidenciada, além do uso da “rasteira” por Francisco, é a utilização de uma navalha. Instrumentos como navalhas, facas e até mesmo cacetes eram frequentemente recursos utilizados por capoeiras em complemento a suas habilidades corporais<sup>28</sup>. Inclusive a utilização destes mesmos instrumentos por mulheres torna-se uma primeira pista para a compreensão da possível troca de experiências entre mulheres e homens na prática da capoeira<sup>29</sup>. No entanto, as referências sobre mulheres capoeiras nem sempre apareciam como denúncia à polícia. Em janeiro de 1893, sob a epígrafe *História pândega*, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma notícia que vale a pena citar na íntegra:

Era uma vez um bombeiro muito metido a sebo e que tinha vontade de prender um pequeno que levava na cabeça um tabuleiro quando passava junto do palacete.

Uma mulher ia atrás, e o menor, vendo a intenção do bombeiro, pôs-se de atalaia, resmoneando: - se tu fores capaz de encostar, encosta, cabra!

O bombeiro armou o bote e num abrir e fechar de olhos botou os gado-nhos no pequeno, que assustou-se e deixou cair o tabuleiro da cabeça.

A mulherzinha, que estava com a pulga na orelha, cresceu com uma fúria para o bombeiro, e quando este quis botar valentia levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, *ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta* e uma tremenda bofetada estremeceu na cara do bombeiro.

Nova menção de valentia. *Nova capoeiragem da mulher e... zás!* Tome bolacha na cara, seu bombeiro...

Aí o cabra fraquejou. Vendo que não era mulher pra homem, tirou o capacete da cabeça, fez a pontaria e arremessou-o contra a mulher.

Errou o alvo ainda desta feita.

A bichinha abaixou-se, torceu o corpo, deixou o capacete passar e, enquanto este rolava pelos paralelepípedos, ela botava de novo os 5 mandamentos na cara do bombeiro.

A luta era desigual. O valente conheceu a sua fraqueza; pôs sebo às canelas e azulou para o quartel, debaixo de tremenda vaia.

Isto aconteceu ao lusco-fusco de terça-feira desta semana.

O mulherzinha badeja”.<sup>30</sup> (grifos do autor)

O episódio, a princípio, pode parecer apenas uma ficção que visa a divertir o leitor do jornal, pois havia um paradoxo do “sexo forte” sendo humilhado pelo “sexo frágil”, tal como no caso das lavadeiras da Pratinha. Contudo, o documento fornece um conjunto de informações, cujos significados devem ser interpretados para a compreensão daquele contexto. São pistas que se enquadram naquilo que o historiador Carlos Ginzburg identifica como “testemunhos históricos

<sup>28</sup> SALLES, V. **A defesa pessoal do negro**, p. 23

<sup>29</sup> LEAL, L. A. P.; PANTOJA, L. S. Das bulhas e vozerias. In ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (Org.). **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém: Cejup, 1997.

<sup>30</sup> **Diário de Notícias**, 12 jan. 1893.

involuntários”<sup>31</sup>. Em outras palavras, o texto só provocaria hilaridade se fosse compreendido pelo leitor. Ou seja, o episódio ridicularizava a fraqueza masculina, a partir de um código cultural que se fundamentava em elementos concretos do cotidiano urbano da cidade. Nesse contexto, muitos dos bombeiros eram denunciados como capoeiras do governo (só apareciam como capangas quando eram denunciados pela oposição partidária). O trabalho de menores, sob orientação feminina, fazia parte do cotidiano das trabalhadoras de Belém<sup>32</sup>. No entanto, também deve ser observado que o uso de certas expressões do articulista, para descrever o movimento corporal da mulher, extrapola as definições do Código Penal para a capoeiragem. A que foi praticada por esta mulher contra o bombeiro se caracterizava pelo detalhe da movimentação do corpo (“ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta” e, depois, “abaixou-se, torceu o corpo”). Tratava-se da “nova capoeiragem da mulher”.

Quase 20 anos depois, a capoeiragem feminina seria denunciada sob a perspectiva da criminalização. Na verdade, o autor não enfatizava a criminalização para a prática da capoeira, mas para a postura belicosa de mulheres moradoras de um cortiço. O estilo do texto é carregado de certo humor, apesar de menos literário que o caso citado acima, mas ainda repleto de informações sobre o contexto social das beligerantes. Além disso, auxilia na caracterização dos usos da capoeiragem por mulheres e na descrição do espaço social em que a prática poderia ser vivenciada. O artigo, sob a epígrafe “Amor, gelada e faca”, foi publicado em fevereiro de 1911, pela *Folha do Norte*, e informava detalhes do conflito. Segundo o articulista:

Ontem ao meio-dia, à avenida almirante Tamandaré, em frente a rua Bom Jardim, houve um espetáculo de luta, em que faziam de gladiadores duas saias.

Liduína Alves Mascarenhas, uma cor de café com leite que tem roxa paixão por um indivíduo vagabundo, foi encontrá-lo em serviços com Maria José da Conceição.

Não se conteve a amante travar e começou por um discurso, depois passou a afogar o ciúme nuns copitos da branca e acabou por espalhar-se, na porta do cortiço n° 5, em jogos de capoeiragem, tentando, afinal por abaixo a porta do quarto da rival.

Ninguém se lhe podia encostar que não levasse uma rasteira.

Mas... repentinamente, abre-se a porta do quarto e a Maria José descasca uma faca e passa dois golpes na adversária, sendo um na cabeça e outro no sobrolho esquerdo.

Houve reboliço e intervenções, sendo as duas separadas. A polícia compareceu e recambiou as lutadoras para o xadrez; indo também fazer-lhe companhia uma pitonista (sic) discursadeira Odorica Maia conhecida por Barriguda, que na ocasião, batia palmas.<sup>33</sup>

Os aspectos negativos da capoeiragem feminina, em especial o uso da violência (“descasca uma faca e passa dois golpes na adversária”), se contrapõem aos possíveis aspectos lúdicos que a notícia apresenta (“afogar o ciúme nuns copitos da branca”; “que na ocasião, batia palmas”). As

<sup>31</sup> GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>32</sup> PANTOJA, A. L. N.. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (Org.) **Tempo e lugares de Gênero**. São Paulo: Ed.34, 2001.

<sup>33</sup> *Folha do Norte*, 28 fev. 1911.

informações do artigo foram fornecidas por pessoas que não estavam preocupadas em descrever ou explicar as práticas culturais femininas, mas sim condenar qualquer atividade que não seguisse os padrões da “nova sociedade” que se constituía com a República.

A notícia bem que podia fazer parte da campanha de moralização das mulheres que foi desenvolvida desde o final do século XIX. Suas características se enquadram naquele modelo de argumento. Contudo, tratava-se de um novo contexto. Mesmo assim, os detalhes referentes ao caso acima saciam parte da necessidade de se “visualizar” a prisão da escrava Jerônima, que foi apontada como uma mulher capoeira, e muitas outras mulheres que seriam associadas à prática.

Voltando ao tema da campanha de repressão aos capoeiras, após a implantação da república, será possível observar que a mesma rede de perseguição aos capoeiras também era estendida às mulheres que os acompanhavam. Em muitos casos, por elas também estarem associadas, em suas práticas, à “vagabundagem” (tema vinculado à criminalização da capoeiragem).

Mulheres que eram valentes e se metiam em brigas muitas vezes eram apresentadas como um mau exemplo a ser seguido, mas nem por isso eram apontadas como capoeiras. A escolha da forma de se referir a estas mulheres estaria voltada diretamente ao interesse ou preocupação de quem escrevia no jornal. Se, por um lado, o autor de um artigo pretendia criticar alguma autoridade através da figura do Chefe de Polícia, também poderia utilizar qualquer tema que envolvesse o trabalho dele, como prostituição, capoeiragem, ou associá-los entre si para dar um maior peso ao “problema”, em uma tentativa de sensibilizar a opinião do público leitor. Aqui temos um caso que parece “funcionar” neste sentido:

Já que o honrado desembargador chefe de polícia está dando caça aos vagabundos que infestam esta cidade, lembramos-lhe a necessidade de estender suas redes até esses botequins indecentes que, à noite, regorgitam de prostitutas e desordeiras, que vivem no deboche e na embriaguez.

Essas vagabundas, que por aí andam aos montes desrespeitando as famílias honradas, são tão perniciosas quanto os capoeiras.

Será um serviço de grande merecimento que prestará o sr. desembargador Gomensoro à família paraense, mandando para o mesmo destino dos vagabundos as vagabundas.<sup>34</sup>

Este artigo foi publicado em setembro de 1890 pelo jornal *A República*, sob a epígrafe bastante significativa de *As vagabundas*. Podemos entender, por meio dele, que a perseguição aos capoeiras em Belém estava fazendo parte do trabalho policial do desembargador Gomensoro e que isto agradava ao articulista responsável pelo artigo. Também podemos perceber que a denominação “vagabundos” estava sendo constantemente utilizada para se referir aos capoeiras, quase como um sinônimo. Mas o que mais nos chama a atenção é a relação que o autor faz entre os “vagabundos” e as “vagabundas”. Em uma comparação, estas seriam “tão perniciosas quanto os capoeiras”. Enviar tais “vagabundas” para o mesmo destino dos capoeiras seria um grande serviço que o desembargador faria à família paraense. Eis um tema que volta sempre, na maioria dos discursos que se referem ao comportamento feminino. Era necessário extirpar o mau exemplo de mulheres que não se portavam como aconselhava o modelo ideal feminino, defendido em alguns artigos de jornais.

A ordem estabelecida e o controle da sociedade deveriam atingir principalmente as cama-

<sup>34</sup> *A República*, 11 de set. 1890, p. 1.

das populares, pois este comportamento indisciplinado feminino deveria ser combatido uma vez que também atrasava o desenvolvimento do projeto republicano. Segundo Maria Izilda Matos, as mulheres que encontravam em seu estilo de vida a negação dos bons exemplos de donzelas, mães, esposas e submissas, exigidos pela sociedade, eram punidas pela legalidade e pela imprensa, que estampava suas vidas, seu cotidiano íntimo e suas tensões para o público, que julgava e tecia opiniões sobre a conduta das(os) envolvidas(os). Desta forma, homens e mulheres eram vulneráveis ao controle social e ao discurso republicano<sup>35</sup>.

A visibilidade da mulher capoeira em Belém, no século XIX, por meio dos artigos de jornais e outros documentos, mostra a mulher não apenas destinada à reprodução, mas como sujeito histórico, ativo e reflexivo que se destaca nos jornais como um modelo proibido, que não deve ser seguido pelas mulheres de “boa família”. Isto revela como elas possuem uma historicidade com relação às ações cotidianas, aos posicionamentos políticos, às relações entre os sexos e as múltiplas dimensões da realidade histórica e social.

Enfim, no final do século XIX, um modelo ideal de mulher estava sendo construído pelos artigos de jornais. Ela deveria assumir certos comportamentos voltados para o seu marido, seus filhos e para o lar. No entanto, nos mesmos jornais em que estava sendo apresentado o modelo ideal, surgiam denúncias sobre o mau comportamento de certas mulheres que não se enquadravam no modelo pretendido. Eram, geralmente, pobres que conviviam com outros indivíduos também marginalizados: os capoeiras. A relação entre elas e os capoeiras não era bem vista pela imprensa, pois sua forma de viver e de se comportar não era adequada ao que propunha o modelo feminino pregado pelos articulistas. O cotidiano destas mulheres estava construído sobre regras próprias, as quais um observador de fora (como os autores dos artigos analisados) não entenderia, mas que elas compreendiam muito bem. Na verdade, a convivência com os capoeiras poderia representar para elas a própria aprendizagem das habilidades com o corpo e da utilização de instrumentos de capoeiragem. Era desse modo que se formava a mulher capoeira, especialmente no uso que fazia do próprio corpo. Bem longe do modelo de comportamento feminino pregado pela imprensa, as mulheres capoeiras eram livres em relação ao uso do próprio corpo. Eram, definitivamente, “gladiadoras de saias”.

<sup>35</sup> MATOS, M. I. S. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### A. IMPRENSA

*A Boa Nova*, 3 fev. de 1877

*A Constituição*, 21 nov. 1876.

*A Semana*, 17 mar. 1890.

*A República*, 11 de set. 1890.

*Diário de Notícias*, de 13 mar. 1892 a 14 abr. 1898.

*Folha do Norte*, 28 fev. 1911.

## B. LITERATURA

JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960.

## C. LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735.

## D. ÁLBUM FOTOGRÁFICO

*BELÉM DA SAUDADE*: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém, Secult, 1996.

## Bibliografia

ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. Â. (orgs.). *A mulher existe?* Belém: GEPEM, 1995.

ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (Org.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: Cejup, 1997.

BUSCHINI, C; PINTO, C. R. (Org.) *Tempo e lugares de Gênero*. São Paulo: Ed.34, 2001.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MATOS, M. I. S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. P. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995.

QUEIROZ, J. M. *Da senzala à república: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

SALLES, V. *A defesa pessoal do negro – A capoeira no Pará*, Brasília, Microedição do autor, 1994.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas Produzindo a Belle. Belle Époque (1870-1912)*, Belém, Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987.



SILVA, R. B. *A Companhia Teatral Phenix Dramática: teatro ligeiramente nacional no Rio de Janeiro entre as décadas de 1860 e 1870*. Tese de Doutorado em História. JUIZ DE FORA: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.



## Entre Tecidos e Adornos: a moda das mulheres das camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912)

*Entre Tejidos y Adornos: la moda de las mujeres de las clases populares en Belém de la Belle Époque (1870-1912)*

*Between Fabrics and Ornaments: the fashion of the women of the popular layers in the Belém of the belle Époque (1870-1912)*

**Amanda Gatinho Teixeira**

**Resumo:** O presente artigo discute a moda – vestimentas e adornos – das mulheres pertencentes às camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912) a partir das representações iniciais de David O. Widhopff e João Affonso, denominada de *A Mulata Paraense*. A investigação também se dá por meio de relatos de viajantes e representações de obras pictóricas, tanto as que antecedem como as que sucedem o recorte temporal do objeto de estudo, tendo em vista que tais registros revelam especificidades acerca dos modos de vestir e de adornar dessas mulheres. Através dessas fontes, permitiu-se entender que estas mulheres elegeram a moda como linguagem de expressão de suas crenças, gostos e costumes, configurando em uma representação emblemática, a qual ainda está presente no imaginário da população local.

**Palavras-chave:** *Mulata Paraense*. Vestimentas. Adornos. Belém. Belle Époque.

**Resumen:** El presente artículo discute la moda – vestimentas y adornos – de las mujeres pertenecientes a las clases populares en Belém de la Belle Époque (1870-1912) a partir de las representaciones iniciales de David O. Widhopff y João Affonso, denominada de *La Mulata Paraense*. La investigación también se da por medio de relatos de viajeros y representaciones de obras pictóricas, tanto las que anteceden como las que suceden el recorte temporal del objeto de estudio, teniendo en vista que tales registros revelan especificidades acerca de los modos de vestir y de adornar de estas mujeres. A través de esas fuentes, se permitió entender que, estas mujeres eligieron la moda como lenguaje de expresión de sus creencias, gustos y costumbres, configurando en una representación emblemática, la cual todavía está presente en el imaginario de la población local.

**Palabras clave:** *Mulata Paraense*. Las prendas de vestir. Adornos. Belém. Belle Époque.

**Abstract:** This article discusses the fashion – dresses and adornments – of women belonging to the popular strata in Belém during the Belle Époque (1870-1912) according to the initial representations of David O. Widhopff and João Affonso, called *A Mulata Paraense*. The investigation also occurs through travelers reports and pictorial works representations, both those that precede and succeed the temporal cut of the object of study, since such records reveal specificities about the ways of dressing and adorning of these women. Through these sources, it was possible to understand that, these women chose fashion as a language to express their beliefs, tastes and customs, configuring in an emblematic representation, which is still present in the imaginary of the local population.

**Keywords:** *Mulata Paraense*. Clothes. Ornaments. Belém. Belle Époque.

## INTRODUÇÃO

Contou o Pará de outros tempos, entre as suas figuras regionais inconfundíveis, “a mulata”. Cozinheira ou costureira, “amassadeira de açai” ou “vendadeira de tacacá”, ama seca ou criada de servir, a mulata paraense era sempre original no seu vestir, de que jamais se afastava. Em geral, bonita, feições de mestiça, robusta, elegante, amando o asseio e os perfumes fortes, feitos de raízes e ervas nacionais, a priprioica, o cipó-catinga, a mucura-caá, ela usava corpete decotado, de mangas curtas e tufadas, saia pelos tornozelos, toda em roda da mesma altura, de folho na beira; as mesmas chinelinhas de luxo que já vimos calçando, “pro fórmula”, a negrinha do Maranhão. O cabelo, ondulado e fofo, repartia-se em duas fartas trunfas, e de cada lado, encaixados no alto de cada orelha, dois grandes ramalhetes de rescendentes jasmims; colar de ouro com medalha na frente, e, nas costas, sobre o cangote, para afugentar feitiços e maus olhados, enorme figa de azeviche. Posto negligentemente sobre os ombros, à guisa de chale, um lenço de seda, de cores vivas; nos braços roliços, pulseiras de contas de coral; anéis em quase todos os dedos. O braço esquerdo enfia na asa da cestinha das compras; a mão direita empunha a infalível sombrinha, que tanto serve para o sol como para a chuva, de dia como de noite, forrada de tafetá furta-cores com barra de flores estampadas (AFFONSO, 1976, p.223-224).

A descrição acima, de João Affonso<sup>1</sup>, presente em seu livro *Três séculos de Modas*, nos revela importantes dados acerca dos chamados “typos” de personagens que circulavam na cidade de Belém no século XIX. No último capítulo da obra, podemos observar, além da ilustração de sua autoria, a descrição da vestimenta e dos adornos<sup>2</sup> utilizados pela *Mulata Paraense*, em que é identificada como sendo um “tipo” urbano muito popular em Belém, o qual foi descrito por diversos intelectuais e artistas.

Assim como as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus, Belém do Pará experimentou a modernização a partir da segunda metade do século XIX, em meio às tentativas de adaptação aos considerados modernos costumes europeus, ainda que estes contrastassem com a realidade amazônica. Tal modernidade se deu, sobretudo, à economia da borracha, que possibilitou a concretização desse triunfo expresso na *Belle Époque*, fazendo Belém despontar entre as grandes cidades brasileiras deste período.

Segundo Sarges (2002, p.75), essa situação histórica se deu ao fato de Belém concentrar a base logística de operação de comércio do látex amazônico, inserindo a região amazônica na esfera do capitalismo mundial, a partir do papel de fornecedora da matéria-prima. Esta relação também é comentada por Castro (2010, p.10): “a oportunidade do látex deu [a Belém] uma sobrevida vertiginosa e intensa e os recursos necessários para alegorizar a modernidade triunfante do século XIX um pouco mais que outras cidades brasileiras”.

<sup>1</sup> João Affonso do Nascimento nasceu em 1855, em São Luís do Maranhão, e radicou-se em Belém. Foi tradutor, desenhista, jornalista, escritor, crítico literário, teatrólogo, crítico de arte e historiador. Para as historiadoras Maria do Carmo Teixeira Rainho e Rita Andrade, João Affonso é responsável pelo primeiro livro de moda escrito e publicado no Brasil: *Três Séculos de Modas*. Escrito entre os anos de 1915 e 1916, mas somente impresso no ano de 1923, o livro fez parte das comemorações do Tricentenário da Fundação de Belém, e decidiu-se pela sua criação a partir de uma comissão organizadora dos festejos da qual participava o próprio João Affonso, que ficou encarregado de escrever esta obra. João Affonso faleceu na capital paraense em 17 de abril de 1924 (HAGE, 2010, p.1-2).

<sup>2</sup> Geralmente usado no corpo, é uma das primeiras características da joia, ao servir-se de materiais preciosos, metais e pedrarias (ou ao tentar imitá-los). E essa característica faz com que ela possa ser um artefato portador de significativo valor estético, ou seja, de valores considerados embelezadores na época em que foi realizada (GOLA, 2008, p.16).

As constantes idas e vindas de navios internacionais foram responsáveis por garantir grande parte do abastecimento da capital belenense, favorecendo a implantação do gosto e do consumo que valorizava o que vinha de fora e enfatizava os sinais que promovessem uma aproximação social e cultural com as capitais europeias, as quais eram consideradas paradigmas do almejado progresso e da civilização<sup>3</sup> (DAOU, 2004, p.16).

Nesse sentido, podemos aferir que tal meio de transporte exerceu fundamental importância no período da *Belle Époque*, por representar o meio em que a moda, os ideais, os periódicos, os artigos de luxo de origem estrangeira desembarcavam em Belém, estabelecendo conexões do velho mundo com o cenário amazônico. Assim, a cidade foi dominada por um *francesismo*, pois Paris era o signo central da modernidade urbano-comercial, a chamada “capital do século XIX”. Como afirma Sarges (Op. Cit.), “[...] tendo Paris como modelo, Antônio Lemos procurou transformar as feições da *urbe*, reformando basicamente o centro da cidade, considerado o *locus* econômico e cultural por onde circulava o capital, as rendas e naturalmente os seus possuidores”.

Assim, a *Belle Époque*, com seu afã de modernidade, não alterou somente a infraestrutura das cidades, mas também modificou o estilo de vida, o seu modo de viver no espaço público e sua ressonância no ambiente privado. Os rituais do “ser moderno” transformaram as relações, assim como modificaram o gosto e a estética, como, por exemplo, a relação das pessoas com a moda, mantendo a obrigatória associação com símbolos cosmopolitas, pela classe elitista do período, especialmente aqueles de origem europeia ou norte-americana, consolidando a prática *chic* (SILVA, 2016, p.41).

Para Gilda de Mello e Souza (1987, p.19-20), a moda consiste nas “transformações sucessivas por que passa a ornamentação do indivíduo – a vestimenta, o penteado, a máscara fisionômica”. A autora também expõe que a moda serve à estrutura social, acentuando a divisão em classe; reconcilia o conflito entre o impulso individualizador de cada um de nós (necessidade de afirmação como pessoa) e o socializador (necessidade de afirmação como membro do grupo); exprime ideias e sentimentos, pois é uma linguagem que se traduz em termos artísticos. Outro conceito importante de moda é o de Georg Simmel (2008, p.25), em que assinala que as duas funções básicas da moda são “unir e diferenciar”. E esta significa, por um lado, “a anexação do igualmente posto, a unidade de um círculo por ela caracterizado”, e, por outro, “o fechamento deste grupo perante os que se encontram mais abaixo, a caracterização destes como não pertencendo àquele”.

A representação da moda para a sociedade do século XIX era um dos meios de distinção social, em que o uso de determinados signos sociais incorporavam símbolos responsáveis por identificar funções, definir identidades e de assinalar as distâncias sociais entre os indivíduos, criando, assim, uma comunicação não verbal, em que o prazer de exhibir-se ao olhar do outro era imprescindível em todas as camadas sociais. Nesse mesmo século, a moda se espalhou por todas as camadas sociais, tendo em vista que os desejos de prestígio crescem, juntamente com as necessidades de liderança, e a moda encontrará diversos meios de torná-los visíveis (SOUZA, Op. Cit).

Sob este aspecto, podemos salientar que a sociedade belenense da *Belle Époque* também estava dividida quanto à moda: enquanto a elite financeira se empenhava em imitar os hábitos e a moda europeia, como, por exemplo, o uso de roupas pesadas e em tons escuros; ex-escravizados, ribeirinhos e trabalhadores em geral, negavam essa estética, adotando trajes mais leves e em cores claras,

<sup>3</sup> O projeto civilizador objetivava disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade uma mesma norma de comportamento sociável. Logo, “ser civilizado” demarcava as distinções, já que este viabilizava o reconhecimento e a classificação dos indivíduos, sendo um símbolo de status que distinguia os homens e mulheres das camadas abastadas daqueles/as das camadas populares (SILVA, 2016, p.13).

em decorrência da própria realidade climática da região e por serem mais simples, ao permitirem a movimentação dos corpos em condições de trabalho, além do fácil acesso. Mas nem por isso estes trajes das classes<sup>4</sup> populares não eram dotados de peculiaridades, tanto que já chamavam a atenção de viajantes estrangeiros.

Embora este artigo trabalhe com recorte temporal relacionado à cidade de Belém de 1870 a 1912<sup>5</sup> – período que, de acordo com Sarges (2002, p.17), corresponde, respectivamente, ao auge e ao declínio da economia gomífera –, julgo pertinente citar alguns relatos de viajantes que antecederam esse período, tendo em vista que tais proposições nos ajudam a pensar na moda que já estava presente entre as mulheres das camadas populares na primeira metade do século XIX, como é o caso do naturalista inglês Henry Bates, que chega à Belém em 1848.

O pesquisador Vicente Salles (2004, p. 184-185) aponta as impressões de Bates sobre os subúrbios da cidade, onde a população mais pobre morava, geralmente em toscas habitações, de aspecto miserável e irregular. O viajante observou os tons de pele de brancos, negros e indígenas, mas, principalmente, uma mistura dos três, e o que mais chamou sua atenção estava no meio da classe pobre e mestiça, ao ver algumas mulheres bonitas, com roupas desalinhas, descalças ou de chinelas, mas com brincos ricamente trabalhados e com colares de grandes contas de ouro. Tinham expressivos olhos negros e cabeleiras densas, os quais estavam em perfeita harmonia com o resto do cenário, pois, para Bates, era impressionante a mistura das riquezas naturais e da pobreza humana.

O viajante inglês Alfred Russel Wallace, que chegara acompanhado de Bates em 1848, enfatiza a mistura de raças dos habitantes da cidade de Belém, além de descrever os modos de vestir destes, descrição da qual evidenciou a vestimenta da mulher paraense que transitava na região central da cidade:

As mulheres e moças, nos dias de mais pompa, costumam trajar de preferência vestidos brancos, o que produz um agradável efeito, pelo contraste de suas peles pardas ou de um negro lustroso.

Nestas ocasiões é que um estrangeiro fica deveras espantado ao observar que as joias e colares, usados por estas mulheres, muitas das quais são simples escravas, são de puro ouro maciço (WALLACE, 2004, p.42-43).

Wallace se mostra espantado com o uso exacerbado de joias e colares de ouro maciço usados pelas mulheres, principalmente pelas escravizadas, prática comum durante o Período Colonial, em

<sup>4</sup> Utilizamos a concepção de classe social – ou também denominada como grupo social - a partir de Pierre Bourdieu (2005, p.144-145), representando “o conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes”. Isto é, possuir ou não algum tipo e quantidade de capital origina consequências para a posição ocupada pelo agente no espaço das relações sociais e para o pertencimento a determinada classe. Tal posse e pertencimento ganham significado na possibilidade do estabelecimento de comparações e distinções sociais.

<sup>5</sup> Ainda que o recorte temporal de 1870-1912, seja eminentemente político e econômico, elegemos tal período por representar o auge do *francesismo* em Belém, expresso em diversas vertentes como a arquitetura, o consumo de produtos e a moda, supervalorizados pela elite local. Mesmo que o artigo destaque a moda das mulheres pertencentes às classes populares, o período configura o que, em um primeiro momento, pareça ser oposto a toda influência que a moda da elite belenense recebia da França. Assim, o objeto passa a ser investigado a partir da oposição dos ideais de moda, do “ser chic”, que prevalecia na sociedade do período. Outro ponto que também deve ser considerado é que a moda francesa começa a apresentar vestígios nas vestimentas das mulheres pertencentes às classes populares, no início do século XX, ainda que estas estejam mescladas com as características da moda popular, como, por exemplo, o uso de flores nos cabelos.

que muitos senhores as adornavam com a intenção de as tornarem mais um símbolo movente de ostentação de suas riquezas. Em outros casos, algumas escravizadas ganhavam joias por representarem verdadeiras “condecorações” de bom comportamento ou, ainda, elas próprias compravam tais adornos com o objetivo de entesouramento ou como meio de comprar sua carta de alforria, a partir da venda dessas joias<sup>6</sup>.

Um ano antes da chegada de Wallace, o viajante inglês William Edwards também evidência o uso de joias, principalmente por mulheres negras em dias de procissão em Belém, e cita também a beleza das indígenas:

Quase todas as mulheres negras eram profusamente ornamentadas com ouro, em parte o fruto de suas economias, e muitas vezes das riquezas de suas damas, que as emprestam voluntariamente em tais ocasiões. Algumas usavam correntes de contas de ouro, passando várias vezes pelo pescoço e sustentando uma pesada cruz de ouro. Todas usavam brincos e as mulheres idosas, negras e indígenas, cobriam a cabeça com enormes pentes de tartaruga. As indígenas, que eram em grande número, eram quase sempre bonitas, com feições regulares, belas formas, olhos negros e lustrosos e luxuriantes madeixas que caíam sobre os ombros (EDWARD, 1847, p.8-9, tradução da autora).

Edwards chama a atenção para o movimento da cidade em dias de procissão e festividade religiosa, pois era o momento em que as mulheres paraenses vestiam seus melhores vestidos e se adornam com flores no cabelo. A *Mulata Paraense* não ocupava as varandas das casas de comércio e residências destinadas às famílias abastadas da região, pois seu lugar era em outros cômodos da casa ou na própria rua. Na festa mais importante e grandiosa da cidade, o Círio de Nazaré, festa religiosa que ocorre em Belém desde 1793, Edwards descreve a divisão entre as classes sociais dentro da própria igreja:

A missa das oito horas é notificada pelos fogos de artifício, e aqueles que se importam frequentam a capela. Dentro estão as mais elegantes senhoras e alguns cavalheiros; fora, no grande pórtico aberto, estão sentadas no chão as mulheres negras e as indígenas, vestidas de branco, com flores no cabelo e excessivamente perfumadas com baunilha (EDWARDS, 1847, p.185, tradução da autora).

Embora existisse a divisão no espaço público, as festividades do Círio de Nazaré configuram um momento em que ricos e pobres fazem parte do mesmo universo cultural. Aqui, destacamos a população menos abastada, que se preparava com antecedência para a festividade religiosa, como relata o viajante americano John Esaias Warren, no início da segunda metade do século XIX:

Os pobres gastam tudo o que eles acumularam em meses de trabalho incansável, para comprar vestidos de gala e ornamentos. Uma intensa excitação prevalece entre todas as classes, que somente aqueles que realmente testemunharam isso podem entender (WARREN, 1851, p.69, tradução da autora).

---

<sup>6</sup>Sobre estas e outras relações das joias de crioulas consultar: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. FACTUM, Ana Beatriz Simon. *Joalheria escrava baiana: a construção histórica do design de joias brasileiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Dessa forma, podemos ressaltar que os viajantes citados já nos chamavam a atenção para a beleza no trajar de mulheres pobres, mestiças, negras, indígenas e escravizadas, ao usarem vestimentas brancas, ao se adornarem com brincos, colares de contas de ouro e flores no cabelo, além de exalarem perfumes provenientes da mistura de raízes, o que foi ratificado anos mais tarde por João Affonso, ao relatar que “[...] a mulata paraense era sempre original no seu vestir”, cujas especificidades ficaram expressas nas suas ilustrações da *Mulata Paraense* e nas de David O. Widhopff<sup>7</sup> (Fig.1).



Figura 1: *A Mulata Paraense*, desenhada por João Affonso em 1916, a partir do desenho de David O. Widhopff de 1895 (à esquerda) e registro ao natural de Affonso de 1885 (à direita).

Fonte: AFFONSO, 1976.

João Affonso, ao descrever e desenhar *A Mulata Paraense*, mostra “uma classe de modas, que é inteiramente o contrário da moda propriamente dita”, ao registrar indumentárias locais que “ainda resistem aos ataques do progresso, que tudo transforma, modifica e substitui” (1976, p.214). O autor esclarece ainda que o desejo de representar as mulheres populares e suas roupas advém de uma relação próxima com o seu local de origem, enquanto que os demais desenhos de trajes femininos que estavam presentes nas ruas de Belém viriam de referências de sua biblioteca.

Quanto à profusão de elementos que compunham *A Mulata Paraense*, observamos o hibridismo presente em sua indumentária e em seus costumes, haja vista que esta mulher mesclava influências da moda europeia, como o uso do lenço de seda, do corpete decotado, saia pelos tornozelos e de folho na beira, as chinelinhas de luxo e uma sombrinha “forrada de tafetá furta-cores com barra de flores estampadas”, que mesclava ao costume amazônico, como o gosto pelo asseio, e utilizava “perfumes fortes, feitos de raízes e ervas nacionais, a priprioica, o cipó-catinga, a mucura-caá”, usando nos cabelos “dois grandes ramalhetes de rescendentes jasmims”, e, para completar a ornamentação, portava um “colar de ouro com medalha na frente, e nas costas”. E, ainda, para afugentar feitiços e maus olhados, esta mulher fazia uso de “enorme figa de azeviche”, além das “pulseiras de contas de coral<sup>8</sup> e anéis em quase todos os dedos”, revelando influências da cultura material afro-brasileira.

<sup>7</sup>David O. Widhopff (1867-1933), o desenhista russo com formação na França, residiu em Belém durante 1893 e 1895, lecionando desenho no Liceu Paraense, além de publicar ilustrações como a do tipo feminino no caderno ilustrado presentes nas edições de domingo do jornal *Província do Pará*, no ano de 1895 (HÄGE, 2012, p.2).

<sup>8</sup>“O coral é um material orgânico marinho explorado no Mediterrâneo (Itália, Espanha, Argélia, Tunísia) e no Oceano Índico e foi trazido destas regiões pelos portugueses no século XV, sendo comercializado em toda a Europa e no continente africano. Esta peça tornou-se cara e preciosa para os africanos, que a ela atribuíram propriedades mágicas, místicas etc.” (PAIVA, 2001, p.224).

Podemos ressaltar que o cuidado com a vestimenta e com os adornos estão presentes em todas as classes da sociedade paraense, e que também existiram similaridades e diferenças entre os trajes e os adornos das diferentes classes durante os dias comuns. Como citado anteriormente, as mulheres das classes populares usavam “colares de grandes contas de ouro”, peças que foram especialmente usadas pelas mulheres das camadas populares no Brasil, os quais possuem a influência dos costumes das mulheres brancas de origem brasileira ou portuguesa e chegavam a medir mais de um metro e meio de comprimento. Em alguns exemplares, era comum pender da corrente uma peça de ouro, um coração, uma rosácea, um crucifixo ou uma figa, como foi o caso presente na descrição da *Mulata Paraense* de João Affonso, que abre a análise do presente artigo.

Na descrição de *Mulata Paraense*, João Affonso também cita as “pulseiras de contas de coral” e o uso de “anéis em quase todos os dedos”, configurando uma prática de uso comum entre o grupo de crioulas no Brasil dos séculos XVIII e XIX, tais joias, juntamente com os colares de contas de ouro e a figa, pertencem às chamadas Joias de Crioulas Afro-Brasileiras<sup>9</sup>.

Ainda sobre as representações dessas mulheres, Cristina Cancela (1997, p.116) cita a liberdade dos movimentos corporais, a beleza dos atrativos físicos realçados em um “descuidado” vestir, a malícia muitas vezes refletida no olhar, compõe algumas das imagens que escritores, jornalistas e memorialistas representavam as mulheres das camadas populares, como as “mamelucas”, “índias” e “caboclas”, que viviam nas ruas de Belém no final do século XIX e início do XX, vendendo açaí, cheiro, vasilhas de barro, flores, lavando roupas, costurando, trabalhando como criadas ou mesmo se prostituindo. Essas mulheres sofreram as mais diferentes formas de marginalização e discriminação, decorrentes de sua condição de gênero<sup>10</sup>, ao vivenciarem com maior liberdade o universo dos espaços públicos, atuando não apenas em serviços domésticos, mas também em atividades que lhes permitiam participar com mais recorrência do cotidiano público da cidade.

Cancela também comenta que a liberdade de atuação no espaço público trouxe para estas mulheres o estabelecimento de imagens e representações depreciativas, e, com elas, a formação de uma identidade e um conjunto de percepções e estereótipos que foram fundamentados e fundamentaram a diferença, a hierarquização e a discriminação.

Assim, podemos inferir que as mulheres das camadas populares, durante a *Belle Époque*, possuíam maior liberdade ao circularem no espaço público de Belém, sobretudo em condições de trabalho, e que, ao serem retratadas por artistas ou descritas por literatos, geralmente eram representadas de forma exótica e sensual, e seus atributos estéticos tendiam ao pecado, gerando a hipersexualização de seus corpos. Portanto, estas imagens contrapunham-se ao ideal pré-estabelecido que classificava a mulher como um ser frágil e submisso. Muitas delas chefiavam suas famílias, tomavam frente às investidas amorosas, cafetinavam, frequentavam sambas, pagodes e batuques realizados nos diversos pontos da cidade, ainda que os Códigos e Posturas reprimissem tais atos, haja vista que estes se contrapunham às concepções modernas de segurança e progresso.

<sup>9</sup> São peças confeccionadas e utilizadas nos séculos XVIII e XIX, que integram uma coleção de peças composta por: colares, braceletes, pulseiras, brincos, anéis, penca de balangandãs entre outros objetos de adorno corporal direcionados exclusivamente para as mulheres africanas, mulatas ou crioulas no Brasil, sob a condição de escravizadas, alforriadas ou libertas (LODY, 2001, p.19).

<sup>10</sup> Para Joan Scott (1995) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais satisfazem a mudança nas representações de poder, porém, a direção da mudança não segue um sentido único. A proposta da autora seria motivada pelo mesmo objetivo que levou as historiadoras feministas, especialmente as francesas, a escreverem a história das mulheres, apontando e modificando as desigualdades existentes entre homens e mulheres, e assim sugere uma investigação de como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas.

Conforme exposto anteriormente, os viajantes estrangeiros que aportavam em Belém nos séculos XIX e início XX surpreendiam-se ao observarem as mulheres das camadas populares vestindo roupas brancas incrementadas com ornamentos em ouro e flores nos cabelos, podendo ter sido vistas tanto no cotidiano das ruas, quanto em festividades. A partir destes relatos, bem como de ilustrações como as de David O. Widhopff e João Affonso e representações em pinturas, podemos conferir que, durante tais períodos, estas mulheres pouco ou nada procuravam imitar a moda europeia, diferentemente daquelas que compunham a elite belenense.

João Affonso (Op. Cit), ao analisar a moda, ressalta a “propensão dos brasileiros em aceitar o que vinha do estrangeiro”. Gilberto Freyre (2009, p.105) também comenta tal propensão, já que o Brasil importava diversos artigos franceses de modas femininas, masculinas e infantis. Chapéus, capas, espartilhos, vestidos excessivamente volumosos; e os penteados eram seguidos de forma passiva pelas mulheres que almejavam a elegância europeia, na maioria das vezes, sem fazer a adaptação ao clima da região, tornando-se, muitas vezes, anti-higiênicas e desapropriadas para o clima tropical, como podemos observar na ilustração de João Affonso “Oitavas de Bom Tom” (Fig.2), presente no jornal “A Vida Paraense”, de 1884, em que seis mulheres são representadas trajando a moda europeia na cidade de Belém.



Figura 2: “Oitavas de Bom Tom”, Jornal *A Vida Paraense*, 1884.

Fonte: Acervo Pessoal – Flávio Nassar

Tal consumo e a exibição das mercadorias estrangeiras, em especial a francesa e a inglesa, no que se refere à moda, funcionavam como tentativa de expressar as aspirações sociais e, assim, demonstrar um *status* superior. Nesse sentido, o fetichismo<sup>11</sup> ostensivo no consumismo de mercadoria estrangeira revelava com nitidez a fantasia da civilização em torno da qual giravam tais produtos para a “alta sociedade” [belenense] (NEEDELL, 1997 *apud* SILVA, 2016, p.52).

Embora, os habitantes de Belém estivessem atentos às teorias e estilos europeus, esse período também desenvolveu uma produção intelectual e artística voltada à cultura local<sup>12</sup>, influência que

<sup>11</sup> O conceito de “fetichismo da mercadoria” foi cunhado por Karl Marx e caracteriza-se pelo fato de as mercadorias ocultarem as relações sociais de exploração do trabalho, dentro do sistema capitalista.

<sup>12</sup> Aldrin Figueiredo, em sua tese “Eternos modernos: uma história social da arte da literatura na Amazônia” (2001, p. 103-104), comenta que várias foram as dimensões do passado esquadrihadas por jornalistas, literatos e homens de letras, estudando diversos temas que perpassavam desde o folclore, imigração, balancetes econômicos do passado, a festa do tricentenário de Belém, culminando com o renovado interesse em perscrutar a verdadeira data da fundação da cidade, a maioria desses estudos reivindicavam pela novidade, autenticidade e descobrimento encerrados em suas pesquisas.



deixaria emanções por todo o século XX (HAGE, 2013, p.100).

Como relata Sarges (Op. Cit), a moda é um fenômeno típico da sociedade urbano-industrial, estimuladora do consumo. Dessa forma, a moda servirá à estrutura social e subjugará Belém a um modelo internacional do “bem vestir”. No Brasil dos séculos XVIII e XIX, os tecidos utilizados pelas damas funcionavam como marco de discriminação social: para as damas ricas, cabiam os se-rafins, sedas e veludos; e para a população comum, cabiam os tecidos inferiores, como o algodão.

As mulheres que pertenciam à elite econômica paraense do século XIX apresentavam um zelo especial pela indumentária, tanto que mandavam buscar seus vestidos em Londres e/ou Paris<sup>13</sup>. Tal demanda foi responsável pela instalação de lojas de departamentos<sup>14</sup> que comercializavam os itens da moda que chegavam pelos navios europeus, com destaque para a *Bom Marché*, *A Formosa Paraense*, *Bazar Parisiense*, *Leão do Norte*, *Paris N’América* (Fig.3), entre outras.



Figura 3: Anúncio da Loja Paris N’América

Fonte: Jornal Diário de Notícias, 5 de outubro de 1889 – Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

A loja *Paris N’América*, localizada na Rua Santo Antônio, teve sua arquitetura inspirada na loja de departamento parisiense *Galeria Lafayette*, na virada do século XIX, e era considerado o estabelecimento comercial mais suntuoso e importante de Belém, tornando-se um ponto de referência de luxo e do refinamento europeu. No anúncio supracitado, impresso no Diário de Notícias, de 1889, podemos observar o destaque para as seguintes frases: “Grande empório de mercadorias estrangeiras” e também “o bazar mais acreditado em toda vasta Amazônia e a casa barateira por excelência”. E, para usufruir das mercadorias e “vestir do melhor”, os consumidores não precisam fazer sacrifícios, basta seguir o conselho da prudência e do bom senso, pois: “Na época actual, a moda e o luxo devem amoldar-se com as circunstâncias individuais” (sic).

<sup>13</sup> “A iniciativa empreendedora desses soberanos da Moda dilatou consideravelmente a zona de influência de Paris em tudo quanto se prende ao vestuário e adorno da mulher, influência que se estendeu pelo mundo afora[...]” (AFFONSO, 1976, p.191).

<sup>14</sup> As lojas de departamentos surgiram na França oitocentista, e a primeira foi a *Le Bon Marché*, de Paris, inaugurada em 1838. As lojas de departamentos impuseram mudanças significativas no consumo, assim como outro ritmo às relações entre pessoas e processos. O comércio, baseado em funcionários e preços fixos e não em relações pessoais, desvinculava-se de processos sociais e retóricos de negociação, favorecendo a mulher como consumidora, pois o preço fixo oferecia limite ao que poderia ou não ser comprado. Assim, a loja de departamentos provocou uma mudança na posição da mulher em uma sociedade masculina, sendo sinônimos de bom gosto e bem-estar (AMARAL; ROCHA, 2009).

Na ilustração que compõe o anúncio de outro estabelecimento do período, a *Casa Africana* (Fig.4), publicado no jornal *A Província do Pará*, em 1911, notamos duas senhoras vestindo trajes da moda parisiense, usando “linhos em riscas verdadeiramente chics”. Assim, notamos a constante necessidade da elite belenense em evidenciar que ser “chic” era copiar a indumentária europeia, a fim de mostrar o *status* de superioridade.



Figura 4: Anúncio da Loja Casa Africana

Fonte: Jornal *A Província do Pará*, 7 de janeiro de 1911 – Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

Além dos estabelecimentos, também existiam as lojas ambulantes que vendiam, em carros e tabuleiros, as fazendas francesas e inglesas, bem como diversas miudezas. Na virada do século XIX, o centro comercial de Belém atingiu seu fastígio. Naquele período, a Rua João Alfredo tinha lugar de destaque no roteiro de compras das pessoas que almejavam a elegância europeia. Assim, as sapatarias e as lojas de tecidos tinham destaque, em especial estas últimas, uma vez que era lá que as mulheres da alta sociedade compravam as *fazendas* que estavam na moda para confeccionar seus vestidos de baile e trajes do dia a dia (MARTINS JÚNIOR, 2010, p. 47).

Também é válido assinalar que as experiências femininas no espaço da cidade são diversas. De um lado, as mulheres das camadas populares têm, nas ruas, o espaço das suas atividades de trabalho; de outro lado, mesmo que com outros usos, as mulheres dos grupos mais abastados da população também não deixaram de circular pelas ruas do comércio da capital paraense.

Ainda sobre as vestimentas das mulheres que compunham as camadas populares, podemos observar a mudança de hábito aliada a alguns vestígios remanescentes do século anterior, como foi caracterizado nas imagens dos “Tipos de Beleza do Norte do Brasil” (Fig.5), feitas por Richard Arthur em 1906. Nota-se que conviviam dois exemplos da mulher paraense, que, embora vestissem trajes diferentes, possuíam as características do rosto arredondado, da pele morena, dos olhos negros e da predileção por joias e adornos. Enquanto uma usava vestidos aparentemente leves na cor branca, a outra usava vestido rendado condizente com a moda da *Belle Époque*. Mas também é válido assinalar que, em ambos os “tipos”, notamos a presença das flores em seus cabelos, lembrando o hábito do século XIX, relatado por alguns viajantes, e que ainda permanecia no século XX, como fora documentado por João Affonso. Segundo Hage (2012, p.10-11), a influência dos modos de vestir parisienses retiraria das ruas a *Mulata Paraense*, já que esta passaria a adotar os trajes pesados da última moda.



Figura 5: “Tipos de Beleza do Norte do Brasil I e II”  
Fonte: ARTHUR, 1906, P.106-107 apud HAGE 2012, p.11

Conforme assevera Affonso (Op. Cit), a *Mulata Paraense* já estava deixando de circular nas ruas da capital paraense no final do século XIX, e uma das últimas representações teria sido de David O. Widhopff, no caderno ilustrado do jornal “A Província do Pará” de 1895, desenho que João Affonso inseriu ao lado de seu próprio registro em 1916.

Affonso (Op.Cit) já apontava a morte simbólica da *Mulata Paraense*: “Hoje, esse tipo desapareceu inteiramente do movimento da vida contemporânea de Belém”, e, por esse motivo, “o presente estudo da indumentária de três séculos, ao invés de acabar na atualidade, encerra-se com uma recordação do passado”, o que concedeu um arrojado desfecho para a sua obra, ao lançar o olhar para a figura desta mulher que, aos poucos, ia desaparecendo da cidade, mas que já fazia parte do imaginário popular, tanto que esta figura tornou-se sinônimo da típica mulher paraense, ainda que folclorizada.

Figueiredo (2012, p.8-9) aponta a cuidadosa descrição de João Affonso sobre o “tipo popular”, que era a denominação que os folcloristas da época concediam às mulheres reconhecidas em qualquer parte da cidade, aspecto este que atribuía autenticidade à figura descrita, como símbolo de um tempo passado. O autor também assinala que a crioula da terra era a ponte entre o passado africano e a mestiçagem nacional e, por isso mesmo, era representada por João Affonso já perfeitamente aclimatada ao ambiente da casa brasileira.

Anos mais tarde, a imagem da *Mulata Paraense* também foi retratada no campo das artes plásticas, ganhando os traços e as cores nas mãos de Anita Malfatti, uma das mais importantes artistas plásticas brasileiras da primeira fase do modernismo, e da artista paraense Antonieta Santos Feio, que, embora não se identificasse como pintora modernista, trabalhava, em suas telas, a temática regionalista, destacando os indivíduos com pouca visibilidade social.

De acordo com Silva (2009), Malfatti contou sobre uma ocasião em que seu navio precisou aportar na capital paraense, e, passeando pelas ruas da cidade, ela se deparou com uma mulher tomando sol na sacada, vestida com roupão transparente, sandálias e com os cabelos muito armados repletos de flores brancas. Anos depois, em 1927, este episódio foi o tema da tela “Mulher do Pará” (Fig.6).



Figura 6: “Mulher do Pará” de Anita Malfatti, 1927.

Fonte: <https://www.wikiart.org/en/anita-malfatti/mulher-do-par-no-balc-o-1927>

As obras de Antonieta Santos Feio exibiam sua escolha pela temática regional amazônica, obras nas quais procurava retratar suas personagens nas dimensões socioeconômica, cultural e religiosa, como podemos notar na obra “Vendedora de Tacacá” (Fig.7), de 1937, em que mostra uma tacacazeira, com traços mestiços da cabocla amazônica, sentada atrás de uma banca de madeira improvisada, coberta por uma toalha branca. Nela, estão dispostos os recipientes que contêm os ingredientes do tacacá<sup>15</sup>, são eles: duas panelas de argila envoltas por capas de tecido na cor branca, as quais estão cobertas com pratos de latão; uma pequena panela de barro que contém o molho de pimenta; uma cuia decorada para acondicionar o sal e pequenas cuias para servir o tacacá. No chão, está um cesto que provavelmente serve para guardar as cuias; e, atrás da tacacazeira, uma bacia de barro que ela utiliza para lavá-las. No lado oposto, vimos uma moringa, também de barro, a qual está no vão do muro.



Figura 7: “Vendedora de Tacacá” de Antonieta Santos Feio, 1937.

Fonte: <https://journals.openedition.org/aof/6466>

<sup>15</sup> Alimento composto de goma de tapioca, tucupi, jambu, camarão-seco e molho de pimenta de cheiro, com sal. Preparado à maneira indígena, o tacacá tem certos requisitos na sua fórmula, desde o cozimento da goma (sem sal), do tucupi, dos camarões, do jambu, à preparação do molho extra, com alho e pimenta. É posto na vasilha (cua), “traçando” com a goma e o tucupi, para ser bebido pela borda da cua; da vasilha, pegam com os dedos os camarões e o jambu para comer (MENEZES apud CASCUDO, 1977, p. 69).

A *cabocla* foi representada pela artista no instante em que acrescenta a pimenta ao tacacá. Seu olhar é firme, porém simpático, encara o observador como se o convidasse a tomar a iguaria. Esta mulher veste uma blusa branca adornada com rendas na mesma cor, sobre a qual pendem longos colares, adornando-se, ainda, com brincos vermelhos, um bracelete dourado no braço direito e enfeita o cabelo com flores brancas e vermelhas. Caroline Fernandes (2013, p.86) caracteriza a tacacazeira como “[...] senhora robusta, vestindo blusa, com rendas”, enquanto que, de acordo com Robert e Velthem (2009, p. 7):

esta vestimenta evoca as roupas do século XIX e o indispensável aparato das conhecidas *baianas* [*vendedoras de rua*]. Até a década de 1960, o traje das tacacazeiras era semelhante ao das baianas, mas subsiste, hoje, apenas de forma simplificada, nas cidades da ilha de Marajó, próxima a Belém.

Para Francisco Paes (2016, p.137-138), a indumentária da tacacazeira representada na obra de Antonieta apresenta elementos que podem ser associados à religiosidade de matriz africana, evidenciando sua identidade religiosa por meio dos “vestígios do sagrado”. A blusa de cor branca remete aos paramentos utilizados nos cultos afro-brasileiros, enquanto que os colares, guias ou fios-de-contas<sup>16</sup>, são responsáveis por expressar a sua identidade religiosa e a sua ligação ao orixá ao qual está vinculada.

Ao analisarmos os colares da tacacazeira, observamos os códigos cromáticos que compõem estes acessórios: um unicolor, na cor branca, que geralmente representa o orixá Oxalá, responsável pela criação e pela fertilidade – e que, pelos cultos da Umbanda, consiste na primeira guia de um *filho*. E outros colares bicolores, nas cores vermelha e preta de forma alternada, que podem estar representando o orixá Exu<sup>17</sup>, guardião das ruas e dos elementos da natureza (LODY, 2001, p.73). Nesse sentido, podemos aferir que a vendedora é iniciada ou adepta da religiosidade de matriz africana.

Ainda sobre a obra “Vendedora de Tacacá”, Fernandes (2013, p.87) apresenta uma importante percepção: a de que Antonieta assina, no canto inferior da tela, “Belém, 1973”, enfatizando o caráter tipicamente local da cena, em que a mulher retratada é uma mulher paraense, devido às suas características físicas, aliada a toda experiência visual construída a partir de hábitos dos moradores da cidade de Belém.

Na referida obra, podemos notar a presença de um pequeno arranjo de flores na cabeça, nas cores branca e vermelha. Tal costume de enfeitar e perfumar os cabelos, revela-se habitual entre as mulheres paraenses, como citado por João Affonso (1976, p. 223) e assinalado anteriormente neste artigo: “[...] O cabelo, ondulado e fofo, repartia-se em duas fartas trunfas, e de cada lado, encaixados no alto de cada orelha, dois grandes ramalhetes de rescendentes jasmims”. Também Edwards (1847, p.185) destaca que “[...] estão sentadas no chão as negras e as indígenas, vestidas de branco, com flores no cabelo e excessivamente perfumadas com baunilha”; nas representações de Richard Arthur (1906) em “Tipos de Beleza do Norte do Brasil”; e, posteriormente, em 1927, em “Mulher

<sup>16</sup> O fio-de-contas é emblema social e religioso que marca um compromisso ético e cultural entre o/a portador(a) e o *santo*. É um objeto de uso cotidiano, público, situando o indivíduo na sociedade do terreiro. Há critérios que compõem os textos visuais dos fios-de-contas, proporcionando identificação de *santos*, papéis sociais, rituais de passagem – o *quelé* –, ou ainda fios-de-contas mais sofisticados, que, identificam o indivíduo, sua atuação no terreiro e, ainda, o tipo de Nação, ora por cor, ora por emblema (LODY, 2001, p.59).

<sup>17</sup> Tais códigos cromáticos foram sinalizados a partir da obra de Lody (2001), mas sabemos que as cores presentes nos colares-de-contas podem sofrer variações para cada entidade, pois depende da nação a qual está inserida.

do Pará”, de Anita Malfatti, configurando, assim, em um costume social das mulheres pertencentes às camadas populares, durante o século XIX e na primeira metade do século XX, revelando o cuidado sensorial com seus corpos, a fim de perfumá-los e evidenciar a sua feminilidade.

No ano de 1947, Antonieta Santos Feio pintou a obra “Vendedora de Cheiro” (Fig.8), na qual registra uma mulher *mestiça*, de meia idade, vestida de forma semelhante à “Vendedora de Tacacá”, com blusa branca rendada e adornada com flores brancas e vermelhas no cabelo. Ela apoia a mão direita na cintura, e, com a esquerda, segura um cesto repleto de raízes e plantas de cheiro forte<sup>18</sup>. Ela traça uma saia florida e se adorna com brincos, uma pulseira, e um colar em que pendem um crucifixo e uma figa. Tais símbolos remetem, respectivamente ao cristianismo católico – condensando, nessa imagem, a história de Jesus Cristo –, enquanto que a figa, mesmo possuindo origem europeia, foi amplamente utilizada nas práticas de matriz afro-brasileira, podendo ser interpretada como símbolo do ato sexual ou ainda como símbolo de fertilidade.

A suposta proteção oferecida pela peça deve-se à crença de que as criaturas do mal, são assexuadas, portanto, temem alusões que possam referir à sexualidade. Logo, acredita-se que a figa está associada à sexualidade e à fertilidade no qual a função é de proteção contra as doenças físicas e espirituais (TEIXEIRA, 2011, p.22).

Nesse sentido, podemos aferir que a usuária possuía uma religiosidade sincrética, ao mesclar elementos de origens diferentes, que, combinados, ofereciam pistas de suas crenças.



Figura 8: “Vendedora de Cheiro” de Antonieta Santos Feio, 1947.

Fonte: <http://www.uniblog.com.br/aracelilemos/293706/todas-as-faces-do-para--vendedora-de-cheiro-por-antonieta-santos-feio.html>

Com a postura ereta e olhar marcante, ela apoia a mão direita na cintura e, com a esquerda, segura uma cesta com os cheiros-do-Pará. O plano de fundo da obra remete à arquitetura verna-

<sup>18</sup> O cheiro-do-Pará, até hoje encontrado nos mercados públicos ou vendido nas ruas de Belém, resulta de uma combinação de raízes, cascas e paus aromáticos, ralados e misturados a trevos, jasmims e rosas, embrulhados em pedaços de papel. Os envelopes cheirosos são colocados em gavetas, baús e armários, perfumados as roupas (FERNANDES, 2013, p.62)

cular muito comum nas periferias de Belém, feitas de feixes de madeira enfileirados, o qual não interfere na imagem destacada da mulher.

Outro ponto que deve ser ressaltado na produção artística de Antonieta Santos Feio é a prioridade aos aspectos individualizantes dos sujeitos anônimos, resgatando tensões psicológicas e características particulares, que estão ao lado de elementos que garantam uma identificação geral com padrões iconográficos mais difundidos, como é o caso da vendedora ambulante. A pose, a vestimenta, os adornos são comuns na tradição visual brasileira, mas a composição traz para a tela elementos particularizadores, como o cesto de palha com raízes cheirosas (FERNANDES, 2013, p.76).

Nas duas obras de Antonieta Santos Feio analisadas neste artigo, observamos algumas similaridades: a temática, já que ambas retratam vendedoras com características mestiças que estão presentes no cenário populacional amazônico; nas duas obras, as figuras femininas portam arranjos de flores em seus cabelos, configurando em um jogo sinestésico de exibir-se e perfumar-se; as duas pinturas apresentam personagens que se adornam com símbolos religiosos que remetem a cultos de matriz africana – como o uso das guias pela “Vendedora de Tacacá” – e pelo sincretismo religioso, presente na figura da “Vendedora de Cheiro”, portando em um único colar, composto de um símbolo cristão ao lado de uma figa, que remete ao culto afro.

Outro fator análogo presente nessas duas obras é o uso da blusa branca com rendas, que, segundo Anaíza Vergolino (*apud* PAES 2016, p.138-139), consiste em um elemento de permanência nos cultos das religiões de matriz africana no Pará, pois a indumentária marcada por este tipo de blusa já era utilizada desde a época do batuque paraense, e ainda permanece nos dias atuais como elemento litúrgico dos cultos. Nesse sentido, a artista nos sugere que as duas de suas personagens, a “Vendedora de Cheiro” e a “Vendedora de Tacacá”, sejam integrantes do povo do santo, tendo em vista que a roupa e os colares que estas mulheres usam são códigos visuais e ritualísticos que estão presentes nestes cultos.

A partir da breve análise de relatos de viajantes, desenhos e de representações pictóricas, mencionados ao longo deste artigo, podemos afirmar que as ruas de Belém, na virada do século XIX para o XX, consistiam em espaços de construção da identidade<sup>19</sup> da mulher paraense e da sua visibilidade social, haja vista que, muitas vezes silenciadas, estas mulheres elegeram a moda como linguagem de expressão de suas crenças, gostos e costumes.

A “Mulata Paraense”, de João Affonso, remete a uma figura bastante popular, que esteve presente nas ruas de Belém desde o século XIX. Tal ilustração buscou as referências no trabalho urbano das mulheres comuns “Cozinheira ou costureira, ‘amassadeira de açaí’ ou ‘vendedeira de tacacá’, ama seca ou criada de servir”. A temática do trabalho das mulheres vendedoras manifesta-se diversas vezes ao longo da história da arte brasileira, desde as aquarelas de Debret, passando a produção de artistas no decorrer do século XX, como é o caso das obras de Antonieta Santos Feio, citadas neste artigo. Outro ponto que devemos assinalar na pintura modernista é que a mulher, mais especificamente a vendedora, é vista como um tipo social popular representando a identidade coletiva.

---

<sup>19</sup> Para Denys Cuhe (1999, p.177), o conceito de identidade cultural, no domínio das ciências sociais, caracteriza-se por sua polissemia e fluidez. Este conceito remete à questão da identidade social de um indivíduo, a qual é caracterizada pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social além de ser localizado socialmente. O autor aponta ainda que, todo o grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, dessa forma, a identidade social, ao mesmo tempo que é inclusiva – ao identificar membros do grupo que são idênticos sob um determinado ponto de vista –, também é excludente – ao distinguir um grupo dos outros grupos.

Embora a obra de Malfatti “Mulher do Pará” aparentemente não retrate uma vendedora, observamos características comuns às demais obras aqui apresentadas, como o uso de roupas claras e o cabelo repartido ao meio com flores, no entanto são iconograficamente parecidas em suas feições. Também é válido salientar que existiam diferentes facetas da *Mulata Paraense*, em que a sua beleza, aliada aos modos de vestir e adorna-se, configuram em uma representação emblemática dessa personagem, a qual ainda está presente no imaginário da população local.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, J. *Três séculos de modas*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

AMARAL, M; ROCHA, E. Consumo e entretenimento: a loja de departamentos como espaço de sociabilidade (1830-1930). *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 6, n. 17, p.143-160, nov. 2009.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANCELA, C. D. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Campinas, SP. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

CASCUDO, L. da C. *Antologia da Alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

CASTRO, F. F. de. *A Cidade Sebastiana. Era da Borracha, Memória e Melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade*. Belém: Edições do Autor, 2010.

CUCHE, D. Cultura e Identidade. In: *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC. 2002, p. 175-202.

DAOU, A. M. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

EDWARDS, W. H. *A voyage up the river amazon including a residence at Pará*. London: John Murray, 1847.

FIGUEIREDO, A. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas, SP. Originalmente apresentada como tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Vestir a História: Pintura, moda e identidade nacional da Amazônia, c. 1916-1923. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n.53, p. 1-13, abr. 2012.

FREYRE, G. *Modos de homem e modas de mulher*. Rio de Janeiro: Global, 2009.

GOLA, E. *A jóia: história e design*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.



HAGE, F. João Affonso: O homem que escreveu o primeiro livro de história da moda no Brasil. *Colóquio Moda*, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/71890\\_Joao\\_Affonso - O Homem Que Escreveu o Primeiro Livro d.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202010/71890_Joao_Affonso_-_O_Homem_Que_Escreveu_o_Primeiro_Livro_d.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Olhares e imagens da mulher paraense atravessando a cidade entre os séculos XIX e XX. *Colóquio Moda*, Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20%202012/GT06/ARTIGODEGT/103209\\_Olhares\\_e\\_imagens\\_da\\_mulher\\_paraense\\_atravessando\\_a\\_cidade\\_entre\\_os\\_seculos\\_XIX\\_e\\_XX.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20%202012/GT06/ARTIGODEGT/103209_Olhares_e_imagens_da_mulher_paraense_atravessando_a_cidade_entre_os_seculos_XIX_e_XX.pdf)> Acesso em: 23 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Vestuário e história pelas ruas de Belém. *Revista Dobras*, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 94-102, mai. 2013.

LODY, R. *Jóias de Axé: fios de contas e outros adornos do corpo; a joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MARTINS JUNIOR, R. J. M. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX*. Belém, PA. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PAES, F. A. L. Vestígios do sagrado: a obra de arte como possibilidade de mediação entre religião e cultura na pintura de Antonieta Santos Feio. *Revista Eletrônica Correlatio*, São Paulo, v. 6, n.2, p.123-150, dez. 2016.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ROBERT, P. de; VELTHEM, L. V. A hora do tacacá: consumo e valorização de alimentos tradicionais amazônicos em um centro urbano (Belém – Pará). *Anthropology of food*, 2009.

SALLES, V. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul/dez.1995.

SILVA, C. F. S. “*Ser elegante*”: Mulher, moda, corpo e sociabilidade em São Luís/MA (1890-1920). Belém, PA. Originalmente apresentada como tese de doutorado em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, C. F. *O moderno em aberto: o mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio*. Niterói, RJ. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. *O moderno em aberto: o mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio*. Belém: IAP, 2013.

SIMMEL, G. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2008.

SOUZA, G. de M. e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TEIXEIRA, A. G. Poder, Simbolismo, Religiosidade e Misticismo: Um estudo da joia balangandã. *Tucunduba*, Belém, n. 2, p. 16-23, 2011.

WALLACE, A. R. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WARREN, J. E. *Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon*. New York: G. P. PUTNAM, 1851.

## A Influência do Machismo na Violência Conjugal – uma revisão de literatura entre 2000-2017

*La Influencia del Machismo en la Violencia Conjugal - una revisión de literatura entre 2000-2017*

*The Influence of Chauvinism in Conjugal Violence - a review of literature between 2000-2017*

Daniel Cerdeira de Souza

Andrews do Nascimento Duque

**Resumo:** Este artigo objetiva-se a descrever a influência do machismo no fenômeno da violência conjugal e, para isso, foi realizada uma revisão narrativa argumentativa da produção científica disponível entre 2000 a 2017. O machismo é definido como um sistema de opressão e dominação que institui ao homem poderes sobre as mulheres nas esferas sociais e íntimas. A violência conjugal é baseada nas relações assimétricas de gênero, e é dentro/pós relação afetiva e/ou conjugal em que a integridade global da mulher está mais ameaçada. O caminho metodológico percorrido perpassou pela definição de um problema e posterior pesquisa em bases de dados na internet para respondê-lo. Os resultados evidenciaram que a rede simbólica do machismo atravessa toda a sociedade e é uma base de estruturação das relações afetivas, funcionando como um propulsor de todas as formas de violência conjugal, em sua maioria de homens contra mulheres, porém, a mesma rede invisibiliza de maneira maciça a violência conjugal que homens sofrem, não permitindo que este seja colocado em uma posição de vítima, principalmente da mulher. A violência conjugal, em diversos momentos, não é reconhecida como tal, trazendo à tona a naturalização da dominação do masculino e feminino. O combate deste tipo peculiar de violência requer a desconstrução de inúmeros pressupostos culturais e espera-se que este trabalho ajude a galgar esse longo caminho.

**Palavras-chave:** Violência Conjugal. Machismo. Sistema de Opressão. Influência.

**Resumen:** Este artículo se objetiva a describir la influencia del machismo en el fenómeno de la violencia conyugal y para ello, se realizó una revisión narrativa argumentaria de la producción científica disponible entre 2000 a 2017. El machismo se define como un sistema de opresión y dominación que instituye al hombre poderes sobre las mujeres en las esferas sociales e íntimas. La violencia conyugal está basada en las relaciones asimétricas de género, y es dentro/pos relación afectiva y/o conyugal en que la integridad global de la mujer está más amenazada. El camino metodológico recorrido ha pasado por la definición de un problema y posterior investigación en bases de datos en Internet para responderlo. Los resultados evidenciaron que la red simbólica del machismo atraviesa toda la sociedad y es una base de estructuración de las relaciones afectivas, funcionando como un propulsor de todas las formas de violencia conyugal, en su mayoría de hombres contra mujeres, pero la misma red invisibiliza de manera masiva la violencia conyugal que los hombres sufren, no permitiendo que éste sea colocado en una posición de víctima, principalmente de la mujer. La violencia conyugal, en diversos momentos no es reconocida como tal, trayendo a la luz la naturalización de la dominación de lo masculino y femenino. El combate de este tipo peculiar de violencia requiere la desconstrucción de innumerables supuestos culturales y se espera que este trabajo ayude a galgar ese largo camino.

**Palabras clave:** Violencia Conjugal. Machismo. Sistema de Opresión. Influencia.

**Abstract:** This article aims to describe the influence of machismo in the phenomenon of conjugal violence and for this, an argumentative narrative review of the scientific production available between 2000 and 2017 was carried out. Machismo is defined as a system of oppression and domination that grants to men power over women in the social and intimate spheres. Marital violence is based on asymmetrical gender relations, and it is within/after a affective relation and/or marital relationship that the overall integrity of women is most threatened. The methodological path covered the definition of a problem and the subsequent research in internet databases to answer it. The results evidenced that the symbolic network of machismo crosses the whole society and is a basis for structuring affective relations, functioning as a propeller of all forms of conjugal violence, mostly men against women, but the same network invisibilizes in a massive way the marital violence that men suffer, not allowing them to be placed in a position of victim, especially by women. Conjugal violence is not usually recognized, bringing the naturalization of male and female domination to the fore. Combating this peculiar type of violence requires the deconstruction of countless cultural assumptions, and it is hoped that this work will help cross this long path.

**Keywords:** Conjugal Violence. Machismo. System of Oppression. Influence.

**Daniel Cerdeira de Souza** – Psicólogo; Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental; Mestrando em Psicologia Social - Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [dancerdeira01@gmail.com](mailto:dancerdeira01@gmail.com)

**Andrews do Nascimento Duque** – Psicólogo; Mestre em Psicologia Social - Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [andrews.duque@gmail.com](mailto:andrews.duque@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O machismo pode ser compreendido como um sistema de representações simbólicas que impõe relações de dominação, exploração e de sujeição entre homem e mulher. Esse sistema oferece modelos de identidade tanto para o masculino quanto para o feminino e é através desse modelo que homens e mulheres “tornam-se” homens e mulheres. Desde crianças, meninos e meninas entram em relações que independem de suas vontades e que ajudam a formar suas subjetividades, impondo o menino como superior, forte e dominante, sendo empurrado para atividades que remontam a profissionalização e renda somente por ser menino e impondo à menina um papel de inferioridade, fragilidade e dependência masculina, direcionando-a a atividades que não geram renda (DRUMONT, 1980). Para Bourdieu (1999) a dominação masculina estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social onde, na cultura machista, espera-se que a mulher volte sua vida para o casamento, organizando sua existência ao redor do homem, para servi-lo.

Entre as questões presentes na temática conjugalidade está a violência conjugal, sendo motivo de grande preocupação para a saúde pública em geral, devido aos altos índices de prevalência do fenômeno. Essas relações se constituem no encontro de duas identidades que, ao viverem um projeto de vida a dois, se (re)definem como ser único, onde cada identidade, na consciência da diferença do outro, se (re)formula e também o faz com o outro. Embora a maior parte das negociações presentes nas relações conjugais se realize de modo pacífico, parte delas pode evoluir para a utilização de violência, fundada nas concepções do que é ser homem ou ser mulher (ALVIM, SOUZA, 2005).

A violência conjugal inclui atos de agressão física, assédio psicológico, atos sexuais forçados, sendo comum que a violência física ocorra após um histórico de violência psicológica prévia. Ela pode ocorrer em casais de todas as idades, orientações sexuais, etnias e classes sociais (ROSA, FALCKE, 2014).

Violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento ou crescimento biopsicossocial da vítima. Pela falta de materialidade do ato que atinge, esse tipo de violência é um dos mais difíceis de serem identificados. Dentre todas modalidades de violência, é a mais negligenciada pelos serviços de atendimento e pelas redes de apoio das vítimas. (BRASIL, 2001, SILVA et al., 2007, SACRAMENTO, REZENDE, 2006).

A violência sexual pode ser definida como “ser forçada fisicamente a praticar sexo, praticar sexo por medo ou intimidação, ou praticar sexo de forma degradante ou atos, tentativas ou investidas sexuais indesejados, com uso de coerção e praticados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer contexto, seja doméstico ou não” (MARINHEIRO et al., 2006, SCHRAIBER, 2008).

A violência conjugal se encontra dentro de uma categoria de violência maior, chamada de violência intrafamiliar que é definido como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue” (DAY et al., 2003).

Esta pesquisa é uma revisão de literatura em artigos científicos publicados entre 2000 e 2017, que tem como objetivo discutir a relação entre o machismo e a violência conjugal. No meio social, é designado à mulher a condição de submissão, retratada em obediência, reprodução, fidelidade, cui-

dadora do lar e educação dos filhos. Tais papéis foram ao longo dos anos naturalizando-se, apresentando as mesmas características, de tal modo que nascer, viver e morrer em situação de submissão tem se configurado de forma comum na maioria das sociedades (MONTEIRO, SOUZA, 2007).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2005), uma em cada três mulheres no Brasil afirma já ter sofrido algum tipo de violência cometida pelo parceiro. Uma pesquisa do Instituto Avon/Data Popular com 2046 pessoas, realizada no ano de 2014, reportou que os maiores riscos a saúde da mulher estão representados dentro/pós sua relação afetiva. Onde os tipos de violências sofridas pelas participantes foram ameaças, agressões físicas, controle coercitivo de comportamento, coerção sexual, violência financeira e patrimonial. Uma outra pesquisa do Instituto Data Popular aliado ao Instituto Patrícia Galvão, realizada em 2013, evidenciou que o fim do relacionamento é visto como momento de maior risco à vida da mulher. Em consonância, vergonha e medo de sofrer violência são percebidas como as principais razões para a mulher não se separar do agressor.

Um estudo realizado com 50 homens de Salvador mostrou que 80% dos entrevistados citaram a ocorrência de violência, expressa nas formas física, sexual, emocional e por atos destrutivos ao patrimônio contra suas parceiras. Já um estudo realizado nas cidades de Salvador, Recife e Aracaju mostrou que 47% das mulheres declararam ser forçadas a ter relações sexuais; 32% eram proibidas de fazer amizade ou de trabalhar; 44% receberam chutes, tapas, murros ou empurrões; e 32% eram vítimas de xingamentos. Um outro estudo mostra que mulheres em situação de violência conjugal dizem vivenciar violência psicológica e moral (91,1%), física (83,7%) e sexual (48,1%) (DINIZ et al., 2003, 2003, 2004).

Schraiber (et al., 2007), em uma pesquisa sobre a prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil, relatou que tapas e empurrões foram os atos mais frequentemente relatados quanto à violência física e que os casos foram recorrentes para mais de 50% das participantes do estudo. Em sua pesquisa, a violência psicológica apareceu entrelaçada à violência física.

Carvalho e Senra (2014), em sua pesquisa bibliométrica sobre a violência conjugal contra homens, chegaram à conclusão que existem poucos estudos que falam sobre o homem como vítima da violência por parceiro íntimo. A maioria das publicações ainda está voltada para a violência contra a mulher. Mas, apesar do baixo número de artigos sobre esse assunto, não se pode negar que a violência contra o homem é algo real e que é provável que essa violência ainda permaneça escondida porque o machismo exige do homem posição de superioridade e autoridade, por isso, muitos homens têm vergonha de admitir e denunciar que estão sofrendo violência de suas companheiras. Outro fato que contribui para isso é o preconceito, que não disponibiliza informações adequadas e serviços específicos para as vítimas que muitas vezes não percebem que o que estão vivendo dentro de casa é violência.

Como estratégia de enfrentamento aos elevados índices da violência conjugal, mais precisamente contra as mulheres, várias estratégias têm sido realizadas em âmbito Nacional para forma de reverter essa situação, como é o caso da Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, a qual tipifica e vislumbra tanto a punição da violência contra a mulher, como trabalha a ideia de erradicação e prevenção às formas de violações que as acometem.

Por outro lado, podemos refletir sobre o caráter relacional e mais complexo da violência conjugal do que apenas focar um dos lados como sendo o culpado e o outro a vítima, fazendo um descolamento de representações que colocam homens e mulheres em lugares distintos, sendo ambos atravessados por influências e aspectos socioculturais que reiteram ou reprimem determinados comportamentos violentos.

No caso da violência conjugal, essa forma de violência não se restringe a determinada classe social, etnia/raça, religião, idade ou nível de escolarização. Mas encontra-se profundamente enraizadas na sociedade. Sendo, portanto, importante aportamos a sua complexidade e também compreender que é um fenômeno multifacetado, abarcando os modos de vida de homens e mulheres de todos os contextos sociais (BORIN, 2007). A partir do exposto, levanta-se o seguinte questionamento: Como o machismo influencia o fenômeno da violência conjugal?

## 1. Caminhos metodológicos

Foram seguidas duas etapas metodológicas neste estudo, sendo: (a) realização de um levantamento das publicações através de descritores nas bases de dados; (b) análise descritiva de cada artigo para elencar os resultados dos estudos e avaliar criticamente as contribuições oferecidas para a produção de conhecimento sobre a temática.

Realizou-se uma pesquisa nas bases de dados na internet através das palavras-chave: “Violência conjugal”, “Violência doméstica” e “Machismo e violência conjugal”, com a delimitação temporal de 2000-2017. Tivemos a oportunidade de investigar os artigos encontrados nas bases de dados no SCIELO, de onde selecionamos 13 artigos; PEPSIC, de onde selecionamos 3 artigos; e Google acadêmico, de onde selecionamos 6 artigos.

No total, foram selecionadas 22 obras e posteriormente submetidas a uma análise descritiva, onde foi possível realizar a análise e discussão a seguir. Visto a grande diversidade de artigos encontrados com os descritores citados acima referentes ao recorte temporal que foi feito, selecionamos as obras para serem incluídas nesta revisão a partir do objetivo da pesquisa e conforme foram fazendo sentido na discussão, além de também serem excluídos obras que não estivessem dentro do formato de artigos.

## 2. Resultados e Discussão

Apresentamos a caracterização dos artigos analisados, conforme a Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1:** Caracterização dos artigos analisados

BASE	AUTOR (ES)	TÍTULO	INFORMAÇÕES
Google Acadêmico	ACOSTA, Daniele Ferreira et al.	Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in)visibilidade do problema.	Texto Contexto Enferm, v.24, n, 1, p. 121-7, 2015.
	ARAUJO, Maria de Fátima.	Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.	Psicol. Am. Lat., n.14, p. 0-0, 2008.
	BARBOSA, Celísia; TESSMANN, Dakari Fernandes.	Violência sexual nas relações conjugais e a possibilidade de configurar-se crime de estupro marital.	Cadernos de graduação, v. 2, n. 3, 2015
	CARVALHO, Letícia, SENRA, Luciana Xavier.	Homem vítima de violência conjugal: uma análise bibliométrica e sistemática	Revista científica da faminas, v. 10, n. 2, p. x-x, 2014.
	DA FONSECA, Denire Holanda, RIBEIRO, Cristiane Galvão, LEAL, Noêmia Soares Barbosa.	Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais.	Psicologia & Sociedade, v, 24, n, 2, p.307-314, 2012.
	DANTAS-BERGER, Sônia Maria, GIFFIN, Karen.	A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?	Cad. Saúde Pública, v.21, n.2, p.417-425, 2005.

Scielo	DAY, Vivian Peres et al.	Violência doméstica e suas diferentes manifestações.	R. Psiquiatr., v. 25'(supl. 1), p.9-21, 2003.
	DOTOLI, Flávia Saletti Grecco, LEÃO, Andreza Marques de Castro.	Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido.	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, n. esp. p, x-x, 2015.
	GOMES, Nadielene Pereira et al.	Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.	Acta paul. enferm, v. 20, n.4, p.504-508, 2007.
	GOMES, Nadirlene Pereira et al.	Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo.	Saúde debate, v.36, n.95, p.514-522, 2012.
	LEVY, Lídia, GOMES, Isabel Cristina.	Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional.	Psicol. clin., v.20, n.2, p.163-172, 2008.
	PAIM, Kelly; MADALENA, Marcela; FALCKE, Denise.	Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal.	Rev. bras.ter. cogn., vol.8, n.1, p. 31-39, 2012.
	PASINATO, Wânia.	"Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil.	Cad. Pagu, n.37, p.219-246, 2011.
	QUISSINI, Cintia; COELHO, Leda Rúbia Maurina.	A influência das famílias de origem nas relações conjugais.	Pensando fam., v. 18, n. 2, p. 34-47, 2014.
	SILVA, Lídia Ester Lopes da, OLIVEIRA Maria Liz Cunha de.	Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013.	Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n, 11, p.3523-3532, 2015
	SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema, CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo.	Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica.	Interface, v.11, n.21, p.93-103, 2007.
	SILVA, Sergio Gomes da.	Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos.	Psicol. cienc. prof, v. 20, n.3, p.8-15, 2000.
	SOUSA, Renata Floriano de.	Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres.	Rev. Estud. Fem., v.25, n.1, p.9-29, 2017
	TAVARES, Fabrício André; PEREIRA Gislaiane Cristina.	Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. Múltiplas expressões da violência	Rev. Textos e Contextos. v.6, n.2, p.410-424, 2007.
Pepsic	TEIXEIRA, Elora Rafaela Fernandes et al.	ESTUPRO CONJUGAL: reflexões sob a égide constitucional.	Revista da FARN, v.3, n.1/2, p. 191 - 208, 2003/2004.
	ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia, LIMA, Gabriela Quadros.	A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas.	Pensando fam., v.17, n.1, p. 63-76, 2003.
	WELZER-LANG, Daniel.	A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.	Estudos feministas. v. 9, n. 2, p.460-482, 2001.

### 3. Machismo e violência conjugal

A violência como estratégia para lidar com as questões da conjugalidade está presente há muito tempo na sociedade, sendo vista ao longo dos tempos como aceitável. Somente a partir dos anos 60 o fenômeno passou a ser visto como um problema e, por isso, mais discutido. Mas, hoje em dia, ainda há muitas pessoas que consideram essa violência como algo que a própria família deve resolver (CARVALHO, SENRA, 2014).

A concepção dominante que explicou a sexualidade humana por dois milênios foi a do monismo sexual. Nessa perspectiva, a mulher era entendida como sendo um homem invertido onde seus órgãos genitais representam a “falta fálica”. O modelo de perfeição estava representado na anatomia masculina, onde a regra fálica distinguia perfeitamente o domínio de superioridade e inferioridade masculina e feminina respectivamente. Concebida como inferior, a mulher é um sujeito menos desenvolvido. Com o modelo de perfeição do corpo do macho, todas as outras características dependerão dessa forma. A relação entre reprodução, sexo e orgasmo são seguidas conforme o modelo masculino (SILVA, 2000).

A partir disso, percebe-se que os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada e/ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos. A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens (WELZER-LANG, 2001).

Com base na naturalização dos papéis socialmente atribuídos a homens e a mulheres ao longo dos anos, ao se sentir ameaçado e a fim de restabelecer o poder que acredita ter sobre a mulher, o homem se vale de meios para controlar a sua companheira, chegando a usar a força física. Nota-se que a desigualdade de gênero se traduz em relações assimétricas de força e dominação que têm como extremos a manifestação da violência contra as mulheres. A dualidade dos estereótipos de gênero afirma que o homem é ativo e a mulher é passiva e, conseqüentemente os homens são identificados com cultura/mente/razão e as mulheres com natureza/corpo/emoção. Estas concepções sobre o que é ser homem ou mulher favorecem a produção de violência na medida em que um se julga superior ao outro e procura submetê-lo aos seus interesses e desejos (GOMES et al., 2012).

A violência conjugal é fator de risco não somente nos cônjuges, mas também para os filhos. Os filhos de casais violentos constroem uma visão errônea de que a violência é intrínseca aos relacionamentos e acabam reproduzindo esse padrão nas suas relações futuras. Sendo assim, sofrer ou testemunhar a violência em casa são os maiores precursores da agressão conjugal na vida adulta (PAIM et al, 2012).

Essa representação de mundo faz com que eles levem para suas relações conjugais os padrões internalizados em seus modelos de famílias, onde em uma vida a dois repercutem as “experiências familiares, o comportamento, os princípios/valores familiares, as frustrações mal resolvidas, os conflitos na infância e tantas outras vivências” (QUISSINI; COELHO, 2014, p. 34). Suas experiências prévias e as lacunas nas famílias de origem serão o fundamento para suas próprias definições de relacionamento, bem como nos seus padrões de comportamento.

A violência conjugal possui raízes culturais nas noções de gênero, que auxiliam na compreensão das desigualdades entre homens e mulheres. A família moderna reproduz a desigualdade social existente no que se refere às expectativas geradas sobre o comportamento de homens e mulheres. Sendo assim, esperam-se das mulheres passividade e subordinação. Devido à sua condição biológica de engravidar e amamentar, a sociedade também delegou à mulher o cuidado com o marido, o lar e os filhos, sendo, inclusive, responsabilizada por qualquer coisa de errado que acontece. Nesse modelo de família, os atributos e os papéis de gênero valorizam o homem em detrimento da mulher e a mulher é destituída de autonomia e do direito de decidir, inclusive sobre o seu próprio corpo (GOMES et al., 2007).

Tavares e Pereira (2007) relatam que a violência nas relações afetivas, íntimas, no interior das famílias, expressa dinâmicas de afeto/poder, nas quais estão presentes relações de subordinação



e dominação que fazem parte de toda a constituição histórico-familiar. Para o homem, até bem recentemente único responsável pela manutenção da família, sua autoimagem sempre esteve muito ligada ao trabalho. Na violência conjugal, mas mais estreitamente na violência contra a mulher, o abuso pelo parceiro íntimo é mais comumente um padrão repetitivo de controle e dominação do que um ato único de agressão. O abuso pode tomar várias formas, tais como agressões físicas, abuso psicológico, coerção sexual, comportamentos de controle (isolamento forçado da mulher em relação à sua família e amigos, vigilância constante de suas ações e restrição de acesso a recursos variados) (GOMES et al, 2007, DAY et al, 2003, ZANCAN et al., 2013).

Em busca de poder, muitos homens organizam suas vidas para fora do ambiente familiar, deixando as demandas do lar para as mulheres, porém, o poder que antes se concentrava apenas na figura masculina foi redistribuído, de modo que a entrada da mulher no mercado de trabalho ocasionou algumas perdas significativas no lugar até então por ele ocupado. Foi necessário aprender a conviver com uma mulher que passou a ser sua concorrente e defrontou-se com a questão do desemprego. O desemprego não causa apenas a perda do poder aquisitivo nas famílias, mas afeta profundamente a autoimagem do homem, gerando muitas vezes consequências individuais graves e problemas na relação conjugal. Na população brasileira, homens e mulheres têm tido dificuldades em lidar com situações nas quais ele perde o papel de provedor do lar ou naquelas em que a esposa acaba ganhando mais do que o marido (LEVY, GOMES, 2008).

As normas culturais machistas e patriarcais assumem um papel crucial que legitimação da violência conjugal do homem contra a mulher. Muitos homens ainda acreditam ter direito sobre suas parceiras e esses significados estão enraizados em suas subjetividades e são evidenciados com frases como: “Mulher minha faz que eu mandar...” (SILVA, OLIVEIRA, 2015).

O masculino exerce uma “dominação simbólica” sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais. O gênero masculino por si só possui vários privilégios frente à sociedade (como a diferença salarial no mercado de trabalho, por exemplo). Essa dominação simbólica (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres. Desigualdades essas que podem ser observadas nas dinâmicas sexuais, em um outro exemplo. A maioria das relações sexuais termina quando o homem atinge o orgasmo, o prazer feminino é desconsiderado e colocado de lado. A poligamia é muitas vezes institucionalizada e naturalizada ao homem (legitimando a infidelidade masculina: “ah, mas homem é assim mesmo”), ao passo que é condenada para as mulheres (ARAÚJO, 2008).

Da Fonseca (et al., 2012) constatou em sua pesquisa que, na violência conjugal, a violência psicológica/emocional e a violência física são as mais frequentes. Na maioria dos casos, a violência psicológica/emocional é a mais encontrada, principalmente nas modalidades de humilhações,xingamentos e desprezo. Esse tipo de violência ocorre primariamente e perdura durante todo o ciclo de violência e, com o passar do tempo, outras formas de violência vão sendo incorporadas.

A violência psicológica entre cônjuges contribui para a manutenção de uma relação de total desqualificação do outro e para a formação de um laço perverso caracterizado por um movimento recíproco no sentido do domínio do parceiro. Perceber que está vivendo uma situação de violência pode ser difícil para algumas mulheres. Faz parte da própria situação de violência que a mulher interiorize opiniões do companheiro sobre si, reforçando, ainda mais, sua baixa auto-estima, agravando a situação (LEVY, GOMES, 2008, SILVA et al., 2007).

As formas de violência psicológica conjugal nem sempre são identificáveis pela vítima. Elas podem não serem reconhecidas como tal por estarem associadas a fenômenos emocionais fre-

quentemente agravados por fatores sociais diversos e podem ser desqualificadas como violência pela própria vítima, onde esta justifica a violência que sofreu do parceiro (nesse caso, intitula-se a violência como o “jeito de ser do parceiro”). A principal diferença entre violência física e psicológica na intimidade (e no contexto geral) é que a primeira envolve atos de agressão corporal à vítima, enquanto a segunda forma de agressão decorre de palavras, gestos, olhares, sem necessariamente ocorrer o contato físico, mas que denotam uma relação de poder na relação e que atinge a vítima de maneira global (SILVA, COELHO, 2007).

O fenômeno da violência conjugal ocorre em um ciclo vicioso, que envolve a violência psicológica, física, sexual, patrimonial, financeira, entre outras. Iniciando-se com a construção da tensão, no qual ocorre uma gradual escalada do estresse entre os parceiros, acarretando o aumento dos atritos, como ofensas e ameaças. Os motivos para o aumento dessa tensão podem ser os mais variados (destaca-se o ciúme o comportamento controlador do agressor). Aqui, a violência psicológica é manifestada de forma sutil e vai aumentando em frequência e intensidade, muitas vezes ignorada, tolerada ou justificada pela vítima. A segunda etapa do ciclo compreende a tensão máxima e explosão, que é o momento em que ocorrem as agressões físicas. Por fim, o agressor desculpa-se e a vítima, acreditando na mudança de comportamento proposta pelo agressor, aceita a reconciliação.

A naturalização do poder masculino sobre o corpo e as escolhas da mulher, fruto do machismo estrutural da cultura, tem servido para legitimar a prática de violência, dentre elas a sexual (ACOSTA et al., 2015). O patriarcalismo torna a prática sexual não consensual muitas vezes aceita culturalmente. Por exemplo, é “dever” da esposa “servir e satisfazer” seu marido sexualmente. A negação da prática sexual pode acarretar diversos danos a saúde da mulher, dentre elas a violência psicológica, a física, podendo acarretar até mesmo a morte. Sobre essa última questão, o feminicídio é descrito como um crime cometido por homens contra mulheres, seja individualmente, seja em grupos. Possui características misóginas, de crueldade e repulsa contra as mulheres (PASINATO, 2011).

Não obstante, observa-se que a negação da relação sexual por parte da mulher pode trazer diversas questões como consequência. Exemplificamos essa questão com frases como: “se não tenho mulher em casa, arrumo na rua!”. Em casa, caso ela negue a relação sexual, isso é a justificativa necessária para legitimar a infidelidade, além de ser agredida fisicamente e, muitas vezes, estuprada também. Considera-se estupro nas relações conjugais a violência sexual empregada contra a mulher na união afetiva em qualquer instância, praticada pelo seu próprio parceiro, mediante violência física ou moral (BARBOSA, TESSMANN, 2015).

A conduta típica da violência sexual é o próprio ato em si, obtido com o uso da violência física ou psicológica e também formas de assédio como carícias indesejadas. Assim, o ato é específico: o constrangimento consciente do autor, mediante o emprego de violências, com o fim de consumir o ato sexual sem pensar nos desejos da vítima, oprimindo-a ao seu controle e vontade. O agressor pode conduzir a vítima a uma forma de não resistência por inibição ou enfraquecimento das faculdades mentais através de substâncias químicas, por exemplo (TEIXEIRA et al., 2004).

O machismo influencia diretamente na cultura do estupro. Os significados advindos desse sistema simbólico são transmitidos aos homens e os colocam em uma postura predatória em relação as mulheres e até mesmo em relação a outros homens. O conteúdo do discurso machista que legitima o estupro está na noção de que o poder sexual está com o homem e que ele tem direito de realizar esse poder do jeito que ele quiser com quem ele quiser. Tais significados são repassados a toda a sociedade que, por sua vez, revitimiza a pessoa, a acusando de ter se colocado em situação de risco, em larga escala pela roupa que esta utilizava no momento do estupro (SOUZA, 2017).

Ao mesmo tempo que naturaliza a violência sexual, a cultura do estupro amparada pelo machismo responsabiliza a vítima (em sua maioria mulheres) pelo ocorrido. Ao mesmo tempo em que a sociedade estimula o “poder sexual” do homem, ela reprime a sexualidade da mulher, restringindo-a à passividade e reprodução. Aí está mais um privilégio atribuído aos homens, o direito de livre prazer sexual, ainda que conquistado pela violência em detrimento à repressão dos desejos sexuais femininos. Com o domínio econômico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus “deveres conjugais”, que incluíram o “serviço sexual”. O controle cotidiano da sexualidade feminina nas sociedades de tradição patriarcal e machista acompanhou a ascensão da ideologia da família nuclear, que passou a funcionar como um dos principais meios de organizar as relações sexuais entre os gêneros (DANTAS-BERGER, GIFFIN, 2005).

Não obstante, vale destacar que o machismo também institui normas para homens vítimas de violência. Atualmente, em relação à longevidade, propensão a doenças, mortes por causas externas, alcoolismo e drogas, homens estão mais ameaçados do que as mulheres, a construção do gênero masculino coloca a violência (em seus diversos aspectos) como uma estratégia de enfrentamento hábil a ser adotada por homens.

Quando a mulher é a autora do crime contra o companheiro, a justificativa geralmente é a defesa própria (o que não deixa de ser real e não é desconsiderado neste trabalho), colocando-se na condição de vítima. Por se considerar que os homens são potencialmente mais fortes e mais agressivos, parece ser socialmente mais aceitável uma mulher agredir seu parceiro, amparada pelas teses de autodefesa. Nesse sentido, a utilização da violência como estratégia de enfrentamento de conflitos, tanto para homens quanto para mulheres, deve ser considerada.

Na visão arraigada do patriarcalismo, o masculino possui o rito da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e, da paternidade, por sua vez, como sinônimo de provimento material. É o “inquestionável e naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (DOTOLI, LEÃO, 2015). Essa visão enraizada da masculinidade dificulta a tratativa das violências sofridas pelo homem na intimidade relacional. É inaceitável a masculinidade sair da posição de poder e se reconhecer como vítima, principalmente se for vítima de uma mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a conhecer a influência do machismo nas literaturas abordando sobre a violência conjugal. Para tanto, entendemos primeiramente que vivemos em uma sociedade onde a violência deve ser situada enquanto fenômeno histórico, social e cultural, que ainda hoje viola alguns direitos considerados inalienáveis ao ser humano, como o respeito à dignidade e à vida. Configura-se por relações de dominação, que se expressam na divisão sexual do trabalho e no patriarcado.

Por toda a história da humanidade, vemos mulheres sendo tratadas de maneira vil por homens, como se seus desejos e bem-estar não importassem, e essas raízes históricas chegam até à intimidade do lar, manifestando-se nas mais variadas formas de violência. Até mesmo na história da criação, relatada pela religião judaico-cristã, vemos a mulher sendo colocada em “segundo lugar”

e sendo responsabilizada pela “queda da humanidade”. Compreendendo esses aspectos, pode-se perceber que o enfrentamento da violência conjugal implica na desconstrução de normas sociais e padrões culturais, tanto de homens quanto de mulheres, os quais confirmam, autorizam, naturalizam e banalizam a dominação masculina sobre a mulher (SAFIOTTI, ALMEIDA, 1995).

Depois de anos de desconhecimento, diante da falta de reconhecimento da violência contra a mulher, por exemplo, temos a criação da Lei Maria da Penha. Essa legislação se constitui como um avanço no enfrentamento deste tipo de fenômeno, por prescrever medidas protetivas de urgência, que visam resguardar a integridade física e psíquica das mulheres em situação de violência. Todavia, é necessário ressaltar que nenhuma lei, por mais bem escrita, alcança eficácia se não houver uma leitura mais aprofundada sobre o que está por trás das relações de violência conjugal, trazer essa visibilidade e, posteriormente, abordar sobre o machismo parece ser uma estratégia mais coerente nessa resolução.

Também reconhecemos que o enfrentamento da violência conjugal requer necessariamente práticas educativas que auxiliem na mudança cultural a fim de promover a igualdade social, financeira e política entre os gêneros. Homens que vivenciam violência conjugal como vítimas também são desconsiderados na cultura machista, daí a necessidade da des/reconstrução da rede de significados históricos que coloca o mesmo como dominador e opressor, desconsiderando as fragilidades masculinas.

Hoje, apesar dos inúmeros trabalhos, estudos e estatísticas já realizadas, ainda não é possível exprimir em números a real quantidade de pessoas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência em seus relacionamentos conjugais, pois o medo ainda prevalece em muitas relações, camuflando, com isso, a realidade. Seja por vergonha, medo ou até mesmo para não expor a família, muitas pessoas optam pelo silêncio.

Ao longo da realização deste trabalho, foi possível afirmar o quanto é grave a problemática da violência conjugal e que o machismo, através de um sistema simbólico, funciona como um propulsor e legitimador deste fenômeno. Não apenas pela violência em si, mas por todas as consequências que esta pode ocasionar à vítima e a sua família. Dessa forma, mesmo com as conquistas que já foram adquiridas, ainda é longo o caminho a ser percorrido até a erradicação dessa modalidade de violência. Essa expressão da questão social está entrelaçada a muitas outras formas de negação e de exclusão experimentadas pelas pessoas em uma sociedade altamente machista e opressora.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. et al. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 121-127, Mar. 2015.

ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-206, dez. 2005.

ARAUJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008.

BARBOSA, C.; TESSMANN, D. F. Violência sexual nas relações conjugais e a possibilidade de configurar-se crime de estupro marital. *Cadernos de graduação*, Sobral, v. 2, n. 3, 2015.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BORIN, T. B. *Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas*. 146f. (Dissertação). Programa de pós graduação em Ciências. Universidade de São Paulo. 2007.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> acesso em 31 de Jan. 2018.

BRASIL. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARVALHO, L.; SENRA, L. X. Homem vítima de violência conjugal: uma análise bibliométrica e sistemática. *Revista científica da faminas*, Muriaé - v. 10, n. 2, maio-ago. 2014.

DA FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, v.21, n.2, p.417-425, 2005.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *R. Psiquiatr.* Porto Alegre, v. 25, supl 1, p. 9-21, 2003.

DE OLIVEIRA, P. P. et al. Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem fenomenológica. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v, 24, n, 1, p.196-203, 2015.

DINIZ, N. M. F. et al. Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Rev Esc Enferm USP*. Ribeirão Preto, v. 37, n. 2, p.81-8, 2003.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica e institucional em serviços de saúde: experiências de mulheres. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 57, n. 3, p. 354-356, Jun 2004.

\_\_\_\_\_. Violência conjugal e suas implicações na prevenção de DST/HIV. *Rev Enferm UERJ*. Rio de Janeiro. v. 11, n, 1, p. 80-4, 2003.

DOTOLI, F. S. G.; LEÃO, A. M. C. Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.10, n. esp.2015.

DRUMONT, M.P. *Elementos para análise do machismo*. Perspectivas, São Paulo. 3: 81-85, 1980.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAUJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta paul. enferm.* São Paulo, v.20, n.4, p.504-508, 2007.

GOMES, N; P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v.36, n.95, p.514-522, 2012.

INSTITUTO AVON/DATAPOPULAR. Violência Contra a mulher: O jovem está ligado?, 2014.

INSTITUTO DATA POPULAR/INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. A percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres. 2013.

LEVY, L.; GOMES, I. C. Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 163-172, 2008.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, 2006.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza, SOUZA, Ivis Emilia de Oliveira. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 26-31, 2007.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. Violência contra a mulher. Genebra, 2005.

PAIM, K.; MADALENA, M.; FALCKE, D. Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Rev. bras. ter. cogn.* São Paulo, v.8, n.1, p. 31-39, 2012.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cad. Pagu*, Campinas, n.37, p.219-246, 2011.

QUISSINI, C.; COELHO, L. R. M. A influência das famílias de origem nas relações conjugais. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 34-47, 2014.

ROSA, L. W.; FALCKE, D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v.15, n.1, p. 17-32, 2014.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*. Natal, n.24, p. 95-104, 2006.

SAFIOTTI, H. B., ALMEIDA, S. S. *Violência de Gênero – Poder e importância*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo. v.41, n.5, p.797-807, 2007.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; JUNIOR, I. F. Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano em 2005. *Rev Saúde Pública*, São Paulo. v. 42(Supl 1), p. 127-37, 2008.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro v. 20, n. 11, p. 3523-3532, 2015.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface (Botucatu)*. Botucatu. v.11, n.21, p.93-103, 2007.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v.20, n.3, p.8-15, 2000.



SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v.25, n.1, p.9-29, 2017

TAVARES, F. A.; PEREIRA, G. C. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. Múltiplas expressões da violência. *Rev. Textos e Contextos.* Florianópolis, v.6, n.2, p.410-424, 2007.

TEIXEIRA, E. R. F. et al. ESTUPRO CONJUGAL: reflexões sob a égide constitucional. *Revista da FARN*, Natal, v.3, n.1/2, p. 191 - 208, jul. 2003/jun. 2004.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando fam.* Porto Alegre, v.17, n.1, p. 63-76, 2013.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos feministas.* Florianópolis, v.9, n. 2, p. 460-482, 2001.

## Meninas “Balseiras”: a mercantilização dos corpos femininos na ilha do Marajó

*The “Balseiras” women: the commodification of female bodies on the island of Marajó*

*Mujeres “Balseiras”: la mercantilización de los cuerpos femeninos en la isla del Marajó*

**Beatriz Figueiredo Levy**

**Ygor de Siqueira Mendes Mendonça**

**Resumo:** O presente artigo analisa o contexto de comércio sexual ao qual são submetidos os corpos femininos nas comunidades ribeirinhas situadas na ilha do Marajó, onde os rios que servem de tráfego para balsas são palco para a prostituição e exploração sexual infanto-juvenil das denominadas meninas “balseiras”. Para tanto, examina, através de um estudo bibliográfico exploratório, diferentes vertentes teóricas, justificativas sociais e instrumentos normativos. Neste sentido, objetiva-se demonstrar que o contexto histórico da região produziu um cenário de conflitos seculares, reflexos da escravidão negra e indígena que demarcou a região e estabeleceu em seu seio imposições sociais sistematizadas de violência, e controle sobre os corpos da mulher, fenômeno que, para ser compreendido, carece de uma leitura que leve em questão as especificidades culturais da região.

**Palavras-chave:** Meninas balseiras. Comércio sexual. Corpos femininos. Ilha do Marajó.

**Resumen:** El presente artículo analiza el contexto de comercio sexual al que se someten los cuerpos femeninos en las comunidades ribereñas situadas en la isla de Marajó, donde los ríos que sirven de tráfico para balsas son escenario para la explotación sexual infanto-juvenil de las denominadas “meninas balseiras”. Para eso, examina a través de un estudio bibliográfico exploratorio distintas vertientes teóricas, justificaciones sociales e instrumentos normativos. En este sentido, objetiva demostrar que el contexto histórico de la región produjo un escenario de conflictos seculares, reflejos de la esclavitud negra e indígena que demarco la región y estableció en su seno imposiciones sociales sistematizadas de violencia y control sobre los cuerpos de la mujer, fenómeno que carece de una lectura que tenga en cuenta las diferencias culturales de la región.

**Palabras clave:** Meninas balseiras. Comercio sexual. Cuerpos femeninos. Isla de Marajó.

**Abstract:** This article analyzes the experience of sexual commerce to which the female bodies are subjected in the riverside communities located on the island of Marajó, where the rivers that serve as ferry traffic are the stage for the sexual exploitation of children and teenager, called “meninas balseiras”. Therefore, it examines through different theoretical aspects, social justifications and normative instruments. In this sense, it aims to demonstrate that the historical context of the region has produced a scenario of secular conflicts, reflections of black and indigenous slavery that demarcated the region and established in its center systematized social impositions of violence and control over the women’s bodies, such a phenomenon, in order to be understood, requires a reading that takes into account the cultural specificities of the region.

**Keywords:** Meninas balseiras. Sexual commerce. Female bodies. Marajó island.

**Beatriz Figueiredo Levy** – Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA). E-mail: [bia-levy@hotmail.com](mailto:bia-levy@hotmail.com)

**Ygor de Siqueira Mendes Mendonça** – Advogado; Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Pós-graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: [ygoor.mendes@gmail.com](mailto:ygoor.mendes@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

A mercantilização dos corpos femininos, em suas diversas nuances, apresenta-se como objeto das mais variadas análises. Dentro desta esfera, a prática da prostituição constitui um fenômeno que, em diversos contextos, provocou percepções divergentes, a fim de compreender sua reprodução dentro da estrutura do mercado sexual.

Popularmente definida como “a profissão mais antiga do mundo”, a prostituição provoca interesse, especialmente, no âmbito das discussões feministas, das quais se destacam duas vertentes: uma que a entende enquanto profissão e levanta propostas voltadas para sua regulamentação; e outra que a define como manifestação da dominação masculina sobre os corpos femininos, de modo a reivindicar um posicionamento abolicionista da prática.

Contudo, apesar de ser um fenômeno universal e antigo, a mercantilização dos corpos femininos não ocorre de forma hegemônica, manifestando-se de modo dependente do contexto e da época que se apresenta. Neste sentido, o fenômeno carece de investigações que levem em conta as especificidades de cada situação em exame, de forma a considerar as diversas dimensões sociais inter-relacionadas com o acontecimento, tais como a econômica, cultural e racial.

Deste modo, o presente escrito propõe analisar o mercado sexual e seus agentes, através da perspectiva de sua manifestação na ilha do Marajó, mais especificamente nas comunidades ribeirinhas. Neste contexto, insere-se a existência da prostituição de mulheres adultas e de crianças denominadas meninas “balseiras”, conhecidas por oferecerem serviços sexuais em balsas que trafegam os rios marajoaras, recebendo, em troca, prestações pecuniárias, o que levanta discussões acerca do “valor” que é dado aos corpos do gênero feminino.

Para entender tal fenômeno, todavia, faz-se necessário examinar a formação social do território em análise. Evidencia-se, portanto, através deste escrito, a necessidade de observação acerca dos papéis sociais reservados às mulheres no cenário marajoara, de modo a elucidar a compreensão quanto às raízes estruturais que naturalizam a prática das meninas “balseiras”. Para tal, leva-se em consideração diferentes vertentes teóricas, que se dedicam ao exame da participação das mulheres no mercado sexual, perpassando nos entendimentos de suas variadas formas de manifestação.

### 1. A mercantilização dos corpos femininos sob a perspectiva feminista

O mercado sexual é representado por meio de diversos agentes, porém não há que se afastar desta estrutura a figura da prostituta. Para Piscitelli (2006, p. 52), faz-se necessário traçar distinções entre prostituição voluntária, prostituição forçada, prostituição infantil e as diversas outras formas de manifestação da prática, pois cada uma dessas agentes sociais atribui sentidos diversos às noções vinculadas à prostituição. Revela, ainda, que a consciência internacional e os discursos acerca das mulheres “trabalhadoras do sexo”, especialmente aquelas provenientes de países de terceiro mundo, são embasados por visões ocidentais, que as percebem como “vítimas “de abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade (PISCITELLI, 2006, p. 22).

Sobre a definição de “vítima” que é atribuída às mulheres prostitutas, Fonseca (2016, p. 11) sublinha a temeridade de atribuir uma categoria a sujeitos que não a escolheram. Esta situação, segundo a autora, equivale a uma redução da mulher prostituta ao status de criança ou doente mental, à submissão a um poder pastoral que pressupõe a inocência da prostituta, relacionando a imagem da mulher indefesa e que não é capaz de entender ou de se defender contra explorações.

Evidencia-se, neste sentido, a necessidade de observar a situação sob a perspectiva das mulheres que decidem, de forma voluntária, exercer tal atividade:

[...] devem ser vistas como “depravadas”? Ou como “cúmplices” de uma atividade criminal? Nesse caso, como aproveitar os direitos cidadãos mais básicos, como, por exemplo, a proteção contra maus tratos que eventualmente surtem no exercício de sua profissão? Parece que a classificação de “vítima” tende a ofuscar a de “trabalhadora”, deixando aquelas que exercem a atividade como profissão aquém das proteções legais cunhadas justamente para proteger o trabalhador contra violências físicas e morais (FONSECA, 2016, p. 11).

Ademais, ainda quanto às imagens projetadas sobre as prostitutas, Rago (1990, p. 186) indica que a presença feminina no cenário urbano sempre incomodou a sociedade de várias maneiras, uma vez que a sexualidade da mulher, por muito tempo desconhecida, é um aspecto que causa tanto medo quanto atração. Assim, assevera Rago (1990, p. 187), que a iniciativa da aproximação sexual foi, por muito tempo, reservada aos homens, segundo os moldes dominantes de virilidade masculina. Com isso, o incômodo provocado pelas prostitutas seria fruto da ameaça sexual que estas mulheres representam para o “sexo forte”.

Ademais, em meados dos séculos XIX e XX, a imagem da prostituta (denominada, na época, como “meretriz”), outrora relacionada à ideia de criminalidade, foi sendo reformulada para a concepção de um fenômeno resultante do meio social, tendo como causa, sobretudo, a miséria (RAGO, 1990, p. 200). Neste sentido, os saberes médicos e as falas científicas da época contribuíram para a formulação destes discursos, cenário do qual eram elaboradas propostas voltadas para gerir a sexualidade insubmissa, onde o próprio conceito de prostituição foi construído enquanto doença, e a prostituta associada à debilidade psíquica (RAGO, 1990, p. 196).

Deste modo, resta evidenciada a relevância em delinear o papel da medicina e dos cientistas, que definiam a mulher “normal” como alguém que tem uma necessidade sexual muito mais baixa do que a do homem, por nela predominar o instinto materno sobre o sexual (RAGO, 1990, p. 220). Diante desta concepção, a figura da meretriz era relacionada não tanto à necessidade sexual destas, mas a outros motivos, como a vaidade, desejo de ganhos - tanto por falta de recursos, quanto por mero luxo - deficiência mental, desejo de vingar-se do marido, entre outros (RAGO, 1990, p. 221).

Não obstante, Pateman (1993, p. 287) indica que a prostituição está cercada de discursos que naturalizam a sua prática e quase nunca levam em conta as circunstâncias que a rodeiam. Assim, enraizados em construções sociais, os discursos no âmbito da sexualidade se posicionam como mecanismos de consolidação da dominação sobre os corpos femininos, e se materializam através do senso comum de que a masculinidade é sexualmente instintiva, incontrolável e insaciável, ao passo que o corpo feminino deve sempre estar à disposição dessas demandas. A prostituta, neste contexto, apresenta-se como “válvula de escape” para as necessidades masculinas, através de um contrato que envolve prazer unilateral masculino, em troca de uma prestação pecuniária (PATEMAN, 1993, p. 291).

Da mesma forma, atuam os discursos do “consentimento” da mulher ao se inserir no mercado sexual como forma de legitimar a prostituição. Neles, parte-se do pressuposto de que se trata de um ato exclusivamente de liberdade sexual. Sobre o assunto, Alvarez (2012, p. 57) aponta como aspecto consolidador desta concepção, a revolução sexual sessentista:

[...] una de las claves de la reconceptualización de la prostitución a partir de los sesenta fue la teoría de la libre elección y el consentimiento. Si la prostitución es voluntaria, si hay consentimiento, la libertad individual aparece como un factor determinante para su aceptación. Incluso, y paradójicamente, en autores que condenan con gravedad la ideología capitalista y neoliberal de la free choice en otros aspectos de la vida económica. Las consecuencias de la revolución sexual fueron en este caso concreto similares a las de la doble moral tradicional: el mercado de prostitutas quedaba asegurado, reforzado y ampliado.

Sobre este entendimento, Valcarcel (2007) esclarece que o consentimento nem sempre legitima uma prática, muito menos a converte em trabalho; da mesma forma que escolher um modo de vida não supõe que este é automaticamente desejável. A autora indica, por exemplo, que se um indivíduo livre desejar ser escravo, não necessariamente a escravidão se tornará uma prática recomendável ou permitida. Assim, nesta perspectiva, o consentimento não converte uma ampla variedade de atividades em trabalhos.

Alvarez (2012, p. 53) chama atenção, ainda, acerca da linguagem utilizada para descrever as relações inerentes ao mercado sexual, que sempre tende a culpabilizar as prostitutas e invisibilizar os homens. A autora destaca a emergente concepção difundida de que a prostituição é um trabalho praticado por pessoas dos diversos gêneros, não possuindo associação direta às relações entre homens e mulheres. Esta estratégia funciona como uma forma de falsear a realidade inerente aos papéis que ambos desempenham dentro deste sistema, uma vez que, em sua maior parte, são as mulheres que preenchem o espaço de prostitutas, e os homens, de clientes.

Assim, resta mascarada a verdadeira estrutura do mercado sexual, que é, na realidade, composto por vários atores sociais, como os cafetões, os clientes e os empresários, responsáveis por mover toda uma estrutura econômica, onde o corpo feminino representa apenas o produto vendido e objeto de uma relação. Nesta instituição, entretanto, só a mulher prostituta é estigmatizada, enquanto os outros agentes permanecem, quase sempre, no anonimato (FARIA, COELHO e MORENO, 2013, p.2).

Deste modo, os homens possuem uma relação de poder sobre as mulheres, e que para além da superioridade em termos financeiros e de papéis políticos, é necessário analisar, sobretudo, a presença de um poder simbólico masculino neste sistema (ALVAREZ, 2012, p. 54). E, nesta linha de raciocínio, Pateman (1993, p. 305) dispõe que:

[...] nesse contexto, o “ato sexual” em si dá reconhecimento do direito patriarcal. Quando os corpos das mulheres estão à venda como mercadorias no mercado capitalista, os termos do contrato original não podem ser esquecidos; a lei do direito sexual masculino é afirmada publicamente, e os homens recebem um reconhecimento público enquanto senhores sexuais das mulheres – e é isso que está errado com a prostituição.

Sendo assim, faz-se necessário observar a construção histórico-social do Brasil, demarcada por uma formação colonialista e racista, que submeteu populações negras e indígenas à escravidão e extermínio, onde, dentro deste cenário, as mulheres sofreram com intensas violações sexuais de seus corpos. Estes elementos marcaram as mulheres negras e indígenas pela imagem hipersexualizada até hoje difundida, inclusive a nível mundial, como um dos maiores “atrativos” do país (FARIA, COELHO e MORENO, 2013, p.3).

Esta realidade, por sua vez, refletiu no cenário marajoara, onde a população nativa foi vítima de diversas formas de exploração, sobretudo por meio da escravidão. Tal situação dificultou o desenvolvimento da região e se perpetua até os dias atuais, fator que dificulta a inserção desta população nos moldes da economia capitalista, obrigando-os a buscar modos informais de trabalho e sobrevivência. É neste cenário que se evidencia a prática da prostituição nas balsas, através da presença das meninas “balseiras”.

## 2. Meninas “balseiras”: mecanismo de sobrevivência ou autonomia individual?

Situada no Estado do Pará, a ilha do Marajó, que na língua tupi significa “barreira de água”, consiste no maior arquipélago de todo o planeta, formado por um conjunto de ilhas que correspondem a 49.606 Km<sup>2</sup> (BRASIL, 2007). O arquipélago representa uma das regiões mais ricas em recursos híbridos e biológicos do país, e, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, possui população de aproximadamente 487.161 habitantes (BELÉM, 2012).

A mesorregião geográfica do Marajó é composta por dezesseis municípios e se constitui por três microrregiões geográficas: Arari (onde estão localizados os municípios Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure), Furo de Breves (composta por Afuá, Anajás, Breves, Currallinho e São Sebastião da Boa Vista) e Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) (BRASIL, 2007).

Durante o período colonial, grande parte da população indígena que habitava a região, como os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras, foi dizimada e escravizada pelos portugueses, que tomaram posse de suas terras. O resultado foi a integração da região Amazônica no mercado mundial como fonte de exploração mercantil. A escravidão indígena e negra perdurou por um longo período de tempo e, da resistência por meio de fugas, originaram-se vários quilombos e mocambos na região (BRASIL, 2007).

Os descendentes de negros e indígenas da região atualmente lutam para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente, uma vez que a demarcação de terras é alvo de reivindicação constante e a existência de grandes latifúndios potencializa o problema. Aqueles que não conseguem o domínio de suas terras, todavia, são submetidos a relações de trabalho informais, que por vezes representam situação análoga à de escravidão, equivalentes às da época áurea da borracha, sendo presente até os dias atuais a prática do sistema de aviamento<sup>1</sup> (BRASIL, 2007).

Neste sentido, Vieira (2011, p.18) denota um caráter contraditório na região, pois apesar de possuir exuberante riqueza natural, é acometida pela carência de políticas públicas voltadas para saúde, educação e saneamento. Com isso, justifica-se o fato da região possuir baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo o município de Melgaço o representante do mais baixo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Brasil, fator que evidencia uma realidade de subdesenvolvimento com muita pobreza (BRASIL, 2007). Desta forma,

[...] é uma região do estado do Pará conhecida pela exuberância da floresta amazônica, pela biodiversidade, pela criação extensiva de búfalos na parte de campos, pela cerâmica marajoara, mas também é conhecida pela miséria de seus municípios, pelo trabalho infantil, pela pirataria nos rios, pela prostituição e exploração sexual nas cidades e nos rios, bem como pelos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Os municípios do Marajó são os

<sup>1</sup> Conforme Otazu (1992, p. 104), aviamento significa um [...] sistema de adiantamento de mercadorias a crédito que começou a ser usado na região Amazônica na época colonial, mas foi consolidado no ciclo da borracha.

mais pobres do estado do Pará e do Brasil, com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH). (GUEDES, 2015, p.3).

Assim, as carências sociais da população marajoara estão enraizadas na formação histórica da região, marcada por adversidades imensuráveis. E, em sua maior parte, conforme dispõe Araújo (2009, p. 43 apud VIEIRA, 2011, p. 21), há a exploração dos recursos naturais amazônicos, voltados à sustentação da economia brasileira emergente nos moldes de uma industrialização tardia e consolidada pela sociedade capitalista.

Deste modo, compreende-se que os problemas sociais na Amazônia, especialmente em localidades remotas, representam fenômenos altamente evidenciados. No entanto, esforços precisam ser direcionados para que tais questões sejam manuseadas de forma a evitar um olhar demasiado “colonizador” em relação às comunidades tradicionais<sup>2</sup> nativas. Faz-se necessário, portanto, evidenciar suas condições de detentores de um modo de vida específico e estreitamente relacionado à natureza, rodeado de práticas culturais peculiares.

Os rios amazônicos certamente são responsáveis por compor todo o modo de vida das comunidades da região, adentrando em seu imaginário romântico e traduzindo-se, diversas vezes, como protagonistas de lendas e canções. Assumem, notadamente, a condição de principais representantes dos costumes das comunidades ribeirinhas, que possuem peculiar relação com as águas dos rios. Estas águas, por outro lado, parecem também lavar a memória de uma prática comum, porém silenciada, da qual servem de palco: a violência sobre os corpos femininos.

Na região do Marajó, as balsas que trafegam pelos rios se tornaram ambiente habitual para o comércio sexual, cenário em que se inserem as meninas e mulheres denominadas pejorativamente de “balseiras”. O termo, portanto, conforme Guedes (2015, p. 7), é designado para identificar a categorização de “prostitutas” neste contexto interno, ainda que muitas destas mulheres não se percebam como tais.

Sobre o assunto, Guedes (2015, p. 8) evidencia a necessidade de observar o fenômeno através do olhar nativo, que não considera a prática como prostituição e nem exploração sexual, mas sim “namoro”, como uma espécie de afetividade atrelada ao romance. No mesmo raciocínio, Cohen (2012, p. 94) aponta a prática como sendo um “envolvimento amoroso” com marinheiros que proporciona a independência e a autoestima que as mulheres, supostamente, tanto anseiam.

Cohen (2012, p. 96) sugere, ainda, que o termo “prostituição” é inadequado para descrever a prática, pois se trataria, na realidade, de um meio para escapar da rotina estagnada nas margens do rio. Neste contexto, os tripulantes são vistos como príncipes encantados para as meninas “balseiras”, demonstrando a relação da prática com a lenda do boto, por exemplo, para explicar filhos ilegítimos. Este posicionamento corrobora com o que Piscitelli (2006, p. 21) indica como uma “falta de precisão terminológica”.

De modo contrário, Escallier (2011, p. 1) aponta como necessário observar o contexto socioeconômico ao qual estão inseridas as mulheres de comunidades ribeirinhas, onde as imposições sociais de papéis femininos corroboram para o impedimento ao afastamento do ambiente doméstico. Como consequência, estas mulheres estão submetidas à necessidade de buscar ati-

<sup>2</sup>O Art. 3º, I do Decreto nº 6.040/07 define Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

vidades informais como estratégias para manter a subsistência, tornando esse cenário propício para a prostituição (ESCALLIER, 2011, p. 5).

Dentre casas de prostituição e embarcações, onde ambas representam ambientes de comércio sexual na ilha do Marajó, nota-se que, geralmente, as mulheres optam pelas próprias embarcações, devido à quantidade de homens presentes ser menor, o que torna a prática menos cansativa. Contudo, ainda que em menor quantidade, a prática não se torna menos abusiva em alto mar, uma vez que “estão à mercê dos pescadores durante toda a maré; do objecto doméstico declarado, ao objecto sexual subentendido” (ESCALLIER, 2011, p. 6).

Cohen (2012, p. 103) também sugere que a falta de óleo diesel na região potencializa este mercado sexual, uma vez que conta com a aprovação tácita de pais, maridos e familiares das mulheres, assim como a comunidade em geral. Esta aprovação, portanto, está relacionada com a questão econômica e política da localidade, tendo em vista que, segundo a autora, em comunidades que possuem linhas de eletricidade, por exemplo, há diminuição da prática da prostituição, como é o caso de Ponta Negra, em Boa Vista, e Urucuzal, em Muaná.

Sobre o assunto, Escallier (2011, p. 19) denota que apesar de ser um fenômeno humano universal, a prostituição se manifesta por meio de diversos tipos de contratos sexuais – sejam formais ou informais. Ainda, segundo a autora, oferecer serviços sexuais em troca de uma prestação pecuniária decorre da necessidade de dar uma resposta adequada a um problema específico, e que, no caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia, representa um meio de sobrevivência, um último recurso, e não uma profissão.

Sob este viés, as relações de dominação sobre os corpos femininos estão enraizadas na estrutura social como um todo, porém, há várias formas de vivenciar o que é ser-mulher e esta experiência não deve ser analisada como se o feminino fosse uma categoria universal. É fundamental levar em consideração outras dimensões e formas de opressão social no que tange a leitura acerca do comércio sexual.

No caso das mulheres de comunidades ribeirinhas na ilha do Marajó, estão inseridas em um *locus* que apresenta diversos conflitos, provenientes de problemas históricos que acometem uma região de abolição da escravidão tardia. Estas adversidades refletem até hoje nos descendentes de seu povo nativo, através de dificuldades relacionadas às questões econômicas e à precária ou ausente perspectiva de garantia de serviços públicos básicos.

Em áreas que vivenciam conflitos, os corpos femininos são violentados duplamente, submetidos tanto à violência sofrida de forma homogênea entre todos daquele determinado contexto social, quanto à violência sexual condicionada ao gênero. Davis (2016, p. 19), ao abordar a vivência da mulher escrava nos Estados Unidos, denota este fenômeno:

[...], mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Assim, a prática do estupro contra as escravas, segundo Davis (2010, p. 20), representava

a expressão do domínio econômico do proprietário sobre as mulheres negras tanto na condição de trabalhadoras, quanto na condição de mulheres.

No âmbito brasileiro, Lacerda (2010, p. 44) denota que o papel da mulher indígena na sociedade colonial brasileira era múltiplo. E, para além da exploração enquanto escravas e vítimas do extermínio de seu povo, o abuso sexual era uma constante, onde o “corpo nu” (LACERDA, 2010, p. 41) das indígenas foi usado como pretexto para estes abusos, oriundos de um discurso que permanece enraizado na sociedade através da cultura do estupro, e que tende a culpabilizar a vítima.

De igual modo, destaca-se a situação da escrava negra que, no mesmo cenário, foi submetida ao abuso sexual de forma generalizada nas colônias e reduzida a mero objeto sexual. Tal situação foi determinante para a imposição da prostituição da escrava negra como forma de aumentar os lucros dos seus “proprietários” (LACERDA, 2010, p. 47). Neste sentido, a estrutura da colônia foi formada com base na regulamentação dos “instintos” masculinos, quais sejam, o econômico e o sexual (LACERDA, 2010, p. 45).

Logo, da mesma forma que a mulher escrava no contexto estadunidense, a escrava negra e indígena amazônica sentiu de maneira dúplice a violência sobre seu corpo e, mesmo hoje, suas descendentes sentem o que significa ser-mulher em uma zona de conflito demarcada pelos resquícios do colonialismo e da economia da borracha. Sendo assim, em que pese a estrutura da sociedade colonial ter sido moldada sob a égide do discurso da “conquista”, o fenômeno não se limitou à dominação das terras, mas se expandiu aos corpos femininos, também colonizados e subjugados a objetos sexuais declarados, sempre à disposição das exigências de um universo masculino e colonialista. Longe de definir um entendimento conclusivo acerca da prostituição e de suas diversas manifestações dentro do mercado sexual - a depender do contexto e época -, no caso específico das meninas “balseiras” do Marajó, não parece sensato que a possibilidade mais viável de acesso ao espaço público e de retorno econômico pelas mulheres seja através da mercantilização de seus corpos, como uma possibilidade constante, ou um destino inevitável, que as espreita desde a infância.

Também não há que se priorizar a esfera do consentimento quando existem poucas, ou nenhuma oportunidade de inserção no mercado de trabalho pelas mulheres neste cenário, pois sem alternativas, não há, de fato, uma escolha. E, por mais que não seja um fator determinante em muitos contextos, as questões socioeconômicas e a construção dos papéis sociais neste espaço em particular contribuíram, em muito, para a naturalização da mercantilização dos corpos femininos.

### **3. O mercado sexual e suas implicações na exploração sexual infantojuvenil**

A dominação sobre a corporeidade feminina na ilha do Marajó, manifestada através da presença de um comércio sexual, não representa um fenômeno recente na região, tendo sido comumente registrado nos rios da Amazônia há um vasto período (SILVA, et. al. 1997 apud VIEIRA, 2011, p. 21).

Assim, a situação do comércio sexual no arquipélago do Marajó se torna mais peculiar ainda, devido abranger a coexistência entre a prática da prostituição de mulheres adultas e da exploração sexual de crianças e adolescentes no mesmo ambiente, dificultando a identificação de suas nuances. No entanto, se destaca como fator comum a relação intrínseca do fenômeno com a sexualidade da mulher em suas diversas manifestações, demonstrando, com isso, uma realidade sistematizada.

Com base no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1996, define-se exploração sexual através de quatro

modalidades: prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais (GRECO, 2010, p. 630). E, a nível nacional, os direitos básicos são assegurados à categoria criança por meio de diversos documentos, dentre eles, a Lei nº 8.069 de 1990, que corresponde ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Contudo, carecem as comunidades tradicionais de proteção e garantia da aplicabilidade destes direitos, pois, em grande parte das leituras sobre o tema, há uma vinculação a um modelo homogeneizante da categoria criança, que não levam em conta aspectos particulares de cada território. Sendo assim, é necessário dar atenção às demandas específicas de cada comunidade, através de uma análise que considere as dimensões sociais, culturais, raciais, de classe e gênero, como fatores que podem trazer experiências de violência em diferentes graus.

O ato da prostituição em si não é criminalizado no Brasil, mas para outros agentes envolvidos no mercado sexual há previsão legal. Em se tratando de menores de 18 anos, a prática se encaixa na definição do crime de “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”, descrito no Artigo 218-B do Código Penal, que dispõe acerca dos atos de “submeter, induzir ou atrair à prostituição menor de 18 (dezoito) anos [...] facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone”, para os quais é assegurada pena de reclusão de 4 a 10 anos. Incorre na mesma pena aquele que praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com estes indivíduos.

Vale ressaltar que tal previsão se refere à pessoa menor de 18 anos e maior de 14 anos, já que qualquer envolvimento de menor de 14 anos em atividades sexuais configura o crime de “estupro de vulnerável”, que possui previsão através do Artigo 217-A do Código Penal, com pena de reclusão de 8 a 15 anos.

Sobre o tema, muitos pesquisadores questionam a terminologia “prostituição” quando a prática envolve crianças e adolescentes, pois se considera que não há o fator consentimento, mas sim induzimento. Neste sentido, não seria razoável classificá-los enquanto “trabalhadores do sexo”, por se tratar de sujeitos vulneráveis, sendo, portanto, um ato de abuso e exploração, tanto sexual quanto econômica (GRECO, 2010, p. 631).

O relatório do Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará, realizado por grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará (2007), destaca que Breves e Portel são os mais afetados pela presença da prostituição de crianças e adolescentes, que configura o maior motivo para a evasão escolar destes jovens. Segundo o relatório, Breves possui um índice populacional de 80.158 habitantes, e 58,4% da população é infantojuvenil, onde grande parte é proveniente de famílias que vivem em extrema pobreza e que não hesitam em expor seus filhos à mendicância, ao trabalho infantil e, principalmente, à prostituição.

De acordo com o material coletado na CPI da Pedofilia da ALEPA (Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2010), instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e especialmente na região do Marajó, foram recebidas 842 denúncias de abusos e exploração sexual contra crianças e adolescentes, envolvendo os 144 municípios do Estado do Pará. Dentre estes, somente a região do Marajó recebeu 206 denúncias de violência sexual infantojuvenil, que envolvem crimes como exploração sexual, estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, abuso, entre outros.

O relatório da CPI da Pedofilia também demonstra que a exploração sexual infantojuvenil se apresenta de forma mais reiterada no município de Breves. De acordo com o documento, durante o período de trabalho da comissão na região do Marajó, este município recebeu o maior número de denúncias de abuso e exploração sexual, sobretudo a ocorrência nas balsas. Através das denúncias



da CPI, também foi possível determinar a existência de uma rede de prostituição infantil nos municípios do Marajó, envolvendo políticos, empresários, policiais militares e civis, autoridades públicas, aliciadores, agenciadores, cafetões, e até mesmo os próprios familiares.

Ademais, ainda de acordo com o relatório da CPI da pedofilia, 90% das vítimas são do sexo feminino, com idade de 12 a 17 anos. Este dado não é de caráter excepcional da região do Marajó, visto que, no mesmo sentido, o relatório do Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará evidencia que a maioria das vítimas de abuso sexual em Belém são do sexo feminino, que representam cerca de 86,1%, enquanto os meninos aparecem com estimativa de 13,9% do total. E, ainda de acordo com este documento, tal índice também se aproxima da situação nacional, que é de 90% feminino e 10% masculino.

No entanto, Vieira (2011, p. 62) destaca que os dados e estudos existentes não esgotam as informações de forma precisa sobre a ocorrência de casos de exploração sexual na ilha do Marajó. A autora aponta como um dos principais entraves nestes estudos, a subnotificação desses crimes. A respeito, Taquete (2007, p.162 apud VIEIRA, 2011, p. 58) dispõe que a exploração sexual infantil representa ameaça física e psicossocial, além de constituir uma violação a direitos humanos fundamentais, especialmente o direito ao desenvolvimento de sexualidade saudável.

As causas que acarretam tal realidade são muitas e, segundo Vieira (2011, p. 18-19), a negligência das autoridades quanto à insuficiência de mecanismos de proteção e de direitos para o público infantojuvenil ribeirinho, somada às limitações sociais e materiais, insurgem neste contexto como motivações para muitas meninas trocarem as escolas pela vivência em balsas desde muito novas. Estas meninas, inclusive, são conduzidas muitas vezes por parentes e membros da mesma comunidade, onde as principais moedas de troca pelos seus corpos são dinheiro, óleo diesel e alimentos, para fins, geralmente, de subsistência.

Ainda nesse aspecto, a autora denota que as percepções acerca deste fenômeno geralmente tendem a culpabilizar, quase que exclusivamente, as famílias, e apontam como justificativa para a exploração sexual infantojuvenil nas balsas do Marajó o contexto de escassez de renda e de amparo social da região (VIEIRA, 2011, p. 28). No entanto, evidenciar apenas a face econômica como causa do problema, tende a invisibilizar os aspectos que perpetuam e naturalizam a prática, como as relações de poder, a marginalização e desvalorização da figura feminina na autonomia de seu corpo (TAQUETE, 2007 apud VIEIRA, 2011, p. 28).

Evidencia-se, portanto, grande relação entre a exploração sexual e o contexto social ao qual estão inseridas tais mulheres, onde o abandono do poder público quanto à promoção de serviços básicos, além das situações de conflito secularmente enfrentadas pelo povo nativo da região, bem como os papéis sociais reservados às mulheres, refletiram no corpo da mulher marajoara em forma de violência de gênero sistematizada.

Quanto ao papel social das crianças nas comunidades ribeirinhas, a participação das meninas na economia familiar se evidencia de forma peculiar, pois desde cedo é atribuído às filhas a realização de tarefas domésticas, que envolvem a vigilância das crianças menores, cuidados com a casa e a horta, exploração do campo e tecedura das redes. Esta responsabilidade doméstica outorgadas às meninas libera as mães para o trabalho longe da casa (ESCALLIER, 2011, p. 7), e, ao mesmo tempo, as expõe à possibilidade de exploração-sexual, como forma de garantir a subsistência da família.

Desta forma, ainda que persista o ideal da naturalização que envolve o comércio sexual das mulheres marajoaras, especificamente sob a perspectiva das meninas “balseiras”, não há como afastar a análise da situação de exploração sexual infantojuvenil. Portanto, as leituras acerca do tema

carecem de um olhar voltado para o contexto social, econômico e cultural das comunidades nativas, que leve em conta suas peculiaridades e, sobretudo, em relação aos papéis sociais predefinidos às mulheres, a fim de desvendar as raízes do fenômeno nesta região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações no mercado sexual ao qual são submetidas mulheres na ilha do Marajó, especialmente durante a infância e adolescência, geralmente acontecem nas balsas que trafegam nos rios da região. A prática foi objeto de várias interpretações, onde algumas levam em conta aspectos que naturalizam a prática e procuram determinar um padrão onde as meninas da região desejam “fugir” das suas realidades. Em sentido oposto, procura-se demonstrar que a mercantilização dos corpos femininos geralmente é evidenciada em áreas que vivenciam conflitos constantes e seculares, demonstrando forte relação com regiões que estabeleceram regime escravocrata e situações onde não apenas se consolidou a colonização das terras, mas também dos corpos femininos.

A submissão da mulher escrava ao modelo patriarcal que mercantiliza os corpos do gênero feminino não é atual, mantendo-se até hoje no seio da sociedade brasileira e, mais ainda, em regiões como a ilha do Marajó, que vivenciou a escravidão por um longo período. A problemática, portanto, gira em torno da exploração econômica a nível nacional e internacional da região, situação que impossibilita a população nativa de se autodeterminar conforme sua identidade, especialmente a partir da estreita relação que estes povos possuem com a natureza, e, sobretudo com os rios.

Neste sentido, por mais que se trate de região rica em biodiversidade e possuidora de um modo de vida específico, faz-se relevante dissociar o comércio sexual de uma visão romantizada que define a prática como sendo cultural, posto que as explorações sexuais praticadas deliberadamente contra meninas na faixa etária de 12 a 17 anos, representam nada além do que processos violentos de opressão de gênero sistematizada e invisibilizada.

O fenômeno da exploração e da mercantilização dos corpos femininos na região marajoara, no entanto, não deve ser reduzido apenas a uma leitura que culpe as famílias, ou até mesmo as próprias meninas “balseiras”, mediante uma justificativa pautada na realidade de escassez econômica e falta de amparo social enfrentada pela região (VIEIRA, 2011, p. 29). É necessário, à vista disso, dedicar a atenção aos aspectos que consolidam tal prática, como as relações de poder estabelecidas e, sobretudo, impostas ao corpo da mulher.

Desta forma, estabelece-se como indispensável a institucionalização de padrões de valoração cultural, atuando como “soluções transformadoras” (FRASER, 2012) para que os indivíduos de comunidades tradicionais ou grupo minoritários sejam possibilitados de auto identificarem e reconhecerem suas práticas como culturais. Porém, garantindo os direitos básicos, essenciais e fundamentais à condição de ser humano.

Assim, conclui-se pela necessidade de mudanças profundas de percepção acerca dos fenômenos evidenciados nas comunidades ribeirinhas do Marajó, visando desvincular os grupos étnicos minoritários de estigmas relacionados à suposta necessidade constante de orientação por uma cultura dita como soberana, que não os permite ocupar, efetivamente, espaços públicos políticos e de participação, especialmente as mulheres. Busca-se, à vista disso, assegurar a efetividade e o reconhecimento de suas peculiaridades culturais, simbólicas e tradicionais para sejam levadas em consideração, e não apenas anuladas.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Ana de Miguel. *La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana*. Revista Europea de Derechos Fundamentales, n. 19, p. 49 – 74, 2012.
- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. *A constituição do sujeito e a diversidade (ameaçada) da Amazônia*. Revista Múltiplas Leituras, v. 2, n. 1, p. 39-49, jan. / jun. 2009 In VIEIRA, Andréa Silva. *Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.
- BELÉM. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *Relatório da CPI da Pedofilia da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – Alepa sobre os crimes de pedofilia*. Belém/PA, 2010.
- BELÉM. Universidade Federal do Pará. *Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará*. Belém/PA, 2007.
- BELÉM. Universidade Federal do Pará. *Relatório Analítico do Território do Marajó*. Belém/PA, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.040. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília, DF, fev. 2007.
- BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó*, 2007.
- COHEN, Nadia Shira. *Amazônia proibida: sexo por óleo diesel*. Lombada BALSEIRAS DA AMAZÔNIA. National Geographic Brasil, Ano 12, n. 152, nov. 2012.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCALLIER, Christine. *A prostituição como estratégia de sobrevivência nas comunidades piscatórias do Pará -Brasil*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais “Diversidades e (Des)Igualdades”. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 07 a 10 de agosto, 2011.
- FARIA, Nalu; COELHO, Sonia; MORENO, Tica. *Prostituição: uma abordagem Feminista*. SOF Sempre Viva Organização Feminista: São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/prostituicao\\_uma\\_abordagem\\_feminista.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/prostituicao_uma_abordagem_feminista.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- FONSECA, Claudia. *Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira*. Cadernos Pagu, n. 47, 2016.
- FRASER, Nancy. *Luta de classe ou respeito às diferenças?* Igualdade, identidades e justiça social, Le MondeDiplomatique Brasil, jun. 2012.
- GRECO, Rogério. *Código penal: comentado*. Niterói, RJ: Impetus, 2009.
- GUEDES, Leonildo Nazareno do Amaral. *“Balseiras” na imensidão fluvial: uma Etnografia sobre relações comerciais e amorosas pelo Rio Tajapurú (Marajó das florestas-PA)*. Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste – REA, ABANNE: 2015. Disponível em: <[http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Leonildo%20Nazareno%20Do%20Amaral%20Guedes%20-%201020444%20-%20203688%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Leonildo%20Nazareno%20Do%20Amaral%20Guedes%20-%201020444%20-%20203688%20-%20corrigido.pdf)>. Acesso em: 20 mai.2018.

LACERDA, Marina Basso. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. (Dissertação; Mestrado em Direito). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Programa de Pós-graduação em Direito, 2010.

OTAZU, Miguel Javier Aramburu. *O poder dialógico: Etnografias sobre relações de trabalho na Amazônia*. (Dissertação; Mestrado em Antropologia). Campinas/SP: Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1993 (p. 279 – 321).

PISCITELLI, Adriana. *Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 17–32, 2007.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. (Tese; Doutorado em História). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

SILVA, Anaclan Pereira Lopes, et. al. *Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no interior do Pará: “Trombetas e garimpos do Vale do Tapajós” – Belém – Pa*. Centro de Defesa do Menor – CEJUP, 1997 In VIEIRA, Andréa Silva. *Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

TAQUETE, Stella Regina (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ – Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007 In VIEIRA, Andréa Silva. *Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

VALCARCEL, Amelia | *¿La prostitución es un modo de vida deseable?* El País, 2007. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/2007/05/21/opinion/1179698404\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2007/05/21/opinion/1179698404_850215.html)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

VIEIRA, Andréa Silva. *Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações*. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

## Gênero no Ensino Superior: avaliação do número de concluintes na região norte do Brasil, no período de 1999 a 2015

*Género en la Enseñanza Superior: evaluación del número de concluyentes en la región norte de Brasil, en el período de 1999 a 2015*

*Gender in Higher Education: evaluation of number of graduates in northern Brazil, in the period from 1999 to 2015*

**Roberto Luís da Silva Carvalho**

**Resumo:** O objetivo do estudo foi compor um panorama longitudinal do número de concluintes em relação ao sexo, na modalidade presencial do ensino superior, de 1999 a 2015, por áreas de conhecimento, e mapear o comportamento das faixas salariais daqueles que possuem mais de 15 anos de estudo para a Região Norte do Brasil. Verificou-se que no processo de ampliação das vagas no ensino superior na região, a razão de sexos do número de concluintes segue o padrão nacional, ou seja, as mulheres são maioria, mas este quadro não foi suficiente para mudar o padrão renda das mulheres com 15 anos ou mais de estudo.

**Palavras-chave:** Equidade. Razão de sexos. Educação.

**Resumen:** El objetivo del estudio fue componer un panorama longitudinal del número de concluyentes en relación al sexo en la modalidad presencial de la enseñanza superior, de 1999 a 2015, por áreas de conocimiento, y mapear el comportamiento de las franjas salariales de aquellos que poseen más de 15 años de estudio para la región norte de Brasil. Se verificó que en el proceso de ampliación de las vacantes en la enseñanza superior en la región, la razón de sexos del número de concluyentes sigue el patrón nacional, o sea, las mujeres son mayoría, pero este cuadro no fue suficiente para cambiar el patrón de renta de las mujeres con 15 años o más de estudio.

**Palabras clave:** Equidad. Razón de Sexos. Educación.

**Abstract:** The study's objective was to compose a longitudinal panorama of the number of graduates in the face-to-face modality of higher education, from 1999 to 2015, in relation to gender in each area of knowledge. And, to map the behavior of the salary bands of those who have more than 15 years of study for the northern region of Brazil. It was verified that in the process of expanding the vacancies in higher education in the region, the gender ratio of the number of graduates follows the national standard, that is, women are the majority, but this picture was not enough to change the income pattern of women with 15 years or more of study.

**Keywords:** Equity. Gender Ratio. Education.

**Roberto Luís da Silva Carvalho** – Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Ariquemes e Doutorando no Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ). Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (IBGE/ENCE). Licenciado em Matemática (UFRRJ). E-mail: [roberto.carvalho@ifro.edu.br](mailto:roberto.carvalho@ifro.edu.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1567519002234544>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no Brasil, diversos esforços foram realizados no sentido de ampliar o sistema educacional visando uma melhora na qualificação da população, bem como propiciar meios para o desenvolvimento econômico e social como um todo. No entanto, esses esforços devem garantir não somente a ampliação de vagas no sistema educacional superior, mas também, propor condições para que todos os indivíduos tenham acesso a essas vagas. Neste sentido, Macedo et al. (2005) afirmam que as mudanças do sistema educacional devem encarar os desafios da sociedade do conhecimento, entre eles: a modernização do sistema, o aprimoramento da qualidade de educação em todos os níveis, graus e modalidades e a democratização do ensino, bem como promover a inclusão social. Neves et al. (2007) afirmam que a educação tem um papel fundamental no crescimento econômico dos países em desenvolvimento, pois se configura como um meio de inclusão social. Com isso, um dos grandes desafios é garantir a distribuição de conhecimento entre os grupos sociais.

Desde 2007, por meio das ações e reestruturações propostas pelo Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) nos diversos níveis de ensino, mais especificamente para o ensino superior, o Governo Federal buscou através do (1) Programa Universidade para Todos (PROUNI) expandir a rede de ensino superior privado estabelecendo o programa de bolsas de estudos onde “as instituições beneficiadas por isenções fiscais passam a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção” (MEC, 2008, p.29) e do (2) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, desenvolver ações que buscam: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais” (MEC, 2007, p 10). Neste caso, suas principais metas são: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas; garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos (MEC, 2007, p. 11).

Diante de tais propostas, Bertolin (2007) relacionando em seu estudo as diferentes visões e concepções sobre a qualidade da educação superior, propõe algumas propriedades para o sistema: (1) que o sistema de ensino seja relevante, isto é, atinja as necessidades das diversas áreas socioculturais e econômicas do país; (2) o sistema deva ser diversificado, isto é, atenda às necessidades de educação e formação; (3) seja equitativo, forneça igualdade de oportunidade às pessoas de diferentes regiões e classes sociais; (4) seja eficiente, atingindo em totalidade suas funções e seu papel na formação dos indivíduos e da sociedade. Neste contexto, Candau (2008) comenta sobre a importância da igualdade de acesso à inserção no ensino superior, pois, através de políticas de inclusão e de assistência estudantil, deve-se buscar a igualdade de oportunidades para os estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis e do mesmo modo buscar a igualdade entre gênero, visando proporcionar melhores condições de vida.

Atualmente, através do Plano Nacional de Educação PNE (MEC/SASE, 2014), previsto para o período 2014-2024, se objetiva através da meta 12 “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”. Mais especificamente, nas estratégias 12.20 e 12.29, o Governo Federal prevê nesse planejamento ampliar a concessão de financiamentos através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do PROUNI (Estratégia 12.20); e ampliar a “participação proporcional de grupos histori-

camente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas” de acordo com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824/2012.

Segundo Corbucci (2018), as regiões norte e nordeste, que detinham as menores taxas de acesso à educação superior no ano 2000, em 2010 triplicaram os índices de acesso. Para o autor, esse crescimento seguiu uma tendência esperada, visto que o crescimento seja mais intenso naquelas regiões com maior precariedade.

Visando democratizar o acesso às vagas no ensino superior, o Brasil tem desenvolvido políticas de ações afirmativas e este processo está se estendendo aos níveis fundamental e médio nas ações que visam reconhecer a importância de minorias e as influências africanas na sociedade brasileira, por exemplo, tem-se monitorado o conteúdo de materiais didáticos e a difusão daqueles que reforçam estereótipos, preconceitos e estigmas de características étnicas, raciais e de gênero (STROM-QUIST, 2012).

Em relação ao gênero, diversos estudos buscam identificar os fatores associados às oportunidades no sistema educacional brasileiro (ROSEMBERG, 2001; BARROSO, 2004; GUEDES, 2008; BELTRÃO e ALVES, 2009). Barroso (2004) cita que, de um modo geral, as questões de gênero têm recebido pouca atenção nos debates educacionais. Entretanto, a autora destaca que quando as mulheres possuem maiores níveis de escolaridade, elas registram participações de destaque no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhoram a sua própria qualidade de vida e a familiar.

No estudo realizado por Beltrão e Alves (2009), após descrição do contexto histórico da educação brasileira, em que até metade do século XX os homens possuíam maiores taxas de anos médios de escolaridade, verificou-se uma evolução expressiva nos anos médios de escolaridade das mulheres, considerando-se um processo de reversão dessas taxas, sendo apontado como uma inversão no “hiato de gênero”. Os fatores que propiciaram esses resultados foram as diversas mudanças demográficas, estruturais e institucionais no país.

Guedes (2008) cita que, no contexto acadêmico, vem ocorrendo uma mudança no perfil dos estudantes do ensino superior e, da mesma forma, uma melhora nos níveis educacionais, principalmente nas mulheres mais jovens. Assim, esse fato se torna fundamental para uma ascensão social, bem como a conquista de melhores postos de trabalho pelas mulheres. Segundo Bruschini (2007) e Beltrão e Alves (2009), a expansão da escolaridade é um dos principais fatores para inclusão e ascensão da mulher no mercado de trabalho, pois é capaz de fornecer maior *status* e autonomia para as mulheres. Nesse contexto, o estudo abarca o tema gênero no olhar das metas dos objetivos 4 e 5 do Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015) que preveem “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” e “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, respectivamente. Com isso, existe a necessidade de verificar a razão de sexo dos concluintes nos cursos de graduação presencial, com o intuito de verificar possíveis mudanças dessa estrutura. Não obstante na Região Norte do Brasil, com os projetos de expansão das redes Federal e Estaduais de ensino e, também, pelo setor privado, esta análise propiciará identificar as desigualdades e, com isso, direcionar os ajustes que visem à igualdade de gênero.

Neste contexto, este estudo teve o objetivo de compor um panorama longitudinal do número de concluintes em relação ao sexo nas modalidades de ensino superior na modalidade presencial, no período de 1999 a 2015, por áreas de conhecimento, na Região Norte do Brasil. Da mesma forma, mapeou o comportamento das faixas salariais daqueles que possuem mais de 15 anos de estudo para a região em relação ao gênero.

## 1. MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados no estudo os microdados do Censo da Educação Superior no período de 1999 a 2015 e as Sinopses Estatísticas dos anos de 1999 a 2014, disponíveis no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Foram utilizados também os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de 2001 a 2015, disponíveis no Sistema de Dados Agregados do IBGE – SIDRA, referentes aos rendimentos salariais em função dos anos de estudo. Neste caso o interesse foi de 15 anos ou mais de estudo, que compreendem os indivíduos com pelo menos o nível superior.

Para análise de dados, foram utilizados os softwares *IBM SPSS Statistics 22 for Windows* (2013) e Excel (*Microsoft Office Excel*).

Foi utilizado como indicador o número de concluintes relativo por sexo, isto é, a razão de sexo, que é igual ao quociente da população masculina e feminina para uma dada área geral. Para esta análise foram utilizadas as seguintes variáveis: (1) área geral, (2) código e nome da área geral, (3) número de alunos concluintes por sexo e por semestre nas modalidades de ensino presencial – estes dados foram agregados em total de concluintes homens e mulheres. Nas análises realizadas por área geral foram utilizados os microdados dos anos de 1999 a 2015.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da ampliação do Ensino Superior prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (MEC, 2008), verificou-se um aumento expressivo no número de instituições (Tabela 1) bem como nas vagas oferecidas pelas instituições públicas ou privadas (Tabela 2).

**Tabela 1** – Quantidade de instituições de ensino superior, nos anos de 1999 e 2014, no Brasil, por tipo de instituição e local.

Instituição	1999			2014			
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	
Pública	Federal	38	22	60	64	43	107
	Estadual	22	50	72	33	85	118
	Municipal	-	60	60	-	73	73
Privada		349	556	905	748	1.322	2.070
<b>Total</b>		<b>409</b>	<b>688</b>	<b>1097</b>	<b>845</b>	<b>1.523</b>	<b>2.368</b>

Fonte: MEC/INEP/DEED/Sinopse do Censo da Educação Superior (1999/2014)



**Tabela 2** – Quantidade de vagas na graduação presencial no ensino superior, nos anos de 1999 e 2014, no Brasil, por tipo de instituição.

Instituição	1999			2014		
	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos
<b>Pública</b>						
Federal	99.973	956.259	98.916	299.234	6.545.025	275.318
Estadual	85.488	772.716	82.226	157.193	1.489.687	130.733
Municipal	33.128	77.233	29.331	76.591	123.277	46.365
<b>Privada</b>	675.801	1.538.065	533.551	3.012.276	5.087.807	1.658.350
<b>Total</b>	894.390	3.344.273	744.024	3.545.294	13.245.796	2.110.766

Fonte: MEC/INEP/DEED/Sinopse do Censo da Educação Superior (1999/2014)

A quantidade de instituições de ensino superior no Brasil (Tabela 1) em 1999 era de 1097, passando a 2368 instituições em 2014, ou seja, foram criadas 1271 instituições. A rede pública foi ampliada de 192, em 1999, para 298 instituições em 2014.

Da mesma forma, na Região Norte também ocorreu um aumento no número de instituições de ensino e nas matrículas (Tabelas 3 e 4). O número de instituições passou de 42, em 1999, para 149 em 2014. Foram oferecidas, em 2014, na graduação presencial 207.972 vagas, enquanto que em 1999 o número era de 28.197, ou seja, foi observado um crescimento de 7,38 vezes o valor de 1999.

**Tabela 3** – Quantidade de instituições de ensino superior, nos anos de 1999 e 2014, na Região Norte do Brasil, por tipo de instituição e local.

Instituição	1999			2014		
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total
<b>Pública</b>						
Federal	7	-	7	15	2	17
Estadual	3	-	3	5	-	5
Municipal	-	1	1	-	3	3
<b>Privada</b>	21	10	31	76	48	124
<b>Total</b>	31	11	42	96	53	149

Fonte: MEC/INEP/DEED/Sinopse do Censo da Educação Superior (1999/2014)

Observa-se na Tabela 3 o aumento de instituições privadas na Região Norte no período, pois em 1999 eram 31 instituições, passando, em 2014, para 124 instituições. Desta maneira, o ensino privado, em 2014, ofereceu 158.507 vagas, enquanto que o ensino público ofereceu 49.465 vagas na graduação presencial, que representa 23,78% das vagas.

**Tabela 4** – Quantidade de vagas na graduação presencial no ensino superior, nos anos de 1999 e 2014, na Região Norte do Brasil, por tipo de instituição

Instituição	1999			2014		
	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos
Federal	9.375	89.089	9.180	32.483	767.888	29.586
Pública Estadual	3.109	31.689	3.053	14.342	237.940	8.338
Municipal	290	2.010	290	2.640	8.554	1.499
Privada	15.423	38.564	13.411	158.507	389.823	91.314
<b>Total</b>	<b>28.197</b>	<b>161.352</b>	<b>25.934</b>	<b>207.972</b>	<b>1.404.205</b>	<b>130.737</b>

Fonte: MEC/INEP/DEED/Sinopse do Censo da Educação Superior (1999/2014)

Desde 1999, as mulheres são maioria no número de concluintes do ensino presencial no Ensino Superior, no Brasil (Figura 1).

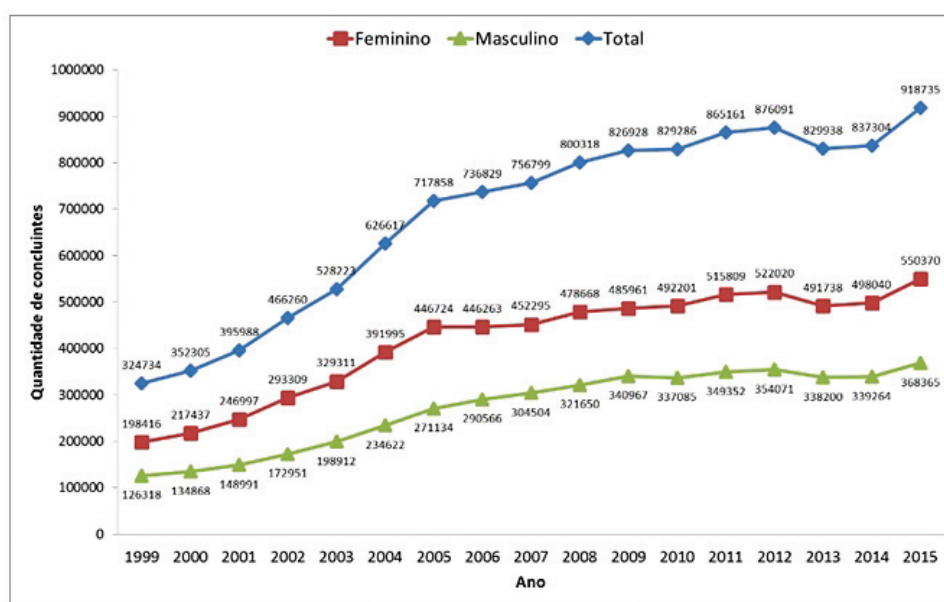


Figura 1 – Quantidade de concluintes no Ensino Superior no Brasil, na modalidade presencial no período de 1999 a 2015.

Fonte: MEC/INEP/Microdados e Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior (1999-2015)

Beltrão e Teixeira (2004) citam que muitas mulheres buscam uma maior qualificação educacional para conseguir vencer as barreiras ocupacionais do mercado de trabalho, que, geralmente, oferece maiores oportunidades para os homens.

Na Região Norte do Brasil, o quadro é similar ao padrão nacional, dentre os concluintes, as mulheres são maioria em todos os anos do período estudado (Figura 2).

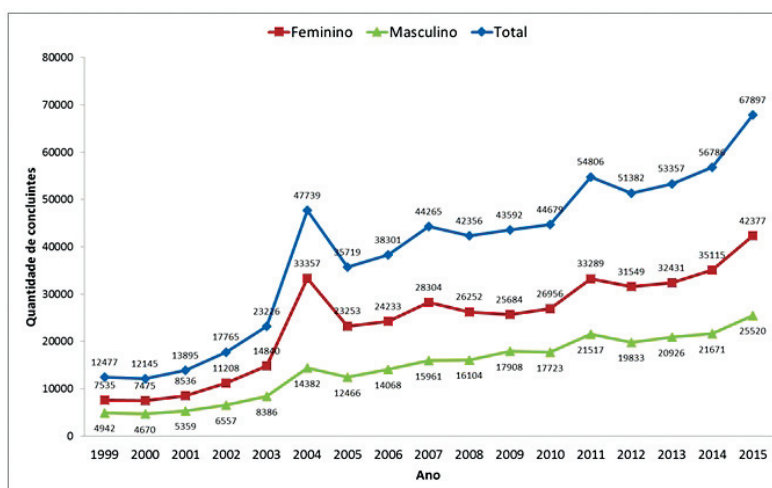


Figura 2 – Quantidade de concluintes no Ensino Superior na Região Norte do Brasil, na modalidade presencial, no período de 1999 a 2015.

Fonte: MEC/INEP/Microdados e Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior (1999-2015)

Segundo Beltrão e Alves (2009) os principais fatores relacionados a esse resultado estão associados às transformações estruturais e institucionais ocorridas no país, que propiciaram maiores oportunidades educacionais para as mulheres. Por exemplo, os autores citam o modelo de vestibular brasileiro, que é baseado no critério de conhecimento, sem qualquer discriminação de gênero. Tais transformações estruturais representam as mudanças culturais e de valores relativos ao papel social da mulher na sociedade voltado cada vez mais para o mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2007).

De interesse do estudo, buscou-se analisar a razão de sexo dos concluintes nos Estados da Região Norte (Figura 3).

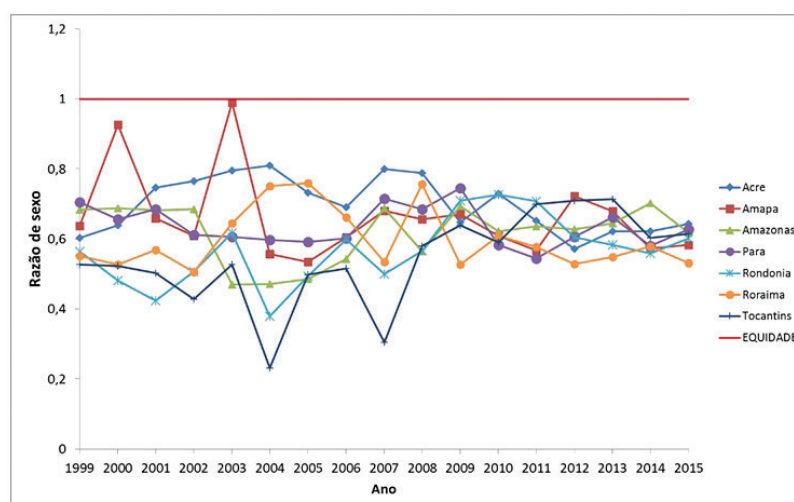


Figura 3 – Razão de sexo dos concluintes nos Estados da Região Norte do Brasil no período de 1999 a 2015.

Fonte: MEC/INEP/Microdados do Censo da Educação Superior (1999-2015)

Observa-se na Figura 3 que, em todos Estados da Região Norte do Brasil, a razão de sexo dos concluintes do Ensino Superior se mantém a favor das mulheres. Este padrão segue o nível nacional já apontado por Beltrão e Alves (2009) na reversão do “hiato de gênero”.

No entanto, segundo Bruschini e Amado (1998), algumas áreas são tidas como nichos masculino ou feminino. Assim, na Figura 4, são apresentadas as razões de sexos por áreas gerais dos cursos. Observa-se que, na Região Norte, os cursos das áreas de (1) Serviços, (2) Saúde e Bem-Estar Social, (3) Educação e (4) Ciências Sociais, Negócios e Direito são áreas, em sua maioria, de interesse feminino. Por outro lado, os cursos nas áreas de (1) Engenharia, Produção e Construção e (2) Ciências, Matemática e Computação continuam de interesse dos homens. Somente os cursos das áreas de (1) Agricultura e Veterinária e (2) Humanidades e Artes possuem certa equidade, sendo que o último só atingiu a equidade em 2014.

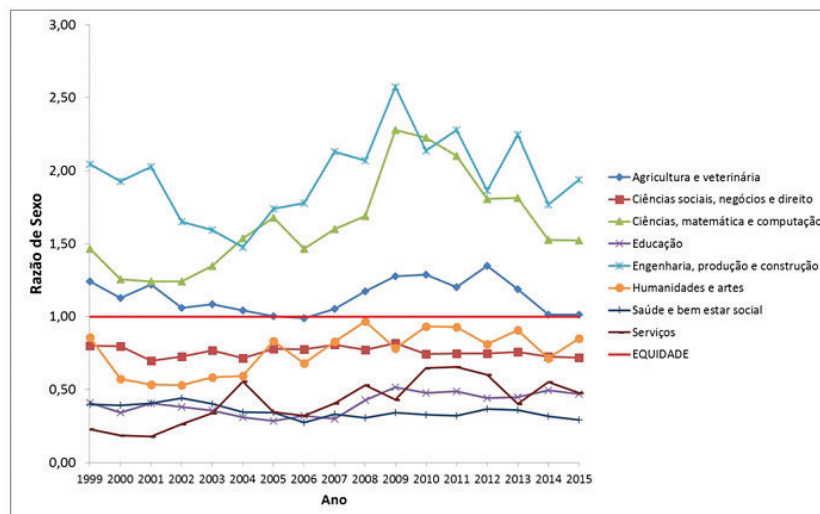


Figura 4 - Razão de sexo do número de concluintes nos cursos de graduação presencial, por área geral, no período de 1999 a 2015, na Região Norte do Brasil.

Fonte: MEC/INEP/Microdados do Censo da Educação Superior (1999-2015)

Diversos autores identificam os principais motivos deste comportamento. Segundo Vianna (2001/02, pág. 90), o motivo da maior presença das mulheres na docência se articula com a reprodução de preconceitos que perpetuam práticas sexistas, pois, “o processo de feminização do magistério associasse às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola”. Azevedo e Ferreira (2006) afirmam que o atual *status* educacional e profissional femininos são reflexos da política educacional do período de 1920 a 1940, onde, apesar do movimento em favor a participação das mulheres e da modernização dos papéis de gênero, não se reduziu a desigualdade e nem tão pouco contribuiu para o empoderamento das mulheres.

Neste aspecto, Yannoulas (2011) cita questões sobre a feminização da profissão docente, onde se explicita os dois sentidos de existência; o primeiro definido através de uma série de propriedades como sexo, idade e origem social, chamada de sentido material; o segundo, como representação cultural ou matriz de significado, definido como simbólico. Sendo assim, essa dupla existência do magistério implica em consequências em relação ao sexo (biológico) e ao gênero (social), que influenciaram no número de mulheres discentes nas escolas normais e docentes nas escolas fundamentais, bem como as representações em torno do magistério, que direcionaram para a identidade feminina a discussão do “deve ser” do docente.

Stromquist (2007) comenta sobre a divisão de “nichos” ou áreas de interesse que para os homens se concentram nos campos da Engenharia e da Tecnologia e, para as mulheres, nas Ciências Sociais e na Educação, onde estes indicam as diferentes representações e papéis na sociedade.

Tabak (2002) afirma que uma explicação para essa diferença seria a permanência de estereótipos sexuais na educação, aliada às pressões da sociedade patriarcal que ainda existem. A área de saúde é considerada como nicho feminino (BRUSCHINI, 2007).

Diante de poucas mudanças na razão de sexo no número de concluintes do Ensino Superior na graduação presencial, surgem algumas questões: somente a ampliação das vagas será suficiente para viabilizar a igualdade de gênero? Tais cursos, em novos horários, poderão propiciar essa igualdade?

Rosemberg e Andrade (2008) propõem discussões visando à busca de ações afirmativas não somente em classe social e raça, mas também ações afirmativas de gênero. Moehlecke (2004) sugere que as reformas do Ensino Superior devem dar importância ao compromisso social e ao mesmo tempo propor mecanismos de acesso e permanência na universidade, sendo estas mais inclusivas e equitativas. Segundo Alves e Corrêa (2009), as relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e os demais tipos de discriminação, como por exemplo: classe, raça, idade, etnia, religião, dentre outras.

Neste momento, o governo brasileiro adota programas que visam a melhor distribuição das vagas do Ensino Superior. A lei 12711/2012 prevê no artigo 1º que as instituições federais de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Da mesma forma, o artigo 3º prevê que a distribuição das vagas de que tratam o art. 1º “serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE” (DOU, 2012, pág.1).

A questão de cotas levanta questionamentos sobre diversos aspectos. Por exemplo, alguns autores, como Frias (2012) e Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), defendem também a cota social. Por outro lado, Lima, Neves e Silva (2014) afirmaram que as cotas têm permitido um avanço no interesse e produção de reflexões sobre o racismo no Brasil. No que tange a problemática educacional do ponto de vista do gênero ainda parece mais difícil, porque a maior escolaridade das mulheres não tem necessariamente refletido em uma equidade de oportunidades. Barros (2015) afirmou que os programas ProUni, Fies e o Reuni, juntamente com a ampliação de vagas nos cursos superiores à distância e as políticas de cotas, vêm exercendo papel importante, porém, são limitados na redistribuição de oportunidades.

Neste sentido, buscou-se identificar as mudanças do padrão de renda ocorridas na Região Norte, dentre aquelas pessoas com nível superior completo, com isso, a seguir são apresentados os dados referentes à renda das pessoas com 15 anos ou mais de estudo na Região. Segundo Lima e Abdal (2007), a Educação Superior tem um papel fundamental na renda dos indivíduos e também contribui para diminuir as diferenças salariais existentes. Na Figura 5, são apresentados os percentuais das distribuições de renda das pessoas com 15 ou mais de estudo, separadas por sexo.

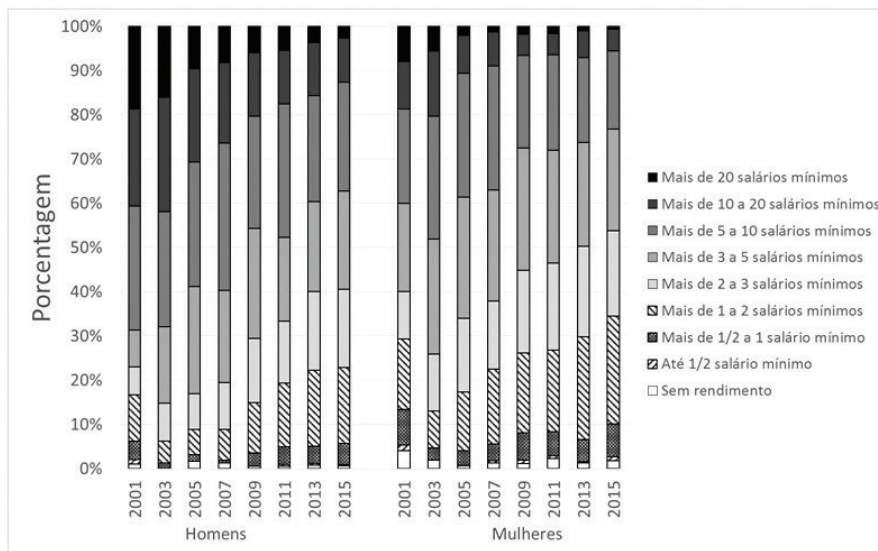


Figura 5 – Distribuição percentual de pessoas ocupadas na data de referência, com mais de 15 anos de estudo, segundo a faixa salarial, por sexo, no período de 2001 a 2015, na Região Norte do Brasil. Fonte: IBGE/PNAD/SIDRA (2001-2015)

Observa-se, na Figura 5, que os salários mais altos ainda continuam em direção aos homens. Verificou-se que em 1999 cerca de 70% dos homens, com 15 anos ou mais de estudo, possuíam renda acima de 5 salários, enquanto que 60% das mulheres possuíam renda superior a 5 salários. Em 2015, observa-se uma redução em ambas as porcentagens, chegando a aproximadamente 40% dos homens e 25% das mulheres com renda acima de 5 salários. Esta redução pode estar associada à política salarial dos governos no período sobre o salário mínimo, utilizado aqui como parâmetro, em relação à política salarial das demais classes trabalhistas, onde estas não seguem o padrão de reajuste do salário mínimo. No entanto, analisando os percentuais, a desigualdade continua entre os sexos.

Alves e Corrêa (2009) afirmam que uma dentre as diversas explicações utilizadas para a maior escolaridade feminina é o fato das mulheres necessitarem maior qualificação para a entrada no mercado de trabalho. Mas, a maior representação, segundo Beltrão e Alves (2009, pág. 126), “ainda não foi suficiente para reverter o hiato de gênero no mercado de trabalho, no acesso à renda e à propriedade, na representação parlamentar, entre outras”. Neste caso, os dados da região corroboram tal afirmação dos autores, no período estudado.

Segundo Ávila e Portes (2009), as mulheres brasileiras ainda vivem situações de desigualdade e discriminação, mas os autores pontuam algumas hipóteses sobre como as escolhas das carreiras no ensino superior são feitas; a primeira leva em consideração que as mulheres tendem a não mais se definirem pelos papéis sociais que eram reservadas ao lar e na sociedade. A segunda leva em consideração que a “guetização” e a “vocação feminina” não estão mais presentes nas mulheres jovens e com maior capital social. A terceira estão pontuada na igualdade da capacidade de competição em qualquer curso ou carreira, pois torna possível que as escolhas por determinadas carreiras sejam feitas pelo desejo da obtenção de dada carreira e não pela “falsa consciência” ou através da discriminação de g nero. Por fim, os autores citam a hipótese de que as mulheres (mais jovens e com maior capital cultural) não estão abrindo mão de sua profissão em função da vida afetiva ou por causa do trabalho fora do lar.

Outro aspecto que merece destaque é a possível tendência de sobre qualificação da força de trabalho em alguns setores, pois, de acordo com o aumento de pessoas com nível superior, existe uma tendência de estas ocuparem postos de trabalho que não exigem tal qualificação (LIMA e ABDAL, 2007). Ribeiro (2016) relata que o aumento no percentual de pessoas com nível universitário pode contribuir para a “inflação de credenciais”, fato identificado quando o número de indivíduos com nível superior não acompanha a demanda da mão de obra desse nível de escolarização, levando assim a um processo de desvalorização dos diplomas universitários. Assim, é possível observar que homens e mulheres ocupem posições que não são de nível superior. Fato este ressaltado, como por exemplo, na Figura 5, onde pessoas com mais de 15 anos de estudo possuem renda abaixo de um salário mínimo. No caso das mulheres, o percentual, em 2015, chegou a 10%, recebendo até um salário mínimo.

## CONCLUSÃO

Observou-se no período estudado, de 1999 a 2015, que, em todos os Estados da Região Norte do Brasil, a razão de sexo dos concluintes do Ensino Superior se mantém a favor das mulheres. No entanto, permanece a caracterização em áreas de nichos masculinos ou femininos, pois, nas áreas de (1) Serviços, (2) Saúde e Bem-Estar Social, (3) Educação e (4) Ciências Sociais, Negócios e Direito, não foram identificadas mudanças nos perfis dos concluintes, sendo a razão de sexo favorável ao sexo feminino. Enquanto que, nas áreas de (1) Engenharia, Produção e Construção e (2) Ciências, Matemática e Computação, continuam com razões de sexos favoráveis ao sexo masculino. Somente nas áreas de (1) Agricultura e Veterinária e (2) Humanidades e Artes possuem certa equidade. Ressaltando, assim, a permanência da “guetização” no número de concluintes nas áreas dos cursos da Região Norte.

No que tange as faixas salariais dos indivíduos com 15 anos ou mais de estudo, observou-se que os salários mais altos ainda continuam em direção aos homens. Mesmo sendo observada a mudança do perfil salarial, em comparação com o salário mínimo, os percentuais indicam que a desigualdade permaneceu entre os sexos no período estudado.

Evidencia-se que, neste processo de ampliação das vagas no Ensino Superior na Região Norte, a razão de sexo do número de concluintes segue o padrão nacional, ou seja, as mulheres são maioria, mas a conquista na educação não foi suficiente ainda para mudar o padrão renda das mulheres com nível superior na região. Cabe ressaltar que futuros estudos de corte serão necessários para aprimorar a leitura do padrão de renda destes com 15 anos ou mais de estudo.

Sugere-se a ampliação deste estudo analisando questões relativas à evasão no Ensino Superior em função da razão sexo e relacionar as questões educacionais e aos novos tipos de composição familiar. Do mesmo modo, ainda é preciso investigar a relação salarial nas esferas públicas e privadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In.: *Seminário Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas: Abep, 2009. p. 121-223. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15\\_3alvescorrea.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorrea.pdf)>. Acesso em 28/11/2016.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 2, n. 2, p. 91-106, 2009.

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu [online]*, n. 27, p. 213-254, 2006.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 573-582, 2004.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. P. *O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira — uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (texto para discussão nº 1052), p.1-56, 2004.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação Brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.

BERTOLIN, J. C. G. Indicadores em Nível de Sistema para Avaliar o Desenvolvimento e a Qualidade da Educação Superior Brasileira. *Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior*, v. 12, n. 2, p. 309-331, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13, 1998.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CORBUCCI, P. R. *Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil*. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1950). Disponível em: <<http://goo.gl/6T2CEI>>. Acesso em 11/05/2018.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

FRIAS, L. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? *Direito, Estado e Sociedade*, n. 41, v. 1, p. 130-156, 2012.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.15, supl., p. 117-132, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amstras de Domicílios - 1999 a 2014/ Sistema IBGE de recuperação automática*, 2012. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em 29/10/2016.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Microdados Censo da Educação Superior - 1999 a 2015* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2012. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em 29/10/2016.

\_\_\_\_\_. *Sinopses estatísticas do ensino superior: graduação 1999 a 2014* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2012. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em 29/10/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça – 3ª edição – Análise preliminar dos dados*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Brasília, setembro, p.1-15, 2008.

LIMA, M.; ABDAL, A. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 216-238, 2007.

LIMA, M. E. O.; NEVES, P. S. C.; SILVA, P. B. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, v.19, n.56, p.141-163, 2014.

MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. *Ensaio: avaliação políticas públicas educacionais*, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes gerais do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – Reuni*. Brasília, DF, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acessado em 29/10/2016.

\_\_\_\_\_. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em 29/10/2016.

\_\_\_\_\_. LEI No 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Diário Oficial da União. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>>. Acesso em 29/11/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO. *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*, 2014. Disponível em <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em 29/03/2017.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.

UNITED NATIONS. *Indicators and a Monitoring Framework for the Sustainable Development Goals - Launching a data revolution for the SDGs*, 2015. Disponível em <<http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/05/150612-FINAL-SDSN-Indicator-Report1.pdf>>. Acesso em 11/05/2018.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 124-157, 2007.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 2, p. 301-323, 2016.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 419-437, 2008.

STROMQUIST, N. P. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. *Educação e Pesquisa*, v. 33, n. 1, p. 13-25, 2007.

STROMQUIST, N. P. Educação Latino-Americana em tempos globalizados. *Sociologias*, v. 14, n. 29, p. 72-99, 2012.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, n.17/18, p.81-103, 2001/02.

YANNOULAS, S. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

A **Revista Gênero na Amazônia** ([www.generonaamazonia.ufpa.br](http://www.generonaamazonia.ufpa.br)) é uma publicação semestral (junho e dezembro) do GEPEM/UFPA. Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar, a revista recebe artigos, resenhas bibliográficas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: [generonaamazonia@gmail.com](mailto:generonaamazonia@gmail.com) no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para: GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n – Guamá, 66075-110 – Belém/PA.

2 - Os textos serão submetidos à avaliação do Conselho Científico, mantido o sigilo mútuo. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

3 - O/a(s) autor/a (es/s) e coautores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

4 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos ***ipsis litteris/ipsis verbis***, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

5 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

## 5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/ abstract (cada um em torno de 130 palavras/860 caracteres com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

b) fonte Garamond: 12 ( texto, título de seções e de tabelas); 11( citações com mais de 3 linhas) e 10( legendas e notas);

c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;

d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);

e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;

f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos( Ex: Anexo A; Anexo B etc.);

g) revisão gramatical.

## 5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
  - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
  - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
  - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
  - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
  - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/ elaborado/ constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

**OBS:** é recomendável que os itens **c, d, e** sejam apresentados em seção com título específico.